



Universidade de Aveiro
2016

Departamento de Educação
e Psicologia

**SIMONE MARTONI
BRINA**

**À DESCOBERTA DOS DIREITOS, RUMO À PARTICIPAÇÃO:
UMA INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA COM
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS**



Universidade de Aveiro
2016

Departamento de Educação
e Psicologia

**SIMONE MARTONI
BRINA**

**À DESCOBERTA DOS DIREITOS, RUMO À PARTICIPAÇÃO:
UMA INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA COM
ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, Professora Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos adolescentes que
participaram nesta investigação

O Júri

Presidente

Prof^a. Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof^o Doutor António Maria Martins
Professor Auxiliar Aposentado da Universidade de Aveiro

Prof^a Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

À Deus;

À minha orientadora, professora Manuela, pelos ensinamentos, compreensão, acalanto nas horas de angústia e incentivo durante todo o percurso deste trabalho;

À professora e coordenadora do curso Rosa Madeira pelas partilhas, pelo aprendizado e principalmente por incutir em mim a vontade de mudar o mundo, desejo este que se encontrava adormecido;

Aos professores do Mestrado, que contribuíram de maneira significativa para a minha formação e crescimento pessoal;

Aos adolescentes que participaram nesta investigação;

À instituição “Nosso Lar” por ter aberto as suas portas e permitido que eu realizasse esta investigação;

À amiga Monica Petruz pelo apoio e auxílio;

Aos meus amados pais, por todos os ensinamentos e incentivo;

Ao meu esposo, pela paciência, compreensão, apoio, amor e dedicação;

À minha família e amigos pela compreensão frente as minhas ausências;

As minhas colegas de turma;

A todos, o meu muito obrigada!

Palavras Chave

adolescentes, direitos das crianças e dos adolescentes, participação, institucionalização

Resumo

Tanto a Convenção sobre os Direitos da Criança, lei internacional no âmbito dos direitos humanos com maior adesão da história, quanto a lei brasileira denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, conferem à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direitos, porém, apenas as normativas não são suficientes para assegurar a eles esta condição social. De fato, passadas duas décadas da promulgação de ambas, muitos adolescentes desconhecem estes documentos e os seus direitos, sendo assim torna-se necessário implementar mecanismos que visem este fim, especialmente no caso de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social. Desta forma, o objetivo central da investigação foi despertar num grupo de adolescentes que vivenciam tais situações, a consciência para os seus direitos, procurando ainda fazer chegar as suas vozes aos adultos. Este estudo foi pautado nos preceitos da Investigação-Ação Participativa e norteado pela Sociologia da Infância. Contou com a participação de dez adolescentes entre 13 e 17 anos, residentes numa instituição de acolhimento, situada numa pequena cidade do interior do estado de São Paulo - Brasil. O trabalho de campo foi desenvolvido entre os meses de Janeiro a Maio de 2016, totalizando 16 encontros. Para a geração de dados foram utilizadas algumas técnicas tais como as conversas informais, o *Fócus Group*, Jogo lúdico e o desenho. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foram promovidos esclarecimentos, houve momentos de sensibilização e mobilização, assim como, discussões e reflexões que possibilitaram aos adolescentes expressarem livremente as suas opiniões, deixando uma posição de silenciamento e caminhando rumo a disseminação de suas vozes.

Keywords

adolescents, children and adolescents's rights, participation, Institutionalization

Abstract

Both the Convention on the Child's Rights, international law within the framework of human rights with greater history adherence, and the Brazilian law called the Statute of the Child and Adolescent, confer to the child and adolescent the condition of subjects of rights, however, only the rules are not enough to ensure them this social condition. As a matter of fact, after two decades of promulgation of both, many teenagers are unaware of these documents and their rights, thus it is necessary to implement mechanisms to this end, especially in the case of children and adolescents in social vulnerability situations. Thinking about this, the main goal of this investigation was to provide to a specific group of adolescents that experience such situations, the awareness of their rights, and also try to make their voices be heard by the adults. This study was based on the precepts from the participatory Investigation- Action Research and guided by the Childhood Sociology. It counted with the participation of ten adolescents between 13 and 17 years old, living in a host institution, placed in a small country city in the state of São Paulo - Brazil. The field work was carried out between the months of January and May 2016, being a total of 16 meetings. For the data generation were used some techniques such as informal conversations, the *Fócus Group*, playful game and drawing. While the development of this work were promoted clarifications, there were some moments of sensibilization and mobilization, as well as discussions and reflections which have enabled young people freely express their opinions, leaving a position of silence behind and walking towards the dissemination of their voices.

*“É fácil trocar as palavras,
Difícil é interpretar os silêncios!
É fácil caminhar lado a lado,
Difícil é saber como se encontrar!
É fácil beijar o rosto,
Difícil é chegar ao coração!
É fácil apertar as mãos,
Difícil é reter o calor!
É fácil sentir o amor,
Difícil é conter sua torrente!*

*Como é por dentro outra pessoa?
Quem é que o saberá sonhar?
A alma de outrem é outro universo
Com que não há comunicação possível,
Com que não há verdadeiro entendimento.*

*Nada sabemos da alma
Senão da nossa;
As dos outros são olhares,
São gestos, são palavras,
Com a suposição
De qualquer semelhança no fundo”.*

(Fernando Pessoa)

ABREVIATURAS

ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPS i- Centro de Atendimento Psicossocial Infantil

CDC - Convenção Sobre os Direitos da Criança

CRPD – Centro de Referência da Pessoa com Deficiência

CRJ – Centro de Referência da Juventude

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNBEM- Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SAI – Serviço de Acolhimento Institucional

SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<i>CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</i>	6
<i>1.1 A ADOLESCÊNCIA</i>	8
1.1.1 A construção social do conceito de adolescência	8
1.1.2 A adolescência na contemporaneidade.....	13
1.1.3 A adolescência no Brasil.....	17
1.1.4 A Sociologia da Infância como forma de perspectivar a adolescência	19
<i>1.2. OS DIREITOS DA CRIANÇA</i>	23
1.2.1 A construção dos direitos das crianças - Panorama Internacional	23
1.2.2 Direitos assegurados pela Convenção sobre os Direitos da Criança.....	27
1.2.3 Impasses relacionados a Convenção sobre os Direitos da Criança.....	29
1.2.4 O direito à participação.....	30
1.2.5 A participação de crianças e adolescentes.....	32
1.2.6 Escalas e Níveis de Participação	35
1.2.7 A legislação brasileira e os direitos das crianças e adolescentes.....	39
<i>1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS – DE CRIANÇA CARENTE A SUJEITO DE DIREITOS</i>	44
1.3.1 Breve histórico sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil	44
1.3.2 Novos rumos para as crianças e adolescentes - Mudanças a partir do ECA.....	52
1.3.3 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária	54
1.3.4 Mas afinal, por que crianças e adolescentes vão para instituições de acolhimento?	56
1.3.5 A instituição como contexto de vulnerabilidade social para crianças e adolescentes	57
1.3.6 As modalidades de Acolhimento no Brasil.....	61
1.3.7 Panorama Nacional da Situação de Acolhimento	64
1.3.8 Dados estatísticos referentes à violação de direitos das crianças e adolescentes	69
<i>CAPÍTULO 2: A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA: ROMPENDO PARADIGMAS</i>	73
2.1 Objetivos	75
2.2 O Paradigma sócio-crítico	76
2.3 A Investigação-Ação-Participativa e as suas origens.....	77
2.4 A Investigação-Ação-Participativa com crianças.....	80
2.5 Recursos Metodológicos	83

2.6 Questões Éticas	86
CAPÍTULO 3: O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....	88
3.1 O Estado de São Paulo, a Cidade E a instituição	90
3.1.1 O Estado São Paulo.....	90
3.1.2 A cidade.....	91
3.1.3 A instituição “Nosso Lar”	92
3.2. Os participantes.....	97
3.2.1 Os atores sociais.....	97
CAPÍTULO 4: O INICIO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO	99
4.1 Entrada no terreno com os adultos: O contato com a instituição e a negociação	102
4.2 A entrada no campo de investigação: O contato com os adolescentes	103
4.3 O tempo e o espaço partilhados	107
4.4 As questões éticas e os consentimentos informados	108
4.5 A configuração do grupo de investigação	110
4.6 A coordenação	111
CAPÍTULO 5: PROJETO - O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA PARA OS DIREITOS.....	113
5.1 Os adolescentes e a importância de sonhar	115
5.2 À descoberta dos direitos.....	121
5.3 Chegadas e partidas	129
5.4 A Árvore dos Direitos	132
5.5 A expressão dos direitos por meio da ludicidade e dos desenhos	133
5.6 Possibilidades de participação por meio de discussões e reflexões	138
5.7 A voz dos adolescentes	142
CAPÍTULO 6 - APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
6.1 Os limites e contratempos desta investigação.....	147
6.2 Considerações Finais	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIAS	152
ANEXOS.....	162
Anexo I – Carta de Apresentação à Instituição	162
Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Dirigente da Instituição	163
Anexo III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes	164
Anexo IV – Diários De Campos	166

Anexo V - Caracterização dos Participantes.....	239
Anexo VI – Acordo de Investigação	242
Anexo VII – Crachás.....	243
Anexo VIII - Oficina dos Sonhos.....	244
Anexo IX - Figuras seleccionadas pelos adolescentes que representam os seus sonhos.....	248
Anexo X - A Arvore dos Direitos	255
Anexo XI – Desdobrável Conhece os teus direitos.....	256
Anexo XII – Jogo lúdico sobre os direitos.....	257
Anexo XIII- Desenhos sobre os direitos.....	260
Anexo XIV – O que temos e o que queremos	262
Anexo XV – Funk dos adolescentes.....	268

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição da população brasileira por faixa etária	17
Figura 2 - Grupo etário e número de habitantes.....	18
Figura 3 - Estimativa da porcentagem de adolescentes brasileiros por região no ano de 2009 ..	18
Figura 4 - Tendência populacional de adolescentes brasileiros entre 1950 a 2050	19
Figura 5 - Escala de participação proposta por Hart.....	36
Figura 6 - Comparação da visão da criança e do adolescente antes e depois do ECA	54
Figura 7 - Distribuição por região das instituições de acolhimento que participaram da pesquisa	65
Figura 8 - Distribuição dos Serviços de Acolhimento Institucional no Brasil	66
Figura 9 - Distribuição de crianças e adolescentes acolhidos por região	67
Figura 10 - Faixa etária das crianças e adolescentes acolhidas no Brasil por região	68
Figura 11 - Os principais motivos de acolhimento das crianças e adolescentes brasileiros	68
Figura 12 - A violência familiar enquanto motivo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes	69
Figura 13 - Mapa do Brasil.....	90
Figura 14 - O estado de São Paulo	92
Figura 15 - A sala de projetos	108
Figura 16 - Os sonhos do adolescente 1.....	117
Figura 17 - Os sonhos do adolescente 2.....	118
Figura 18 – Os Sonhos da adolescente Fran expresso por meio de figuras.....	119
Figura 19 - Os sonhos da adolescente Júlia expresso por meio de figuras.....	119
Figura 20 - Capa do livro Uma aventura na Terra dos Direitos	124
Figura 21 - A Árvore dos sonhos afixada na parede da sala de projetos.....	133
Figura 22 - Desenho sobre os direitos elaborado pelo adolescente Doutor	137
Figura 23 - Símbolo do Projeto Fazendo a Minha História.....	137
Figura 24 - Desenho sobre os direitos elaborado pela adolescente Maria Eduarda.....	138
Figura 25- Acordo de investigação	242
Figura 26 - Crachás confeccionados pelos adolescentes	243
Figura 27 - Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 3	244
Figura 28- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 4.....	244
Figura 29- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 5.....	245
Figura 30- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 6.....	245
Figura 31 - expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 7	246
Figura 32 - Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 8	247
Figura 33 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Doutor	248
Figura 34 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente MC Menor	250
Figura 35 - Expressão dos sonhos por meio de figuras MC Guimê	252
Figura 36 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Beatriz	253
Figura 37 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Maria Eduarda	253
Figura 38 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Ludimila	254
Figura 39 - A Árvore dos Direitos	255
Figura 40 - Desdobrável Conhece os teus direitos	256
Figura 41 - Jogo da Memória sobre os direitos - Frente.....	257

Figura 42 - Jogo da Memória sobre os direitos - Verso	259
Figura 43- A escola que temos	262
Figura 44- A escola que queremos	263
Figura 45 - A instituição de acolhimento que temos.....	264
Figura 46 - A instituição de acolhimento que queremos	265
Figura 47 - A cidade que temos	266
Figura 48 - A cidade que queremos.....	267
Figura 49 - Letra da crítica social em forma de música "Funk dos adolescentes"	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese dos direitos da criança previstos pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)	28
Quadro 2 - Modalidades de acolhimento no Brasil.....	62
Quadro 3 - Os participantes	97
Quadro 4 - Plano de Trabalho da investigação.....	100
Quadro 5 - A composição inicial do grupo	104
Quadro 6 - O grupo de investigação	111
Quadro 7 - Atividade investigar é.....?	130
Quadro 8 - Atividade Quem decide isso?	223
Quadro 9 - Atividade o que temos e o que queremos	230
Quadro 10 - Caracterização dos participantes.....	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas dos direitos violados por faixa etária	70
Tabela 2 - Estatística dos direitos violados das crianças e adolescentes.....	70
Tabela 3 - Estatística dos direitos violados por gênero	71
Tabela 4 - estatística dos direitos violados por etnia	71
Tabela 5 - Estatística dos direitos violados e o violador	72

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 - Sobre os direitos elaborado pela Fran	260
Desenho 2 - Sobre os Direitos elaborado por Ludimila.....	260
Desenho 3 - Sobre os direitos elaborado por Beatriz.....	261
Desenho 4 - Dizeres sobre os direitos elaborado por Ana	261
Desenho 5 - Sobre os direitos elaborado por Jeff	261

INTRODUÇÃO

O conceito adolescência foi criado no século XVIII e aos poucos foi ganhando contornos até se consolidar na forma que o conhecemos na atualidade, ele pode ser entendido sob diferentes perspectivas de ordem teórica, para o desenvolvimento deste trabalho privilegiou-se compreender esta fase intermediária da vida, situada entre a infância e a vida adulta enquanto um constructo histórico e social; para além disto, pautou-se nas definições trazidas pelas legislações de âmbito nacional e internacional destinada aos adolescentes.

Na contemporaneidade a temática adolescência tem sido amplamente discutida nos diversos seguimentos da sociedade e nas investigações acadêmicas. No contexto brasileiro, dentre tantos fatores que justificam tamanho interesse por esta população, um deles diz respeito ao atual número de adolescente existentes no país, quantidade esta nunca vista ao longo da história. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2010) a população infanto-juvenil era de 63.075.688 crianças e adolescentes, sendo que 28.918.055 estavam compreendidas entre os 0 a 9 anos e 34.157.633 encontravam-se na faixa etária entre 10 a 19 anos; este cenário é propício para o desenvolvimento de ações das mais diversas áreas voltadas para esta parcela da população.

Ademais, de acordo com a Política Nacional dos Direitos Humanos das Crianças e do Adolescentes elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o Brasil possui a maior população de crianças e adolescentes da América do Sul, para tanto falar sobre a adolescência neste país não é uma tarefa fácil devido às dimensões continentais, a diversidade regional visto que elas estão distribuídas por 5.565 municípios. Logo, não há como definir a adolescência como um fenômeno universal, é fundamental olhar para o adolescente a partir das suas particularidades, da sua cultura e do contexto social ao qual ele está inserido (CONANDA, 2010).

Diante destas constatações, aliada a preocupação com os adolescentes brasileiros, principalmente no que tange a garantia dos seus direitos, o ponto de partida desta

investigação, foi a percepção de que no Brasil, muito embora, no plano formal, os direitos das crianças e adolescentes se encontrem salvaguardados, no cotidiano existe, ainda, falta de informação e de preocupação sobre tais direitos e com a sua garantia, em particular no que diz respeito aos direitos de participação.

Apesar do Brasil ser signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), e pautado nesta lei maior, ter criado no ano de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), considerada mundialmente como uma das legislações mais completas nesta área, pois, contempla os direitos fundamentais, os direitos de provisão e os direitos a participação, passados 26 anos, desde a promulgação desta legislação, o país ainda enfrenta muitos desafios frente a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, se os direitos básicos são difíceis de garantir, o direito a participação se torna ainda menos possível de concretizar.

Num país tão grande, com inúmeros problemas de ordem social e uma distribuição de renda desigual, as crianças e adolescentes são a parcela da população mais suscetíveis a infortúnios, podendo vir a estar em situação de vulnerabilidade ou violência e isso acarreta a retirada do seio familiar e o encaminhamento para instituições de acolhimento, tal atitude configura-se como uma medida protetiva de caráter judicial.

Infelizmente tais situações têm se intensificado ao longo dos anos, visto que, de acordo com o Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003 havia aproximadamente 20 mil crianças acolhidas, passado uma década, foi publicado um *“Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento”* (2013) e de acordo com este documento em 2013 aproximadamente 37 mil crianças e adolescentes estavam em instituições de acolhimento.

Tendo em conta os aspetos referidos, considerou-se relevante e pertinente desenvolver um processo de investigação centrado na importância do direito à participação, a partir do 12º artigo da Convenção sobre os Direitos das Crianças, com um grupo de adolescentes institucionalizados e, portanto, numa situação de vulnerabilidade social. A finalidade central foi a de, através da sua participação como co-investigadores,

contribuir para uma tomada de consciência destes adolescentes relativamente aos seus direitos, particularmente o direito de participação e, para que, enquanto grupo, pudessem fazer chegar ao mundo dos adultos as suas vozes.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, foi um documento muito utilizado ao longo deste trabalho e segundo ele a criança é a pessoa compreendida do nascimento até os 17 anos e 11 meses (UNICEF, 1989). Já a legislação brasileira de proteção integral à criança e ao adolescente, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) divide este extenso período da vida do ser humano em dois momentos, de zero a 11 anos e 11 meses a pessoa é considerada criança e dos 12 anos ao 17 anos e 11 meses adolescentes (BRASIL, 1990). Tendo em consideração que a investigação foi realizada no Brasil, teve-se o cuidado de adotar a denominação adolescentes para referir-se aos participantes, respeitando as definições etárias.

Este trabalho foi apoiado na Sociologia da Infância e nos preceitos da investigação-ação-participativa. A investigação foi realizada numa instituição de acolhimento, modalidade abrigo, destinada a crianças e adolescentes que foram afastados temporariamente do convívio familiar devido a uma medida judicial, tal decisão foi tomada, pois, um ou mais direitos foram violados. A instituição em questão está situada numa pequena cidade do interior do Estado de São Paulo – Brasil, ao longo deste trabalho ela será denominada “Nosso Lar”, se trata de um nome fictício, que foi empregado visando assegurar o anonimato.

Participaram deste trabalho 10 adolescentes compreendidos na faixa etária entre 13 a 17 anos que lá residiam. O percurso investigativo teve início no mês de Janeiro e foi finalizado em Maio deste ano, os encontros eram realizados semanalmente na sala de projetos e duravam aproximadamente uma hora.

Nos primeiros contatos com os adolescentes, foi explicado a eles no que consistia a investigação, eles foram convidados a participar, sanaram todas as dúvidas e consentiram formalmente, porém, por se trata de uma experiência nova, pois, no município a população ainda não está familiarizada com a realização e participação de investigações acadêmicas, bem como a escassez de iniciativas que propiciasse a eles um espaço de escuta, livre expressão e participação, inicialmente o silêncio imperava no grupo.

A princípio, observou-se total desconhecimento dos adolescentes sobre os seus direitos, e esta falta do conhecimento distancia cada vez mais as possibilidades de reivindicações para que os direitos sejam respeitados e diminui a chance de uma efetiva participação dos adolescentes nos meios sociais aos quais eles pertencem.

Ao longo dos encontros foram utilizados recursos metodológicos, tais como as conversas informais, os jogos lúdicos, os recursos expressivos e os grupos de discussões que possibilitaram aos adolescentes sentirem-se mais à vontade e partilhar as suas ideias, discutirem e refletirem.

Este trabalho possibilitou que os adolescentes saíssem de um local no qual o silêncio imperava e caminhassem, embora, lentamente rumo ao desocultamento de suas vozes e da participação. Todavia, ainda há muito por ser feito, esta investigação foi apenas o primeiro passo, foi lançada a semente ao solo, para que floresça é necessário que seja adubada, regada e receba a luz do sol.

A garantia dos direitos é um assunto emergente, ainda pouco discutido no Brasil, visto que, ainda há muita resistência por parte de pais, responsáveis e educadores que compreendem que a legislação entrou em vigor para beneficiar as crianças e adolescentes e culpabilizar ou punir os demais, numa ótica que privilegia, sobretudo, os direitos de proteção das crianças.

Esta temática precisa ser trabalhada desde a mais tenra idade e em todos os espaços que a criança está inserida, na sua família, escola, comunidade, entre outros, para ela possa efetivamente gozar do direito à participação. Entende-se que quanto antes os adultos ouvirem as crianças, e levarem em conta a sua opinião, maiores serão as possibilidades que ela cresça numa postura participativa e democrática e na adolescência isso ficará em evidência.

Este documento, encontra-se estruturado de tal forma que, no capítulo 1 é apresentada a fundamentação teórica, ela foi dividida em três partes, inicialmente é abordado o conceito de adolescência enquanto uma construção social, na segunda parte são enfocados os direitos das crianças no âmbito nacional e internacional e a última parte

trata das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes brasileiras. No capítulo 2 o enfoque é a Investigação-Ação participativa, os objetivos da pesquisa e as questões éticas.

No capítulo 3 é apresentado o contexto de investigação, o estado, a cidade e a instituição na qual a pesquisa foi realizada e posteriormente os participantes. O capítulo 4 retrata o início do percurso da investigação, desde o primeiro contato com a instituição, até a entrada no campo e a configuração do grupo de participantes.

No capítulo 5 apresenta o percurso do projeto construído juntamente com os adolescentes, bem como as atividades desenvolvidas. E no capítulo 6 constam as limitações e contratempos da investigação, algumas reflexões e as considerações finais.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo foi dividido em três partes, inicialmente será abordada a temática adolescência, a partir de uma perspectiva histórica e social, que compreende este período da vida, para além das questões biológicas, neste sentido, o adolescente é percebido como um sujeito histórico, ativo, que está em constante interação com a sociedade na qual está inserido, sofre diretamente as influências do meio social e contribui para a sua transformação. Durante muito tempo, as produções acadêmicas sobre a adolescência ficaram a cargo da Psicologia, que tratava a temática a partir de um enfoque biológico e desenvolvimentista, já a Sociologia, propôs uma nova forma de olhar para a adolescência, rompendo com a tradição reducionista, universalizante e estereotipada, passando a valorizar as singularidades, a história e as relações sociais.

Na segunda parte do capítulo, o enfoque recairá sobre a construção dos direitos da criança e o seu desenvolvimento principalmente no que tange a questão da participação e para finalizar, na terceira parte o enfoque será as Políticas Públicas voltadas para os adolescentes brasileiros desde a época da colonização até os dias atuais no que tange ao direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Cabe ressaltar, que este trabalho se baseou nos pressupostos da Sociologia da Infância e nas legislações que asseguram os direitos das crianças e adolescentes, principalmente na Convenção sobre os Direitos das Crianças, tanto este referencial teórico, quanto a legislação não fazem distinção entre criança e adolescente, visto que, esta lei maior de abrangência mundial de garantia de direitos, define como criança a pessoa compreendida do nascimento até os 17 anos e 11 meses. Por este motivo a literatura utilizada traz muito o conceito de criança, não fazendo referência a terminologia adolescente, mas abarcando o mesmo em seus dizeres.

1.1 A ADOLESCÊNCIA

As ambiguidades que envolvem a temática adolescência iniciam-se na concepção etimológica da palavra e estendem-se às abordagens teóricas. Segundo Osório (1992), a palavra adolescência é originária do latim e deriva da palavra *adolescere* que significa crescer.

Para Muss (1976) citado por Ferreira & Nelas (s/d, p.142) “a palavra adolescência vem do latim “*adolescere*” que significa “fazer-se homem/mulher”. Já de acordo com Outeiral (2003, p.4)

A palavra “adolescência” tem dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer), significando a condição ou processo de crescimento, em resumo o indivíduo apto a crescer. Adolescência também deriva de *adolescere*, origem da palavra adoecer. Temos assim, nesta dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mas também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida).

Embora os autores concordem que a palavra adolescência seja originária do latim e etimologicamente signifique crescer, eles atribuem a ela diferentes conotações, a partir da visão de mundo de cada um. A segunda definição da palavra adolescência trazida por Outeiral (2003) está intimamente relacionada com a perspectiva psicológica desenvolvimentista, que concebe este período da vida, como sendo um momento permeado por crises, turbulências, dificuldades de adaptações, ou seja, um período conflituoso na vida dos seres humanos.

Para além desta vertente, há diversos outros, mas, o que privilegiaremos neste trabalho será o enfoque histórico e social.

1.1.1 A construção social do conceito de adolescência

O conceito de adolescência, tal como o conhecemos na atualidade, é relativamente recente, data de alguns séculos atrás, a sua criação ocorreu por volta do século XVIII, e com o passar do tempo, foi criando os contornos.

Anteriormente à modernidade ocidental, as sociedades criavam ritos de passagens para iniciar a criança no mundo adulto, em função disso não havia a necessidade de pensar em adolescência, pois os mecanismos construídos socialmente asseguravam tal transição de maneira aparentemente natural. Ao término dos rituais, a passagem de uma condição para a outra estava legitimada e assim sendo, toda a comunidade reconhecia o novo adulto; ainda hoje essa ritualização ocorre em determinados povos, embora com menor adesão quando comparada a um passado recente, quando era uma prática natural e inerente a quase todas as sociedades (Carneiro, Ribeiro & Ippolito, 2015).

Do mesmo modo, para Carneiro, Ribeiro & Ippolito (2015) a invenção da adolescência, enquanto uma fase intermediária entre a infância e a adultez é fruto da modernidade, pois surgiu a partir no final do século XVIII e se difundiu amplamente no século XX.

De acordo com o historiador francês Phillipe Ariès (1981) em seu livro *História Social da Criança e da Família*, na Idade Média não havia lugar para a adolescência, sendo que até o século XVIII ela foi confundida com a infância, pois não existia distinção entre ambas. Na língua utilizada nos colégios da época, o latim, as palavras *puer* e *adolescens* eram empregadas sem nenhum tipo de diferenciação.

No mesmo sentido, Becker (2003) ressalta que até ao século XVIII a adolescência era confundida com a infância, nas escolas jesuítas os alunos compreendidos entre 13 a 15 anos eram chamados ora de criança, ora de adolescente, não havia distinção entre os termos. O limite do término da infância estava relacionado mais com o grau de dependência da pessoa do que com as mudanças corporais desencadeadas pela puberdade. Com a ascensão da burguesia, que passou a ser a classe social dominante, houve mudança na estrutura escolar que acarretou uma divisão entre a educação primária e secundária, sendo assim de maneira gradativa foi se estabelecendo uma relação entre a idade e a série escolar, possibilitando desta forma uma maior distinção da adolescência.

Nesta época, foi implantada nas escolas de ensino regular a divisão das classes a partir da idade, tal configuração, embora tenha sofrido algumas mudanças, ainda está em vigor nas escolas dos dias atuais.

Corroborando, Levisky (1998) salienta que nas escolas, ao longo dos séculos XVII e XVIII, as crianças de 10 anos e jovens de 25 anos eram inseridos e frequentavam a mesma sala de aula, não havia uma programação distinta em relação a idade, todos realizavam as mesmas atividades.

Para Ariès (1981, p.14)

O primeiro adolescente moderno típico foi *Siegfried* de Wagner: a música *Siegfried* pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX, o século da adolescência. Esse fenômeno, surgido na Alemanha wagneriana, penetraria mais tarde na França, em torno dos anos 1900. A “juventude”, que então era a adolescência, iria tornar-se um tema literário, e uma preocupação dos moralistas e políticos. Começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas sobre ela (...).

Cavalcanti (1998) ressalta que a adolescência é uma invenção social datada do século XVIII e tal concepção foi gerada no seio da revolução industrial. Este conceito é percebido de maneira mais nítida nas populações urbanas do que nas rurais, e a sua caracterização está intimamente ligada a classe social a qual a pessoa pertence, quanto maior a ascensão mais claro ficam os contornos. Para este autor três importantes variáveis podem ser apontadas como as propulsoras do fenômeno da adolescência: a econômica, a normativa e social.

Conforme refere Ariès (1981), a juventude surgiu trazendo novos valores, capazes de reavivar uma sociedade conservadora, porém a consciência da juventude tornou-se algo banal ao término da Primeira Guerra Mundial, pois, os combatentes da linha de frente se opuseram as gerações mais velhas. Tal consciência de juventude teve início com os ex-combatentes e esse sentimento se expandiu por todos os países que estavam em guerra.

Sendo assim, passou-se de um período em que a adolescência não existia, para um momento de valorização social, as pessoas almejavam chegar a esta fase da vida e nela permanecer por muito tempo. No século XVII a juventude militar era reconhecida tal qual no século XX reconheceram os adolescentes (Ariès, 1981).

No século XIX as transformações sociais acarretadas pela revolução industrial, possibilitaram o surgimento das alterações relacionadas as etapas da vida dos seres

humanos, neste momento a adolescência começou a ser percebida como um período importante, e o controle da família sobre os filhos adolescentes passou a se prolongar até terem idade para se casar (Ferreira & Nelas, s/d). Observa-se que esta é uma peculiaridade das sociedades ocidentais, especialmente das camadas mais favorecidas economicamente, cabendo, contudo, ressaltar que cada cultura lida com estas questões a sua maneira.

Para Santrock (2014), no final do século XIX e na primeira parte do século XX as sociedades assistiram à invenção do conceito de adolescência tal qual o conhecemos na atualidade. Entre 1890 a 1920 psicólogos, educadores, reformadores, conselheiros e jovens trabalhadores se empenharam em prol do desenvolvimento deste conceito. Em 1904 o psicólogo Stanley Hall publicou um livro pioneiro sobre o estudo da adolescência, o qual, na época, foi crucial para reestruturar o pensamento que se tinha sobre o adolescente, sendo que naquele momento, o adolescente do sexo masculino era visto como passível e vulnerável, características estas que eram atribuídas anteriormente as meninas.

O autor salienta que Stanley Hall foi influenciado fortemente pelo teórico evolucionista Charles Darwin e aplicou tal visão a seus estudos sobre o desenvolvimento dos adolescentes (Santrock, 2014).

Durante muito tempo, as investigações sobre a adolescência ficaram a cargo da Psicologia, segundo a qual ela era vista como uma fase do desenvolvimento humano permeada por crises e conflitos.

Para além da perspectiva psicológica, biologizante e normatizante, no campo da antropologia cultural duas pesquisadoras se destacaram em seus estudos sobre a adolescência, foram elas: Margaret Mead e Ruth Benedict.

Segundo Becker (2003) na perspectiva da antropologia cultural voltada para o estudo da adolescência, Margaret Mead e Ruth Benedict foram as precursoras. Elas postularam que o ser humano evolui de um estágio de dependência para um de dependência relativa, porém, a forma e o padrão pelo qual esta independência é adquirida varia de uma cultura para a outra.

Margaret Mead contribuiu significativamente para a desmistificação da adolescência como sendo um fenômeno universal, vivenciado da mesma forma pelas pessoas em todo o globo terrestre. Em seu trabalho intitulado: *Adolescência, sexo e cultura em Samoa*, ela realizou uma investigação etnográfica ao longo de nove meses, cujo objetivo era compreender o modo de vida dos adolescentes de uma ilha do mar do Sul, denominada Samoa, esta porção de terra situada na Polinésia. As inquietações iniciais eram: as perturbações que afligem os adolescentes se devem a natureza da adolescência ou aos efeitos da civilização? Sobre condições diferentes a adolescência apresenta-se de maneira distinta?

Segundo Mead (1993), esta experiência foi inusitada, pois os hábitos de vida eram muito diferentes, bem como a rotina da população, desta maneira o ambiente social e as atitudes em relação as crianças referentes ao sexo e personalidade contrastavam com a sociedade norte americana. Logo, ela identificou que a adolescência não era um fenômeno universal, ela se moldava a partir da cultura.

Corroborando com os achados de Mead, Cavalcanti (1998, p.11) salienta que:

As sociedades se bifurcam quanto ao modo como ocorre a passagem do estado infantil para o estado adulto. Em certos grupos o processo é lento, gradual, contínuo e o indivíduo deixa, paulatinamente, a infância e vai se revestindo da condição adulta de modo atraumático suave e insensível. Não há limites precisos entre o que é ser criança, ser adolescente e ser adulto. Nenhuma barreira social a ser transposta, nenhum adicional a ser dispendido. O crescimento social flui em virtude da continuidade do condicionamento cultural.

Silva, Silva & Nascimento (2014) defendem que em linhas gerais a criação da adolescência no ocidente configurou-se como uma medida para resolver um problema gerado pela sociedade capitalista, pois, com o avanço tecnológico era necessário construir mão-de-obra qualificada. Neste sentido, a adolescência seria uma fase preparatória para a inserção no mercado de trabalho.

1.1.2 A adolescência na contemporaneidade

Ao longo do século XX, a perspectiva psicológica foi a que imperou quando o assunto era a adolescência. Segundo Checchia (2010, p.13) *“a concepção vigente na Psicologia sobre adolescência tem sido, frequentemente, marcada por uma visão naturalizante e a-histórica acerca desse momento da vida do homem, estando presentes, em muitos estudos, esterótipos relativos a essa fase”*.

Para Aguiar, Bock & Ozella (2007) a concepção de adolescência predominante na área da psicologia pauta-se na teoria psicanalítica. Desde o início do século XX, quando a adolescência passou a ser um objeto de estudo da Psicologia, com o trabalho pioneiro de Stanley Hall, este período da vida passou a ser caracterizado por conturbações e tormentas relacionadas à “emergência da sexualidade”.

Os autores ressaltam que a partir do momento que tais desequilíbrios e instabilidades são atribuídas aos jovens emerge o pressuposto de que na adolescência há uma crise preexistente. Tal perspectiva marca tanto a universalização quanto a naturalização do comportamento do adolescente, tal concepção tem imperado no discurso psicológico até então (Aguiar, Bock & Ozella).

Outeiral (2003) adverte que, quando o assunto é a adolescência, faz-se necessário refletir sobre dois elementos fundamentais: 1-) é preciso considerar que há distintas experiências de adolescência, embora, haja elementos em comum entre elas, é essencial considerar os aspectos psicológicos e sociais da sociedade na qual o adolescente está inserido, 2-) é preciso compreender que a adolescência consiste em diferentes fases com características peculiares.

Para Silva, Silva & Nascimento (2014, p.128) na contemporaneidade, os adolescentes:

(...) carregam os saltos de uma geração para outra, o que fazem deles os representantes da intensificação das tendências que se despontam nesse mundo. Isso faz do adolescente a expressão do ritmo de vida, da plasticidade e multiplicidade, constituindo-se como um sujeito móvel no plano social

Logo, Becker (2003, p.59) pontua que:

(...) a diferença na posição social do indivíduo, num mesmo momento histórico, influencia de modo muito importante a estruturação da adolescência. Adolescentes de classes sociais diversas, numa mesma cidade, apresentam padrões de comportamento bastante diferentes. As desigualdades e a injustiça social se refletem profundamente na adolescência. O jovem de classe mais pobre já chega à adolescência com grandes desvantagens: atravessa-se com muita dificuldade, frequentemente sem poder nem sequer pensar em conflitos familiares, sexuais ou mudanças no corpo, pois tem necessidades básicas mais prementes a serem resolvidas, como conseguir roupa, comida; e suas perspectivas e opções para o futuro são muito limitadas. É bom lembrar que no Brasil a grande maioria dos adolescentes encontra-se nesta situação.

Outra questão ainda suscita desacordo, é o limite cronológico da adolescência, de acordo com Cavalcanti (1998) inúmeros pesquisadores tendem a delimitar a adolescência a um certo período de tempo e raramente compreendem que sob a ótica tanto sociológica quanto psicológica, os comportamentos que são caracterizados como típicos da adolescência, podem ocorrer antes ou depois dos limites cronológicos fixados por uma sociedade.

Nota-se que para além desta tendência em definir cronologicamente a adolescência, na literatura acadêmica, há a necessidade deste marco de início e fim nas legislações sobre o assunto, que necessitam de uma delimitação para fins estatísticos, emissão de relatórios e questões de políticas públicas.

Neste sentido, a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), lei internacional que dispõe integralmente sobre os direitos das crianças, na parte 1, do seu artigo 1º define que: *“(...) considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes”*. Observa-se que nesta lei não há uma categorização que separa crianças e adolescentes, ou seja, para ela a pessoa desde o nascimento até os 17 anos e 11 meses é considerada criança.

De acordo com Eisenstein (2005), a Organização Mundial da Saúde a adolescência é compreendida entre os 10 e os 19 anos, já a Organização das Nações Unidas (ONU) define a adolescência entre 15 e 24 anos, tais critérios são utilizados prioritariamente para análises estatísticas e finalidades políticas. Nota-se que não há um consenso no que tange

a cronologia da adolescência, ela varia de acordo com a concepção teórica, bem como as finalidades as quais estão sujeitas.

Outeiral (2003) adverte que a classificação da adolescência a partir da idade cronológica é algo arbitrário, sendo que na contemporaneidade não raro encontra-se adolescentes que ainda não completaram 10 anos bem como após os 20 anos, não o deixaram de ser. A adolescência é um processo psicossocial e assim sendo depende dos fatores culturais, sociais e econômico da sociedade em que o adolescente está inserido.

Para além das questões cronológicas há uma outra maneira de distinguir a infância da adolescência, trata-se da puberdade. Na contemporaneidade ainda há uma confusão entre os termos adolescência e puberdade, visto que, comumente estas palavras são utilizadas como sinônimos, mas não são.

A puberdade, segundo Levisky (1998, p.23) *“(...) é um processo decorrente das transformações biológicas, enquanto a adolescência é fundamentalmente psicossocial”*.

Para Carneiro, Ribeiro & Ippolito (2015) a puberdade é um fenômeno de ordem biológica, período em que ocorrem mudanças físicas e fisiológicas por meio das ações dos hormônios, que possibilita a “eclosão” dos caracteres sexuais secundários, que preparam o corpo feminino e masculino para a reprodução. Os autores defendem que todos os seres humanos passam pela puberdade, sendo ela universal, já a adolescência é uma construção histórica, pois está circunscrita num determinado tempo e lugar.

De acordo com Osório (1992), a puberdade inicia-se com o crescimento dos pelos em algumas regiões do corpo, tais como região pubiana, rosto, peito e axila nos meninos e axila e região genital nas meninas, essas mudanças corporais são decorrentes das alterações hormonais originárias principalmente do desenvolvimento dos testículos nos meninos e dos ovários nas meninas. O amadurecimento das células germinativas tanto nos meninos quanto nas meninas possibilita que ocorra a primeira menstruação da menina e a primeira ejaculação do menino.

Este autor enfatiza que o início da adolescência nem sempre coincide com a puberdade, visto que, o fenômeno da puberdade é universal, ocorre da mesma maneira na

maioria dos povos, exceto nos pigmeus que a puberdade se inicia por volta dos oito anos de idade, porém, a expectativa de vida também é menor que a dos demais seres humanos.

Observa-se que a puberdade se refere aos aspectos biológicos do desenvolvimento humano, restringe-se as questões fisiológica relacionadas a maturação sexual dos indivíduos, o seu início nem sempre coincide com a adolescente, não raro observamos que a primeira menarca ocorre cada vez mais cedo nas meninas.

Ferreira & Nelas (s/d, p.144) advertem *“a definição do conceito de adolescência é pouco consensual e complexa. Se é difícil marcar o seu início, maior é a dificuldade em identificar o seu final”*.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, popularmente conhecido como UNICEF (2001, p.07):

La adolescencia es un concepto construido socialmente que tiene connotaciones culturales (...) Como para cualquier otra población, es difícil establecer características o similitudes que definan al grupo en su totalidad. Los adolescentes no conforman un grupo homogéneo: lo que tienen en común es la edad. Viven en circunstancias diferentes y tienen necesidades diversas.

Para Frota (2007) a adolescência é um período da vida humana compreendido entre a infância e a vida adulta. Osório (1992, p.10) define a adolescência como:

(...) uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano. Nela culmina todo o processo maturativo biopsicossocial do indivíduo. Por isto, não podemos compreender a adolescência estudando separadamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais. Eles são indissociáveis e é justamente o conjunto de suas características que confere unidade ao fenômeno da adolescência.

Já Papalia & Olds (2000) definem a adolescência como um período da vida que dura aproximadamente dez anos, tem início por volta dos 12 ou 13 anos e estende até os 20 anos, ressaltam que não há uma definição clara quanto o seu início e o seu fim. Para estas autoras a adolescência tem início na puberdade, processo que acarreta a maturidade sexual, ou seja, a capacidade de reprodução.

Levisky (1998) compreende a adolescência como um processo que acontece ao longo do desenvolvimento dos seres humanos, este período caracteriza-se por uma “revolução biopsicossocial”; marca a transição da infância para a vida adulta. As

manifestações comportamentais e sociais dos adolescentes e a sua adaptação depende da cultura a qual está inserido.

1.1.3 A adolescência no Brasil

Para além da adolescência ser uma temática atual, hoje, o Brasil possui a maior população de adolescentes já registrada em sua história, sendo assim, o momento torna-se propício para o desenvolvimento de investigações que acarretem ações que contribuam de maneira significativa para um melhor conhecimento desta população.

De acordo com a última pesquisa realizada pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para medir a densidade o perfil da população brasileira, popularmente conhecida como censo, em 2010 residiam no Brasil 190 milhões de pessoas. No que tange a distribuição da população por faixa etária entre os 10 e 19 anos tínhamos aproximadamente 45 milhões de crianças e adolescentes como observa-se nas figuras a seguir.

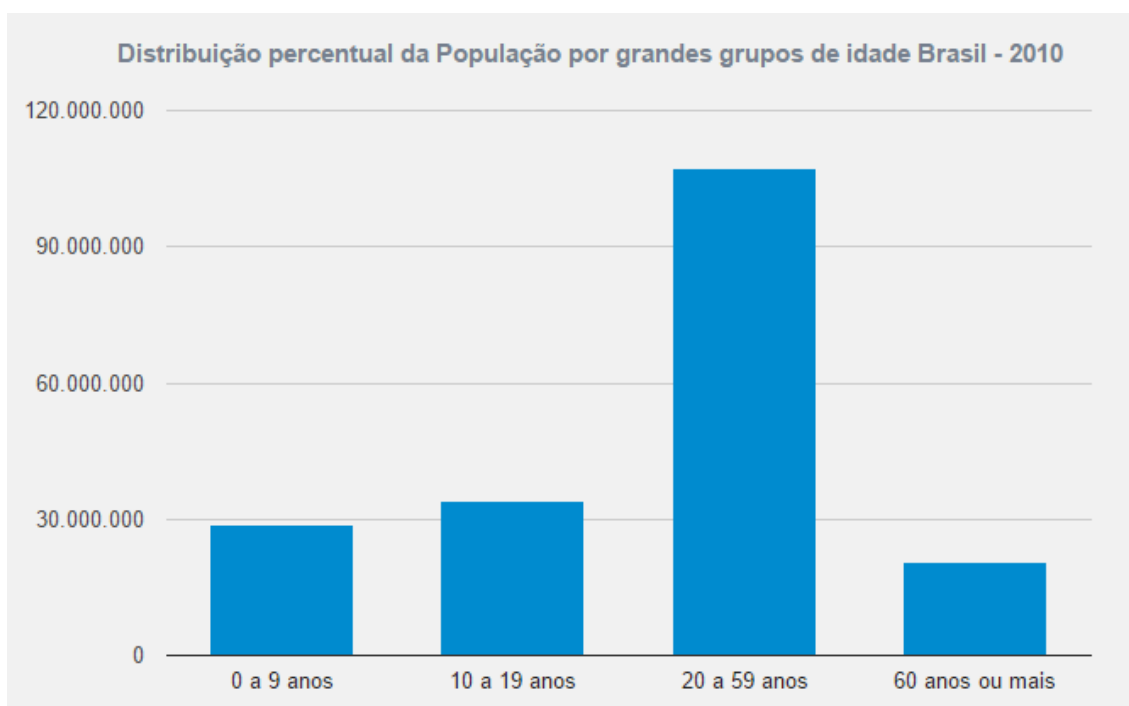


Figura 1- Distribuição da população brasileira por faixa etária

(Fonte: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>)

Grupos de Idade	
0 a 9 anos	28.918.055
10 a 19 anos	34.157.633
20 a 59 anos	107.242.036
60 anos ou mais	20.590.597

Figura 2 - Grupo etário e número de habitantes

(Fonte: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf) (2011a)

Segundo dados da UNICEF¹, a população brasileira compreendida entre 0 e 18 anos corresponde a quase um terço de toda a população de crianças e adolescentes da América Latina e Caribe. O país tem aproximadamente 21 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos.

O relatório sobre a situação da Adolescência Brasileira elaborado pela UNICEF em 2011, denominado *O direito de ser adolescente* ressalta que o Brasil vive um momento histórico ao qual denominaram bônus demográfico, visto que, 11% da população encontra-se na adolescência, sendo assim, o país vive um momento inédito de possibilidades, tem uma única oportunidade de desenvolver ações voltadas a esta faixa etária, pois nunca houve e não haverá tamanho contingente de adolescentes (UNICEF, 2011).

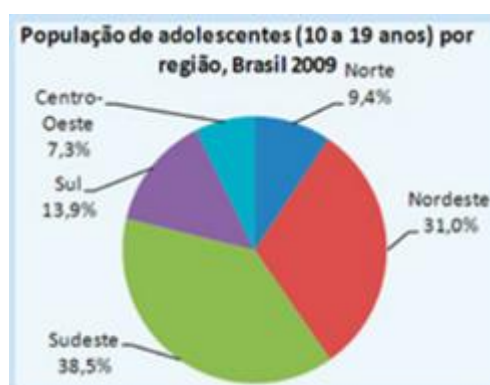


Figura 3 - Estimativa da porcentagem de adolescentes brasileiros por região no ano de 2009

(Fonte: [http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf)) (2011b)

¹ <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

Observa-se que a região Sudeste é a que possui um maior contingente de adolescente com aproximadamente 38,5%, seguida pela região Nordeste que concentra aproximadamente 31%, o Brasil como um todo, mas especialmente estas regiões necessitam de políticas públicas eficazes que privilegiem esta faixa etária (UNICEF, 2011).



Figura 4 - Tendência populacional de adolescentes brasileiros entre 1950 a 2050

(Fonte: [http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf)) (2011b)

Nota-se que no Brasil nunca houve tantos adolescentes, porém, a partir de 2020 estima-se que haverá um declínio desta população, logo o momento atual configura-se como primordial, ou seja, uma grande oportunidade para o desenvolvimento de ações em diversas áreas, especialmente na educação voltada para a cidadania. Porém, é necessário lançarmos mãos de recursos metodológicos diferenciados, bem como adotar uma visão de homem que possibilite olhar para os adolescentes e compreendê-los em sua singularidade, como protagonista da sua própria vida e autor da sua história.

1.1.4 A Sociologia da Infância como forma de perspectivar a adolescência

Neste cenário que clama pelo desenvolvimento de novos conhecimentos, a Sociologia da Infância configura-se como um arcabouço teórico que possibilita romper

paradigmas, pois, ela tem trazido inúmeros contributos para superarmos a visão reducionista que até pouco tempo atrás se tinha sobre as crianças especialmente nas investigações. Neste sentido adotou-se este referencial teórico por entender que as suas proposições vão ao encontro da concepção de adolescente adotada neste trabalho, ou seja um ator social, que interage com o meio ao qual está inserido e sofre influências da sua cultura.

Durante muito tempo os estudos sobre a infância ficaram a cargo da medicina e da psicologia do desenvolvimento, no âmbito sociológico segundo Delgado e Tomás (2013) o conceito de infância esteve muito tempo desvinculado desta ciência, as pesquisas sobre as crianças eram centradas no contexto escolar, focando o ofício de aluno, ou nas crianças diluídas nas pesquisas sobre família, nas quais a criança encontrava-se invisível. Neste sentido a infância não era tida como uma categoria social com peculiaridades, apenas recentemente a Sociologia começou a reconhecer as diferenças das crianças.

No mesmo sentido para Abramowicz e Oliveira (2010) ressaltam que a Sociologia da Educação norteou-se por um longo período pela concepção de socialização advinda de Durkheim, os sociólogos investigavam as influências da socialização na vida das crianças a partir de uma perspectiva estrutural-funcional, nesta lógica as crianças permaneciam silenciadas frente à imposição dos valores dos adultos.

De acordo com Delgado e Tomás (2013), desde o século XIX observa-se um processo de homogeneização do que deveria ser a "infância ideal", tal concepção volta o seu olhar ao ocidente, a raça branca e a classe média; para as autoras essa realidade precisa ser combatida e modificada. Paralelamente há correntes que questionam a real existência da infância e a noção de que a crise das relações de poder vivenciadas na contemporaneidade foram precipitadas pela reivindicação do poder para as crianças, salientam que ainda há pouco conhecimento sobre as culturas e os mundos sociais das crianças e que a maioria dos estudos sobre a infância baseam-se nas imagens que temos da infância e não na realidade social na qual elas estão inseridas.

Frente a este panorama segundo Montandon (2001) no ano de 1984 a Sociedade para o Estudo do Interacionismo Simbólico realizou uma reunião na qual estavam presentes inúmeros sociólogos norte-americanos, esta sessão foi denominada como

“Desenvolvimento da criança e interacionismo simbólico”, tal iniciativa encorajou alguns participantes que no ano de 1986 criaram o primeiro fascículo da revista *Sociological Studies of Child Development*. Já em 1990 houve um Congresso Mundial de Sociologia no qual os sociólogos da infância se reuniram pela primeira vez, dois anos depois a Associação Americana de Sociologia criou uma seção denominada Sociologia das Crianças que posteriormente passou a se chamar *Sociological Studies of Children*.

Corroborando Quinteiro (2002) ressalta que no congresso de sociologia ocorrido em 1990 foram debatidos os aspectos que envolviam a socialização das crianças bem como a influência exercida pelos agentes e as instituições socializadoras, desde então houve um aumento significativo nas produções científicas nesta área do conhecimento. Observa-se uma intensa atividade dos sociólogos preocupados com a infância a partir da década de 80 do século XX.

De acordo com Sarmento e Marchi (2008) o campo da Sociologia da Infância é permeado por disputas paradigmáticas, decorrentes de debates teóricos e epistemológicos no que tange a construção de conhecimento dos desprovidos de voz, como é o caso das crianças. De modo geral a Sociologia da Infância encontra-se dividida em três correntes: a estrutural, a interpretativa e os estudos pautados na perspectiva crítica.

Para este trabalho os preceitos adotados foram o da Sociologia da Infância Crítica, estes segundo Sarmento e Marchi (2008, p.2) sustentam que:

(...) a concepção de que a infância é, simultaneamente, uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social” – grupo que vive condições especiais de exclusão”. Do ponto de vista desta corrente, a SI só poderá consumir as suas finalidades se contribuir para a “emancipação social” da infância. A vinculação do trabalho investigativo e analítico a formas de intervenção é feito quer através de estudos aplicados, quer, de modo indirecto, em programas políticos. Decorre daí a opção por estudos de “investigação-acção” ou de “investigação participativa.

A partir deste prisma, Sarmento (2005, p.363) pontua que:

A Sociologia da Infância propõe-se a constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para elas.

Ainda de acordo com Sarmento (2006) a infância é uma categoria social do tipo geracional, as crianças configuram-se como um grupo de sujeitos ativos que agem e interpretam o mundo no qual estão inseridas.

Corroborando segundo Abramowicz e Oliveira (2010) a partir da Sociologia da Infância a criança passou a ser concebida a partir da sua história e da sua peculiaridade não mais como membro de uma categoria universal. Esta nova ciência problematiza as abordagens biológicas e psicológicas que tendem a uniformização da infância, sendo que mesmo levando em consideração os fatores de homogeneidade relacionados à infância como um grupo com características etárias semelhantes, devem ser concebidas a partir da sua heterogeneidade advinda da classe social, étnica, gênero, religião, entre outros.

Para Abramowicz (2011) a Sociologia da Infância possibilitou a investigação das crianças e da infância, criando desta forma um campo de pesquisa, cujo demais pesquisadores e sociólogos esforçaram-se para compreender, ela reinventou a criança, alargou possibilidades teóricas quando propôs a criança para além dos paradigmas tradicionais e homogênicos, como a psicologia.

No que tange a Sociologia da infância no âmbito brasileiro, de acordo com Rocha (2011, p. viii)

A tradição de estudos da educação, até então voltada para processos e métodos pedagógicos, como busca de orientações únicas e gerais para a educação das crianças, tratadas de forma abstrata e universal, revela o seu esgotamento ante as expectativas sociais e políticas dos “novos tempos”, em especial em países marcados por uma extrema desigualdade social e pobreza.

Dentre os primeiros ensaios do estudo sobre a infância no Brasil, na década de 40 do século XX o sociólogo Florestan Fernandes lançou a obra “As trocinhas do Bom Retiro” no qual reconhecia a criança como um agente de socialização, a partir de um estudo sobre o folclore infantil. Já na década de 90 o autor José de Souza Martins escreveu a obra “crianças sem infância” (Delgado e Tomás, 2013).

Embora as pesquisas sociológicas com as crianças tenha iniciado com Florestan Fernandes, ela foi interrompida, mas na atualidade em ressurge em prol das crianças que passaram a ser vistas como sujeitos de direito; trata-se de um campo teórico que está em construção (Faria e Finco, 2011).

Nota-se um crescente interesse e um aumento nas publicações sobre as pesquisas com crianças na perspectiva da Sociologia da Infância desde o início do século XXI, porém Delgado e Tomás (2013) ressaltam que de maneira geral, os estudos realizados no Brasil sobre a infância revelam limitações do ponto de vista metodológico porque raramente a

recolha dos dados e a análise das informações obtidas contam com a participação das crianças.

Faria e Finco (2011) ressaltam que as teorias pós-colonialistas “coloracam o mundo de ponta cabeça”, sendo assim contribuíram para as investigações tanto das crianças quanto das culturas infantis, isto possibilitou para além de dar visibilidade social as criança enquanto protagonistas de suas histórias numa sociedade cuja visão adultocêntrica impera, bem como romper com a forte influência de ciências “androcêntrica e adultocêntrica. As críticas feitas a partir da literatura pós-colonialista possibilitou repensar a relação estabelecida até então entre a infância, a pedagogia e o protagonismo das crianças, a partir de uma parceria pautada na cumplicidade entre as crianças e os adultos visando a construção de novos conhecimentos.

Para Nascimento (2011) a Sociologia da Infância compreende as crianças como participantes ativos de uma rede de relações que extrapola a família e a escola, eles são vistos como atores sociais, com capacidade de produzir mudanças em seu meio social, visto que elas são influenciadas e influenciam as questões econômicas, políticas, sociais e culturais e criam significados a partir delas. As crianças pertencem a diferentes classes sociais, cor, etnia, gênero, espaço geográfico, estão inseridas em diferentes contextos sociais e culturais, logo são seres concretos e contextualizados na sua comunidade

1.2. OS DIREITOS DA CRIANÇA

1.2.1 A construção dos direitos das crianças - Panorama Internacional

Na contemporaneidade, os direitos das crianças e adolescentes constituem um assunto que frequentemente está em pauta, seja em conferências, congressos, na mídia escrita ou falada ou redes sociais, em nenhum outro momento da história da humanidade os olhares da sociedade se voltaram tanto para este público. Esta mudança de paradigma é algo recente, teve início no século XX.

Segundo Lima (2013), ao longo do século XX, em todo o mundo ocorreram movimentos que visaram ampliar e valorizar os direitos das crianças tanto no âmbito científico quanto nas políticas públicas. Tais iniciativas partiram da concepção de infância enquanto grupo geracional específico, mas frequentemente (tornado) invisível e silencioso, sendo assim tanto as crianças quanto os adolescentes passaram a ter um “*status*” de cidadãos plenos, necessitando de proteção e cujos direitos deviam ser respeitados, desde então passaram a ser prioridade da sociedade política e civil.

Neste sentido, de acordo Goulart (2013), os primeiros movimentos em prol dos direitos das crianças ocorreram após a I Guerra Mundial por meio da criação de uma organização não governamental denominada *Save the Children*, no ano de 1919, que tinha por objetivo minimizar a situação de miséria que assolava as crianças; com o advento desta organização houve um ensaio da declaração dos direitos das crianças. Em 1945 foram criadas a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e após três anos foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Andrade (2010) ressalta que a criação da *Internacional Child Emergency Fund* (UNICEF) em 1946, deveu-se à necessidade de prestar assistência às crianças que ficaram órfãos durante a Segunda Guerra Mundial, bem como criar um fundo internacional que ajudasse as crianças necessitadas; inicialmente a atenção era voltada para as crianças chinesas, europeias e refugiados da Palestina. No ano de 1953, a UNICEF passou a ser um órgão permanente da ONU, já em 1958 os seus investimentos incorporaram os serviços sociais destinados as crianças e famílias se estendendo a serviços educacionais.

De acordo com Flekkøy (1993 citado por Souza, 2008, p.13):

Após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas assumiram o compromisso de promover os direitos humanos. Então, foi adotada, em 1959, a Declaração dos Direitos das Crianças, inspirada na Declaração de 1924. O termo “direito” passou a aparecer no documento, o qual inclui direito ao nome, à nacionalidade, educação, saúde, desenvolvimento, além de proteção contra discriminação, negligência e trabalho. Nessa Declaração de 1959, a criança começou a ser entendida como sujeito, com direitos específicos. Também foi enfatizada a necessidade de amor e entendimento mais do que a convivência com os pais.

Nota-se que as guerras mundiais foram uma das molas propulsoras para se pensar a situação das crianças, visto que, tais acontecimentos deixaram muitas crianças órfãs e em

situações precárias que colocavam em risco a sobrevivência. Neste contexto era emergente a criação de mecanismos sociais que assegurassem os seus direitos por mais simples que ainda fossem.

Ao longo do século XX foram elaboradas três cartas sobre os direitos das crianças, foram elas: Declaração dos Direitos das Crianças no ano de 1924, posteriormente a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959 e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989 (Lima, 2013).

Embora a primeira Declaração tenha sido elaborada no ano de 1924 e a segunda em 1959, segundo Mariano (2010) especialmente após o Ano Internacional da Criança, comemorado em 1979, a infância passou a ser evidenciada nas políticas públicas. *“Assistimos a uma coalizão mundial que, em nome da criança e do adolescente, defende seus direitos e delimita os problemas sociais que os atingem (p.21).*

Corroborando, Oliveira (2015, p.4) ressalta que as declarações foram fundamentais *“(...) por demarcarem um novo período para as crianças a partir de sua incorporação na agenda do Direito Internacional produzindo e formatando novas concepções sobre a criança, a infância e a noção de “sujeito de direitos” ao longo do tempo”.*

Passados dez anos deste marco denominado Ano Internacional da Criança, houve a elaboração da Convenção Sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 (ONU, 1989).

Segundo Renaut (2002) o ponto de partida da elaboração desta Convenção, foi um projeto de convenção sobre os direitos das crianças, confeccionado no ano de 1978 pelo governo polaco, esta iniciativa foi uma homenagem ao pedagogo Janusz Kirczak, um grande militante desta causa; ele morreu em 1942, num orfanato no qual era diretor juntamente com duzentas crianças. Este pedagogo publicou várias obras sobre a infância, em 1929 escreveu um pequeno texto que denominou “O direito da criança ao respeito” e nela explicitou a sua indignação com a Declaração de Genebra (1924), para além disso, falou sobre a liberdade das crianças, após esta iniciativa de Janusz, formou-se um grupo de trabalho na Comissão das Nações Unidas, cujo resultado do trabalho foram os 54 artigos da Convenção aprovado em 1989.

De acordo com Casas et al (2008) a Convenção foi ratificada no começo dos anos 90, na ocasião foi aprovada por 191 dos 193 Estados que fazem parte das Nações Unidas, configurando-se assim como o documento internacional com maior adesão já registrado na história. Arantes (2012) acrescenta que destes 193 países que ratificaram a Convenção, 64 deles fizeram algumas reservas, bem como declarações com caráter interpretativo, visando tornar os artigos compatíveis a legislação do país, assim como a cultura e a religião.

Segundo Grahn-Farley (2002), citado por Arantes (2012) estas reservas e declarações aos artigos da CDC foram feitas por 19 países Asiáticos, 7 pertencentes as Américas, 2 do Caribe, 26 europeus e 10 do Oriente Médio.

Gaitán & Liebel (2011) salientam que a partir da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Crianças a maioria dos países, exceto Estados Unidos e Somália firmaram o compromisso de proteger, respeitar, colocar em prática e fazer valer os direitos que esta lei assegura a todas as crianças.

A CDC se apoia em quatro princípios de ordem ética, filosófica e jurídica: i-) a não discriminação, ii-) melhor interesse da criança, iii-) direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e iv-) respeito à opinião da criança (Arantes,2012).

Rosemberg & Mariano (2010) ressaltam que a Convenção sobre os Direitos da Criança foi inovadora em relação as declarações anteriores, visto que, reconheceu a criança (pessoa compreendida na faixa etária entre 0 a 17 anos e 11 meses), todos os direitos inscritos na Declaração dos Direitos Humanos, bem como as liberdades; este último foi sempre um privilégio dos adultos.

Apud (2001) acrescenta que desde a aprovação da CDC observa-se em todo o mundo transformações significativas na vida de crianças e suas famílias. Com exceção dos Estados Unidos da América que não aderiu a este tratado, os demais países tendem a cumprir as normas deste tratado que reconhece sem distinção toda pessoa com menos de 18 anos como sujeito de direitos.

Embora os direitos das crianças apresentem muitos significados e “facetas”, em linhas gerais podem ser compreendidos como uma maneira peculiar de direitos humanos,

com disposições que conferem a infância um status social observado a partir dos adultos (Gaitán & Liebel, 2011).

1.2.2 Direitos assegurados pela Convenção sobre os Direitos da Criança

A CDC é composta por 54 artigos, eles estão agrupados em quatro categorias: direito a sobrevivência, direito ao desenvolvimento, direito a proteção e direito a participação (Apud, 2001).

Frota (2004, p.71) citado por Rosemberg & Mariano (2010, p.712) organizou num quadro de maneira sintetizada os direitos contidos na CDC, tendo formado três grupos: direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais e direitos especiais e/ou de proteção.

Direitos civis e políticos	Direitos econômicos, sociais e culturais	Direitos especiais (proteção)
Registro, nome, nacionalidade, conhecer os pais.	Vida, sobrevivência e desenvolvimento.	Proteção contra abuso e negligência.
Expressão e acesso à informação.	Saúde.	Proteção especial e assistência para a criança refugiada.
Liberdade de pensamento, consciência e crença.	Previdência social.	Educação e treinamentos especiais para crianças portadoras de deficiência.
Liberdade de associação.	Educação fundamental (ensino primário obrigatório e gratuito).	Proteção contra utilização pelo tráfico de drogas, exploração sexual, venda, tráfico e sequestro.
Proteção da privacidade.	Nível de vida adequado ao desenvolvimento integral.	Proteção em situação de conflito armado e reabilitação de vítimas desses conflitos.
	Lazer, recreação e atividades culturais.	Proteção contra trabalho prejudicial à saúde e ao desenvolvimento integral.
	Crianças de comunidades minoritárias: direito de viver conforme a própria cultura.	Proteção contra uso de drogas.
		Garantias ao direito ao devido processo legal, no caso de cometimento de ato infracional.

Quadro 1- Síntese dos direitos da criança previstos pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)

(Fonte: Frota 2004, p.71)

No mesmo sentido, Casas et al (2008) ressaltam que os direitos contidos na CDC foram agrupados a partir de três princípios, popularmente conhecidos como os “3 Ps”, direitos de Provisão, direitos de Proteção e direitos de Participação. De acordo com Goulart (2013), esta definição foi elaborada pelo Comitê responsável pela fiscalização dos países na aplicação do tratado.

Gaitán & Liebel (2011) consideram para além dos direitos de proteção, provisão e participação, o direito de liberdade ao cidadão. Já Oliveira (2015) enfatiza que o direito à participação é o que marca a grande inovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, pois este princípio consiste em ouvir a criança e considerar a sua opinião, tendo em vista o seu melhor interesse.

De acordo com Hammarberg 1990 citado por Fernandes (2005 p.35-36):

Direitos de provisão – implicam a consideração dos programas que garantam os direitos sociais da criança, nomeadamente o acesso de todas as crianças a direitos como a saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura; (...) **Direitos de protecção** – implicam a consideração de uma atenção distinta às crianças, de um conjunto de direitos acrescidos, que, por motivos diversos, nomeadamente situações de discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito, se encontrem privadas ou limitadas no exercício dos seus direitos; (...) **Direitos de participação** – implicam a consideração de uma imagem de infância activa, distinta da imagem de infância objecto das políticas assistencialistas, à qual estão assegurados direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu benefício, que deverão traduzir-se em acções públicas para a infância, que consideram o ponto de vista das crianças.

Esta Convenção configura-se como um marco histórico, pois, trouxe uma nova concepção de criança, possibilitou o seu reconhecimento enquanto um sujeito de direitos e cidadã. Em se tratando da sociedade europeia, nota-se a partir da leitura de alguns documentos do Conselho da Europa que talvez este seja um dos maiores desafios apresentados pela CDC à sociedade, pelo fato de não terem uma “tradição histórica” de reconhecer um papel social de destaque às crianças e jovens (Casas et al, 2008).

Gaitán & Liebel (2011) alertam que as pessoas não compreendem nem tão pouco interpretam a CDC da mesma maneira, pois trata-se de uma lei cujos princípios são gerais

e a sua vigência é global, dando margem a diversas maneiras de entendê-la; nela também não há uma solução para todos os problemas que acometem as crianças.

1.2.3 Impasses relacionados a Convenção sobre os Direitos da Criança

Embora a Convenção sobre os Direitos da Criança tenha representado um marco na legislação, há inconsistências internas e controvérsias que precisam ser levadas em consideração e refletidas. Logo no seu preâmbulo, verifica-se que a redação muito se assemelha da Declaração dos Direitos da Criança de 1959 visto que no primeiro documento determina-se *“a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento”* (UNICEF, 1959).

E na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989) *“a criança, em virtude de sua falta maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento”*.

Observa-se, portanto, que a mesma Convenção que se refere à criança como imatura mentalmente, que necessita de cuidados especiais, estabelece o direito à participação, isso dá margem a várias interpretações e soa controverso.

Rosemberg & Mariano (2010) pontuam que os analistas da Convenção apontam duas “tensões intrínsecas”, uma consiste na pretensão de abrangência mundial desta legislação, desconsiderando o fato que ela foi elaborada a partir da ótica ocidental e a outra no fato dela promulgar de maneira simultânea direitos de proteção, provisão e de participação, liberdade e expressão.

No que tange aos direitos de participação, da liberdade de expressão, opinião e pensamento Renaut (2002) chama atenção para o fato de que Convenção não fazer distinção etária entre uma criança de 6 ou 15 anos e pontua que:

o principal problema colocado pela menção dos direitos-liberdades tem a ver com a maneira como entram, manifestamente, em contradição com a concepção de criança que preside ao reconhecimento dos direitos-creditos: o mesmo menor cuja imaturidade física e intelectual baseia

a proteção à qual tem direito, parece agora poder considerar-se suficientemente maduro para beneficiar-se das liberdades de opinião, pensamento, de consciência ou de associação (p.294).

Frente a este apontamento, Soares (2005) ressalta que são constantes as tensões entre os direitos de proteção e participação, pois se apoiam em perspectivas contrárias, de um lado está a concepção de criança enquanto um ser indefeso, que necessita dos cuidados e da proteção dos adultos, que não assume responsabilidade, do outro há a criança que é detentora de direitos básicos e também do o direito à participação, assim sendo ela tem oportunidade de se posicionar sobre as questões que afetam a sua vida.

Partindo da criança e não mais puramente das questões relacionadas a legislação, Bernardi (2010b, p.57) adverte que:

Respeitar o direito da criança de participar não significa conceder a ela o direito de assumir a responsabilidade em qualquer decisão, independentemente das implicações ou de sua própria capacidade. É preciso levar em consideração seu nível de compreensão e respeitar seu interesse superior, garantido pela lei. Além disso, deve-se observar que a criança tem o direito e não o dever de expressar sua própria opinião, tem que ser respeitada quando ela demonstra não ter interesse ou vontade de participar.

E para finalizar, Sarmento & Pinto (1997) sabiamente advertem que, embora as crianças estejam amparadas por uma lei de proteção, muitas ainda vivem em situação de desigualdade e discriminação, sendo assim, a realidade social na qual elas estão inseridas, não será modificada apenas pela promulgação de normas jurídicas, pois, estes problemas são de ordem estrutural e necessitam de um conjunto de ações para serem solucionadas.

1.2.4 O direito à participação

Desde o início da década de 90 do século XX, a par do desenvolvimento da Sociologia da Infância, há inúmeros contributos provenientes do âmbito jurídico e normativos que legitimam a criança enquanto sujeito de direito, com direito a voz e ação social e política (Tomás e Fernandes, 2013).

Tomás (2007) ressalta que a Convenção sobre os Direitos da Criança encorajou tanto as organizações governamentais quanto as não governamentais a valorizarem a participação das crianças sob um prisma diferente, visto que até a década de 90 do século

passado o conceito de participação era perspectivado de uma forma adultocêntrica, ou seja, as intervenções realizadas não possibilitavam uma relação igualitária entre as crianças e os adultos, pois, elas ocorriam de cima para baixo, ou seja, dos adultos para as crianças.

O direito à participação infantil é assegurado mundialmente, com base no artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989, p.10):

Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

De acordo com Lansdown (2005, p.3) o artigo 12 da CDC impõe aos adultos, sejam eles, pais, professores, trabalhadores dos sistemas de garantias de direitos, políticos, entre tantos outros, que assegurem as crianças as condições necessárias para expressarem as suas opiniões e o seu ponto de vista sobre os assuntos que lhe dizem respeito, bem como que forneçam a eles informações adequadas a sua idade, possibilitando que elas as interpretem e formem as suas opiniões sobre o assunto em questão. Os autores chamam atenção para o fato de que este artigo assegura o direito a livre expressão de opinião e não o dever, ou seja, as crianças opinarão quando acharem que devem e em hipótese alguma serão coagidas a isso.

Para Casas et al (2008), o artigo 12º representa um dos maiores desafios nas políticas voltadas para a infância nas sociedades europeias, pois ele concebe as crianças como sujeitos de direitos conferindo a elas um reconhecimento legislativo em âmbito internacional igual ao dos cidadãos adultos, neste sentido, a criança é um cidadão com plenos direitos e assim sendo, deve ser escutada e considerada como um ser ativo na sociedade.

O artigo 13º da CDC (1989, p.11) ressalta que:

A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.

O direito a participação preconiza que deve se levar em conta tudo o que afeta a vida das crianças, ou seja, é preciso considerá-las de maneira integral, escutá-las, consultá-las, informá-las, possibilitar que participem das decisões que lhe digam respeito, a partir da capacidade de compreensão (Casas et al, 2008).

Segundo Gaitán & Liebel (2011) “(..) *el concepto de participación, entendido como derecho, se basa en una visión del ser humano según la cual, en principio, toda persona tiene el interés y la capacidad de hacer uso del mismo*”.

1.2.5 A participação de crianças e adolescentes

Para Gaitán & Liebel (2011, p.11)

Hoy en día, cuando se habla de participación, siempre se piensa en proyectos o modelos que se establecen para o con niños. Pero se olvida que, más allá de todas las consideraciones pedagógicas o voluntad de aplicación de los Derechos del Niño que pueda haber, la participación tiene que ver, en primer lugar, con la vida cotidiana, ya que los seres humanos son seres sociales, de modo que todas las personas toman parte en la vida social, sin importar su edad. Son actores, organizan su vida, buscan su posición en relación con los demás, definen sus marcos de influencia, asumen tareas, cumplen o niegan sus deberes.

A palavra participação é originária da palavra latina *participare* que significa “saber fazer”, trata-se de um conceito polissêmico, porém há certa unanimidade no que tange a concebê-la como um processo fundamental para a consolidação de um sistema democrático (Tomás e Gama, 2011)

Ainda para estas autoras:

Participar significa influir directamente nas decisões e no processo em que a negociação e a concertação entre adultos e crianças são fundamentais, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objectivos pretendidos e que resultam num processo híbrido. A participação é um processo gradual, mas seguro, que se pretende, pela experiência e pela aprendizagem da participação das crianças, seja um valor em si mesmo e um direito fundamental da infância no reforço dos seus valores democráticos (Tomás e Gama, 2011, p.3).

De acordo com Casas et al (2008) na comunidade internacional uma das definições mais aceitas sobre a participação infantil é a formulada por Hart:

(...) la participación es *el proceso de compartir las decisiones, que afectan la vida propia y la vida de la comunidad en la cual se vive. Es el medio por el cual se construye una democracia y es un criterio con el cual se deben juzgar las democracias. La participación es el derecho fundamental de la ciudadanía* (Hart 1993, citado por Casas et al 2008, p.16).

Tomás e Gama (2011) advertem que a participação se configura como uma condição necessária para a efetivação do discurso e impulsionar a garantia de direitos,

sendo assim, a promoção do direito a participação infantil é um imperativo para a consolidação social da criança enquanto um sujeito de direitos.

Para Gaítan & Liebel (2011) embora haja uma enorme variedade no que tange à definição do que é a participação e dos seus objetivos, o essencial é que ela promova a autonomia e a emancipação das pessoas e que ela contribua de maneira significativa para promover a justiça e a equidade social.

Corroborando Tomás (2007, p.49) ressalta que *“participar significa influir directamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objectivos pretendidos e que resultam num processo híbrido”*.

Para Tonucci (2005), possibilitar a participação infantil não consiste simplesmente em fazer perguntas e conceder à criança o direito a resposta. Mais do que isto, é preciso criar condições para elas se expressarem, e para isso as crianças precisam pensar sobre as coisas que elas conhecem e que fazem parte das suas vidas, tais como a cidade em que vivem, a vida no bairro, as suas necessidades e desejos, sendo fundamental envolver as crianças em questões que todas tenham condições de contribuir.

Embora neste trabalho tenhamos utilizado os termos criança e adolescente praticamente indistintamente, partindo da definição da CDC, segundo a qual criança é qualquer pessoa com menos de 18 anos, em se tratando das possibilidades de participação cabem algumas ressalvas.

A literatura sobre participação adverte ser fundamental diferenciar a participação das crianças e a dos adolescentes, visto que as maneiras de as promover estão relacionadas com a idade, bem como a capacidade de expressar a opinião e tomar decisões. Assim, o exercício de participação dos adolescentes consiste em: *“expressar as suas opiniões livremente, ter iniciativas e atuar nos processos, avaliar as políticas, programas e serviços com a finalidade de garantir que estes sejam desenhados de acordo com as suas necessidades e interesses”* (UNICEF, 2001, p.11).

Para que haja efetivamente uma participação autônoma por parte dos adolescentes é fundamental que eles sejam consultados e informados em todas as etapas decorrentes

do processo, eles devem ter autonomia para se organizarem, agendarem compromissos, promoverem ações em comum acordo com os demais atores sociais envolvidos (UNICEF, 2001).

Para Apud (2001) a participação infantil pressupõe situações colaborativas e cooperativas visando um progresso comum entre todos, desta maneira possibilita tanto a criança quanto ao adolescente o desenvolvimento da confiança em si mesmos bem como do desenvolvimento da iniciativa. A participação também permite que as crianças se constituam enquanto sujeitos de direitos, com capacidade de expressar as suas ideias, opiniões, e tomarem decisões nos assuntos que lhe dizem respeito tanto em suas casas, quanto na escola e na comunidade a qual pertencem. Neste sentido, a participação deve ser compreendida como um processo de aprendizagem, pois, se trata de uma relação de igualdade estabelecida entre crianças, adolescentes e adultos.

Ainda de acordo com Apud (2001), há três espaços nos quais podem e devem ser desenvolvidas a participação infantil, são eles: a família, a escola e a cidade:

- ❖ **Família:** a família é o primeiro lugar de socialização para o desenvolvimento da participação das crianças e dos adolescentes, ela tem um papel fundamental na potencialização das ações participativas, enquanto uma responsabilidade social, porém pela família ser uma instância por vezes de difícil acesso, elas podem estar envolvidas neste processo de participação ou então presenciar estas iniciativas em outros âmbitos como na escola ou comunidade.
- ❖ **A escola** – é o segundo espaço fundamental para o desenvolvimento e a potencialização da participação das crianças e dos adolescentes, embora muitas escolas ainda pautem as suas práticas pedagógicas nos modelos tradicionais e se opõe a iniciativas voltadas a participação, isto vai contra um dos principais objetivos das escolas que consistem em serem agentes socializadores dos estados, trabalhando em prol da estabilidade e democracia. O desenvolvimento de práticas participativas no âmbito escolar questiona os medos de um sistema educativo sem controle nem regras que resulta da aprendizagem dos direitos e responsabilidades individual e coletiva.

- ❖ **Local ou Municipal** -é o terceiro espaço para o desenvolvimento da participação infantil, a cidade é um espaço de participação cidadã de consolidação da democracia; é na esfera local que as pessoas desenvolvem a suas vidas tanto afetiva quanto socialmente, é onde elas estabelecem relações com o demais. A solução para a falta de participação de crianças e adolescentes consiste no desenvolvimento de ações efetivas a nível local (Apud, 2001).

Referente ao direito de participação infantil não há consenso na literatura quanto às modalidades de participação nem sobre a visibilidade, para, além disto, a grande questão de acordo com Fernandes (2005, p.117) consiste em “(...) é saber como é que poderemos, simultaneamente, reivindicar competência, espaço de acção e intervenção das crianças no exercício dos seus direitos e dependendo do seu grau de dependência e vulnerabilidade, enfatizar o quanto precisam da protecção adulta”.

Segundo Soares (2005, p.444), há três aspectos que contribuem para a “fraca expressão de uma cultura de participação infantil”:

o **primeiro** relaciona-se com aspectos culturais resultantes de uma tradição de silêncio e de inexistência de participação social e política; o **segundo** diz respeito à questão do poder que se coloca no exercício da participação pelas crianças, o que leva a que esta participação esbarre, frequentemente, em práticas culturais, familiares, educativas e outras que privilegiam enfoques paternalistas e autoritários, em vez de processos de diálogo, de intervenção e acção social; o **terceiro** tem a ver com a questão da minoridade da infância enquanto grupo social que, à imagem de outros grupos sociais minoritários, se confronta com mecanismos de exclusão, neste caso, relacionados com a participação nos assuntos que lhe dizem respeito, assuntos que continuam, em grande medida, a ser conduzidos pelos adultos ...no melhor interesse da criança...

1.2.6 Escalas e Níveis de Participação

De acordo com Gaitán & Liebel (2011) há diferentes conceitos de participação, bem como interesses diversos, desta forma a participação pode referir-se também a diferentes níveis da realidade, ela pode ser classificada em participação a nível pessoal ou privado, que se refere a questões e decisões de cunho pessoal, já a participação a nível público ou político, diz respeito a decisões num âmbito coletivo.

Para avaliar o grau de participação infantil Hart (1993) criou uma escala que ilustra o quão os adultos envolvem as crianças neste processo, ele baseou-se na escala elaborada por Arnstein para avaliar a participação dos adultos. O esquema proposto por Hart foi dividido em oito níveis: i-) manipulação, ii-) decoração, iii-) participação simbólica, iv-) as crianças são apenas informadas sobre o que vai acontecer, v-) as crianças são informadas e consultadas, vi-) as principais decisões são tomadas pelos adultos e depois partilhadas com as crianças, vii-) as decisões e os direcionamentos são feitos pelas crianças e viii-) as decisões das crianças são partilhadas com os adultos.

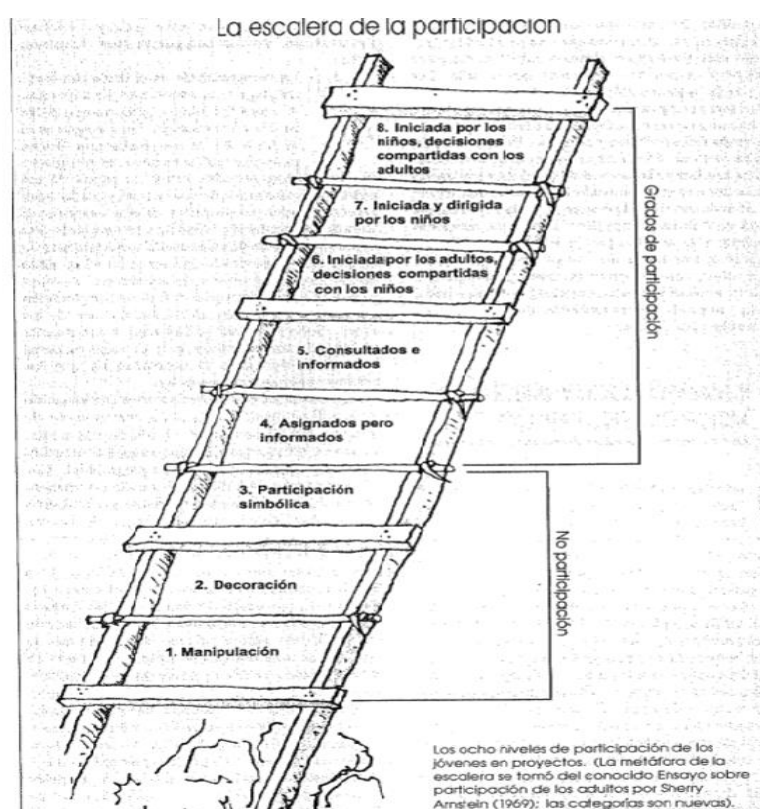


Figura 5 - Escala de participação proposta por Hart

(Fonte: Hart, 1993, p.10)

Já Lansdown (2005) propôs uma categoria com três graus de participação, cujas principais características são:

- **Processos Consultivos** eles são: “(...) iniciados por adultos, dirigidos e administrados por adultos, privados de toda possibilidade de que as crianças controlem os resultados”;

- **Processos Participativos** “(...) são iniciados por adultos, implica na colaboração das crianças, atribui as crianças o poder de exercer influência ou expressar dúvidas tanto a respeito do processo como a respeito dos resultados, permite que com o tempo aumente o nível de ação autônoma por parte das crianças” e
- **Processos Autônomos** “ (...) a identificação, por parte das crianças mesmas, dos temas a “afrontar”, a função dos adultos, que atuam mais como facilitadores do que líderes, o controle do processo por parte das crianças”.

Trilla e Novella (2001) também criaram uma escala contendo quatro níveis de participação que foram denominadas: participação simples, participação consultiva, participação projetiva e metaparticipação.

1. **Participação Simples** – é a primeira e mais elementar forma de participação, consiste em fazer parte de um processo ou atividade na qualidade de espectador ou executante, sem que haja intervenção ou preparação prévia referente às decisões, neste nível as pessoas limitam-se a seguir as orientações e a responder aos estímulos.
2. **Participação Consultiva** – no segundo degrau as pessoas saem do lugar de espectador e passam a ser ouvidas, é permitido que a pessoa opine sobre o assunto em questão bem como fazer proposição e avaliar.
3. **Participação Projetiva** – Nos degraus anteriores a pessoa tinha uma conotação de exterioridade frente ao projeto, a partir desta fase a pessoa passa a ser destinatário de uma atividade e opinar sobre ela, agora a pessoa se converte num “agente”.
4. **Metaparticipação** – No último degrau as pessoas pedem, exigem e são os gestores do projeto, novos espaços e mecanismos de participação.

Segundo Tomás e Fernandes (2011), para que a participação da criança seja efetiva é fundamental potencializar os seus diferentes âmbitos sendo que ela pode ser circunstancial, plena ou contínua, pode ser de caráter espontâneo ou organizado, bem como efêmera ou permanente. A partir da perspectiva destas autoras a participação infantil deve ser considerada em diferentes escalas: a global, a nacional e a local.

Escala Global: exige que se pense a relação bidireccional entre democracia e direitos da criança, considerando que os direitos se realizam, preferencialmente em ambientes democráticos. (...) é na escala global que é possível sustentar o “cosmopolitismo infantil”, ou seja, a acção concreta das crianças no plano global da participação. (...) **Escala nacional:** a articulação entre políticas públicas nacionais e intervenção social. A ilustração de programas e experiências de participação infantil em vários países que contribuem para o desenvolvimento e reconhecimento de práticas participativas com crianças. (...) **Escala local:** é no plano local que a acção política das crianças poderá encontrar o seu significado para construir as bases de um processo que venha a ter um impacto cada vez mais alargado na sociedade (Tomás e Fernandes, 2011, p.262-263).

Para Gaitán & Liebel (2011) há uma outra maneira de distinguir tanto o tipo quanto a intensidade da participação, trata-se da participação direta e indireta das crianças. Na participação direta as crianças são as vozes principais das ações e projetos, elas lutam em prol de um objetivo, já na participação indireta os adultos representam as crianças, por exemplo: em concelhos, oficinas, entre outros.

Para Perez (2013) um dos grandes desafios da contemporaneidade é repensar a cidadania a fim de incluir as crianças nos processos de decisão das questões sociais. Para a autora a cidadania não é um status adquirido no momento em que a pessoa atinge uma determinada idade, mas sim um sentimento de pertencimento, uma vontade de querer transformar o lugar em que se vive, equiparando neste sentido adultos e crianças.

Para que haja uma participação efetiva, de acordo com O’Kane (2004, citado por Tomás, 2007, p.58)

(...) a participação requer quatro elementos-chave: um processo contínuo das crianças e a intervenção activa na tomada de decisões em distintos níveis nas questões que lhe dizem respeito; intercâmbio de informações e diálogo entre as crianças e os adultos na base do respeito mútuo e propriedade compartilhada; o poder, nas mãos das crianças, de modelar tanto o processo como os resultados; e, finalmente, o reconhecimento de que a capacidade, experiência e interesses das crianças, que estão em desenvolvimento constante, desempenham um papel de extrema importância no momento de determinar a natureza da sua participação.

Embora o direito à participação esteja previsto na legislação há mais de duas décadas, inúmeros são os fatores que ainda contribuem para que não haja a sua efetivação. Trata-se de um conjunto de mitos, obstáculos e tensões que dificultam a participação infantil.

Tomás (2007, p.52-54) elencou tais empecilhos:

i-) A participação das crianças é um desafio ao poder e à autoridade dos pais e da família na maioria das culturas; ii-) as crianças não devem preocupar-se com responsabilidades inapropriadas e já tem

muitos direitos consagrados; iii-) a infância deve ser protegida e a participação fará com que se tornem pequenos adultos, e as crianças devem ser crianças; iv-) há falta de tempo e de recursos financeiros necessários à promoção da participação; v-) na participação das crianças reproduzem-se muitas vezes os modelos dos adultos; vi-) há falta de confiança nas competências infantis; vii-) a linguagem é uma barreira e há falta de competências para falar com as crianças; viii-) as dinâmicas familiares e escolares não estão preparadas para a participação das crianças; ix-) as crianças podem incorrer em perigos se as deixarmos decidir sobre tudo na sua vida; x-) as crianças não podem esperar ter direitos iguais aos adultos, porque não possuem as competências necessárias para o exercício de tais direitos.

Observa-se que ainda há uma enorme falta de conhecimento sobre os direitos das crianças, especialmente no que tange ao de participação, sendo assim, é emergente criação de ações educativas voltadas ao rompimento e a superação destas barreiras, pois somente assim, haverá a efetivação dos mesmos.

1.2.7 A legislação brasileira e os direitos das crianças e adolescentes

Segundo Rosemberg & Mariano (2010) a Convenção sobre os Direitos da Criança foi fonte de inspiração para a elaboração do artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e posteriormente do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei promulgada em 1990.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 representou um marco político de transição social, passando de um processo ditatorial que perdurou de 1964 a 1985 para a implantação de um sistema democrático. Esta lei no seu capítulo VII, denominado: Da família, da criança, do adolescente e do idoso, no seu artigo 227 determinou:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão² (BRASIL, 1988).

No dia 13 de Julho de 1990 foi promulgada a Lei 8.069 denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispõe da proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com esta legislação em seu artigo 2º “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

² A emenda Constitucional nº 65, de 13 de Julho de 2010, alterou a denominação deste artigo e acrescentou a juventude

Miceli (2010) chama atenção para a questão da definição etária proposta pelo ECA, salientando que há controvérsias no que tange aos limites, pois, ela foi convencionada juridicamente de maneira rígida visando facilitar a operacionalização dos instrumentos de ordem legal, porém, é importante se ater ao fato de que a transição de uma fase a outra da vida, não ocorre com tamanha rigidez, mas, sim de maneira peculiar e individual.

De acordo com artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Em seu artigo 4º esta lei determina que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente aborda a questão da participação em dois artigos, no 15º, explicita que: *“a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”* (BRASIL, 1990).

E, em seu artigo 16 preconiza o direito à liberdade e compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – *opinião e expressão*; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação (BRASIL, 1990).

Souza (2008) coloca que embora o Brasil possua uma das mais “avançadas” legislações no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes quando comparado aos demais países, pois foi o primeiro a adequar a sua legislação às normas propostas pela Convenção sobre os Direitos da Criança, a sua aplicabilidade ainda deixa a desejar, ainda há muito a ser feito para que as crianças e adolescentes possam realmente gozar os seus direitos.

Nota-se que a elaboração do ECA foi baseada na CDC, sendo assim, para além dos direitos referente à proteção das crianças e adolescentes, foram contemplados os direitos a provisão e participação.

De acordo com Verhellen (2000, citado por Souza 2008, p.14)

Estão contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) os três princípios centrais estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC): **provisão** – direito ao cuidado, à alimentação, e a educação por exemplo; **proteção** - contra negligências, abusos, maus-tratos e exploração e **participação** - direitos de crianças e adolescentes fazerem parte das decisões que afetarão as suas vidas.

Rosemberg & Mariano (2010) ressaltam que a Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada pelo Brasil no ano de 1990, porém somente em 2003 foi apresentado na ONU o primeiro relatório ao Comitê de Direitos da Criança, ou seja, este documento foi apresentado com onze anos de atraso em relação ao cronograma de monitoramento estabelecido pela Convenção. A Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED) e o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, na ocasião apresentaram um relatório de caráter alternativo da sociedade civil, referente aos direitos das crianças no Brasil; o Comitê de Direitos da Criança fez 76 recomendações, dentre elas que o Brasil entregasse o próximo relatório até o mês de Outubro do ano de 2007, porém não há informações oficiais sobre a entrega do mesmo; as autoras salientaram que no mês de Março de 2009, em caráter preliminar a Anced elaborou o 2º relatório alternativo dos Direitos das Crianças.

Segundo o relatório sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, elaborado pela Anced (2004, p.11) *“Apesar dos avanços legais, estes não têm sido suficientes para garantir os direitos dessa população infanto-adolescente e juvenil. Tentativas de mudar este quadro se mostram tímidas, muitas vezes mais beneficiando a classe média do que os mais pobres”*.

No que tange à legislação voltada à criança e o adolescente a partir de uma perspectiva de proteção integral, Miceli (2010, p.279) adverte que trata-se de uma elaboração jurídica com várias limitações, sendo que é marcada por uma perspectiva histórica na qual a criança e o adolescente estavam sob o domínio dos adultos, principalmente as pertencentes a classes menos favorecidas economicamente, não

possibilitou que crianças e adolescentes participassem da sua elaboração, o que acaba tirando-lhe a legitimidade, pois, não é um direito da criança e do adolescente, mas, sim para eles pautada numa visão adultocêntrica. Por outro lado, embora tenha trazido regras que visam o bem-estar dos jovens, não prevê mecanismos que sejam eficazes para a sua operacionalização, pois, a sua teoria é de inspiração “eurocêntrica”, sendo assim, é descontextualizada da realidade que se almeja aplicá-la.

De acordo com Sarmento & Pinto (1997, p.18) *“a inobservância dos aspectos fundamentais dos direitos das crianças repousa no cruzamento de variáveis económicas, sociais e culturais. O nível de desenvolvimento económico de um país, está, em geral, positivamente correlacionado com a satisfação dos direitos básicos”*.

Se há dificuldade para assegurar os direitos previstos nas legislações internacionais e nacional referente a proteção e provisão, quem dirá os de participação.

De acordo com o CONANDA (2010) a participação política das crianças e adolescentes no Brasil é recente, sendo que durante o período da ditadura militar as suas vozes foram silenciadas, porém com a redemocratização emergiram novas perspectivas e o país tem vivenciado momentos significativos desde o final dos anos 80 do século passado. Na contemporaneidade, alguns desafios tem se colocado e acarretado uma “apatia cívica” tais como o apelo pelo consumo feito pela mídia e o isolamento social nas cidades diminui a convivência comunitária tanto inter quanto intra geracional.

A este respeito, Goulart (2013) refere que embora o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de 2011-2020, contenha inúmeras metas visando facilitar a livre expressão, elas estão direcionadas especificamente aos adolescentes brasileiros.

Para, além disto, segundo o CONANDA (2010) é preciso superar a visão adultocêntrica referente à participação das crianças e adolescentes, visto que comumente as escolas, projetos e entidades de prestação de serviços voltadas a este público não proporcionam experiências de autonomia e relacionam-se com as crianças como se elas fossem meros “usuários”; em outras situações elas são convocadas a legitimar formalmente o “protagonismo” em espaços lúdicos ou de segregação que demarcam uma distinção entre o universo infantil e o adulto.

Em 2016, o ECA completou 26 anos, infelizmente mesmo passado tanto tempo esta lei não alcançou plenamente os objetivos traçados inicialmente, pois inúmeras crianças e adolescentes ainda se encontram em situações de desrespeito total aos seus direitos, situação que pode ser observada a partir dos dados contidos no II Relatório Alternativo sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), no período compreendido entre 2004 a 2012. Este relatório foi apresentado ao Comitê de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), para análise na 70ª pré-sessão realizada no dia 3 de Fevereiro do ano de 2015 que acontece na cidade de Genebra na Suíça.

De acordo com este relatório, no período analisado houve a nível nacional um avanço significativo na criação de conselhos de direitos das crianças e adolescentes, porém o funcionamento dos mesmos é precário, isso dificulta e por vezes impossibilita a formulação, bem como a implantação e o monitoramento dos direitos previstos. No que tange ao artigo 12 da CDC referente ao direito à participação:

Prevalece uma cultura adultocêntrica, arraigada a ideias de dependência e ignorância como caracterizadoras da infância e da adolescência. A legislação no mais das vezes, senão atrasada, é, pelo menos, tímida, em relação à participação de crianças e adolescentes. Também, há poucos dados objetivos sobre este contexto ou sobre o desenvolvimento de metodologias adequadas e/ou efetivamente inclusivas (Anced, 2014, p.14).

Tanto a Anced quanto os seus parceiros estão trabalhando na criação de mecanismos que visem a implementação efetiva deste direito.

Na América Latina três tipos de participação marcaram a história, foram elas:

- **Simbólica** – trata-se de um evento organizado pelos adultos, no qual eles escolhem um grupo de crianças e adolescentes que representarão os demais;
- **Decorativa** – um grupo de crianças e adolescentes se reúnem para realizar uma apresentação artística (dança, música, etc) para os adultos, porém estão isentos das definições das prioridades, bem como das tomadas de decisões e
- **Manipulada** – consiste num grupo de crianças e adolescentes memorizam e propagam um discurso elaborado pelos adultos, a partir de uma linguagem que não lhes é familiar.

Trata-se de formas de participação não autênticas, ilegítimas e não democráticas, pois consistem em formas passivas de participação que

tendência a privilegiar uns adolescentes em detrimento de outros a partir das suas habilidades, sendo que os líderes e os mais talentosos se destacariam. No entanto uma proposta de participação autêntica implicaria em propiciar aos adolescentes a oportunidade de falarem e serem ouvidos, bem como compreendidos (UNICEF, 2001).

Nota-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido em prol da conquista efetiva do direito à participação das crianças e adolescentes brasileiros, iniciativas como esta apresentada neste trabalho tem como pretensão contribuir para modificar com esta triste realidade.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS – DE CRIANÇA CARENTE A SUJEITO DE DIREITOS

1.3.1 Breve histórico sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil

Para além de todas as mudanças vivenciadas ao longo da adolescência, muitos adolescentes brasileiros, precisam lidar com a situação do acolhimento institucional, ou seja, eles não vivem e não são educados no seio familiar, mas sim numa instituição. Trata-se de uma prática antiga, vigente desde a época da colonização, porém, com o passar dos séculos adquiriu diferentes contornos e na atualidade trata-se de uma questão de política pública.

De acordo com Oliveira (2010) a história dos abrigos no Brasil tem mais de 500 anos, tal prática teve início na época da colonização. Ao longo do tempo foram usadas diferentes denominações para esta modalidade assistencial que inicialmente ficava a cargo da igreja e da sociedade civil, foram elas: orfanato, abrigo, casa de acolhimento, internato entre tantos outros.

Para Gulassa (2010, p.17):

A história do acolhimento institucional reflete a história do Brasil. Os europeus navegadores e colonizadores trouxeram consigo a marca das desigualdades sociais. Havia relações de subalternidade, pessoas que lideravam e eram consideradas superiores, “gente de primeira”, e pessoas que eram conduzidas para servir, consideradas inferiores, “gente de segunda”. Começa assim uma relação superior-inferior que vai compor a história social e cultural brasileira; aí se misturam fatores de classe, de raça e econômicos. O branco era visto como superior ao negro, ao índio ou ao mestiço, embora o branco pobre também fosse quase tão desvalorizado quanto estes últimos.

Segundo Rizzini & Pilotti (2009) durante o período colonial, a assistência a infância era regida pelas determinações vindas de Portugal, as medidas eram aplicadas pelos representantes da corte e da igreja católica de maneira burocrática, nesta época o estado e a igreja andavam lado a lado.

Durante a colonização muitas crianças de etnia indígena foram retiradas do seio familiar e passaram a viver nos colégios jesuítas, eles aprendiam os princípios religiosos e serviam de intérpretes dos colonizadores, desta maneira eles influenciavam os seus pais e facilitavam a dominação dos mesmos (Gulassa, 2010).

Rizzini & Pilotti (2009) ressaltam que os jesuítas ao catequizar os pequenos índios almejavam: discipliná-los, ensinar a eles as normas e costumes cristãos, tais como o medo do inferno, o casamento monogâmico e a prática da confissão dos pecados e assim tirá-los do paganismo.

Os índios apresentam resistência não só em aprender a religião católica, ou seja, participar do processo de catequização, mas também de se submeter ao processo de aculturação e aceitar os novos princípios e costumes trazidos pelos europeus (Baptista, 2006).

Embora os colonizadores tivessem forte princípios religiosos, muitos engravidaram índias e negras, após o nascimento não raro estas crianças eram abandonadas e acabava se sujeitando até a pedir esmola pelas ruas. Muitas vezes as crianças abandonadas eram criadas por famílias com alto poder aquisitivo e passavam a trabalhar gratuitamente para eles (Gulassa, 2010).

Em 1521 Dom Manuel ordenou que as Câmaras se responsabilizassem pelo cuidado das crianças abandonadas, para isso elas poderiam criar impostos para arrecadar dinheiro. De acordo com a moral cristã vigente na época, não eram aceitos filhos nascido fora do

casamento, logo estas crianças estavam sujeitas ao abandono, para além da moral a pobreza também era um grande motivo pelo qual as pessoas abandonavam as crianças, elas eram deixadas em locais públicos, em frente a casa das famílias ou nas igrejas Rizzini & Pilotti (2009).

De acordo com Torres (2006) durante os séculos XVII e XVIII, no Brasil, o abandono de recém-nascidos e crianças era uma prática corriqueira, eles eram deixados em praias, terrenos vazios, calçadas entre tantos outros lugares e a maioria acabava morrendo de fome, frio ou ainda tinha o infortúnio de viver nas ruas, convivendo com lixeiras na companhia de cachorros, porcos e ratos.

Tal situação chamou a atenção das autoridades, então no ano de 1726 o Vice-Rei elaborou duas propostas visando a resolução dos problemas: o “recolhimento dos expostos em abrigos” e esmolas (Rizzini & Pilotti, 2009).

É neste contexto social que emerge no Brasil um sistema denominado Roda dos expostos seguindo o modelo europeu (Gulassa, 2010). Elas tiveram origem na Itália durante a Idade Média, foi uma estratégia encontrada para estimular as pessoas que não queriam os seus filhos não os abandonar em lixos, nas portas das igrejas ou em frente a casa de famílias, evitando assim que as crianças morressem de frio ou fome ou ainda fossem comidas por algum animal antes que alguém as encontrasse.

De acordo com Torres (2006), a iniciativa da criação da Casa da Roda dos Expostos partiu da sociedade católica, cujo principal objetivo para além de ser uma forma de assistência à infância era garantir a sobrevivência da criança abandonada assegurando o anonimato de quem a deixou.

Este dispositivo recebeu tal nome por ter uma forma cilíndrica e no meio continha uma divisória, ela era instalada nos muros das Santas Casas de Misericórdia. Lá anonimamente as crianças eram deixadas, após serem colocadas na roda, a mesma era girada e a criança adentrava a instituição, para avisar que um bebê acabara de ser abandonado era puxada uma cordinha que tocava uma sineta (Marcílio, 2006).

Após ser deixado na Roda dos Expostos, o bebê era recolhido geralmente por uma senhora de idade avançada, a qual verificava o seu estado de saúde, bem como de nutrição, feito isso a criança era encaminhada para uma ama-de-leite e após desmamar ia para uma ama-seca ou de criação, ela permanecia sob os seus cuidados até completar sete anos. Caso alguma família tivesse interesse em criar o enjeitado, ela deveria enviar um requerimento à Santa Casa de Misericórdia, após a ida da criança para a sua residência ela deveria informar periodicamente à instituição as condições de saúde da criança; para auxiliar o custeio das despesas a família recebia um pagamento mensal, para as meninas esse benefício era oferecido até ela completar oito anos e para os meninos até sete anos, ao completar esta idade eles deveriam ser devolvidos à Casa da Roda, caso isso não ocorresse a mãe de criação seria responsável pela criança até ela completar 12 anos, porém sem receber nenhum repasse de verba da Santa Casa de Misericórdia; após os 12 anos a responsabilidade pela criança passava a ser do Juiz de órfãos (Torres, 2006).

No século XVIII, durante o período colonial, foram implantadas três rodas dos expostos nas cidades mais importantes do país, primeiro foi em Salvador no ano de 1726, na década seguinte, no ano de 1738 no Rio de Janeiro e por último em 1789 na cidade de Recife (Marcílio, 2006).

Para se ter noção da magnitude da situação, de acordo com Torres (2006), entre os séculos XVIII e XIX, somente a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, acolheu mais de cinquenta mil crianças que foram rejeitadas. Durante o século XVIII em alguns centros urbanos, cerca de 25% dos bebês que nasciam eram abandonados e deste 70 a 80% morriam antes de completar sete anos de idade. Na zona rural o abandono não era uma prática recorrente e quando isso acontecia os bebês abandonados eram adotados pelas famílias camponesas como agregados ou filhos de criação, eles se juntavam a mão-de-obra familiar, visto que os agricultores não possuíam recursos para comprar escravos, sendo assim o cuidado com a terra e com os animais era responsabilidade de toda a família, desde a criança até o idoso.

As crianças abandonadas que não haviam sido deixadas na Rodas dos Expostos, muitas vezes eram acolhidas por famílias que as criavam por compaixão ou pura caridade,

esta foi uma prática muito comum no Brasil ao longo dos tempos. No Brasil a Roda dos Expostos foi uma das instituições que mais perdurou, ela foi criada no período colonial, durante o período imperial ela se expandiu, manteve-se durante a República e foi extinta somente em meados de 1950, o país foi o último a abolir a roda dos expostos (Marcílio, 2006).

Segundo Baptista (2006) em meados de 1822, após a proclamação da Independência do Brasil as novas conjunturas econômicas e sociais exerceram pressão sobre a sociedade, visto a necessidade latente de enfrentar os problemas relacionados a pobreza e a criança carente. Acreditava-se que o aumento populacional estava afetando de maneira negativa o desenvolvimento econômico do país, pois a pobreza estava gerando muitos gastos ao Estado e como consequência da falta de recursos materiais estava aumentando a quantidade de crianças abandonadas, a partir desta crença houve uma mobilização que desencadeou iniciativas tanto no âmbito público quanto no privado, cujo objetivo era enfrentar estas questões, assim foram efetivadas ações que de maneira gradativa substituí a atenção individual destinada as crianças, por um modelo asilar que acarretou na institucionalização maciça na qual mantinha-se em condição de abandonados e órfãos qualquer criança carente de cuidado e apoio familiar que se caracteriza-se como um problema social.

Até 1900 não houve atuação do Estado frente as necessidades da população brasileira, logo, a Igreja se responsabilizava pelos atendimentos, especialmente por meio das Santas Casas de Misericórdia (Silva, 2004).

Durante o século XIX o asilo de órfãos eram uma prática recorrente, ele destinava-se ao acolhimento tanto dos abandonados quanto dos desvalidos, ou seja, aqueles cuja família não exercia mais autoridade e em função disso, ameaçavam a ordem pública, tais instituições eram mantidas por instituições religiosas, donativos e em alguns casos pelo poder público. Neste contexto emergiu a ideia de profissionalizar o menino por meio da educação industrial e prover a menina a educação doméstica para que no futuro ambos pudessem ocupar um lugar no meio social; sendo o objetivo principal destas instituições

tanto a regeneração quanto a prevenção, tinham como meta inspirar o “sentimento de amor ao trabalho”, bem como uma “conveniente educação moral” (Rizzini & Pilloti, 2009).

Neste mesmo século, teve início na Europa Liberal que apostava a cada dia mais no progresso contínuo, um movimento para abolir a Roda dos Expostos, tida como amoral e indo contra os interesses do Estado, no Brasil o movimento foi encabeçado pelos médicos higienistas que estavam preocupados com o alto nível de mortalidade das crianças residentes na Casa dos Expostos, os juristas também apoiaram a causa e começaram a refletir sobre a necessidade da criação de novas leis de proteção as crianças abandonadas, visto que era necessário dar uma resposta social, pois as crianças abandonadas começavam a perturbar a ordem, visto que estavam cometendo atos infracionais (Marcílio, 2006).

O atendimento a tantos bebês simultaneamente só era possível pelo sistema adotado de contratação de amas-de-leite pela Santa Casa de Misericórdia. A amamentação artificial configurava-se como um risco, na época não haviam sido feitas as descobertas na área da Microbiologia e isso acarretava num alto índice de mortalidade, pois não se tinha o conhecimento que a mesma ama não poderia amamentar um grande número de crianças, muitas escravas foram alugadas pelos seus senhores para desempenharem esta função (Rizzini & Rizzini, 2004).

Rizzini & Pilloti (2009) ressaltam que:

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que travava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes da caridade alheia. A noção de prevenção de desvio e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social.

Embora tantos esforços, não foi suficiente para extinguir a Roda dos Expostos, as mais importantes duraram até o século XIX, a da cidade do Rio de Janeiro foi fechada no ano de 1938, a de Porto Alegre em 1940, as de Salvador e São Paulo encerraram as atividades em 1950 (Marcílio, 2006).

Apesar das Rodas dos Expostos ainda estarem em vigência, houve um avanço, pois, segundo Baptista (2006) ao longo do século XIX, as Santas Casas de Misericórdias passaram a perder a autonomia e ficaram à mercê do Estado, visto que dependiam financeiramente do mesmo. Foi a partir de então que tiveram início a elaboração das primeiras propostas de políticas públicas voltadas as crianças que se encontravam em situação de abandono.

De acordo com Oliveira (2010), no Brasil, em 1923 foi criado o primeiro Juízo destinado a cuidar das questões voltadas as crianças e adolescentes, pautados na premissa que era preciso a criação de medidas especializadas para educar, controlar e reformar quem encontrava-se em condição de abandono, pobreza ou cometendo infrações, visando assim evitar males futuros. Após quatro anos, em 1927 foi promulgada a primeira legislação destinada a crianças e adolescentes (até 18 anos), denominada Código de Melo Mattos, popularmente conhecida como Código de Menores.

Para Gulassa (2010) o Código de Mello Mattos consistia era uma proposta de proteção social pautada na culpabilização das famílias que tinham os seus filhos acolhidos pelas dificuldades vivenciadas por elas, neste código a criança e o adolescente eram classificados de maneira pejorativa, como vadios, perigosos e libertinos. As propostas consistiam na repressão, bem como legitimação das instituições que acolhiam ou carente ou abandonados.

Por volta de 1930 emerge a filantropia enquanto um modelo assistencial pautado na ciência, ela substitui o modelo caritativo vigente até então. Cabia a filantropia organizar a assistência a partir das exigências econômicas, morais, políticas e sociais vigentes na época (Marcílio, 2006)

No ano de 1942 foi criado o Serviço de Assistência do Menor, popularmente conhecido como SAM, ele estava ligado ao Ministério da Justiça. A sua proposta de trabalho era acolher e atender as crianças e adolescentes, porém as práticas adotadas eram violentas e o atendimento precário, diante disto a sociedade se mobilizou e manifestou-se contra esta situação (Oliveira, 2010).

Segundo Rizzini & Pilloti (2009) antes da criação do SAM, o Brasil não tinha um órgão federal que fosse responsável pelo controle da assistência privativa em âmbito nacional. O

SAM manteve o modelo assistencial utilizado pelos Juízes de Menores, que vigorava desde a década de 1920, cujo objetivo era atender os “desvalidos” e “menores abandonados, por meio do encaminhamento para poucas instituições oficiais, bem como para as particulares que mantinham convênio com o governo, já aos “delinquentes”, restava as colônias correcionais, presídios e escolas públicas de reforma, visto que não havia alternativa para o atendimento desta demanda por parte da iniciativa privada.

Silva (2004, p. 23) ressalta que o SAM “(...) era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade, com enfoque tipicamente correcional-repressivo”. Ainda segundo esta autora, a sociedade brasileira lutou ao longo de 30 anos para acabar com o SAM devido as práticas repressivas adotadas por este serviço, em 1964, primeiro ano de regime militar no Brasil foi criada a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), de cunho totalmente assistencialista, ela deveria ser executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem).

Gulassa (2010, p.19) salienta que:

A situação de descuido, violência e opressão de algumas instituições públicas de atendimento, no Rio de Janeiro e em São Paulo, levou a muitas críticas e denúncias, elas eram classificadas como “depósito de menores”, “internatos-prisão”. Isto favoreceu a criação da Fundação nacional do Bem-estar do menor – Funabem-, que passou a definir uma Política nacional de bem-estar do menor.

Corroborando, Rizzini & Pilloti (2009) ressaltam que a partir de 1964 coube ao governo militar a responsabilidade sobre a assistência à infância, os governantes concebiam o “menor” como um problema de segurança nacional, e assim sendo esta população necessitava de intervenção e normalização. E foi com este objetivo que criaram a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM).

De acordo com Oliveira (2010) a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) foi criada no ano de 1964, como o próprio nome diz, a sua abrangência era nacional, a partir deste modelo foi criada a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem para atender as demandas estaduais. No ato da sua criação a Funabem integrava o Ministério da Justiça, porém em 1972 foi transferida para a Previdência Social e permaneceu até o ano de 1986 (Silva, 2004).

Nota-se que somente após duas décadas, novos serviços de atendimento a criança e os adolescentes foram criados no intuito de romper com estas práticas perversas e desumanas. Infelizmente este panorama não foi um avanço como se esperava.

O Código de Mello Mattos ficou em vigor por 52 anos, foi substituído somente no ano de 1979 com a criação do Código de Menores (Oliveira, 2010). No ano de 1979 foi aprovada a Lei nº 6.697 Baptista (2006) denominada Código de Menores, ela não era universal, ou seja, não abrangia todas as necessidades das crianças e adolescentes brasileiros.

De acordo com Rizzini & Pilloti (2009) o Código de Menores consagrou a noção do “menor em situação irregular” e corroborou para a solidificação da concepção da criança marginalizada enquanto uma patologia de ordem social.

Em 1986 foi criada a Comissão Nacional da Criança e Constituinte, neste mesmo ano a Funabem passa a ser de responsabilidade do Ministério do Interior que cuidava das áreas sociais e do desenvolvimento. No ano de 1988, o Brasil promulgou a Constituição Federal, ela foi um marco na garantia dos direitos básicos da população, em seus artigos 227 e 228 ela contemplou a proteção integral das crianças e adolescentes (Silva, 2004).

De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Já o artigo 228 do mesmo documento determina que *“são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”*.

Observa-se a Constituição Federal Brasileira foi um marco e representou um grande avanço rumo as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes.

1.3.2 Novos rumos para as crianças e adolescentes - Mudanças a partir do ECA

Como referido anteriormente, porém, sobre outro viés, no ano de 1990 o Brasil promulgou a Lei nº 8.069, de 13 de Julho e o denominou Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei de proteção integral à criança e adolescente. Na América Latina esta legislação constitui-se como única adequada aos princípios preconizados pela Convenção sobre os Direitos da Criança (Silva, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente promoveu uma reorientação das políticas nacionais voltadas as crianças e adolescente, instituiu novos órgãos, tais como o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e para além disto, redefiniu as atribuições das instituições que atendiam esta demanda, tanto as governamentais quanto as não-governamentais. Frente as exigências do ECA, foi necessária uma articulação entre os profissionais que trabalhavam com crianças e adolescentes nas esferas municipais, estaduais e federais (Oliveira, 2010).

De acordo com o artigo 3º do ECA:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Bernardi (2010) ressalta que devido à organização social e mobilização que ocorre durante a regulamentação do ECA, foi afirmado o valor da criança e adolescente enquanto seres humanos. Emergia um novo paradigma, cuja concepção adotada era a de que toda a criança e adolescente é um sujeito de direito, independente das condições sociais em que se encontram e assim sendo, tem o direito a exercer os direitos sociais e humanos, tais quais os adultos.

Oliveira (2010, p.27) fez uma ilustração para diferenciar o que mudou na concepção da criança e adolescente antes e depois da criação do ECA.

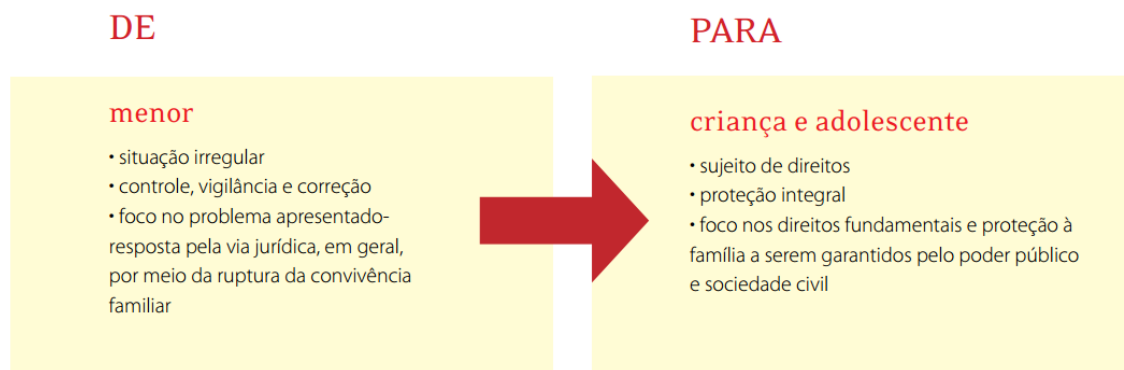


Figura 6 - Comparação da visão da criança e do adolescente antes e depois do ECA

(Fonte: Oliveira 2010, p.27)

Bernardi (2010, p.19) ressalta que:

O ECA nos convida a pensar, pela perspectiva da proteção integral, o direito de **todas** as crianças e **todos** os adolescentes e, assim, apostar nas políticas sociais de ampla cobertura que possam, de fato, contribuir para a diminuição das circunstâncias que prejudicam seu desenvolvimento integral.

1.3.3 O Direito à Convivência Familiar e Comunitária

De acordo com Princeswal (2013), o direito à convivência familiar e comunitária é um dos pilares do ECA, visa o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo que é papel da família, do estado e da sociedade como um todo assegurar a efetivação deste direito. Caso haja violação por qualquer uma destas instâncias o ECA prevê a aplicação de medidas protetivas.

Em seu capítulo III, intitulado Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, nas disposições gerais foi determinado inicialmente que:

Artigo 19 – Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Esta redação foi alterada a partir da Lei nº 13.257, de 8 de Março de 2016 e passou a vigorar da seguinte forma:

Artigo 19 - É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2016).

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentou dois artigos da Constituição Federal de 1988, foram eles o número 203 e 204, esta alteração configurou-se como um marco para a assistência social brasileira que passou a compor o tripé, Seguridade Social, Previdência e Saúde e Assistência Social, desta maneira ela passou a operacionalizar a partir de diretrizes pautadas na descentralização “político-administrativa”, bem como na participação da população por meio de organizações de cunho representativo e na responsabilidade do estado para a condução da política de assistência social nas esferas do governo (Princeswal, 2013).

Observa-se que esta mudança de paradigma referente a assistencial social, possibilitou um rompimento com as práticas assistencialistas e a elevação a condição de política pública, sendo assim ela passou a ser um direito do cidadão e ao Estado coube o papel de assegurá-lo.

No ano de 2006, o governo federal brasileiro lançou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), fruto de um processo participativo e elaboração conjunta que contou com representantes da sociedade civil e de todos os poderes e esferas do governo. Este Plano foi um marco nas políticas públicas brasileira voltada para a criança e adolescente, pois, propôs o rompimento da cultura de institucionalização e o fortalecimento da proteção integral, bem como a preservação dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2006).

Em 2009, houve uma alteração do ECA, no capítulo referente a Convivência Familiar e Comunitária, visando o seu aperfeiçoamento, as alterações foram feitas a partir da lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009, que acrescentou ao artigo 19:

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. § 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. § 3º A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei” (BRASIL, 2009).

De acordo com o artigo 23 do ECA “*a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar*”.

Neste mesmo ano, o governo brasileiro lançou uma cartilha denominada Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, cujo objetivo foi regulamentar em todo o território nacional a oferta e a organização dos serviços de acolhimentos voltados as crianças e adolescentes (BRASIL, 2009a).

Segundo as Orientações Técnicas, o encaminhamento de uma criança ou adolescente para uma instituição de acolhimento deverá ser feito somente quando se esgotarem todos os recursos para mantê-la junto a sua família, seja ela de origem extensa ou da comunidade, ou seja, o afastamento familiar deve ocorrer em casos excepcionais, quando a criança ou adolescente encontram-se em situação que coloque em risco a sua integridade, seja ela física ou psicológica. Não se tratando de uma situação de risco eminente, é fundamental garantir à família o acesso à rede de serviços públicos locais, que possa auxiliá-la, potencializando as condições para que seja ofertado à criança ou adolescente um ambiente seguro para se viver (*ibidem*).

Ainda de acordo com as Orientações Técnicas, quando o afastamento do convívio familiar se configurar como a medida mais adequada para assegurar a proteção da criança ou adolescente, esforços devem ser feitos para que ela permaneça o menor tempo possível na instituição de acolhimento, e este retorno deve ocorrer num tempo inferior a dois anos. Se a reintegração familiar ultrapassar este período, para além de ser em caráter excepcional, esta situação deve estar pautada numa avaliação criteriosa, justificando tal necessidade pelos diferentes órgãos que acompanham o caso (BRASIL, 2009a).

1.3.4 Mas afinal, por que crianças e adolescentes vão para instituições de acolhimento?

De acordo com Oliveira (2010), a retirada de uma criança ou adolescente do seio familiar, configura-se como uma medida protetiva de caráter excepcional, ela se dá por meio de uma determinação judicial originada na Vara da Infância e Juventude, mas frente á constatação de situações de violação de direitos, as quais colocam em risco a vida das crianças e adolescentes. Nestas situações, o Conselho Tutelar é acionado e faz o

encaminhamento para a instituição de acolhimento. A precária situação econômica e social associada à falta ou insuficiência de políticas públicas que assegurem os direitos básicos da população brasileira é o pano de fundo das situações de acolhimento. Por vezes tais situações estão ainda associadas a problemas de saúde tanto físicos quanto mentais, uso de substâncias psicoativas pelos membros familiares, negligência, maus tratos, por vezes é difícil dissociar estes elementos; por vezes tais fatores associados às práticas institucionais dificultam a provisoriedade da medida protetiva, postergando a reintegração familiar.

Segundo Bernardi (2010), em se tratando de situações que envolvam violência física e sexual, uso abusivo e tráfico de substâncias psicoativas e negligência grave que coloque em risco imediato a integridade tanto física quanto psicológica da criança ou adolescente, a primeira medida deve ser a retirada do seio familiar e colocação na residência de membros da família extensa visando a proteção e a manutenção de vínculo. Em caso de circunstâncias externas, tais como a hospitalização dos pais e ou responsáveis ou a detenção dos mesmos, caso não haja um familiar que possa se responsabilizar em caráter temporário pela criança ou adolescente, ela poderá ser encaminhada para uma instituição de acolhimento. Crianças e adolescentes que estão em programas de proteção, pois foram ameaçados de morte, após esgotar as possibilidades de mudança do contexto familiar e se não houver a possibilidade de colocação em família extensa, serão encaminhadas para a instituição de acolhimento.

A autora ainda compreende que o acolhimento institucional se configura como uma das respostas do Estado frente a situações de violação dos direitos das crianças e adolescentes, frente ao esgotamento das ações visando a resolução do conflito familiar (Bernardi, 2010)

1.3.5 A instituição como contexto de vulnerabilidade social para crianças e adolescentes

Embora o ECA tenha representado um marco referente aos direitos das crianças e adolescentes, para que eles alcancem a condição de sujeitos de direitos ainda há muito por ser feito, pois, esta parcela da população brasileira é a que está mais suscetível à

vulnerabilidade social. Embora o uso desta terminologia seja recorrente na contemporaneidade, visando o seu enfrentamento e superação principalmente no âmbito das políticas públicas, se trata de um conceito multifacetado e não consensual, o qual procuraremos abordar em seguida.

De acordo com Adorno (2001), na contemporaneidade o termo vulnerabilidade social é comumente empregado pelos movimentos sociais e defensores dos direitos humanos. Esta expressão suscita a ideia de uma maior sensibilidade e exposição de pessoas ou grupos aos problemas enfrentados no âmbito social e reflete uma nova maneira de se compreender o comportamento dos mesmos, bem como as relações estabelecidas e dificuldades diante do acesso aos serviços de ordem social, seja ele educacional, saúde ou jurídico.

No âmbito da saúde, o termo vulnerabilidade social foi largamente empregado devido à epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Esta terminologia também é utilizada para fazer referência à exclusão de ordem econômica e social, neste caso entende-se que uma pessoa ou um grupo está numa condição vulnerável quando ocorrem situações que acarretam a quebra dos vínculos sociais, seja com a família, com a comunidade ou trabalho; pode-se falar também de vulnerabilidade no caso de crianças trabalhadoras, visto que, encontram-se em situação de precariedade e exposição aos riscos (*ibidem*).

Assim sendo, de acordo com Monteiro (2011, p.31) a vulnerabilidade social é uma temática que “(...) caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros”.

Esta autora adverte que embora este conceito seja trabalhado há anos, ele ainda se encontra em processo de construção devido tanto a sua complexidade quanto a magnitude (*ibidem*).

Corroborando, Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli (2002) ressaltam que, embora o termo vulnerabilidade tenha sido usado em diversas investigações no âmbito social há tempos, a aproximação analítica à vulnerabilidade social é algo recente,

na sequência da reflexão sobre a limitação das pesquisas sobre a pobreza, bem como os poucos resultados das políticas públicas voltadas a esta área na América Latina. Os enfoques adotados para abordar a questão da pobreza, embora tenham servido para identificar os setores da população que mais necessitavam das políticas públicas sociais, foram insuficientes frente à complexidade do fenômeno e às suas raízes, pois, se pautavam no uso de indicadores de carência ou renda, circunscritos à dimensão económica e, portanto, limitados à questão da incapacidade de satisfação das necessidades básicas da população.

Ainda de acordo com estes autores, na América Latina, a sistematização da abordagem sobre a vulnerabilidade social de maneira analítica, foi possível somente a partir dos trabalhos desenvolvidos por Caroline Moser juntamente com um grupo do Banco Mundial, pois, eles sintetizaram o que denominaram de *asset/vulnerability framework*. A partir destas publicações, pesquisadores da América Latina vem lançando esforços para a construção teórica e operacionalização de ordem metodológica da vulnerabilidade social, ainda se encontra em processo de formação, por ser algo novo (*ibidem*).

No que tange à definição do conceito, para Busso (2001, p. 8) a vulnerabilidade social pode ser compreendida como:

(...) proceso multidimensional que confluye en el riesgo o probabilidad del individuo, hogar o comunidad de ser herido, lesionado o dañado ante cambios o permanencia de situaciones externas y/o internas. La vulnerabilidad social de sujetos y colectivos de población se expresa de varias formas, ya sea como fragilidad e indefensión ante cambios originados en el entorno, como desamparo institucional desde el Estado que no contribuye a fortalecer ni cuida sistemáticamente de sus ciudadanos; como debilidad interna para afrontar concretamente los cambios necesarios del individuo u hogar para aprovechar el conjunto de oportunidades que se le presenta; como inseguridad permanente que paraliza, incapacita y desmotiva la posibilidad de pensar estrategias y actuar a futuro para lograr mejores niveles de bienestar.

A partir de uma perspectiva um pouco mais restrita, para Filgueira (2001, p.10) a vulnerabilidade social:

(...) es entendida como una configuración particular, negativa, resultante de la intersección de dos conjuntos; uno, definido a nivel "macro" relativo a la estructura de oportunidades y otro definido a nivel "micro", referido a los activos de los actores. Simplificando los términos, es posible afirmar que la diferencia entre estos dos conjuntos radica en el hecho de que los individuos directamente no controlan o no pueden incidir en los patrones más generales de la estructura de oportunidades mientras el segundo conjunto, relativo a los activos, depende de los individuos.

Corroborando, Abramovay et al (2002) compreendem a vulnerabilidade social como um efeito negativo da relação entre a oferta de recursos simbólicos ou materiais da população e o acesso a oportunidades de ordem econômica, cultural, social advindas da sociedade, do mercado e do Estado.

Estes autores advertem que tal resultado de ordem negativa está intimamente ligado com as desvantagens ou as debilidades para a ascensão ou mobilidade social das pessoas. Esta definição possibilita compreender tanto o “por que”, quanto o “como” algumas pessoas estão mais suscetíveis a fatores que impossibilitam alcançar um nível maior de bem-estar, bem como permite a análise de grupos sociais que possuem potencialidade, mas, se mantêm presos a condições de instabilidade, insegurança e marginalidade (*ibidem*).

Segundo Monteiro (2011), a vulnerabilidade social possui múltiplos condicionantes, constituindo um conjunto complexo com características variadas de fatores que emergem do contexto, em função da precariedade ou ausência de recursos materiais que assegurem a sobrevivência. Assim sendo, a vulnerabilidade social é constituída enquanto uma construção social, fruto das transformações sociais, ela assume diferentes formas a partir dos condicionantes históricos, tais mudanças desencadeiam alterações na vida privada e acentuam contradições e fragilidades.

No que tange ao segmento populacional mais acometido pela vulnerabilidade social, encontram-se as crianças e os adolescentes, principalmente os pertencentes ao segmento da população menos favorecido. De acordo com Malvasi (2008) inúmeros fatores contribuem para que eles estejam em condições de vulnerabilidade social, são eles: a transformação de ordem econômica e social na contemporaneidade, o aumento da violência urbana, bem como a falta de garantia de oportunidade e acesso aos direitos educacionais e de proteção social.

A institucionalização de crianças e adolescentes também pode se configurar como um fator que contribui para situações de vulnerabilidade, pois, segundo Ridge et al. (2000), citado por Fernandes (2005, p.412):

a experiência de institucionalização deixa as crianças, por vezes, vulneráveis à exclusão social devido a uma inadequada integração interpessoal. Os mesmos autores consideram que as crianças em situação de institucionalização estão em alto risco de isolamento; têm falta de apoio social à medida que caminham para a independência e, adicionalmente, a sua capacidade de autonomia e participação ficam severamente constrangidas pelo processo de institucionalização.

Reforçando, Cuneo (2006) refere que a institucionalização prolongada, impossibilita que a criança vivencie condições favoráveis para o seu pleno desenvolvimento, pois, o seu convívio diário passa a se restringir as mesmas pessoas, as rotinas são rígidas, há falta de atenção individualizada, ausência de trocas afetivas que sejam significativas para ela, assim como a falta da convivência familiar.

Para além disso, as crianças e adolescentes podem apresentar baixa autoestima, isolar-se, sentir rejeitada, deprimida, desmotivada e internalizar marcas provenientes de estigmas sociais atribuídos pela sociedade pela condição da institucionalização (*ibidem*).

Frente a este panorama, Monteiro (2011) ressalta que para que haja a diminuição da vulnerabilidade social é essencial que os sujeitos sejam fortalecidos e tenham acesso aos bens e serviços, pois, assim será possível a ampliação da sua vivência no âmbito material e simbólico e mobilidade social, neste processo, as políticas públicas são fundamentais.

Corroborando, Adorno (2001) refere que pensar numa situação de vulnerabilidade, implica também a necessidade de refletir sobre ações afirmativas que contribuam para a promoção e proteção das pessoas e grupos menos favorecidos, sem “paternalizar”. Desta forma será possível diminuir as desigualdades sociais e relativizar as condições que acarretam a vulnerabilidade; isso é possível por meio de ações que visam ofertar a ampliação do acesso aos serviços, ao mercado de trabalho e promovam a participação social.

1.3.6 As modalidades de Acolhimento no Brasil

Para Bernardi (2010, p.19) o ato de acolher consiste em

(...) estar aberto para proteger e educar, auxiliando na passagem rumo à família – original ou substituta. É bem diferente de recolher e guardar. Acolher faz parte das premissas de proteção

integral, que é a estadia provisória, porém qualificada, para desenvolver o trabalho educacional que busca a reinserção familiar.

De acordo com às Orientações Técnicas de 2009, no Brasil, há quatro diferentes modalidades de acolhimentos: Abrigo, Casa-Lar, Família Acolhedora e República, elas serão exemplificadas a seguir

Modalidades de Acolhimento de Caráter Provisório	
<p>Abrigo</p> <p>Serviço de acolhimento institucional, destinado a crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar devido a aplicação de uma medida protetiva.</p>	<p>Casa-Lar</p> <p>Serviço de acolhimento residencial, no qual uma pessoa ou um casal é contratado para residir e exercer a função de cuidador e educador de crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar devido a aplicação de uma medida protetiva.</p> <p>Esta modalidade possibilita um atendimento num ambiente familiar.</p>
Modalidades de Acolhimento de Caráter Permanente	
<p>Família Acolhedora</p> <p>Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes que foram afastadas do convívio familiar como uma medida protetivas, em residências famílias acolhedoras cadastradas. Isto possibilita um atendimento em âmbito familiar, que assegura atenção individualizada, socialização e convivência comunitária.</p>	<p>República</p> <p>Serviço de acolhimento que oferece uma moradia a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade social, fragilização ou rompimento de vínculos familiares, risco social, desligamento da instituição de acolhimento, ou que não possuam meios para prover a sua subsistência.</p>

Quadro 2 - Modalidades de acolhimento no Brasil

(Fonte: BRASIL, 2009a)

Embora haja no Brasil estas quatro modalidades de acolhimentos, elas não estão presentes em todos os municípios, como por exemplo, na cidade na qual esta investigação foi realizada, há apenas o Abrigo e a Casa-Lar. Referente ao abrigo, modalidade esta na qual este trabalho foi desenvolvido, segundo Bernardi (2010) a sua principal função é zelar pela integridade física e moral das crianças e adolescentes que lá se encontram acolhidas temporariamente, promovendo ações de cuidado e educação num âmbito coletivo, em um ambiente pequeno, que conte com uma infraestrutura material e humana que proporcione condições de pleno desenvolvimento.

Já à rede de serviços locais voltados à proteção das crianças e adolescentes, cabe o trabalho de mobilizar e tentar construir com as famílias condições para que efetivamente seus filhos possam regressar ao lar. Se as ações desenvolvidas não surtirem o efeito necessário e for constatado que não há possibilidade de que a criança e o adolescente voltem para o seio familiar, deverá ter início a preparação para um processo de adoção. Inicialmente deverá ser realizado um trabalho de sensibilização para verificar a possibilidade de algum membro da família extensa, seja ele avós, tios, entre outros e em último caso a adoção poderá ser feita por famílias inscritas no cadastro de adoção (Moreira, 2014).

Durante o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, devem ser empreendidos esforços coletivos visando a manutenção do fortalecimento dos vínculos familiares, visto que nesta etapa do desenvolvimento humano os vínculos familiares são essenciais, para a constituição da identidade e constituição enquanto cidadão. Em favor disto, os serviços de acolhimento devem desenvolver ações diárias, promover visitas e encontro de familiares e pessoas que são referências para eles (BRASIL, 2009a).

Moreira (2014) adverte que quanto mais tempo a criança e o adolescente passar longe da sua família, aumentará as chances de fragilização e até rompimento dos vínculos e quanto mais nova a criança, menor deve ser o tempo de institucionalização, visto que as primeiras experiências de se vincular a outras pessoas são essenciais e decisivas para a subjetivação.

1.3.7 Panorama Nacional da Situação de Acolhimento

No que tange à situação de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, foram realizados dois levantamentos visando melhor compreender e caracterizar as instituições e as crianças e adolescentes que nelas estão inseridas.

O primeiro foi feito no ano de 2003 pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), trata-se de um levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes brasileiros, cujo objetivo foi conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços que eram prestados pelas instituições que recebiam recursos financeiros do governo, que eram repassados pela Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social. Esta iniciativa possibilitou uma visão geral da situação das instituições brasileiras

Ao todo, participaram deste levantamento 626 instituições distribuídas por todo o território nacional, das quais 589 ofertavam serviços de abrigo voltado a crianças e adolescentes que estavam em risco pessoal ou social. A metade estava situada na região Sudeste do país, perfazendo um total de 49,1 % das instituições pesquisadas, cabe ressaltar que o estado de São Paulo se encontrava nesta região.

Brasil – Distribuição das instituições pesquisadas segundo grandes regiões:

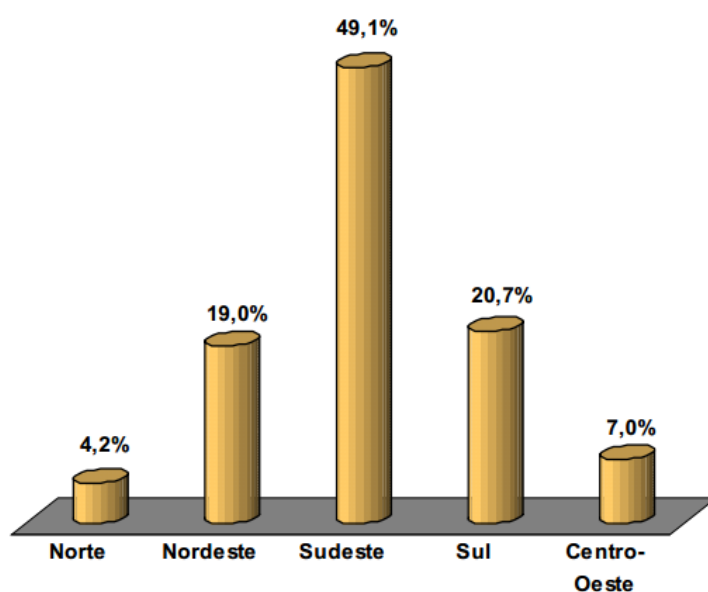


Figura 7 - Distribuição por região das instituições de acolhimento que participaram da pesquisa

Esta pesquisa traçou um perfil das crianças e adolescentes acolhidos. Dos aproximadamente 20 mil abrigados, mais da metade pertenciam ao sexo masculino (58,5%), quanto à etnia, a maioria era afro descendente (63,6%), em relação à faixa etária concentravam-se entre 7 e 15 anos (61,3%), referente ao tempo de permanência na instituição, variou entre sete meses e cinco anos (55,2%), porém a parcela mais significativa (32,9%) estava no abrigo num período compreendido entre dois e cinco anos, embora por lei esta medida configura-se como excepcional e provisória.

A maioria das crianças e adolescentes estavam matriculados na escola, visto que as que tinham entre 0 e 6 anos iam à creche (66,8%) e os demais, compreendidos entre 7 a 18 anos frequentavam o ensino regular (97,1%). O percentual de analfabetos também era alto, entre os adolescentes de 15 a 18 anos (19,2%); a maioria dos abrigados tinham família (86,7%), os que mantinham vínculos familiares perfaziam um total de 58,2%, somente 5,8% estavam impedidos por decisão judicial de manter contato com os familiares.

Dentre os motivos que acarretaram o acolhimento, a pobreza foi a causa mais citada, com 24,2%, na sequência o abandono (18,9%), a violência doméstica (11,7%), a dependência de substâncias químicas ou bebida alcoólica por parte dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes (11,4%), viver na rua (7,0%) e se órfão (5,2%).

Nota-se que mesmo sendo previsto pelo ECA que pobreza e falta de recursos financeiros não é motivo para o acolhimento institucional, observa-se que na prática não é isso que ocorre (IPEA, 2003).

Em 2013 foi publicado um documento denominado “Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento”, este foi fruto de uma parceria firmada no ano de 2009, entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e

a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), este levantamento foi finalizado em 2011 (Assis & Farias, 2013).

Participaram deste levantamento 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional (SAI), distribuídos por 1.157 municípios brasileiros pertencentes as 27 unidades federativas, no ato da investigação, estavam acolhidas 36.929 crianças e adolescentes (Pinto, Oliveira, Ribeiro & Melo, 2013).

Nota-se que houve um significativo aumento do número de crianças e adolescentes acolhidas num período de 10 anos, pois, no levantamento realizado pelo IPEA em 2003, havia aproximadamente 20 mil acolhidos, uma década depois são aproximadamente 37 mil.

Tabela 1. Distribuição dos SAI. Brasil e regiões (N=2.624)

Região	% de Serviços de Acolhimento Institucional*	% de crianças/adolescentes acolhidos*	% da população brasileira de 0 a 17 anos	Número de SAI por cada 100.000 crianças/adolescentes	Relação entre n.º de crianças/adolescentes acolhidos e n.º total de crianças/adolescentes ¹
Centro-Oeste	6,9	5,7	7,5	4,28	0,05
Nordeste	10,1	10,0	30,7	1,53	0,02
Norte	3,7	2,8	10,6	1,63	0,02
Sudeste	54,0	58,8	38,1	6,62	0,10
Sul	25,3	22,5	13,2	8,96	0,11
Brasil	100,0	100,0	100,0	4,66	0,07

1. Percentual das crianças e adolescentes da região/Brasil que se encontram acolhidos em SAI.

* Nota: a tabela abrange os dados de Minas Gerais cedidos pela Sedese/MG-FJP.

Figura 8 - Distribuição dos Serviços de Acolhimento Institucional no Brasil

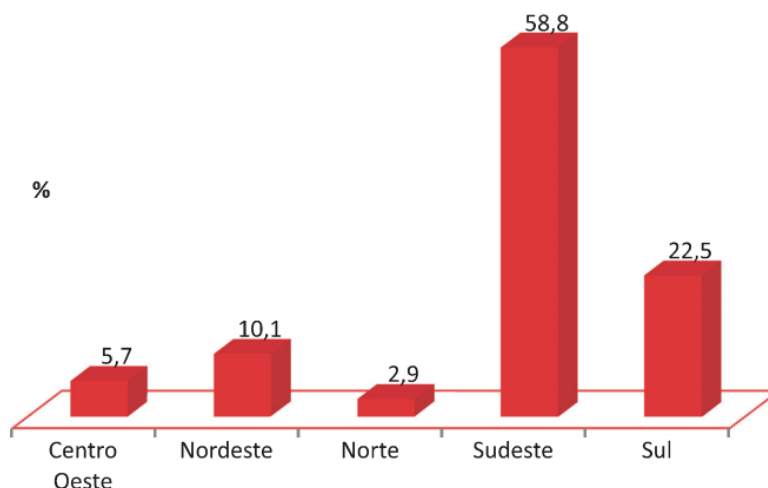
(Fonte: Pinto, Oliveira, Ribeiro & Melo, 2013, p.83)

Observa-se que a região Sudeste do Brasil, contém a maior concentração de SAI e de crianças e adolescentes acolhidos, esta situação já era notória no levantamento realizado em 2003 pelo IPEA.

No que tange ao perfil das crianças e adolescentes acolhidos, está concentrada na região Sudeste o maior número de meninos e meninas em instituições de acolhimento,

perfazendo um total de 21.790; o estado de São Paulo era o que mais tinha crianças e adolescentes acolhidos, eram 13.144 (Constantino, Assis & Mesquita, 2013).

Gráfico 15. Distribuição das crianças e adolescentes acolhidos. Regiões brasileiras (N=36.929)



Nota: o mapa abrange os dados de Minas Gerais cedidos pela Sedese/MG-FJP.

Figura 9 - Distribuição de crianças e adolescentes acolhidos por região

(Fonte: Constantino, Assis & Mesquita, 2013, p.163).

Referente ao sexo, a diferença entre a quantidade de meninos (52,3%) acolhidos era pequena em relação às meninas (47,7%), quanto à etnia 41,1% das crianças e adolescentes eram brancos, 18,9% negros, 38,7% pardos, 0,3% amarelos e 0,4% indígenas. Referente à escolaridade 75,5% das crianças e adolescentes estavam matriculados e frequentando a escola, estavam distribuídos da seguinte forma: crianças em idade pré-escolar (39,8%), crianças compreendidas entre 6 a 11 anos (91,9%), adolescentes entre 12 a 15 anos (84,7%) e dos 16 aos 17 anos (54, 1%) (*ibidem*).

No tocante à faixa etária das crianças e adolescentes acolhidos, em todo o país a maior concentração está entre os 7 a 11 anos de idade.

Tabela 28. Faixa etária da criança/adolescente. Brasil e regiões (N=36.929)

Região	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 14 anos	15 a 17 anos	Sem informação	%	N
Centro-Oeste	18,5	13,5	28,8	22,5	16,7	0,0	100,0	2.114
Nordeste	16,7	13,3	30,8	22,6	16,4	0,2	100,0	3.710
Norte	14,1	11,8	31,7	23,0	19,3	0,1	100,0	1.051
Sudeste	16,0	12,7	31,9	21,9	16,5	1,0	100,0	21.730
Sul	17,4	12,0	30,7	23,0	16,9	0,0	100,0	8.324
Brasil	16,5	12,7	31,2	22,3	16,7	0,6	100,0	36.929

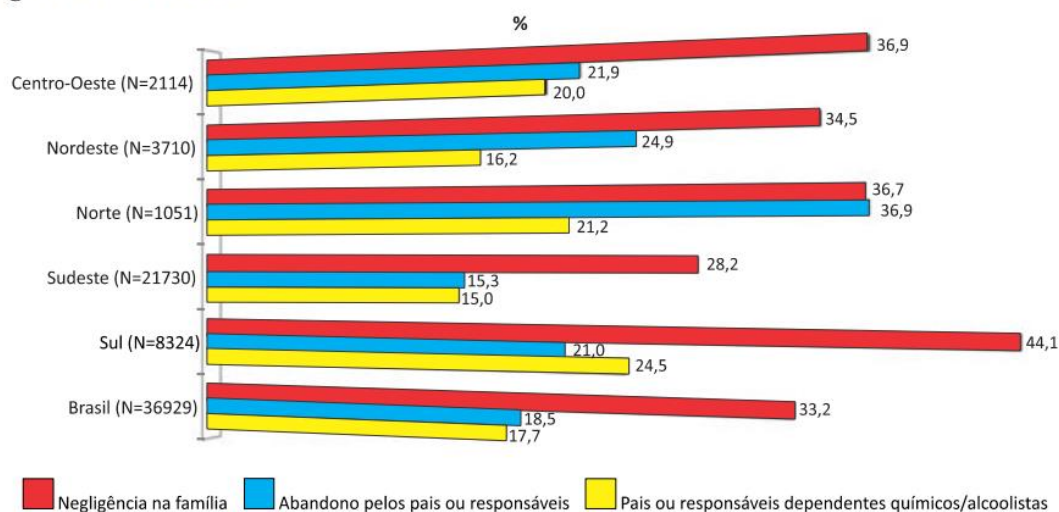
Nota: a tabela abrange os dados de Minas Gerais cedidos pela Sedese/MG-FJP.

Figura 10 - Faixa etária das crianças e adolescentes acolhidas no Brasil por região

(Fonte: Constantino, Assis & Mesquita, 2013, p.165).

No que diz respeito ao motivo do acolhimento, foram apontadas três principais causas: negligência, abandono e uso de substâncias psicoativas pelos pais ou responsáveis.

Gráfico 22. Três principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes. Brasil e regiões (N=36.929)



Nota: o gráfico abrange os dados de Minas Gerais cedidos pela Sedese/MG-FJP.

Figura 11 - Os principais motivos de acolhimento das crianças e adolescentes brasileiros

(Fonte: Constantino, Assis & Mesquita, 2013, p.177).

Os autores chamam a atenção para o conceito de negligência descritos nos prontuários do SAI analisados, pois, de acordo com os mesmos “(...) diversos autores ressaltam a dificuldade de definir esse tipo de violência cuja interpretação é marcada por

forte carga subjetiva do profissional que os acolhe, muitas vezes confundindo negligência dos familiares com situação de pobreza” (Constantino, Assis & Mesquita, 2013, p.177).

Em linhas gerais, ocorre a negligência, quando um adulto ou responsável pela criança ou adolescente deixa de prover às necessidades básicas para que eles possam se desenvolver de maneira integral.

Tabela 32. Violência familiar como motivo justificado para o acolhimento. Brasil e regiões (N=36.929)

Motivo	Centro-Oeste (N=2.114)	Nordeste (N=3.710)	Norte (N=1.051)	Sudeste (N=21.730)	Sul (N=8324)	Brasil (N=36.929)
Negligência familiar	36,9	34,5	36,7	28,2	44,1	33,2
Abandono pais/responsáveis	21,9	24,9	36,9	15,3	21,0	18,5
Violência familiar física	10,9	11,1	10,6	8,2	12,0	9,6
Violência familiar psicológica	6,1	4,5	10,2	2,8	7,9	4,5
Violência familiar sexual*	7,4	4,7	11,8	3,7	8,2	5,5

Nota: a tabela abrange os dados de Minas Gerais cedidos pela Sedese/MG-FJP.

* Exceto Minas Gerais — N=17.422. Os dados de Minas Gerais não permitiam a diferenciação da violência familiar sexual da violência sexual extrafamiliar e em virtude disso não foram utilizados.

Figura 12 - A violência familiar enquanto motivo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes

(Fonte: Constantino, Assis & Mesquita, 2013, p.181).

1.3.8 Dados estatísticos referentes à violação de direitos das crianças e adolescentes

O SIPIA³ (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) é uma base de dados nacional que contém registros e dados trabalhados referente a garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes brasileiros, os mesmos estão expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta base de dados é uma ferramenta muito importante para a formulação de políticas públicas voltadas para este público.

Por meio da realização de uma busca feita no SIPIA no período compreendido entre 01/01/2009 à 25/07/2016, referente ao estado de São Paulo (estado no qual esta

³ www.sipia.gov.br

investigação foi realizada), no que diz respeito ao direito à convivência familiar e comunitária e faixa etária, observa-se que com o passar dos anos a incidência da violação deste direito aumenta, na adolescência ela torna-se mais intensa.

Tabela 1 - Estatísticas dos direitos violados por faixa etária

Estatísticas de Violações Por Direito Violado

Período*:

01/01/2009

até

25/07/2016

UF*:

SP

Critério de Pesquisa*:

Envolvido - Faixa Etária I

Tipo de Direito*:

Direito Fundamental

Voltar

Pesquisar

Resultado da Pesquisa

Direito Violado	Violações	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Convivência Familiar e Comunitária	8930	40	90	143	244	248	376	348	378	377	383	376	443	446	403	540	563	735	768
Direito à Vida e à Saúde	1320	4	28	40	34	44	45	43	37	40	31	28	36	50	50	54	93	83	131
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	7888	25	119	292	346	370	386	565	922	788	456	335	309	239	222	226	254	326	351
Liberdade, Respeito, Dignidade	2662	8	13	38	46	68	79	97	114	106	112	130	165	130	154	159	164	199	236
Profissionalização e Proteção no Trabalho	120	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	2	3	6	6	14	26

(Fonte: SIPIA)

Embora com o passar dos anos aumente o número de violações, as crianças ainda são mais acometidas do que os adolescentes, sendo que foram registrados neste período 8930 violações, das quais 3892 foram contra crianças e 3009 contra adolescentes.

Tabela 2 - Estatística dos direitos violados das crianças e adolescentes

Estatísticas de Violações Por Direito Violado

Período*:

01/01/2009

até

25/07/2016

UF*:

SP

Critério de Pesquisa*:

Envolvido - Faixa Etária II

Tipo de Direito*:

Direito Fundamental

Voltar

Pesquisar

Resultado da Pesquisa

Direito Violado	Violações	Criança	Adolescente
Convivência Familiar e Comunitária	8930	3892	3009
Direito à Vida e à Saúde	1320	460	411
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	7888	5152	1379
Liberdade, Respeito, Dignidade	2662	1106	912
Profissionalização e Proteção no Trabalho	120	6	55

(Fonte: SIPIA)

No que tange ao gênero, o sexo masculino sofre mais violações referente a convivência familiar e comunitária do que o sexo feminino, embora os números sejam muito próximos.

Tabela 3 - Estatística dos direitos violados por gênero

Estatísticas de Violações Por Direito Violado

Período*:

01/01/2009

até

25/07/2016

UF*:

SP

Critério de Pesquisa*:

Envolvido - Sexo

Tipo de Direito*:

Direito Fundamental

Voltar

Pesquisar

Resultado da Pesquisa

Direito Violado	Violações	Masculino	Feminino	Trans Masculino	Trans Feminino	Não Informado
Convivência Familiar e Comunitária	8929	4616	4292	1	3	17
Direito à Vida e à Saúde	1320	800	510	0	1	9
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	7888	4195	3685	3	5	0
Liberdade, Respeito, Dignidade	2662	1230	1428	0	4	0
Profissionalização e Proteção no Trabalho	120	79	41	0	0	0

(Fonte: SIPIA)

No que diz respeito a etnia, as violações registradas em sua grande maioria ocorreram com a raça branca, seguida da parda, negra, amarela e indígena.

Tabela 4 - estatística dos direitos violados por etnia

Estatísticas de Violações Por Direito Violado

Período*:

01/01/2009

até

25/07/2016

UF*:

SP

Critério de Pesquisa*:

Envolvido - Cor

Tipo de Direito*:

Direito Fundamental

Voltar

Pesquisar

Resultado da Pesquisa

Direito Violado	Violações	Amarela	Branca	Parda	Negra	Indígena	Não Informado
Convivência Familiar e Comunitária	8930	69	5859	2354	619	12	17
Direito à Vida e à Saúde	1320	4	869	347	91	0	9
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	7888	82	4528	2837	429	12	0
Liberdade, Respeito, Dignidade	2662	30	1741	686	197	8	0
Profissionalização e Proteção no Trabalho	120	0	89	20	11	0	0

(Fonte: SIPIA)

No tocante ao agente violador, a maioria das violações do direito a convivência familiar e comunitária é praticada pela genitora, seguida do genitor, responsáveis, avós, padrastos e tios.

Tabela 5 - Estatística dos direitos violados e o violador

Estatísticas de Violações Por Direito Violado

Período*:

01/01/2009

até

25/07/2016

UF*:

SP

Critério de Pesquisa*:

Envolvido - Agente Violador I

Tipo de Direito*:

Direito Fundamental

Voltar

Pesquisar

Resultado da Pesquisa

Direito Violado	Avós	Irmãos	Madastra	Mãe	Outro	Padrasto	Pai	Responsável	Tio/Tia
Convivência Familiar e Comunitária	265	88	40	5871	195	130	2726	456	95
Direito à Vida e à Saúde	5	2	1	191	55	7	49	17	3
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	6	1	0	239	217	1	65	35	0
Liberdade, Respeito, Dignidade	70	38	29	562	219	124	907	50	86
Profissionalização e Proteção no Trabalho	3	0	0	31	6	0	14	6	1

(Fonte: SIPIA)

Nota-se que é um número expressivo de violações que acometem as crianças e os adolescentes. Cabe ressaltar que esta base é alimentada diariamente, logo os dados mudam frequentemente.

Observa-se que uma grande parcela das crianças e adolescentes brasileiras se encontram em situação de violação de direitos fundamentais, neste contexto a participação infantil, configura-se como uma ferramenta que possibilita o protagonismo e a emancipação destes sujeitos, e conhecer os direitos é o primeiro passo para a efetivação dos mesmos.

CAPÍTULO 2: A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA: ROMPENDO PARADIGMAS

Neste capítulo serão apresentados os objetivos da investigação e a seguir as opções metodológicas. As ações desenvolvidas foram pautadas nos princípios da investigação-ação participativa, visto que os procedimentos por ela adotados possibilitam a valorização dos participantes, bem como a compreensão de que eles são sujeitos ativos e protagonistas, tendo direito a voz e participação.

Esta investigação foi pautada em preceitos éticos, sendo assim, foi assegurado aos participantes as condições necessárias para que eles não estivessem sujeitos a nenhum tipo de riscos.

2.1 Objetivos

A proposta inicial deste trabalho, ou seja, antes da entrada no campo, consistia no desenvolvimento de um processo investigativo e colaborativo juntamente com os adolescentes, no qual as ações seriam baseadas no artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Objetivava-se promover o protagonismo dos adolescentes, valorizando as suas vozes bem como, a construção conjunta de um espaço de reflexão, troca de experiências, e conhecimento acerca da participação.

Durante o percurso de investigação, foi necessário trabalhar com os adolescentes os direitos fundamentais previstos pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), pois, eles desconheciam estas legislações.

Geral

- ❖ Possibilitar aos adolescentes o despertar da consciência de que são sujeitos de direitos, permitindo a descoberta e a vivência do direito de participação enquanto ferramenta contra a invisibilidade e o silêncio.

Específicos

- ❖ Criar um ambiente que possibilite aos adolescentes conhecerem os seus direitos, especialmente o de participação;
- ❖ Valorizar a opinião e expressão dos adolescentes, através da escuta atenta, possibilitando assim o aumento da chance de uma efetiva participação social.
- ❖ Mobilizar os adolescentes para a participação cidadã;
- ❖ Fazer chegar as vozes dos adolescentes aos adultos da instituição

2.2 O Paradigma sócio-crítico

Tendo em conta os objetivos que nortearam esta investigação, procurámos desenvolvê-la a partir dos pressupostos do paradigma sócio-crítico ou emancipatório como também é conhecido, segundo Gitlin, Siegel & Boru, 1993; Marques, 1999 apud Coutinho (2014, p.19-20):

(...) de uma forma simplista, digamos que o paradigma crítico/emancipatório constitui, de certa forma, um desenvolvimento e uma versão modernizada da filosofia marxista, remontando as suas origens ao movimento da escola de Frankfurt na Alemanha no início dos anos 20 do século passado. Os fundamentos filosóficos encontram-se nas críticas de Adorno e Habermas à economia liberal, de Marcuse à alienação consumista das sociedades capitalistas, a nível pedagógico nas ideias de Paulo Freire concretizadas na sua pedagogia da libertação, e, mais recentemente (anos 80-90), ao movimento pedagógico de autores como Michael Apple e Henry Giroux nos Estados Unidos da América.

Alvarado & García (2008) acrescentam que o paradigma sócio-crítico surgiu como uma resposta às tradicionais pesquisas de cunho positivista e interpretativo, cujo processo e resultados pouco influenciavam nas transformações sociais. Ressaltam que o paradigma sócio-crítico objetiva superar o conservadorismo e o reducionismo e aceitar a possibilidade de uma ciência social, que não seja meramente interpretativa ou positivista, mas sim crítica, que possibilite a troca social dentro das comunidades.

As autoras ainda salientam que este paradigma introduz de maneira explícita a ideologia, bem como a autorreflexão crítica, nos processos de aquisição de conhecimento, e que a sua finalidade consiste em transformar as estruturas e as relações sociais, dando respostas aos problemas ocasionados no meio social, visando à busca de soluções a partir da autorreflexão dos membros pertencentes à comunidade (*ibidem*).

Coutinho (2014) acrescenta que na Teoria Crítica não há perspectivas neutras, pois, o investigador está situado num lugar social e defende os interesses dum determinado grupo social, ou seja, ela rejeita a possibilidade da produção de um conhecimento pautado na objetividade, neste sentido o conhecimento é sempre uma construção de cunho social, ligado a um interesse técnico (paradigma positivista), comunicação prática (paradigma qualitativo) ou necessidade e interesse crítico e de emancipação.

No que diz respeito aos princípios que norteiam o paradigma sócio-crítico Popkewitz (1988) apud Alvarado & García, (2008, p. 190) elencou o que considerou como sendo os principais, são eles:

(...) (a) conocer y comprender la realidad como praxis; (b) unir teoría y práctica, integrando conocimiento, acción y valores; (c) orientar el conocimiento hacia la emancipación y liberación del ser humano. Y (d) proponer la integración de todos los participantes, incluyendo al investigador, en procesos de autorreflexión y de toma de decisiones consensuadas, las cuales se asumen de manera corresponsable.

Este paradigma configura-se como um grande avanço nas pesquisas nas áreas sociais e humanas, visto que, ele possibilita um novo olhar e uma nova forma de fazer ciências, sendo que se volta para as questões práticas e que demandam ações que visem à emancipação e o despertar da criticidade nas pessoas envolvidas.

2.3 A Investigação-Ação-Participativa e as suas origens

Este trabalho foi desenvolvido a partir dos pressupostos da perspectiva sócio-crítica, já a metodologia teve inspiração nos princípios metodológicos da Investigação-Ação Participativa, visto que se acredita que é o enquadramento que melhor se adequa ao desenvolvimento deste tipo de investigação, por possibilitar a superação da relação hierarquizada entre o pesquisador e o investigado, estabelecer uma relação de parceria e confiança, bem como possibilitar o protagonismo dos participantes.

Nas últimas décadas as sociedades têm vivenciado intensas mudanças das mais diferentes ordens, que acarretaram transformações e inúmeros problemas, dentre eles os de ordem social. Esta demanda necessita de respostas pontuais e soluções para sanar tais questões.

Esta nova configuração das sociedades e emergente demanda possibilitou o desenvolvimento de novas metodologias de investigação, visto que segundo Gil (2011) as inúmeras críticas feitas em relação às pesquisas clássicas denominadas positivistas, suscitou a necessidade da proposição de modelos alternativos, cuja finalidade fosse

possibilitar resultados socialmente relevantes, dentre as propostas apresentadas as mais divulgadas foram à pesquisa-ação e a pesquisa participante.

Segundo Barbier (2002), a pesquisa-ação surgiu há mais de cinquenta anos como uma abordagem específica das Ciências Sociais e se desenvolveu por todo o globo terrestre a partir dos Estados Unidos. O autor ressalta que “(...) *a pesquisa-ação não é uma simples transfiguração metodológica da sociologia clássica. Ao contrário, ela expressa uma verdadeira transformação da maneira de conceber e de fazer pesquisa em Ciências Humanas*” (p.17).

A pesquisa-ação seguiu diferentes orientações advindas da sua origem norte-americana, europeia e de países em desenvolvimento que a utilizaram como uma ferramenta para superar as condições adversas vivenciadas na época. Almejava-se realizar um diagnóstico situacional para alcançar uma mudança no comportamento dos indivíduos, possibilitando assim sanar problemas sociais; inicialmente a pesquisa-ação tinha um propósito psicossociológico e terapêutico, a partir de 1970 ela ampliou-se em diferentes campos das ciências sociais e ganhou novos contornos (Chizzotti, 2011).

Ainda segundo este autor, foi atribuída a paternidade da pesquisa-ação a Kurt Lewin, um imigrante foragido do nazismo que se naturalizou norte americano, ele interessava-se pelo estudo da dinâmica social e estava convencido da necessidade da ciência auxiliar na resolução dos conflitos bem como, esclarecer as pessoas sobre a sua situação e propor uma solução ação eficaz para o problema enfrentado. Kurt Lewin se apoiou nas pesquisas experimentais com práticas de intervenções terapêuticas psiquiátricas e conceitos de globalidade e relação dinâmica provenientes da corrente psicológica Gestalt (*ibidem*).

Corroborando, Coutinho (2014, p.362) salienta que o artigo escrito por Kurt Lewin na década de 40 do século passado denominado “*Action Research na Minority Problems*” “apadrinhou” o termo Investigação-Ação”, originando uma série de estudos de caráter evolutivo, de uma metodologia que se revelou adequada aos estudos voltados para as áreas da Ciências Sociais e Educação.

No mesmo sentido, de acordo com Barbier (2002), Kurt Lewin desenvolveu a *Action-Research* no intuito de solucionar os problemas levantados pela hostilidade dispensada aos judeus, bem como a implantação das usinas em regiões rurais que contava com uma mão-de-obra cujo ritmo era diferente das pessoas das cidades do norte.

Embora a proposição desta nova metodologia tenha configurando-se como um grande avanço, ela também acarretou um grande impasse, visto que, segundo Thiollent (1992, p.7), não há na literatura um consenso sobre a denominação e proposta metodológica da pesquisa-ação e pesquisa participante, pois tais terminologias frequentemente são utilizadas como sinônimos, porém na sua concepção não são, pois a pesquisa ação para além da participação pressupõe uma ação planejada de cunho educacional, social ou técnico, isso nem sempre se encontra na pesquisa participante.

Em sentido contrário, Loureiro (2007, p.25) afirma que:

(...) a Pesquisa-Ação Participante é o modelo de Pesquisa-Ação que busca sintetizar ambas as tradições. Opção metodológica pela qual os envolvidos devem trabalhar como agentes sociais em igualdade de poder de decisão, mas sem com isso confundir as atribuições distintas e necessárias. Em que há compromisso político com a emancipação e com a ação reflexiva, articulando teoria e prática, para desvelar a realidade e transformá-la no sentido de fazer com que todos exerçam sua cidadania e aprendam no processo.

Já Chizzotti (2011) classifica a pesquisa-ação, pesquisa intervenção e pesquisa participativa como pesquisas ativas. Salienta que elas abrigam uma gama de orientações práticas e epistemológicas derivadas de diferentes concepções e pressupostos originários da América, Ásia, Austrália e Europa, cujo interesse comum é orientar ações em situações concretas, preservando alguns elementos comuns, tais como:

- ❖ Crítica ao modelo tradicional de pesquisa que privilegia as descrições e mensurações;
- ❖ Aprofundar o conhecimento na compreensão de um problema, visando orientar ações voltadas para solucioná-lo;
- ❖ Incluir os participantes da pesquisa na recolha e análise das informações, bem como na proposição de soluções para a resolução dos problemas;
- ❖ Uso de técnicas de investigação e recursos que possibilitem o desenvolvimento de ações objetivas para solucionar o problema.

Ressalta que as pesquisas ativas objetivam a promoção de algum tipo de mudança e pressupõe uma tomada de consciência tanto do investigador quanto dos participantes na formulação de meios para superar os problemas.

A partir da concepção de Coutinho (2014) a Investigação-Ação é uma perspectiva de cunho teórico que se caracteriza por um maior dinamismo na maneira de encarar a realidade, possibilita uma maior interação social, uma predominância da práxis a partir da proximidade da realidade, reflexão crítica e intenção transformadora.

Loureiro (2007, p.26) acrescenta:

O processo emancipatório pressuposto na Pesquisa-ação-Participante almeja, portanto, a construção de uma nova sociabilidade e organização social na qual os limites que se objetivam na política, na educação, nas instituições e nas relações econômicas possam ser superados democraticamente pela ação responsável dos agentes sociais.

O’Kane (2005) refere que apesar das raízes e dos métodos das teorias participativas terem inúmeras fontes, foram identificadas cinco como sendo significativamente influentes, são elas: a investigação participativa ativa cujo idealizador foi Paulo Freire, a antropologia aplicada, análise do sistema agrário, a estimativa rural rápida e a investigação de campo sobre sistemas de agricultura.

2.4 A Investigação-Ação-Participativa com crianças

Embora não haja na literatura um consenso quanto à definição e nomenclatura relacionada a pesquisa-ação, para a realização desta investigação elegemos a denominação pesquisa-ação-participativa.

Desde o final dos anos 80 do século passado há um crescente interesse no meio acadêmico pelo desenvolvimento de investigações que possibilitem a escuta das experiências das crianças. Segundo O’Kane (2005), a emergência deste novo paradigma evidencia uma mudança no olhar destinado a criança, sendo que ela deixa de ser uma mera receptora passiva da socialização dos adultos e passa a ser reconhecida como um ator social, um sujeito de direito, um participante ativo na construção de suas experiências.

Diante deste novo panorama emergiu a necessidade dos pesquisadores buscarem novas perspectivas que possibilitassem a investigação participativa com as crianças. Sendo assim, passa-se a adotar a investigação participativa para pesquisar a infância e as crianças.

No que tange a questão metodológica, a investigação participativa busca métodos e técnicas que permitam durante a pesquisa “conhecer transformando”, trata-se de um paradigma emergente na área das Ciências Sociais Crítica, consiste num processo educativo que envolve ação, política e investigação (Tomás, 2007).

A investigação participativa originou-se a partir dos movimentos populares rurais, voltados a educação de adultos *Participatory Rural Appraisal (PRA)* e investigação – acção participativa (*Participatory Action Research*), e com o passar do tempo estendeu-se a outros grupos sociais, dentre eles a infância (*Ibidem*).

Corroborando, Chambers, 1998 citado por Soares (2005, p.151) acrescenta que:

As perspectivas participativas utilizadas na investigação com crianças vão buscar inspiração a um conjunto heterogêneo de fontes e tradições que se podem enquadrar nas designadas ‘Participatory Rural Appraisal (PRA)’. As PRA, actualmente mais conhecidas como ‘Participatory Learning and Action (PLA)’ foram originalmente desenvolvidas no trabalho com comunidades cujos níveis de literacia e fracas competências linguísticas e de relacionamento com o poder apelavam à utilização de técnicas investigativas mais vividas, gráficas e concretas, de forma a reaver as suas representações e a sua participação.

Para Soares (2006, p.29) a investigação participativa:

Epistemologicamente, defende uma relação participada entre investigador e investigado, onde, o investigado é também um investigador, estabelecendo-se entre os dois, uma relação interactiva e aberta à mudança. Metodologicamente, a investigação é considerada como um espaço intersubjectivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento, através de processos partilhados de produção de conhecimento, entre investigadores e investigados. É também, um processo de investigação densamente trespassado de significados e valores, em todas as etapas do seu percurso, o que se apresenta como um desafio complexo na investigação com crianças, na medida em que, os significados e valores que estão aí presentes, terão sempre uma dupla interpretação: a dos adultos e a das crianças.

Fernandes e Santana (2011) ressaltam que nos últimos anos tem crescido a importância dada à investigação participativa com crianças, principalmente entre os pesquisadores que concebem o processo de investigação realizado com as crianças como uma interação entre a investigação, a educação e a ação política.

De acordo com Soares (2005), as metodologias participativas desafiam duplamente os sociólogos da infância, visto que por um lado os investigadores precisam desenvolver a criatividade e a imaginação metodológica para definir as diferentes ferramentas metodológicas e por outro necessitam redefinir a sua identidade enquanto pesquisadores, descentralizando a gestão de todo o processo passando a ser parceiros e co-gestores da investigação juntamente com os participantes.

Corroborando, O'Kane (2005) enfatiza que as técnicas participativas possibilitam à criança conduzir o conteúdo das discussões, a partir da explicação, bem como das interpretações sobre a realidade na qual está inserida, logo, esta técnica configura-se como uma ferramenta valiosa que possibilita dar voz às crianças. Possibilita ainda evidenciar os seus interesses e necessidades, também auxilia na criação de um ambiente de investigação mais flexível, sendo assim, o participante passa a partilhar o controle sobre a agenda de pesquisa.

Soares (2005, p.161) definiu três possíveis patamares da participação infantil numa pesquisa, foram eles:

O **patamar da mobilização** identifica um processo iniciado pelo adulto, em que a criança é convidada a participar, sendo encarada como parceira, com possibilidade de escolhas relativamente aos timings, à organização do processo e ainda com uma possibilidade, ainda que reduzida, de escolha dos temas que atravessam a investigação em causa; - O **patamar da parceria** identifica um processo em que a implicação da criança na investigação se faz desde logo no design da investigação, processo desenvolvido entre crianças e adultos, sendo a tomada de decisão relativamente a todos os outros aspectos que caracterizam o processo em causa definidos em conjunto; - O **patamar do protagonismo** identifica um processo dependente em exclusivo da acção da criança, quer seja na definição dos objectivos e design da mesma, no timing e recursos, encarando-se o adulto como consultor disponível e presente.

Segundo Soares, Sarmento & Tomás (2005) a investigação participativa consiste num processo de participação social, no qual as decisões são partilhadas entre todos ao longo da investigação e é preciso que haja um equilíbrio entre as pessoas, no que tange a autonomia, a cooperação e a hierarquia. Este tipo de investigação é permeado por valores e significados em todas as etapas do seu desenvolvimento, isso configura-se como um grande desafio, pois os valores ali existentes terão tanto a interpretação das crianças, quanto as dos adultos.

2.5 Recursos Metodológicos

De acordo com Demo (1985) numa investigação científica a metodologia diz respeito a preocupação em relação aos instrumentos utilizados, ela ocupa-se das ferramentas, dos procedimentos e do caminho a ser percorrido durante a pesquisa.

Para a realização e o desenvolvimento deste trabalho foi necessária à utilização de alguns recursos e ferramentas para a geração de dados, com um caráter marcadamente qualitativo, são elas:

Observação Participante

Dentre os recursos utilizados num processo investigativo durante a recolha de dados, a observação é uma das mais empregadas nas áreas das Ciências Sociais. Para Graue & Walsh (2003, p.129) *“a observação sistemática e disciplinada é uma competência que pode ser aprendida. Os bons observadores vêem coisas que outros não vêem”*.

Para esta investigação foi privilegiada a observação participante, que Segundo Gil (2011, p.103)

(...) consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

Soares (2005) ressalta que numa investigação participativa, ao utilizamos a observação participante em conjunto com a análise de outras produções da criança, tais como o desenho, a escrita ou discussões individuais ou grupais, possibilita a tradução das vozes das crianças de uma maneira mais sensível, ultrapassando os vieses resultante da relação de poder.

Conversas informais com os adolescentes

Conversas informais, ou técnica de recolha de dados baseada na conversação, é uma importante ferramenta numa investigação, pois, possibilita que os participantes sejam protagonistas, se expressem livremente, confrontem pontos de vista e troquem informações. De acordo com Mayall (2005) numa investigação científica, as conversas informais podem ser exploradas como uma forma de se obter dados, pois, elas apresentam algumas vantagens: i-) elas possibilitam de uma certa forma, que a agenda seja entregue as crianças, para que elas possam controlar a direção e o ritmo da conversa, explorando e levantando tópicos, sem que haja a intensa participação do investigador, desta maneira os pesquisadores podem melhor compreender o que é importante para a criança ii-) por meio das conversas entre si, as crianças ampliam o seu conhecimento e aprendem sobre o seu mundo social, iii-) o diálogo entre as crianças demonstra a sua habilidade social, iv-) as crianças auxiliam na apresentação de outras crianças.

Embora a autora faça referência as crianças, tais vantagens também se aplicam as investigações desenvolvidas com adolescentes.

Recursos expressivos

Os registros expressivos consistem em produções feitas pelo participante, seja da ordem do desenho, da escrita, da pintura, entre outros. No caso dos desenhos, eles sempre foram considerados uma das principais formas de expressão, principalmente na infância, e de acordo com Sarmento (2014) os desenhos infantis configuram-se como uma fonte importante de informação visual, desde a mais tenra idade até o início da adolescência os desenhos são uma forma de comunicação e expressão.

Cabe lembrar que independente da faixa etária em que os participantes de uma investigação se encontram, a livre expressão por meio dos desenhos torna-se um valioso material para análise, pois, num pedaço de papel há o registro da forma pela qual ele apreende a realidade.

Fócus Group

De acordo com Silva, Veloso & Keating (2014) o *Fócus Group* “ (...) é uma técnica que visa a recolha de dados, podendo ser utilizada em diferentes momentos do processo de investigação”. Coutinho (2014) ressalta que o *Fócus Group* consiste numa entrevista realizada num grupo de pessoas a partir de um tema pré-definido.

Segundo Teddlie e Tashakorri (2009), citado por Coutinho (2014, p.143):

o *focus group* combina a entrevista e observação, já que, embora muito semelhante à entrevista – o investigador coloca aos entrevistados uma série de perguntas pré-determinadas – pelo simples facto de envolver um grupo, as interações que se estabelecem entre os participantes são uma importante fonte de informação para a colheita de dados.

Jogos lúdicos

A dinamização de atividades de carácter educativo por meio da ludicidade possibilita aos participantes, uma maior interação, a troca de informações, o trabalho em equipe, a descontração, o despertar da curiosidade e o aprendizado coletivo; tais recursos facilitam a comunicação grupal e a livre expressão.

Notas de Campo

De acordo com Graue & Walsh (2003) durante um processo de investigação, particularmente quando existe o recurso, técnicas e dispositivos de carácter qualitativo, é fundamental o registro das informações observadas, visto que, se não forem registradas não se constituirão como dados. Sendo assim, as notas de campo são fundamentais, para Casa-Nova (2009) estes registros não são a realidade, mas sim, a interpretação do investigador sobre as experiências vivenciadas.

Quando não houver a possibilidade de gravar os encontros, é primordial, que o investigador assim que se afastar do campo de investigação, faça os seus registros, pois, passado algum tempo, corre o risco de perder alguma informação importante devido ao esquecimento dos fatos.

2.6 Questões Éticas

Para desenvolver uma investigação em Ciências Sociais e Humanas, uma das premissas básicas a se levar em consideração é a questão ética, pois, para além de ser informado sobre todo o processo a pessoa precisa aceitar a participar e concordar com as nuances da pesquisa. Isso se estende a qualquer faixa etária, principalmente as crianças e adolescentes.

Segundo Graue & Walsh (2003, p.77) *“o comportamento ético está intimamente ligado à atitude – a atitude que cada um leva para o campo de investigação e para a interpretação pessoal dos factos”*. Os autores ressaltam que para adentrar a vida de outras pessoas é necessário obter permissão e isso vai além de um simples consentimento, pois, ela é a base da relação de respeito estabelecida entre as pessoas; na relação entre adultos e crianças geralmente pressupõe-se que os adultos são os detentores do saber, que estabelecem as regras e dão a permissão, no entanto, numa investigação com crianças a situação é inversa, pois elas detêm o saber e estabelecem as regras.

De acordo com Soares (2006, p.32)

a ética na investigação com crianças necessita considerar a alteridade e diversidade que definem a infância enquanto grupo social, com especificidades que o distinguem de outros grupos, as quais exigem por isso mesmo, considerações éticas diferenciadas e com singularidades que dentro de uma mesma categoria social (a infância), encerram infindáveis realidades, dependentes de aspectos como a idade, o género, a experiência, o contexto sócio económico, as quais dão origem a múltiplas formas de estar, sentir e agir das crianças e, por isso mesmo, exigem a consideração de cuidados éticos singulares, decorrentes da consideração da diversidade que encerram.

Para Soares, Sarmiento & Tomás (2005) dentre as principais preocupações referente a questão ética numa investigação com a crianças estão: o respeito a sua privacidade, a obtenção do seu consentimento para participar da investigação, assim como a sua recusa, a eliminação de formas de influenciar a criança nas tomadas de decisões ou opiniões pautadas na vontade do pesquisador, visto que elas são co-participantes e as suas ações devem ser autônomas. Numa investigação participativa o consentimento informado das crianças é um momento crucial, é fundamental fornecer a ela todas as informações referentes a pesquisa, desde o objetivo, as etapas do desenvolvimento, é de sua importância informar a criança que a sua participação terá carácter voluntário e a qualquer

momento ela poderá se recusar a participar, cabe ao pesquisador discutir com a criança quais as técnicas que ela considera mais adequada e possibilita que ela se sinta mais à vontade.

CAPÍTULO 3: O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será abordada a caracterização dos contextos de investigação, partindo do macro para o micro, ou seja, inicialmente será apresentado o Estado de São Paulo, a sequência a cidade na qual a investigação foi realizada, depois a instituição e para finalizar os participantes.

O Brasil é o maior país da América do Sul e assim sendo cada região tem as suas características culturais, sociais, econômicas, bem como as suas particularidades que diferencia a população de um estado para o outro. Em se tratando do Estado de São Paulo ele sofreu forte influência de diferentes culturas tanto advindas da imigração quanto da migração de pessoas de outras regiões do país.

Num processo de investigação é fundamental conhecer o meio social e cultural no qual os participantes estão inseridos, pois isso por vezes facilitará a compreensão do pesquisador referente a alguns fenômenos que ele se deparará ao longo do processo da construção do conhecimento.

3.1 O Estado de São Paulo, a Cidade E a instituição

3.1.1 O Estado São Paulo

O estado está localizado na região sudeste do País, tem como limite os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Oceano Atlântico. Ele ocupa uma área de aproximadamente 248.808.48 quilômetros quadrados e a sua capital é a cidade de São Paulo, ela é uma das 27 unidades Federativas do Brasil.



Figura 13 - Mapa do Brasil

(Fonte: https://www.mc.unicamp.br/files/rf4c04d7dcb0045/mapa2_editado.jpg)

Ela é a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul, abriga a maior população do Brasil, são aproximadamente 43 milhões de habitantes distribuídos em 645 municípios.

O Estado de São Paulo é tido como o mais cosmopolita do Brasil, visto que somente na capital residem mais de três milhões de imigrantes das mais diversas nacionalidades, em média 70. A população é descendente principalmente de italianos e portugueses, porém há também influência dos africanos e ameríndios, bem como dos árabes, alemães, espanhóis e japoneses.

É a mais rica das unidades federativas e possui um dos maiores índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, ficando atrás somente do estado de Santa Catarina e Distrito Federal. É responsável por 28,7% do Produto Interno Bruto (PIB) é considerada o “motor econômico” do país devido à sua mão de obra qualificada, infraestrutura e fabricação de produtos de alta tecnologia e também por possuir o maior Pólo industrial e produção econômica.⁴

3.1.2 A cidade

Este trabalho foi desenvolvido num pequeno município, situado no interior do estado São Paulo - Brasil, distante a 170 km da Capital. O surgimento ⁵da cidade está diretamente ligada à expansão do cultivo do café no interior de São Paulo, pois neste local em 1º de Maio de 1875 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro iniciou a construção de um ramal rumo à cidade de Ribeirão Preto, a sua inauguração ocorreu no dia 30 de Setembro do mesmo ano e representou um marco para o início da constituição da cidade.

Um comerciante era o responsável pela contratação de mão de obra para a construção da estrada de ferro, assim sendo ergueu um pequeno rancho e abriu um pequeno comércio para atender os trabalhadores da Companhia de Estradas de Ferro, a partir de então surgiu um pequeno povoado. Com o crescimento da população e o

⁴ http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/principal_conheca

⁵ <http://www.encontraleme.com.br/leme-sp/>

desenvolvimento local, as pessoas que ali residiam se organizaram e construíram uma capela, em 26 de dezembro de 1889, por meio de um ato do governador do Estado foi criado um Distrito Policial.

Com o passar dos anos a estação de madeira se transformou numa estação ferroviária e passou a receber inúmeras pessoas e também cargas, com o desenvolvimento local e o crescimento da população em 29 de Agosto de 1895, a partir de uma lei estadual foi elevada à condição de município.



Figura 14 - O estado de São Paulo

(Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/16/SaoPaulo_Municip_Leme.svg/280px-SaoPaulo_Municip_Leme.svg.png)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁶no ano de 2015 o município tinha aproximadamente 99.388 mil habitantes, destes perto de 15.630 estavam compreendidos entre a faixa etária de 10 a 19 anos.

3.1.3 A instituição “Nosso Lar”

A instituição de acolhimento **“Nosso Lar”** foi fundada em 10 de Novembro de 1987. Para além dela o município possui duas casas lares, que tem por finalidade resgatar o

⁶<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352670&search=sao-paulo|leme>

ambiente familiar, substituindo a família de origem nos casos em que as crianças e adolescentes não tem mais chances de serem adotados. A instituição não possui fins lucrativos, o seu objetivo é acolher e proteger em tempo integral crianças e adolescentes compreendidos entre 0 a 17 anos e 11 meses, que foram retiradas de suas famílias de origem por decisão judicial devido à fragilização ou rompimento dos vínculos e exposição a situações de risco ou vulnerabilidade social.

Respeitando a legislação brasileira a instituição possui capacidade para acolher até 20 crianças e adolescentes de ambos os sexos. Além da educação formal os adolescentes estão inseridos nas seguintes atividades e projetos sociais:

- ❖ Centro de Referência da Juventude (CRJ);
- ❖ Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD).
- ❖ Curso de Informática básica;
- ❖ Guarda Mirim;
- ❖ Escolinha de Futebol;
- ❖ Aulas de Nataação
- ❖ Academia;
- ❖ Aulas de judô e
- ❖ Aulas de Kung Fu.

No que diz respeito a saúde das crianças e adolescentes eles recebem os seguintes acompanhamentos:

- ❖ Atendimento médico na rede de saúde pública municipal;
- ❖ Atendimento psicoterápico – os atendimentos são realizados no Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSi), ou por psicólogos clínicos voluntários que disponibilizam horários em suas agendas para o atendimento das crianças e adolescentes.
- ❖ Atendimento psiquiátrico – as crianças e adolescentes que necessitam deste tipo de atendimento vão ao Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSi);
- ❖ Atendimento odontológico – é realizada na rede pública de saúde ou por dentistas que possuem consultórios particulares e se predispõe a ajudar.

Recursos Humanos

A equipe técnica é composta por:

- ❖ 01 coordenadora geral – ela é responsável tanto pela instituição de acolhimento quanto pelas duas casas lares;
- ❖ 01 coordenadora que possui formação em psicologia e trabalha 44 horas semanais
- ❖ 01 assistente social com jornada laboral de 30 horas semanais.

Já a equipe de apoio conta com:

- ❖ 02 cozinheiras;
- ❖ 11 educadoras (esta denominação refere-se ao cargo, elas não são pedagogas);
- ❖ 01 supervisora dos educadores e
- ❖ 01 faxineira.

Os educadores trabalham numa escala de 12 por 36, ou seja a cada 12 horas corridas de trabalho, eles descansam 36 horas.

A equipe educacional é composta por:

- ❖ 01 pedagoga (cedida pela prefeitura municipal)

Instalações Físicas

A instituição está situada em uma residência alugada no centro da cidade, a casa está dividida da seguinte forma:

Área Administrativa

Esta parte fica separada do espaço destinado às crianças e adolescentes preservando desta forma a individualidade e respeitando as particularidades, ela conta com:

- ❖ 01 sala destinada à coordenação e a equipe técnica;
- ❖ 01 banheiro;
- ❖ 01 sala de espera e
- ❖ 01 minibiblioteca, esta sala é utilizada para o desenvolvimento dos projetos.

Espaço destinado as crianças e adolescentes

- ❖ 02 salas – 01 destinada aos meninos e a outra as meninas e crianças pequenas);
- ❖ 03 banheiros - 01 para os bebês e meninas, 01 para os meninos e o outro para os funcionários
- ❖ 04 dormitórios – dormem aproximadamente cinco crianças e adolescentes por quarto, é dividido por sexo;
- ❖ 01 berçário com capacidade para quatro bebês;
- ❖ 01 cozinha
- ❖ 01 refeitório e
- ❖ 01 sala de brinquedos e apoio pedagógico.

Área externa

Na área externa há um grande espaço para que as crianças e adolescentes possam brincar e se divertir, há também um gramado, espaço este que eles usam para jogar futebol.

Projetos desenvolvidos pela instituição

A equipe técnica da instituição desenvolve três projetos, são eles:

Fazendo a Minha História - esta oficina proporciona as crianças e adolescentes institucionalizados meios de expressão para que conheçam e se apropriem da sua história de vida, visa que leiam mais e com prazer, reconheçam o valor e registrem as suas histórias e que os voluntários do projeto conversem com as crianças e adolescentes sobre as suas histórias de maneira afetiva;

Apadrinhamento Afetivo – trata-se de uma oportunidade das crianças e adolescentes que possuem pouca ou nenhuma chance de adoção efetivarem o direito a convivência familiar e comunitária, assim sendo famílias da comunidade se candidatam a esta modalidade e sempre que possível recebem as crianças ou adolescentes em sua casa geralmente para passar o final de semana.

Vida Autônoma – este projeto tem início logo que a criança e o adolescente chegam a instituição, eles aprendem a cuidar de seus pertences, participam das atividades de limpeza e organização da casa, auxiliam a lavar as roupas, a cozinhar; a lidar com situações cotidianas (como fazer compras, pagar contas, ir ao correio, tirar documentos, etc). Os adolescentes são preparados para essa busca e inserção no mercado de trabalho, bem como a administração do salário; essas e outras questões para que estejam melhor preparados possível para o desacolhimento, seja retorno familiar ou por maioridade.

Convivência familiar

As visitas dos familiares geralmente ocorrem uma vez por semana e tem duração média de uma hora. A equipe técnica da instituição de acolhimento, composta por uma assistente social e uma psicologia realizam visitas domiciliares e orientam as famílias, visando tanto o fortalecimento do vínculo familiar, quanto a modificação de situações que acarretaram o acolhimento institucional, possibilitando desta forma o aumento das chances das crianças e adolescentes voltarem para as suas famílias.

Aos finais de semanas muitos adolescentes vão para a casa de familiares.

3.2. OS PARTICIPANTES

3.2.1 Os atores sociais

Participaram desta investigação dez adolescentes, compreendidos na faixa etária entre 13 e 17 anos, residentes na instituição de acolhimento “Nosso Lar”.

Quadro 3 - Os participantes

Nome	Idade	Escolaridade
Ana	17 anos	Cursando o 2º ano do Ensino Fundamental (EJA)
Fran	17 anos	Cursando o 6º ano do Ensino Fundamental (EJA)
Beatriz	16 anos	Cursando o 6º ano do Ensino Fundamental (EJA)
Júlia	15 anos	Cursando o 1º ano do Ensino Médio
Doutor	15 anos	Cursando o 5º ano do Ensino Fundamental (EJA)
Mc Menor	14 anos	Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental
Ludimila	13 anos	Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental
MC Guimê	13 anos	Estuda na APAE
Maria Eduarda	14 anos	Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental
Jeff	14 anos	Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental

Cabe ressaltar que exceto as informações adicionais que foram sendo obtidas ao longo do percurso de investigação, os demais dados foram coletados no mês de Fevereiro de 2016 com a coordenadora da instituição. Observa-se que embora a legislação determine que as crianças e adolescentes devem ficar o menor tempo possível numa instituição de acolhimento, vários adolescentes lá estão há anos e a previsão de saída é quando completarem 18 anos.

Como veremos adiante, os adolescentes inicialmente não quiseram expor as suas vidas anteriores ao ingresso na instituição, nem conversar sobre as suas famílias. Desta

forma, embora tenhamos vindo a perceber algumas das situações que levaram à determinação do seu acolhimento, não iremos expô-las neste trabalho.

Alguns adolescentes estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) devido a defasagem da idade em relação a série. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, em seu artigo 37 *“A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”*(BRASIL, 1996).

Há também um adolescente que estuda na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) devido a um atraso no seu desenvolvimento.

De acordo com a Federação Nacional das APAES ⁷

A Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional desde o ano de 1.954.

As adolescente Beatriz e Fran eram mães, porém, só o filho da segunda residia na instituição. Ana deu à luz a um menino no mês de Maio do ano vigente.

Até a finalização deste projeto, apenas o adolescente Jeff havia sido desacolhido.

⁷ <https://www.apaebrasil.org.br/#/oquefazemos>

CAPÍTULO 4: O INICIO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, será apresentado o início do percurso de investigação, partindo do contato com a instituição e as reuniões, seguido da entrada no campo, o contato com os adolescentes e a formação do grupo de investigação. Não foi uma trajetória fácil, visto que, os participantes encontram-se numa instituição de acolhimento e o encaminhamento dos mesmos para lá, se deu a partir de uma determinação judicial, desta forma, há uma série de questões institucionais que visam a proteção de maneira integral, preservando a identidade e resguardo-os de qualquer situação atípica.

Foi elaborado um plano de trabalho para ilustrar as ações desenvolvidas:

Quadro 4 - Plano de Trabalho da investigação

PLANO DE TRABALHO	
Data	Atividades
08/12/2015	1º Contato com a equipe técnica da instituição de acolhimento: Reunião com a coordenadora, entrega da carta de apresentação e solicitação do consentimento para realizar a investigação.
28/12/2015	Reunião com a equipe técnica da instituição de acolhimento: Entrega do Pré-Projeto.
30/12/2015	Contato telefônico com a psicóloga da instituição de acolhimento: Aceite para a realização da investigação.
08/01/2016	Reunião com a equipe técnica da instituição de acolhimento: Participação num treinamento destinado aos voluntários, cujo objetivo, era esclarecer as regras da instituição, bem como explicar a condição peculiar em que os adolescentes se encontravam.
11/01/2016	Entrada no Campo: 1º Encontro com os adolescentes: Apresentação do trabalho aos adolescentes, apresentação individual e convite à participarem da investigação.

18/01/2016	<p>Consentimento Informado:</p> <p>Leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos adolescentes;</p> <p>Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela coordenadora, enquanto responsável pelos adolescentes.</p>
25/01/2016	<p>Acordo de Investigação</p> <p>Neste dia firmamos o acordo de investigação, refletimos sobre a pesquisa e iniciamos o projeto.</p>
01 e 16/02/2016	<p>Oficina dos Sonhos</p> <p>Conversas informais com o grupo e atividade de livre expressão sobre os seus sonhos, objetivando conhecer melhor o contexto de investigação, os adolescentes, bem como criar vínculo.</p> <p>Exibição de um pequeno vídeo os direitos.</p>
08 e 09/02/2016	FERIADO NACIONAL
04 e 11/03/2016	<p>A descoberta dos direitos dos adolescentes</p> <p>Discussão e reflexão grupal sobre os direitos dos adolescentes, utilização de livro sobre a temática e vídeo.</p>
18/03/2016	<p>A Árvore dos Direitos</p> <p>Construção coletiva de uma árvore na qual estavam expressos os direitos dos adolescentes</p>
25/03/2016	FERIADO NACIONAL
01/04/2016	<p>Artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança</p> <p>Discussão e reflexão sobre o direito à participação</p>
08/04/2016	<p>Desenho e Jogo Lúdico</p> <p>Realização de desenho sobre os direitos dos adolescentes;</p> <p>Interação com um jogo lúdico de sensibilização e conscientização sobre os direitos</p>

15 e 29/04/2016	Atividade: Quem decide isso? Grupo de discussão sobre temáticas do cotidiano dos adolescentes
21 e 22/04/2016	FERIADO NACIONAL
06/05/2016	Atividade: O que temos? E o que queremos? Grupo de discussão sobre a escola, a instituição e a cidade.
13 e 20/05/2016	Elaboração de uma crítica social em forma de música Construção coletiva de uma crítica social em forma de música, sobre os direitos dos adolescentes.
25/05/2016	Encerramento da Investigação Apresentação do Funk dos Adolescentes para todos os integrantes da instituição.

4.1 Entrada no terreno com os adultos: O contato com a instituição e a negociação

O primeiro contato com a instituição de acolhimento foi via telefone, na ocasião conversamos com a psicóloga, nos identificamos, explicando que no âmbito do mestrado gostaríamos de apresentar uma proposta de trabalho para a Coordenação da Instituição e quem sabe firmar uma parceria, sendo assim foi agendada uma reunião para que pudéssemos falar a respeito. Na data agendada, fomos cordialmente recebidas pela psicóloga e pela coordenadora, tendo entregue a elas a carta de apresentação (**Anexo 1**), e explicado sobre a intenção em desenvolver a investigação na instituição, juntamente com os adolescentes.

A Coordenadora solicitou a entrega de um projeto contendo informações pormenorizadas, o que fizemos alguns dias depois, tendo recebido a informação de que a proposta seria apresentada ao coordenador geral. Na mesma semana, a psicóloga entrou em contato conosco via telefone e informou que a instituição havia aceitado a parceria, sendo assim, agendamos uma nova reunião, neste encontro a coordenadora explicou sobre as regras da instituição, exibiu dois filmes sobre acolhimento institucional e indicou a leitura de dois livros (**Diário de Campo nº 4**), ao término desta conversa, ela nos entregou

alguns termos, segundo a coordenadora é uma prática habitual da instituição frente a acolhida de novas pessoas.

Estes documentos consistiam em: um Contrato de voluntariado e um Termo de voluntário, na sequência foram lidas as regras para voluntariados, dentre elas cabe destacar:

“É vedada a utilização de máquinas fotográficas” e

“Não conversar com as crianças e funcionários sobre o motivo do acolhimento, assim como se estão para adoção ou não”. (Diário de Campo nº 4)

Para finalizar, combinamos um novo encontro para conhecermos os adolescentes, falar com eles sobre o projeto e convidá-los a participar. Por se tratar de uma instituição que trabalha com um número grande de crianças e adolescentes, que estão inseridos nas mais diversas atividades e visando não comprometer a rotina dos mesmos, a coordenadora informou que se eles manifestassem interesse, os encontros seriam todas as segundas-feiras até o início do ano letivo, depois se necessário seriam remanejados.

Esta experiência inicial vem ao encontro dos dizeres de Graue & Walsh (2003, p.121-122) sobre a negociação e da entrada no campo de investigação:

(...) O trabalho de campo, uma vez iniciado, pode ser fácil. Entrar no local é que pode ser difícil. (...) Os responsáveis, todas as pessoas, em geral que têm a seu cargo grupos de crianças, têm atitudes compreensivelmente protectoras em relação a elas e nem sempre se sentem à vontade quando está alguém de fora a observar as crianças e as suas interações com elas. Certos lugares e certos grupos de crianças são mais acessíveis do que outros. As escolas são mais acessíveis do que internatos, os asilos para os sem abrigos ou os grupos de apoio para mães solteiras adolescentes.

4.2 A entrada no campo de investigação: O contato com os adolescentes

O primeiro encontro com os adolescentes decorreu quando eles se encontravam em férias escolares (**Diário de Campo nº5**). Na sala de projetos da Instituição, inicialmente a coordenadora nos apresentou ao grupo explicando que gostaríamos de conversar com eles e apresentar-lhes uma proposta de trabalho, bem como verificar se alguém teria interesse em participar. Já a sós com o grupo de adolescentes, todos mantiveram-se em

silêncio, então retomamos a fala da coordenadora, dizendo novamente o nosso nome e a idade e agradecendo pela oportunidade de estar com eles. Após solicitar-lhes que eles se apresentassem, timidamente cada um foi dizendo o seu nome e a sua idade.

Ao todo estavam presentes três meninos e seis meninas, a idade variava entre 13 e 17 anos, havia duas duplas de irmãos e também dois adolescentes que tem comprometimento cognitivo. Neste dia o grupo estava composto pelos seguintes adolescentes:

Quadro 5 - A composição inicial do grupo

Meninas	Idade	Meninos	Idade
L.	13 anos	D.	15 anos
L.	14 anos	L.	13 anos
L.	16 anos	R.	14 anos
A.	17 anos		
T.	15 anos		
J.	17 anos		

Tendo retomado o motivo pelo qual estávamos ali, informamos que se tratava de uma investigação sobre o direito à participação e salientamos que gostaríamos de convidá-los a participar nesta pesquisa, pois, de acordo Carvalho & Muller (2010) é fundamental que na entrada no campo o investigador se apresente e explique os seus objetivos a todos os envolvidos.

Em seguida ressaltamos que por ser uma investigação participativa, estabeleceríamos uma relação de parceria, sendo assim, eles seriam co-investigadores. Na sequência deste convite, uma adolescente disse imediatamente:

- *Eu não vou falar nada sobre a minha vida!* (Posteriormente, no grupo ela passou a se chamar Beatriz). (Diário de Campo nº 5)

Neste momento, explicámos ao grupo que a proposta de trabalho era voltada para a questão do direito à participação, ressaltando que não estávamos lá para saber sobre a história de vida deles ou o motivo que acarretou o acolhimento. Esta fala acalmou o grupo e diminuiu o desconforto inicial, o que permitiu explicarmos que se eles quisessem participar, nos encontraríamos semanalmente para discutir sobre os direitos, pontuando que se tratariam de encontros lúdicos, e que seria possível desenvolver diversas atividades. Ressaltamos ainda que poderíamos usar máquina fotográfica para registrar as produções, bem como os momentos do grupo e que se permitissem gravaríamos o áudio das sessões; assegurámos o anonimato, frisando que em momento algum a identidade deles nem da instituição seriam divulgadas.

Fomos novamente interpelados pela adolescente (Beatriz):

- Eu tô achando muito estranha esta história, gravar a nossa voz, tirar foto, pra que tudo isso?, Não estou entendendo bem! (Diário de Campo nº 5)

Neste momento foi possível perceber certa desconfiança, desconforto e resistência por parte de alguns adolescentes, mas ao longo do encontro esta postura foi mudando. Visando trazer um pouco de conforto e passar segurança ao grupo, pontuámos que, para que pudéssemos estar com eles naquele momento, foram necessários vários encontros com a coordenação, apresentação e aprovação de um projeto escrito, ou seja, a nossa presença ali não configurava nenhum tipo de risco aos adolescentes, nem tão pouco as atividades propostas.

Acrescentamos que num processo investigativo é comum a utilização destes recursos (áudio e captação de imagens) e reforçamos que se lançássemos mão de tais recursos seria preservada tanto a identidade deles quanto da instituição. Neste momento os adolescentes disseram que não gostariam que as sessões fossem gravadas, mas, que poderia ser utilizado um caderno para tomar notas.

Após estes esclarecimentos, perguntamos individualmente a cada adolescente se gostaria de participar da investigação e a resposta foi afirmativa. Em seguida uma das adolescentes questionou:

- *Podemos conversar sobre os nossos sonhos?* (Posteriormente ela passou a ser denominada como Fran). **(Diário de Campo nº 5)**

E na sequência outra adolescente questionou:

- *E sobre o que queremos ser quando crescermos?* **(Beatriz)**

Frente a estes dois questionamentos esclarecemos que durante os encontros poderíamos conversar sobre tudo o que fosse pertinente a eles, ressaltando que o direito à participação também seria uma das temáticas que trabalharíamos. Ao finalizarmos este primeiro encontro com os adolescentes, todos se dirigiram a sala da coordenação e contaram de maneira pormenorizada tudo o que havíamos conversado, inicialmente esta atitude nos causou estranheza, mas, após refletirmos, compreendemos que este comportamento está intimamente relacionado com a questão da institucionalização.

No momento a instituição é a casa dos adolescentes e a este respeito Mayall (2005, p. 131) adverte que *“recolher dados nas casas das pessoas apresenta outros desafios, se compararmos com a escola (...) a posição social do investigador não tem parâmetros claramente estabelecidos; tem de ser negociada”*.

Estes adolescentes foram encaminhados para a instituição de acolhimento, pois, tiveram alguma ou muitas violações dos seus direitos, sendo assim, desde que lá chegaram foram orientados a não fornecer informações pessoais a qualquer pessoa, tem tão pouco autorizar que tirassem fotos ou filmassem, tais orientações foram seguidas à risca e se materializaram na fala dos adolescentes logo no primeiro encontro.

Qualquer contato que eles tivessem com pessoas que não pertencessem a instituição, deveriam partilhar com a coordenação ou com a equipe técnica, pois, já houve inúmeros problemas neste âmbito, pessoas má intencionadas se dirigiam até lá, solicitavam a oportunidade de desenvolver atividades em caráter voluntário, justificando que tinha afinidade e facilidade para trabalhar com crianças e adolescentes, mas, na verdade o que estava em jogo era o desejo de adotar uma criança e viam nesta aproximação com a instituição, talvez uma possibilidade para encurtar o caminho, concepção está equivocada, pois, todo este trâmite se dá por meio judicial.

Embora a questão do uso de máquina fotográfica estivesse expressa num dos termos assinados pela investigadora, por ter em mente que esta investigação seria pautada em preceitos éticos e tendo em conta que o recurso fotográfico poderia vir a ser uma ferramenta importante para o registro de imagens feito pelos adolescentes ao longo do trabalho, então, decidimos sugerir a eles a utilização, porém, frente a resposta negativa, esta possibilidade foi descartada e o assunto não foi mais retomado com o grupo.

Para além da questão da institucionalização, talvez, estes receios iniciais, justificam-se também pelo desconhecimento do que é uma investigação científica, visto que, isso não é uma prática habitual e não faz parte da realidade na qual estão inseridos.

4.3 O tempo e o espaço partilhados

O percurso de investigação juntamente com os adolescentes, teve início no dia 11/01/2016 e foi finalizado no dia 25/05/2016, ao todo foram 16 encontros. Como o projeto teve início durante as férias escolares, por sugestão da coordenadora, inicialmente nos encontrávamos uma vez por semana no período da tarde, posteriormente, devido ao início das aulas passou a ser no período da manhã.

Os encontros aconteciam num pequeno espaço denominado Sala de Projetos, ela estava equipada com um tapete e algumas almofadas, uma mesa grande, cadeiras, um armário e um pequeno acervo de livros. A sala também era utilizada para o desenvolvimento do projeto Fazendo a Minha História, que consiste na construção de um álbum sobre temáticas da vida das crianças e adolescentes, esta criação se dá a partir da parceria com voluntários que dedicam semanalmente uma hora do seu dia para estarem lá.



Figura 15 - A sala de projetos

4.4 As questões éticas e os consentimentos informados

Esta investigação foi pautada na ética e no respeito pelos participantes, sendo assim, após o aceite dos adolescentes, foi entregue a eles um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), este documento foi lido pausada e cuidadosamente junto com eles. Ao término da leitura questionamos se alguém tinha alguma dúvida, então Beatriz se manifestou:

- Se não somos obrigados a participar, eu posso sair do grupo quando eu quiser? (Diário de Campo nº 6).

Respondemos afirmativamente, porém, ressaltamos que a sua participação, bem como a dos demais adolescentes era muito importante, no caso dela, referimos que era uma líder nata, muito articulada e fazia apontamentos muito enriquecedores. Após este esclarecimento iniciamos o preenchimento do termo.

A coordenadora também assinou um TCLE enquanto responsável por eles. Referente a esta questão, Alderson (2005, p.264) ressalta que numa investigação há inúmeras barreiras a serem ultrapassadas, dentre elas um:

(...) obstáculo em relação as crianças é a suposição comum, por parte dos adultos, que o consentimento dos pais ou professores será suficiente e que as crianças não necessitam nem podem expressar o seu próprio consentimento ou recusa em tomar parte na investigação.

Fizemos exatamente o percurso contrário, visando valorizar os adolescentes e respeitar as suas opiniões, iniciamos o trabalho a partir do consentimento deles, ou seja, era necessário que fosse algo que fizessem por vontade própria e não uma mera imposição dos adultos.

Visando a efetiva participação dos adolescentes nesta investigação, foi proposto a eles que elaborassem o próprio acordo de investigação, contendo o que julgassem relevante.

Beatriz prontamente questionou:

- E como faz isso? (Diário de Campo nº 7)

Dissemos que eles escolheriam a forma como deveria ser feito, explicamos que um acordo de investigação deveria conter algumas informações essenciais sobre a pesquisa, num primeiro momento eles ficaram receosos, afinal, nunca haviam elaborado nada parecido, então juntos começamos a pensar sobre a forma de elaborar este documento, e Ludimila sugeriu:

- E se fizéssemos tipo um caderno? (Diário de Campo nº 7)

Todos concordaram, e por meio de muita reflexão, discussão, o documento elaborado por várias mãos ficou organizado da seguinte forma:

Capa: *Acordo de Investigação;*

Página 1: *Durante 10 sessões estaremos juntos nas manhãs de 6ª feira para participarmos do Projeto de Investigação sobre: O direito à participação;*

Página 2: *Somos uma equipe de investigadores e temos o direito de conhecer o trabalho que realizamos;*

Página 3: *Os adolescentes podem decidir se querem participar da investigação ou não.*

Página 4: *Todos os adolescentes podem participar, não deixaremos ninguém de fora;*

Esta questão foi devidamente pensada e discutida em grupo, pois dois dos participantes (MC Menor e MC Guimê) apresentam um comprometimento cognitivo e às vezes estavam inquietos e entravam e saíam da sala.

Neste quesito Ludimila pontuou:

-Ah eles dão muito trabalho, atrapalham o nosso encontro. (Diário de Campo nº 7)

Questionados os demais integrantes, todos partilhavam da mesma opinião, então perguntamos-lhes como eles se sentiriam se os demais integrantes do grupo não permitissem que eles participassem, segundo eles:

Doutor: *Não seria legal, eu ficaria triste. (Diário de Campo nº 7)*

Então refletimos com eles se teríamos o direito de excluir alguém do grupo, propusemos que se ao invés disso os ajudássemos. Eles refletiram por um momento e depois concordaram, sendo assim, a última página do acordo foi elaborada.

Página 5: Conhecemos este acordo e concordamos em participar desta investigação. Investigadores.....

Após definirmos o que seria escrito elaboramos o acordo em folhas de papel sulfite como se fosse um livro e os adolescentes assinaram.

Todos assinaram este documento, foi uma maneira de formalizarem um contrato de trabalho referente a investigação.

4.5 A configuração do grupo de investigação

Visando assegurar o anonimato dos adolescentes, bem como, possibilitar que eles se sentissem mais à vontade, o grupo optou pela criação de nomes fictícios, e num momento inicial elaboraram os crachás, para que facilitasse a assimilação da nova identidade deles. A partir de então os atores sociais passaram a se denominar:

Quadro 6 - O grupo de investigação

Meninas	Idade	Meninos	Idade
Ludimila	13 anos	Doutor	15 anos
Maria Eduarda	14 anos	MC Guimê	13 anos
Beatriz	16 anos	MC Menor	14 anos
Ana	17 anos		
Júlia	15 anos		
Fran	17 anos		

4.6 A coordenação

O contato inicial com a instituição foi no mês de Dezembro de 2015, a partir de então a coordenadora foi uma peça fundamental desde a aprovação do projeto até o início do desenvolvimento do mesmo, porém, no início do mês de Março de 2016 ela foi desligada, não tivemos a oportunidade de nos encontrarmos e conversamos a este respeito.

A sua saída da instituição inicialmente configurou-se como um recomeço, pois, a nova coordenadora quando lá chegou não sabia do desenvolvimento da investigação, desconhecia as negociações iniciais, bem como o desenrolar do trabalho.

A este respeito, Cuneo (2006, p.423) adverte que:

Nos abrigos, a mudança dos cuidadores primários da criança, as oscilações técnicas no atendimento, a falta de consenso sobre o processo educacional a ser adotado, a transferência da criança de uma instituição para outra são fatores que ocorrem comumente e que acarretam a descontinuidade dos laços afetivos e dificultam a estruturação do eu, provocando alto nível de insegurança pessoal, medo e falta de confiança no outro.

Embora no primeiro momento a rotina da instituição e o comportamento dos adolescentes tenha mudado um pouco em função desta transição, no decorrer da

investigação, observamos que foi uma mudança positiva, pois, a nova coordenadora se aproximou, solicitou o projeto, pois, não estava encontrando o exemplar que havia sido entregue anteriormente, se mostrou muito solícita a continuação do trabalho. Ao longo dos meses partilhamos muitas situações, ela demonstrou muita preocupação em relação aos adolescentes, principalmente os que estavam próximos de completar 18 anos, pois, deixariam a instituição e assim sendo, era fundamental trabalhar com eles a questão da autonomia.

Por duas semanas consecutivas, ao chegar na instituição vários adolescentes não estavam, devido a compromissos que tinham sido agendados para eles, numa das ocasiões tinham ido ao médico, refletimos sobre esta situação juntamente com a coordenadora e isto não voltou a acontecer. Estabelecemos uma relação de parceria visando o bem-estar dos adolescentes, ela estava sempre pronta a ajudar.

CAPÍTULO 5: PROJETO - O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA PARA OS DIREITOS

*Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o Mundo.
(Paulo Freire)*

Neste capítulo será apresentado todo o percurso do trabalho participativo desenvolvido com os adolescentes, a relação construída com o grupo foi pautada no respeito, confiança e troca de experiências. Cada adolescente ao seu modo contribuiu significativamente para a construção desta investigação a partir dos seus apontamentos, observações e até pelo silêncio.

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do percurso de investigação, embora tenham sido planejadas anteriormente, antes de serem colocadas em prática, foram negociadas com os adolescentes e adaptadas a partir das sugestões trazidas pelos mesmos, bem como, das necessidades observadas no grupo ao longo de todo o processo.

5.1 Os adolescentes e a importância de sonhar

Devido à demanda trazida pelos adolescentes, trabalhamos a temática sonhos, embora não estivesse diretamente relacionada a questão da participação, no momento configurava-se como algo importante para eles. Esta atividade permitiu uma maior aproximação, o fortalecimento de vínculos e a livre expressão das questões que os afetava.

Para O`Kane (2005, p.160)

(...) os investigadores necessitam encontrar formas de lidar com a criança ou com o jovem, de maneira a construir uma relação onde o respeito, a abertura e a intenção genuína de escutar sejam evidentes. Para fazer isto, podemos utilizar uma série de estratégias para quebrar o desequilíbrio de poder entre as crianças participantes e o investigador adulto.

No mesmo sentido, segundo Carvalho & Muller (2010, p.73) referem que uma investigação realizada com crianças “(...) exige um planejamento cuidadoso do tempo porque algumas delas precisam de um período maior para estabelecer laços de confiança e empatia com o pesquisador, e para se sentirem à vontade para responder as demandas da pesquisa”.

Num primeiro momento, assistimos um vídeo com a poesia “O Sonho” de Clarice Lispector com o auxílio do notebook (**Diário de Campo nº 8**).

Durante a exibição do vídeo, todos assistiram atentamente, tendo admitido que não conheciam o poema. Quisemos saber o que tinham achado e as reações foram as seguintes:

Fran: Eu achei lindo! (**Diário de Campo nº 8**)

Ludimila: Me emocionei

Na sequência, questionamos o grupo referente ao que era sonhos. Os adolescentes começaram a se entre olhar, e passado algum tempo emitiram a opinião a respeito:

Beatriz: Eu sei mas, não vou falar!

Fran: Sonho é algo que a gente quer.

Beatriz: É algo que a gente luta pra ter.

Júlia: É aquilo que a gente quer conquistar.

Durante esta conversa, os demais adolescentes se mantiveram em absoluto silêncio, então sugerimos:

- *O que vocês acham de escrevermos os nossos sonhos?* **(Diário de Campo nº 8)**

Inicialmente, os adolescentes ficaram receosos, percebemos que eles estranharam o convite, pois, não é habitual os adultos conversarem com eles de maneira aberta sobre os seus desejos e anseios. Então pontuamos que não era necessário se identificar e frente a nossa fala eles se posicionaram:

Maria Eduarda: *Ah se for assim eu quero!* **(Diário de Campo nº 8)**

Beatriz estava entretida com os seus cadernos e falou:

-*Ah eu não vou participar.*

Neste momento dissemos a ela que poderia ficar à vontade para participar ou não da atividade, mas, reforçamos o convite e dissemos que talvez ela se sentiria a vontade em escrever sobre os seus sonhos. Sendo assim a adolescente indagou:

Beatriz: *Posso escrever por outra pessoa?*

Respondemos prontamente que sim. Diante desta fala de Beatriz, os demais integrantes do grupo também se empolgaram, então distribuimos folhas de papel branco e caneta e os deixamos à vontade.

Auxiliamos MC Guimê e MC Menor na realização desta atividade, pois eles apresentam dificuldade na linguagem escrita. Durante a atividade Beatriz questionou:

- *Você vai ler em voz alta?* **(Diário de Campo nº 8)**

Logo, respondemos fazendo uma outra pergunta:

- *Pessoal, vocês gostariam de partilhar os seus sonhos com o grupo?*

Ludimila: *Eu não!* **(Diário de Campo nº 8)**

Maria Eduarda: *Só vou escrever se não tiver que ler depois.*

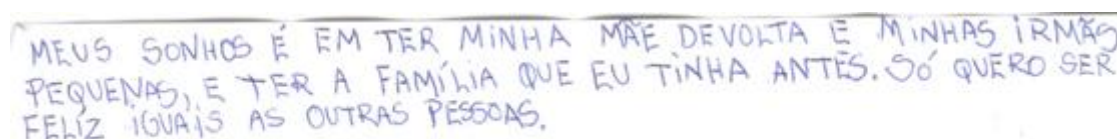
Então esclarecemos para o grupo que, por se tratar de uma decisão coletiva, somente a investigadora teria acesso ao conteúdo escrito e na sequência iniciamos a atividade. Ao término recolhemos os papéis e guardamos, como o combinado era que eles não se identificariam, nos papéis não continham o nome.

Após a finalização, lemos atentamente os sonhos mencionados pelos adolescentes, observamos que se trata de desejos muito comuns a idade, visto que, escreveram que sonham em ter “um carro”, “uma bicicleta”, “ganhar uma casa”, “andar de avião”, “ser um jogador de futebol”, “notebook”, “celular”, entre outros. **(Diário de Campo nº 8)**

De acordo com Gulassa (2010) todas as crianças e adolescentes projetam o seu futuro, eles alemjam crescer e se tornar um adulto, por vezes sonham de maneira audaciosa, querem ser vencedores, conquistar coisas. Eles “(...) *compensam nos seus sonhos o sentimento escondido dentro deles: o de ser pequeno e de ter dificuldade no dia a dia, o sonho alivia, consola, empodera*” (p.59).

Cabe ao adulto, escutar com atenção e apoiar os sonhos dos adolescentes, seja ele algo simples como adquirir um tênis, ou algo ambicioso como se tornar um famoso jogador de futebol, pois, os sonhos conferem a eles um sentido para a vida, bem como uma esperança de futuro (*ibidem*).

Para além de objetos materiais, muitos adolescentes escreveram sobre os seus sonhos relacionados a família, tal como podemos observar a seguir:



MEUS SONHOS É EM TER MINHA MÃE DEVOLTA E MINHAS IRMÃS PEQUENAS, E TER A FAMÍLIA QUE EU TINHA ANTES. SÓ QUERO SER FELIZ IGUAIS AS OUTRAS PESSOAS.

Figura 16 - Os sonhos do adolescente 1

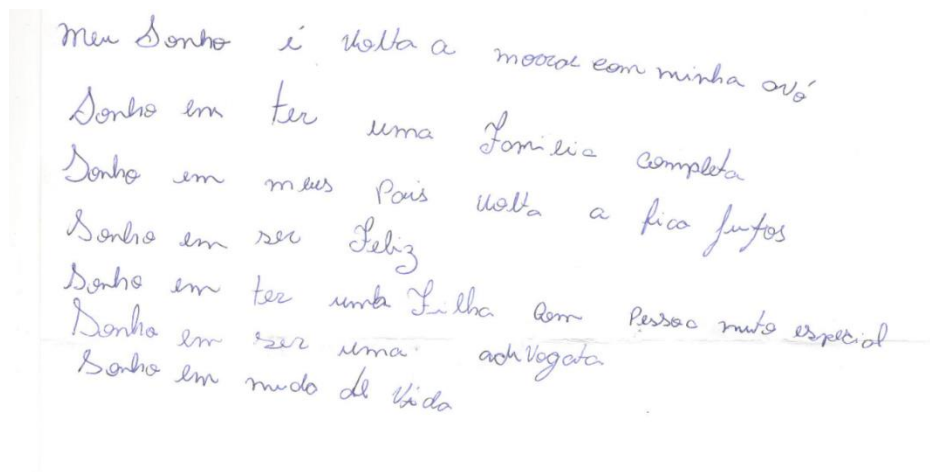


Figura 17 - Os sonhos do adolescente 2

Esta primeira atividade sobre os sonhos possibilitou compreendermos quais são os anseios dos adolescentes e principalmente quais eram as questões que estavam em evidência naquele momento da vida deles, desta maneira, frente aos apontamentos iniciais feito pelos adolescentes sobre os seus sonhos, outra atividade foi proposta, como uma continuação da primeira, pois, talvez aquele fosse o primeiro e o único espaço que eles tivessem para pensar sobre os seus sonhos.

A proposta da segunda atividade (**Diário de Campo nº 9**), consistia na seleção e recorte de figuras que representassem os sonhos dos adolescentes, posteriormente eles colariam numa folha de papel, com esta finalidade foram disponibilizadas revistas dos mais variados gêneros. A maioria dos adolescentes selecionou figuras relacionadas a equipamentos eletrônicos, carros, coisas que podem ser adquiridas por meio do dinheiro, novamente, vários adolescentes selecionaram figuras que representam a família e o lar, como podemos ver a seguir:



Figura 18 – Os Sonhos da adolescente Fran expresso por meio de figuras



Figura 19 - Os sonhos da adolescente Júlia expresso por meio de figuras

Durante a roda de conversa, alguns adolescentes sentiram à vontade para mostrar aos demais membros do grupo as figuras selecionadas, porém, os que haviam retratado de alguma maneira a família, não quiseram se posicionar, exceto Beatriz que abordou o assunto e Fran que não quis falar sobre, mas, pediu que apresentássemos as suas figuras. Referente a Beatriz, ela mostrou ao grupo três figuras, a primeira continha três modelos que foram coroadas no Concurso Miss Universo, e segundo ela:

Beatriz: *Eu escolhi essa imagem porque já fiz balé e fui baliza na fanfarra. (Diário de Campo nº 9)*

A segunda figura era de dois médicos durante uma operação ela explicou:

Beatriz: *Eu escolhi essa daqui, porque quero arrumar um emprego numa cidade bem longe*

Então perguntámos:

- *Em qual cidade você gostaria de arrumar um emprego?* E segundo a adolescente:

Beatriz: *Eu não posso falar. (Diário de Campo nº 9)*

Na sequência apresentou a sua última figura, era uma ampla e bela casa, e segundo ela:

Beatriz: *Vou trabalhar muito pra ter uma casa igual a essa. (Diário de Campo nº 9)*

Fran selecionou oito figuras, foram elas:

1. Um jovem e belo rapaz;
2. Um bebê;
3. Um notebook;
4. Um moderno celular;
5. Uma casa;
6. Outro belo rapaz;
7. Uma família composta por um casal e dois filhos pequenos, um menino e uma menina e
8. Uma mulher

O tema família foi um assunto latente, apareceu direta e indiretamente na maioria dos encontros, mas, como os adolescentes deixaram bem claro desde o primeiro contato que não falariam sobre o motivo que os levou para a instituição de acolhimento, nem tão pouco sobre a vida pessoal fora de lá, respeitamos esta condição imposta por eles.

Referente a esta questão, Graue & Walsh (2003, p.81) destacam que numa investigação “(...) *temos de respeitar a privacidade dos outros. Devemos tratar com cuidado questões como o anonimato e a confidencialidade. Se existem áreas em que não devemos entrar, então não o fazemos*”.

No entanto, não podemos deixar de assinalar que o sonho em ter uma família, em viver com a família, tal como a grande maioria dos adolescentes vivem, tem para este grupo uma importância enorme. Pelo facto de viverem numa instituição, sem compreenderem porquê, com uma quebra dos seus vínculos afetivos, sentem-se diferentes dos demais adolescentes e isso acentua a sua situação de vulnerabilidade social.

No que tange a questão familiar, segundo Bernardi (2010c), quando uma criança ou adolescente chega a uma instituição de acolhimento, por se tratar de um ambiente estranho, num primeiro momento ela pode se assustar, apesar de não demonstrar e se sentir aprisionada, mas, com o tempo, ela começa a se divertir com os passeios e passa a valorizar as coisas materiais que tem acesso, assim como a atenção dos profissionais. Porém, mesmo que esteja adaptada, se for questionada se gostaria de voltar a morar com a família, a resposta será sim, apesar de viver em condições menos favoráveis quando comparada com a instituição e convivendo com uma mãe com uma “*capacidade de maternagem frágil*” (p.40).

5.2 À descoberta dos direitos

Antes da entrada no campo de investigação, acreditávamos que os adolescentes conheceriam ou pelo menos teriam ouvido falar sobre a Convenção Sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e Adolescentes, pois, ambas estão em vigência há bem mais de 20 anos, ou seja, quanto eles nasceram estas legislações já existiam, Então partimos do pressuposto de que era um assunto razoavelmente conhecido por eles e que teriam tido acesso a informações a este respeito tanto na escola, quanto nos projetos sociais que frequentavam.

Então fizemos uma pergunta ao grupo: **(Diário de Campo nº 9)**

- *Todas as crianças e adolescentes tem as mesmas condições de vida?*

Ludimila: *Não, tem crianças e adolescentes que precisam trabalhar.*

Fran: *Nem todo mundo tem as condições que nós temos.*

Júlia: *Tem criança e adolescente que não tem o que comer.*

Os adolescentes tinham uma pré concepção sobre a infância e entendiam que as crianças viviam de formas diferentes, pois, cada lugar tem características e cultura própria. Neste sentido, o que estava em jogo não era a noção de infância, mas sim, de infâncias, ou seja, várias maneiras de vivenciá-la.

A este respeito, segundo Pinto (1997, p.63) “(...) o conceito de infância, contrariamente ao que se passa ao nível do senso comum, está longe de corresponder a uma categoria universal, natural, homogênea e de significado óbvio”

Como os adolescentes compreendiam que as crianças de um modo geral não possuíam as mesmas condições de vida, convidamos eles para assistirem um pequeno vídeo denominado: **UNICEF e você: Juntos pelas crianças**, que retratou a precária condição de vida de muitas crianças brasileiras. **(Diário de Campo nº 9)**

Após a exibição do filme, abrimos a discussão e referente ao conteúdo apresentado, os adolescentes se posicionaram da seguinte forma, quando questionados sobre o que haviam achado:

Fran: *Muito triste.* **(Diário de Campo nº 9)**

Júlia: *Nossa eu não sabia que tinha criança que vivia assim.*

Embora a adolescente Júlia tivesse dito anteriormente que existiam crianças que passavam fome, ela se surpreendeu com as imagens exibidas sobre o trabalho infantil, neste momento ela teve a dimensão da complexidade da situação, pois, não se trata apenas de não ter o alimento de cada dia, para além disto, muitas crianças e adolescentes precisam trabalhar para tentar assegurar a sua sobrevivência e a da sua família. Embora houvesse um descontentamento geral no grupo, relacionado ao fato de estarem institucionalizados, mesmo não tendo verbalizado sobre, este vídeo aliado à discussão do grupo, deve ter proporcionado uma reflexão sobre a atual condição de vida deles.

Percebemos que, mesmo privados de viver com as suas famílias, estes adolescentes se sentiram chocados pelo facto de crianças e adolescentes viverem em situações muito piores em que lhes falta praticamente tudo.

Frente a estas reflexões, perguntamos ao grupo se eles sabiam que existiam leis que protegiam as crianças e os adolescentes e como de costume, por um instante eles silenciaram, se entre olharam e passado algum tempo se posicionaram:

Beatriz: *Tem uma lei que protege a gente?* **(Diário de Campo nº 9)**

Taís: *Eu nunca ouvi falar disso!*

Diante destes questionamos, sentimos a necessidade de entender se eles já haviam ouvido falar sobre a legislação destinada a eles, então mencionamos sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente, eles referiram total desconhecimento a respeito. Sendo assim, foram necessárias conversas visando a sensibilização e a informação relativa aos seus direitos.

Aproveitando o momento de descobertas, assistimos mais um vídeo, denominado **5 Direitos da Criança e do Adolescente. (Diário de Campo nº 9).**

Este pequeno filme abordava o direito à vida e a saúde, à liberdade, ao respeito e a dignidade – ressaltava a importância das crianças e os adolescentes opinarem e serem respeitadas. Neste momento um adolescente exclamou:

Doutor: *O que adianta, quando queremos falar ninguém quer nos ouvir?.* **(Diário de Campo nº 9)**

Como veremos adiante, este assunto veio a tornar-se importante nas conversas entre o grupo, mas nesta fase inicial os outros adolescentes não se manifestaram relativamente a ele, mesmo depois de procurarmos saber se também pensavam da mesma forma. Explicamos ao adolescente que não se tratava de uma prática habitual ouvir crianças e adolescentes, mas, que este era um dos propósitos dos nossos encontros, criar um espaço de livre expressão e participação. Na sequência, foi o Direito à Convivência familiar e comunitária, seguido do Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Referente à questão do lazer, cultura e esporte, a maioria dos adolescentes estão inseridos em programas sociais voltados para estas áreas e participam assiduamente das atividades oferecidas pelo Centro de Referência da Juventude e Centro de Referência do Adolescente. Salta aos olhos o fato de todos estarem matriculados na escola e frequentarem projetos sociais e mesmo assim desconhecerem os seus direitos, era suposto que em algum destes espaços, fossem discutidas estas questões visando à formação para a cidadania.

percorrer todo um caminho para chegarmos até ele. Refletimos com o grupo sobre esta questão e pontuamos que eles haviam descoberto quais eram os direitos de proteção, mas, que havia um direito que seria muito importante que eles conhecessem, então os adolescentes se posicionaram:

Beatriz: *Que direito é esse?* (Diário de Campo nº 13)

Ana: *Conta logo*

Perante a curiosidade deles sobre o assunto, fizemos um convite, que consistia em irmos em busca, de desvendarmos juntos qual era este direito, prontamente eles aceitaram, foi entregue a cada um folheto elaborado pela UNICEF, denominado **Conheces os teus direitos** e os adolescentes começaram a ler o conteúdo. Questionamos sobre o que poderíamos fazer para ter aquelas valiosas informações à mão para consultá-la sempre que houvesse dúvidas sobre os direitos e um dos adolescentes sugeriu afixar o folheto na parede.

Os demais integrantes do grupo concordaram, então Ana e Beatriz se encarregaram de fixá-lo.

Os adolescentes estavam analisando o folheto e tentando identificar quais os direitos que estavam ali expressos, mas, que ainda não havíamos falado a respeito. Tentaram, porém, num primeiro momento não identificaram e solicitaram ajuda:

Doutor: *Ah, dá uma dica, são muitos.* (Diário de Campo nº 13)

Explicamos que o direito em questão, encontrava-se entre o 1º e o 12º artigo.

Beatriz: *Agora ficou mais fácil.*

Embora a adolescente Beatriz tenha dito que com as orientações dadas seria fácil identificar qual era o direito, passados alguns minutos os adolescentes ainda estavam em dúvida e solicitaram ajuda novamente, então foi lido o artigo 12º da CDC: *“Quando os adultos tomam qualquer decisão que possa afectar a tua vida, tens direito a dar a tua opinião e os adultos devem ouvir seriamente o que tens a dizer”*.

Neste momento todos ficaram em silêncio, notamos que o que tínhamos acabado de ler havia despertado tanto a curiosidade, quanto causado estranheza, pois, se tratava de algo bem distante da realidade por eles vivida, assim como, as decisões tomadas pelos adultos com os quais conviviam. Então explicamos que o 12º artigo da CDC se refere ao

direito da criança e adolescente opinar e ser ouvido nas questões que lhe dizem respeito e questionamos o que os adolescentes pensavam a este respeito.

Beatriz: *Eu não entendi muito bem.* **(Diário de Campo nº 13)**

Para facilitar a compreensão, tentamos contextualizar e trazer esta questão para a realidade vivenciada por eles, então perguntamos qual a atitude do professor, quando ocorre uma briga em sala de aula?

Beatriz: *Ah ela manda parar e depois manda todo mundo pra diretoria.* **(Diário de Campo nº 13)**

Frente à resposta da adolescente, tentamos compreender melhor a atitude da docente e refletimos com a Beatriz e com os demais integrantes do grupo se em algum momento ela perguntava o que havia acontecido ou permitia que os envolvidos explicassem a situação, então a Ana, que usualmente pouco interagiu, se posicionou:

Ana: *Ah ninguém deixa falar, manda direto pra diretoria.* **(Diário de Campo nº 13)**

Diante desta constatação refletimos com o grupo sobre o que eles pensavam a respeito deste tipo de situação, problematizamos que se a professora tivesse ouvido as alunas talvez o conflito teria sido solucionado de uma maneira mais fácil.

Beatriz: *É ninguém ouve o que temos a falar.* **(Diário de Campo nº 13)**

Esta fala dos adolescentes sobre ninguém se importar com que eles diziam estava se tornando recorrente, este era um dos fatores que clamavam pelo conhecimento de maneira reflexiva sobre o direito à participação, pois, o desconhecimento perpetuava o silenciamento das vozes.

De acordo com Alves & Siqueira (2014, p.584) *“no contexto escolar, ainda são limitados os espaços que permitem à criança argumentar e participar das decisões. O processo de escutar as crianças e argumentar com elas possibilita que aprendam a avaliar diferentes argumentos.”*

Neste momento tentamos aprofundar a discussão e compreender melhor o que estava em causa, perguntamos à adolescente o motivo pelo qual ela estava dizendo aquilo e segundo ela:

Beatriz: *É igual quando viemos pra cá.* **(Diário de Campo nº 13)**

Embora tivéssemos acordado que não falaríamos sobre as questões pessoais e de ordem familiar, não poderíamos simplesmente ignorar uma questão tão importante para eles que havia surgido no grupo de maneira espontânea. Perguntamos ao grupo se mais alguém gostaria de partilhar uma situação vivenciada que fosse ao encontro do que estava em pauta, ou seja, o fato de não levarem em conta a opinião dos adolescentes:

Doutor: *No dia que eu vim pra cá, eu estava no sítio brincando, o Conselho Tutelar chegou, conversou com a mãe, leu um papel e me trouxe.* **(Diário de Campo nº 13)**

Perguntamos a ele se em algum momento alguém lhe explicou sobre o que estava acontecendo, e o que ele pensava a respeito e ele imediatamente respondeu que não. Ana e Doutor são irmãos e na ocasião do acolhimento ela não estava no sítio, mas sim na casa de um tio, porém o procedimento foi muito parecido.

Outra adolescente sentiu-se à vontade para falar e partilhou a sua experiência com o grupo:

Beatriz - *Eu estava na casa da minha mãe, ela bebia, mas a casa era limpinha e só me falaram que eu tava vindo pra cá por causa da cachaça. Eu não gosto de ficar aqui, quero morar com a minha filha.*

Ana :- *Nós estamos aqui porque o Juiz é ruim.* **(Diário de Campo nº 13)**

Segundo Bernardi (2010b, p.49) quando crianças e adolescentes são acolhidas, elas raramente “(...) são ouvidas e informadas sobre as decisões e as modificações ocorridas em suas vidas, em função das situações de vulnerabilidade social e pessoal a que estavam expostas antes de serem acolhidas em uma instituição ou família de apoio”.

Precisamente pelo facto de os adolescentes não compreenderem, nem tão pouco concordarem com o fato de estarem institucionalizado, esta questão precisava ser refletida com eles visando não apenas facilitar a estadia na instituição, mas fundamentalmente no sentido de serem encarados como sujeitos com direitos, designadamente a serem informados sobre as questões que lhes dizia respeito e são importantes para sua vida. Então explicamos a eles que foram para a instituição de acolhimento pois a rede de serviços e o Juiz haviam entendido que naquele momento alguns dos seus direitos estavam sendo violados e eles estavam numa possível situação de risco.

Está previsto tanto na CDC quanto no ECA os direitos fundamentais que dizem respeito à vida, sobrevivência, educação entre outros, porém, estas mesmas legislações preveem o direito das crianças e adolescentes opinarem e serem ouvidos, observa-se nesta situação um impasse entre o direito à proteção e o direito à participação, infelizmente que predominou nesta situação foi o primeiro, reforçando a imagem da criança e adolescente sem autonomia, indefesos, alheios ao que acontecem ao seu redor.

Segundo Soares (2005, p.40):

As tensões que existem entre o exercício dos direitos de proteção e de participação são constantes e de uma complexidade acentuada, uma vez que apoiam perspectivas quase antagônicas: por um lado, a defesa de uma perspectiva da criança, como dependente da proteção do adulto e incapaz de assumir responsabilidades, por outro lado, uma aceção da criança como sujeito de direitos civis básicos, incluindo aí o direito de participação nas decisões que afectam as suas vidas.

Retomamos os apontamentos e dissemos que o lugar mais adequado para uma criança ou adolescente é juntamente com a sua família, que possivelmente algo sério deve ter acontecido para o juiz ter tomado tal decisão. Frente a tamanho desconforto, sentimos a necessidade de perguntar aos adolescentes como era a vida na instituição

Beatriz: - *Aqui é ruim, eu queria estar em casa, não gosto de ir para escola.* **(Diário de Campo nº 13)**

Ana: *Em casa é muito mió, eu disse que ia fugir, mas as tias falaram que eu ia pra Fundação Casa, não vejo a hora de fazer 18 anos, falta só sete meses.*

Doutor: *Aqui a gente não pode ficar no celular, tem hora pra entrar e sair, não pode fazer um monte de coisa.*

De fato, sabemos que na instituição havia uma rotina a ser seguida, tinha hora para levantar, para fazer as refeições, para tomar banho, para ir à escola e aos cursos, e esta forma de organização do dia, diferente da que eles estavam acostumados, os incomodava muito.

Segundo Gulassa (2010) numa instituição de acolhimento, a rotina é a maneira encontrada para organizar as ações cotidianas, pois, ela fornece um parâmetro e estabelece um ritmo, devido a sua repetição ela acalma e transmite uma certa segurança. As crianças e os adolescentes precisam conhecer a rotina para auxiliar nas mudanças que forem necessárias, ou seja, eles devem sugerir tais alterações, desta forma, quando

organizada, ela precisa levar em consideração as necessidades das crianças e adolescentes e o seu bem-estar.

Embora tanto a coordenadora, quanto a psicóloga e a assistente social tenham explicado de maneira pormenorizada o motivo do acolhimento, os adolescentes apresentavam resistência para compreender. Referente à participação nas audiências que determina se permaneceriam na instituição ou voltariam para a casa de seus familiares:

Ana: *Eu não participei de nenhuma.*

Beatriz: - *Eu fui à audiência e falei tudo pra juíza, mas ainda tô aqui.*

No que tange a esta questão, segundo Bernardi (2010a, p.13) *“dar voz às crianças em situação de abrigamento tem como pressuposto o fato de que elas têm o que dizer e deveriam ser ouvidas por todos aqueles que participam da decisão e dos procedimentos de acolhimento institucional ou familiar”*.

Notamos que os adolescentes se sentiam injustiçados por estarem na instituição. Apesar de todo o esforço da equipe técnica para facilitar a compreensão, eles não entendiam o real motivo e o que mais almejavam era voltar para a casa dos pais ou responsáveis. Por meio da verbalização dos adolescentes foi possível compreender que a falta do conhecimento sobre os seus direitos fomentava a crença de que estavam sendo penalizados.

Cabe ressaltar que alguns adolescentes mantinham contato com os familiares, outros por determinação judicial estão privados de visitas e saídas aos finais de semana para estar com a família devido ao motivo que acarretou o acolhimento.

5.3 Chegadas e partidas

Apesar do grupo estar formado e em andamento, por se tratar de uma instituição de acolhimento de caráter provisório, a qualquer momento poderiam receber uma nova criança ou adolescente e os mesmos estavam sujeitos a serem desacolhidos por uma determinação judicial, ou ainda desligados da instituição por terem completado 18 anos. Em meados do mês de Março, um novo adolescente ingressou na instituição, após ser

convidado e ter aceite prontamente foi integrado ao grupo, ele assumiu uma nova identidade e passou a ser chamado de Jeff, ele tinha 14 anos.

No intuito de familiarizá-lo com o trabalho que estava sendo desenvolvido com os demais adolescentes, lançamos um desafio ao grupo que consistia na reflexão do que era investigar, desta forma, para além de lembrá-los, situariam Jeff sobre o trabalho que estava sendo realizado.

Maria Eduarda: *Boa ideia, pode ser legal (Diário de Campo nº 10)*

Refletimos sobre a maneira que faríamos isto, o grupo optou por ser individualmente, a atividade consistia em, após a pergunta disparadora: Investigar é...?, íamos ler algumas frases e eles precisariam refletir e verificar se o conteúdo lido caracterizava ou não uma investigação de cunho científico, pautada em preceitos éticos. Os adolescentes precisavam tomar notas para depois discutirmos a este respeito.

As frases foram apresentadas ao grupo de maneira aleatória, a primeira foi: Investigar é: Descobrir coisas novas? Na sequência foram apresentadas as frases a seguir, no intuito dos adolescentes refletirem a respeito. (Diário de Campo nº 10)

INVESTIGAR É.....?
Observar
Solicitar o consentimento dos participantes
Apresentar os resultados
Solucionar problemas
Compreender o que as pessoas pensam sobre um assunto
Ter ética
Fornecer as informações aos participantes
Aumentar o conhecimento sobre um assunto
Respeitar as pessoas
Refletir

Quadro 7 - Atividade investigar é.....?

Após a apresentação de todas as frases, abrimos para discussão e questionamos se alguém havia ficado com alguma dúvida:

Doutor: *Sim, aquela que falava sobre compreender o que as pessoas acham. (Diário de Campo nº 10)*

Nota-se que o fato de serem consultados, ouvidos é ainda uma questão que causa bastante estranheza ao grupo, por ser algo novo e não habitual.

Como era o primeiro momento do novo adolescente no grupo, nos dirigimos a ele para verificar se havia ficado alguma dúvida e de maneira tímida e meio sem graça:

Jeff: *Eu olhei no da minha colega (ele estava ao lado de Ludimila) (Diário de Campo nº 10)*

Foi uma situação muito engraçada, todos os adolescentes se divertiram, foi possível observar que o adolescente já estava se familiarizando com o grupo e como ele já começava a compreender no que consistia investigar, foi possível avançarmos com o trabalho.

Assim como houve chegada de um novo adolescente, também teve a saída de uma, pois, no final do mês de Abril, a adolescente Maria Eduarda de 14 anos, que se encontrava na instituição de acolhimento há um ano e seis meses, foi para outra modalidade de acolhimento, denominada Casa-Lar.

De acordo com as Orientações Técnicas trata-se de um serviço de acolhimento de caráter provisório, este nome justifica-se pelo fato das crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de uma medida protetiva, ficarem sob a responsabilidade de um casal ou educador numa unidade residencial (BRASIL, 2009a).

No mês seguinte, o adolescente Jeff de 14 anos foi desacolhido, a sua permanência na instituição foi rápida, durou em média três meses e respeitou a legislação a lei nº 12.010 de 03 de Agosto de 2009, que estabelece em seu artigo 19, § 1º:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta (BRASIL, 2009).

5.4 A Árvore dos Direitos

Neste momento da investigação, apenas três adolescentes, Beatriz, Doutor e Ludimila estavam presentes, quando questionamos sobre os demais membros do grupo, fomos informados que eles estavam gripados e tinham ido a uma consulta médica.

Visando auxiliá-los a guardar na memória os seus direitos, propusemos uma atividade, na qual seria possível eles visualizarem os seus conhecimentos. Inicialmente questionamos os adolescentes sobre os seus direitos e eles começaram a elencar:

Ludimila: *Direito à vida* (**Diário de Campo nº 12**)

Doutor: *A comida,*

Beatriz: *A sermos respeitados*

Perguntamos se eram apenas estes os direitos, eles responderam que não, sendo assim interpelamos o que poderíamos fazer para ter os direitos sempre à mão, então foi sugerido:

Doutor: *E se a gente escrever eles?* (**Diário de Campo nº 12**)

Esta estratégia foi aprovada pelo grupo, então pensamos de que forma poderia ser feito isso, num primeiro momento eles não tiveram nenhuma ideia então solicitaram ajuda. Refletimos por um momento e, em seguida sugerimos que fosse elaborada uma árvore dos direitos, as mãos seriam as folhas e o tronco e nelas seria escrito os direitos que eles considerassem relevantes.

Durante o desenvolvimento da atividade auxiliamos segurando a folha para que eles pudessem desenhar as mãos, Beatriz e Doutor se encarregaram de escrever os direitos. Assim que terminaram, a árvore foi montada por eles na parede da sala e a adolescente Beatriz escreveu numa folha de papel “Árvore dos Direitos”.

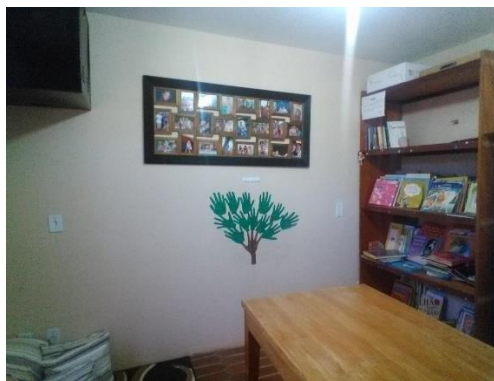


Figura 21 - A Árvore dos sonhos afixada na parede da sala de projetos

Embora poucos adolescentes estivessem presentes neste encontro, ele foi muito importante, pois, houve uma intensa interação entre eles e foi possível uma construção coletiva a partir do conhecimento deles sobre os direitos, eles ficaram muito satisfeitos com o resultado. Como esta sala é utilizada por muitos voluntários e diariamente as crianças e adolescentes tem acesso a ela, a partir de então todos saberiam quais são os seus direitos.

5.5 A expressão dos direitos por meio da ludicidade e dos desenhos

A ludicidade é uma das maneiras de aprender enquanto se diverte, desta forma ela foi empregada em alguns momentos da investigação com o intuito de tornar a descoberta dos direitos algo prazeroso e significativo para os adolescentes. Num outro momento, de uma forma interativa, por meio de uma brincadeira chamada “batata quente”, abordamos os direitos. **(Diário de Campo nº 11)**

Os adolescentes estavam organizados em forma de roda, iniciávamos a música e com uma bola em mãos eles iam passando de um por um e quando a música fosse interrompida, quem estivesse com ela deveria responder o que era um direito. Na primeira rodada a bola ficou em posse de uma adolescente que exclamou:

Ludimila: *Direito a fazer as coisas, direito a sonhar.* **(Diário de Campo nº 11)**

Beatriz: *Ah direito é tudo*

Ludimila: *Os nossos direitos são: ter um atendimento bom, ser respeitado e estar na escola.*

Na segunda rodada da brincadeira, a música parou nas mãos de outro adolescente e segundo ele:

Doutor: *Todos temos direitos iguais. (Diário de Campo nº 11)*

Beatriz: *A gente tem o direito a visitar a nossa família.*

E para finalizar a atividade, fizemos uma última rodada e a bola ficou com outro adolescente, de acordo com ele:

Jeff: *A gente tem o direito de sair. (Diário de Campo nº 11)*

Fran: *A gente tem o direito de voltar para a nossa família e ter a guarda dos nossos filhos.*

Frente a estes apontamentos retomamos com os adolescentes a questão dos direitos e questionamos onde eles estavam expressos, após silenciarem e refletirem referiram:

Ludimila: *Ah está naqueles livrinhos que você mostrou. (Diário de Campo nº 11)*

Embora os adolescentes não recordassem o nome das legislações, eles já haviam se familiarizado com elas e sabiam do que se tratava, foi novamente disponibilizado a eles estas leis. Logo questionamos se eles já haviam conversado a este respeito na escola, ou em algum outro espaço que eles frequentavam, como já esperado a resposta foi negativa, então refletimos sobre a importância de ter acesso e conhecer a legislação.

Como eles já estavam a par das leis, pensamos com eles sobre quem era responsável por garantir os seus direitos, eles não sabiam que haviam pessoas e órgãos que se incumbiam desta tarefa. Pontuamos que é papel do estado, da família e de toda a sociedade assegurar estes direitos.

Quando questionamos a quem eles deveriam recorrer quando os seus direitos fossem violados, novamente não souberam responder, pontuamos que no Brasil o órgão responsável em primeira instância é o Conselho Tutelar (CT), frente a esta afirmativa, uma adolescente se posicionou:

Ludimila: *Eu não gosto do Conselho Tutelar, não posso nem ouvir falar desse nome. (Diário de Campo nº11)*

Frente ao nosso estranhamento com o apontamento feito pela adolescente, tentamos melhor compreender a sua perspectiva e entender o motivo do seu descontentamento com o referido órgão, segundo ela:

Ludimila: *Eu já fui várias vezes ao Conselho Tutelar, eu não quis ir à escola fui lá, desobedecia a minha avó me levaram para lá, eu brigava e lá estava novamente.* **(Diário de Campo nº 11)**

Mediante a relevância desta temática iniciamos um momento de reflexão e tentamos discutir sobre o papel do CT, pois, a sua função é assegurar direitos e não punir. Então retomamos com eles quais eram os seus direitos:

Doutor: *A gente tem o direito de estudar.* **(Diário de Campo nº 11)**

Após a resposta deste adolescente, pontuamos, que se estudar é um direito assegurado por lei e a adolescente Ludimila não estava comparecendo à escola, o CT foi acionado, pois, estava havendo uma violação dos seus direitos.

A visão sobre o papel do CT enquanto órgão de punição e de repressão não foi um achado somente desta investigação, visto que, Alves & Siqueira (2014, p.587) realizaram uma pesquisa com 47 adolescentes entre 12 e 15 anos, pertencentes do meio urbano e rural, sobre a perspectiva que eles tinham acerca dos seus direitos e foi verificado que:

o entendimento de que o Conselho pune o adolescente, presente nos dois contextos, chamou a atenção. Esse órgão de proteção foi percebido como ameaçador aos adolescentes, visto que, quando a escola ou a família não conseguia “lidar” com ele, o Conselho o capturava para “educá-lo”.

Num outro momento foi proposto aos adolescentes O “*Jogo da memória ECA e CDC*” – **(Diário de Campo nº 14)**, que eles receberam com muito entusiasmo, não foram necessárias muitas explicações sobre como jogar, pois, trata-se de uma modalidade já conhecida por eles.

Durante as partidas, houve muita interação entre os adolescentes, quando um membro do grupo encontrava uma carta que formava um par com a outra, era nítida a expressão de alegria e satisfação frente ao conhecimento sobre os seus direitos.

Embora os adolescentes já tivessem um conhecimento prévio, construído ao longo das conversas e atividades do projeto, sobre os seus direitos e a forma como jogar, o

sucesso na partida dependia também da atenção e memorização da disposição das cartas. Foram três partidas, a adolescente Fran ganhou duas rodadas, tal situação deixou Ludimila um pouco zangada.

Por meio desta atividade aparentemente simples, os adolescentes tiveram a consciência do quão estavam sabendo a respeito, para além de interagirem com os demais membros do grupo, eles auxiliavam uns aos outros, pois, quando um colega estava jogando, tirava uma determinada carta que os demais sabiam qual era o par, eles não se aguentavam e queriam falar para ajudar, mesmo não sendo a sua vez de jogar.

Neste momento ficou evidente o interesse e a motivação dos adolescentes frente aos seus direitos e principalmente no que tange a participação, este momento representou um grande avanço no grupo.

Na sequência do *“Jogo da memória ECA e CDC”*, por uma decisão do grupo, foi desenvolvida com os adolescentes uma atividade de livre expressão, que consistia em elaborar um desenho que representasse o direito que naquele momento era o mais significativo para eles. Para além de incentivá-los a refletir sobre os seus direitos, foi uma forma de compreender como os adolescentes percebiam os seus direitos naquele momento e quais os sentidos que atribuíam a eles.

Desta forma, foram entregues a eles folhas de papel em branco e lápis de colorir, e ao término da elaboração individual dos desenhos, perguntámos ao grupo se poderíamos partilhar no coletivo os desenhos elaborados por eles. Como eles concordaram, os desenhos foram passados entre todos e assim todo o grupo teve a oportunidade de conhecer a produção dos demais.

Foi interessante perceber a mudança de postura, pois, nos encontros iniciais, os adolescentes não se sentiam à vontade para expor as suas atividades para o grupo.

Eis dois desenhos:



Figura 22 - Desenho sobre os direitos elaborado pelo adolescente Doutor

Num primeiro momento este desenho chamou a nossa atenção, não entendíamos o que ele representava, enquanto refletíamos sobre isto, sem querer voltamos os olhos para um quadro que estava na parede e retratava um outro projeto da instituição, designado *Fazendo Minha História*.



Figura 23 - Símbolo do Projeto Fazendo a Minha História

(Fonte: <http://nossacausa.com/instituto-fazendo-historia-desenvolvendo-criancas-e-adolescentes-em-servicos-de-acolhimento/>)

Foi então que nos demos conta do que estava em questão e da tamanha sensibilidade que estava expressa num simples pedaço de papel. Compreendemos que o adolescente Doutor, com aquele desenho estava me dizendo que o trabalho de investigação por nós desenvolvido o estava auxiliando a fazer a sua história.



Figura 24 - Desenho sobre os direitos elaborado pela adolescente Maria Eduarda

Outro desenho que despertou a nossa atenção, foi o da Maria Eduarda, pois, dentre tantos direitos, principalmente os fundamentais que até aquele momento eram os que faziam maior sentido para eles, ela fez menção ao artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que fala sobre o direito à expressão, livre pensamento, escolha de religião. Isso demonstrou que o direito à participação passava a fazer sentido para os adolescentes e estava se tornando algo importante para as suas vidas.

5.6 Possibilidades de participação por meio de discussões e reflexões

Em dois momentos durante a investigação, foram realizados grupos de discussão (*Focus group*) sobre assuntos que eram pertinentes à vida dos adolescentes, por fazerem parte do seu cotidiano. No primeiro momento, foi trabalhada a atividade “Quem decide isso? ” (**Diário de Campo nº 15**), inicialmente lançamos ao grupo uma pergunta disparadora, sobre o que era participar.

Beatriz: *Nossa que pergunta difícil. (Diário de Campo nº 15)*

Ludimila: *É o que a gente tá fazendo aqui.*

Fran: *É quando a gente vai a algum curso.*

Estávamos com um dicionário em mãos e propusemos ao grupo descobrirmos juntos, sendo assim perguntamos se alguém gostaria de manusear o livro em busca desta resposta, uma adolescente se prontificou:

Fran: *Achei, participar é comunicar, fazer saber, informar. (Diário de Campo nº 15)*

Doutor: *É tudo o que a gente faz aqui.*

Neste momento refletimos sobre a importância da participação, visto que, para além de um direito ela é uma das maneiras de exercermos a nossa cidadania.

Posteriormente demos início ao grupo de discussão (**Diário de Campo nº 15**), para isso entregamos a cada adolescente uma tabela contendo quatro colunas, cada uma contendo um título: 1-) Cuidadora, 2-) Professora, 3-) Família e 4-) Você. A atividade consistia na leitura feita por nós, de frases relacionadas ao dia a dia dos adolescentes, que após refletirem, deveriam preencher a tabela. Feitos todos os esclarecimentos iniciais e após constatar que não havia dúvidas, teve início a atividade, a partir da leitura das frases: Quem decide sobre a hora de ir dormir?, Quem decide que roupa eu vou usar?, Quem decide o que eu vou comer?, Quem decide a hora de sair e voltar para casa?, Quem decide onde devo ir? (Quais lugares devo frequentar?), Quem decide quem serão os meus amigos?, Quem decide que eu tenho que frequentar a escola? (Estar matriculado e ir diariamente?), Quem decide a religião que eu vou seguir?, Quem decide o time de futebol que eu vou torcer?, Quem decide com quem e quando eu vou namorar?, Quem decide quais cursos eu vou fazer?, Quem decide quais esportes eu vou praticar?, Quem decide a que horas eu devo estudar? (Quando estou em casa), Quem decide quando posso faltar da escola?, Quem decide as atividades domésticas que eu devo fazer?, Quem decide a hora que posso opinar e me expressar livremente?, Quem decide quando eu devo ir ao médico e/ou ao dentista?, Quem decide em que candidato eu devo votar?, Quem decide sobre as minhas crenças? (O que devo acreditar e quais os meus valores?), durante uma briga na escola quem decide se eu posso explicar o que aconteceu? Quem decide sobre o acesso as informações que eu devo ter? Qual programa devo assistir? Quem decide quais músicas eu devo ouvir?

Após a leitura das frases, os adolescentes refletiam sobre a questão e preenchiam a tabela. Ao término do preenchimento foi a vez de abrirmos a discussão grupal, então perguntamos aos adolescentes o que eles haviam achado da atividade e segundo eles:

Doutor: *Foi legal. Diário de Campo nº 16*

Beatriz: *Eu achei meio difícil, é estranho ficar pensando sobre a vida da gente.*

Jeff: *Fiquei meio perdido, as vezes eu não sabia o que responder.*

Neste momento refletimos sobre a importância de participarmos das decisões referentes a nossa vida, ressaltamos que geralmente isso não é um hábito, que muitas das coisas que nos dizem respeito, as decisões sobre elas ficam a cargo dos adultos. Os adolescentes concordaram com esta afirmação, salientaram sobre a importância de serem ouvidos e do ponto de vista deles ser levado em consideração.

Embora a maioria dos adolescentes nunca ter feito um exercício de reflexão sobre tais questões, as respostas foram condizentes.

Em outro momento realizamos novamente um grupo de discussão, esta atividade foi denominada: “O que temos e o que queremos” (**Diário de Campo nº 17**), a pergunta disparadora para o início desta atividade foi sobre como era a escola na qual eles estudavam, segundo eles:

Ludimila: *Muito chata* (**Diário de Campo nº 17**)

Não houve um consenso no grupo referente a esta questão, visto que, eles não estudavam na mesma escola, sendo assim:

Fran: *Não, a minha escola é diferente.* (**Diário de Campo nº 17**)

Então propusemos ao grupo discutirmos a respeito da escola.

Jeff: *Falar sobre a escola? Nossa que diferente.*

Frente a aceitação do grupo para o desenvolvimento da atividade, solicitamos um redator e o adolescente Doutor prontamente se ofereceu, então entregamos a ele seis folhas de papel, cada uma contendo um título: A escola que temos, A escola que queremos, A instituição de acolhimento que temos, A instituição de acolhimento que queremos e a Cidade que temos e A cidade que queremos.

Iniciamos a discussão falando sobre a escola que temos e segundo alguns adolescentes:

Ludimila: *Uma prisão;* (**Diário de Campo nº 17**)

MC Menor: *Alguns professor não tem paciência para explicar;*

Fran: *Oportunidade boa.*

Já em relação à pergunta: A escola que queremos, os adolescentes disseram:

Doutor: *Mais aula de informática, mais de inglês e ed. Física;*

Fran: *Pintar parede da escola pq é pixada;*

Jeff: *Escola precisa ter passeios e atividades.*

Quando questionados sobre a instituição e acolhimento que eles têm, referiram:

Ludimila: *Ruim não podem sair;*

MC Menor: *Falta dos antigo funcionários;*

Jeff: *Não pode fica\família.*

No que tange à instituição de acolhimento que eles gostariam de ter:

Ludimila: *Mais confiança;*

Doutor: *Conviver em harmonia com os colegas;*

Fran: *Ter momentos assoi (a sós);*

E para finalizar a atividade discutimos sobre a situação da cidade, inicialmente falamos sobre a cidade que eles têm:

Ludimila: *Trafico de drogas;*

MC Menor: *Mãe abandona filho;*

Doutor: *Prefeito não cuida da cidade.*

Na sequência refletimos sobre a cidade que eles gostariam de ter e segundo alguns adolescentes:

Ludimila: *Linpar a cidade;*

Jeff: *Educação de qualidade;*

Fran: *Precisamos de emprego, jovem aprendiz.*

Durante o desenvolvimento desta atividade, os adolescentes tiveram a oportunidade de se expressarem livremente, emitirem a sua opinião e serem ouvidos, esta prática configura-se como algo novo em suas vidas.

Alves & Siqueira (2014, p.589), realizaram uma investigação com adolescentes, e quando “(...) questionados com relação ao desejo de mudanças, sejam na cidade ou na escola, os participantes ressaltaram a necessidade de melhorias estruturais na cidade, tais como nas ruas e praças, como também sugeriram a construção de quadras poliesportivas gratuitas.

5.7 A voz dos adolescentes

Do silêncio e falta de conhecimento sobre os seus direitos ao protagonismo, ao longo de cinco meses foram desenvolvidas atividades com o grupo visando o despertar da consciência para os direitos. Inicialmente, um assunto que não fazia sentido, aos poucos foi tornando-se importante e ao final do trabalho configurou-se como a expressão da voz dos adolescentes. Por sugestão do grupo para finalizarmos a investigação, eles elaboraram uma crítica social em forma de música que denominaram *Funk dos Adolescentes*, a letra escrita por várias mãos aborda a questão dos direitos fundamentais e os direitos a participação.

“FUNK DOS ADOLESENTES”

*Tu tá moscando e não sabe de nada
E aí mano quais são os seus direitos, se liga na parada*

*Você conhece o eca e a cdc, então se liga no que eu vou dizer
E escuta o batidão na escuridão pra saber nossos direitos na
Educação das crianças do nosso mundão*

*Toda criança e adolescente tem direito a educação
Toda criança e adolescente tem direito a alimentação
Mais isso não rola não
Todos temos direitos a ficar próximos á familiares e amigos*

*Temos direitos a nascer e ter saúde paz justiça e liberdade
Em toda sociedade*

Parado na estrada fico pensando pra onde este país tá caminhando

*Todos nois temos o direito á falar e ser escutado temos direitos
A ser respeitados e a ter dignidade participar da vida familiar
Da comunidade e sociedade*

*Escute o que vamos dizer então respeitem a nossa opinião
E curta o batidão pra terminar essa canção
Escuta o nosso direito e espalhe pra nossos amigos
O que aprendemos nessa reunião*

Para que a voz deles chegasse até as outras pessoas, organizamos uma festa, ela contou com a participação de todas as crianças e adolescentes residentes na instituição de acolhimento, os colaboradores e a coordenadora. Foi uma noite de muita animação e interação, os adolescentes cantaram a música e as meninas apresentaram uma coreografia. Ao término da apresentação a coordenadora se dirigiu a nós e disse:

- Estou impressionada com a desenvoltura dos adolescentes. (Diário de Campo nº 20)

Embora não tenha sido elaborado um documento formal para que os adolescentes fizessem uma devolutiva sobre o percurso que trilhamos juntos, neste dia a fala de alguns deles sinalizou que de alguma forma havia sido positivo:

Beatriz: *Você continuará vindo no abrigo? (Diário de Campo nº 20)*

Doutor: *Quando nos encontraremos novamente?*

Ludimila: *Que pena que acabou!*

Explicamos aos adolescentes que embora o percurso de investigação tivesse chegado ao fim, sempre que fosse possível poderíamos nos encontrar. Foi muito satisfatório observar a alegria, a descontração e o envolvimento dos adolescentes

SÍNTESE DO PERCURSO DESTA INVESTIGAÇÃO

Ao longo dos cinco meses do percurso desta investigação, as atividades foram desenvolvidas em parceria com os adolescentes, houve a criação de espaços de escuta, livre expressão, discussão, intervenção, reflexão e participação. A descoberta dos direitos para os adolescentes foi um processo gradual, o que inicialmente era desconhecido e não despertava interesse, aos poucos foi se tornando significativo e eles passaram a compreender a quão valiosa é a participação.

A partir do momento que os adolescentes começaram a compreender que são sujeitos de direitos, atores sociais com direito a vez e voz, a postura durante os encontros se modificou e os silêncios diminuíram e deram lugar para os questionamentos, posicionamentos críticos e reflexões.

Em muitos momentos desta investigação, especialmente em seu início o silêncio dos adolescentes foi uma constante, para além de ser uma experiência nova em suas vidas, nota-se que eles não tinham o hábito de expressar livremente as suas opiniões ou serem ouvidos, referente a estas questões a condição de estarem institucionalizados acabava por não favorecer-los, pois lá estavam em prol da proteção e não da participação. A experiência desta investigação foi algo que eles nunca haviam tido contato, ao longo dos encontros os silêncios foram diminuindo.

A possibilidade de serem ouvidos e negociarem questões que estavam relacionadas a eles foi algo novo, pois, tanto na família, no contexto educacional, quanto no institucional não era uma prática vigente, eles eram meros expectadores e nunca os protagonistas da sua própria vida.

Os encontros nos quais foram realizadas as conversas informais, as atividades lúdicas, o *fócus group*, bem como as produções escritas e os desenhos possibilitaram que os adolescentes se expressassem livremente e relatassem questões que os afetavam.

A construção de uma relação de confiança foi essencial para o desenvolvimento desta investigação, pois, a partir do momento que os adolescentes se sentiram seguros e respeitados passaram a posicionar-se de uma maneira diferente.

A despedida do grupo aconteceu no encontro em que eles apresentaram para todas as crianças e adolescentes da instituição o resultado final do trabalho investigativo, ou seja, por meio de uma construção coletiva, eles fizeram com que as suas vozes chegassem até os adultos, foi um momento de muita emoção, tanto pelo início do empoderamento dos adolescentes quanto pelo encerramento do percurso.

CAPÍTULO 6 - APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Os limites e contratempos desta investigação

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho algumas questões dos mais diferentes âmbitos configuraram-se como limites e contratempos, foram elas:

Inicialmente o projeto e a proposta de trabalho foram apresentados para uma coordenadora, que prontamente aceitou que a investigação fosse realizada na instituição, porém, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, ela foi desligada e houve a contratação de uma nova coordenadora. Tal mudança repentina acarretou, inicialmente, um desconforto para os adolescentes, visto que eles tinham um forte vínculo com a primeira coordenadora.

Referente a investigação, houve a necessidade de apresentar novamente a proposta de trabalho para a recém-chegada coordenadora, do mesmo modo que foi preciso sensibilizá-la sobre a importância do desenvolvimento do mesmo.

A investigação foi desenvolvida numa instituição de acolhimento e como não poderia ser diferente, ela possui regras e uma rotina pré-estabelecida que visa o bom funcionamento da mesma. Para atender as estas questões, foi necessária a mudança tanto do dia quanto do horário dos encontros, inicialmente eles ocorriam as segundas-feiras por volta das 16:00 horas, pois os adolescentes estavam no período de férias escolares. Com o início do ano letivo, houve a necessidade de uma nova alteração no dia e horário, logo, os encontros passaram a acontecer as sextas-feiras as 9:00 horas; isso se manteve até a finalização do trabalho.

Cabe ressaltar que, embora seja compreensível e necessário, isso acarretou uma certa “quebra” no desenvolvimento das atividades

Num primeiro momento, houve uma certa resistência por parte dos adolescentes, frente a proposta de trabalho, isto justifica-se pelo fato de ser um grupo que sofreu a violação dos seus direitos, sendo assim, desde que chegaram a instituição de acolhimento, foram orientados a não falar da vida pessoal com pessoas desconhecidas, não permitirem que tirassem fotografias, entre tantas outras condutas de preservação da integridade física e psicológica.

Não há no município uma cultura de investigação, visto que, não é comum para a população participar de pesquisas acadêmicas, esta falta de conhecimento e familiaridade com o assunto inicialmente causou um certo desconforto tanto na coordenação quanto nos adolescentes, que por não compreenderem como se dá esta prática e desconhecerem o funcionamento do processo, ficaram um pouco receosos.

Ao longo do desenvolvimento desta investigação, houve a necessidade de três pausas devido aos feriados nacionais, ou seja, em função disso os encontros ocorreram num intervalo de 15 dias e não de uma semana como o acordado com os adolescentes. Não foi possível realizar os encontros em outros dias da semana em função dos compromissos dos adolescentes.

6.2 Considerações Finais

Ao longo da história, a vivência social dos adolescentes brasileiros, principalmente os pertencentes as classes sociais menos favorecidas, foi marcada pela invisibilidade e silenciamento, isso deve-se a visão adultocêntrica destinada a eles, que impera até hoje. Numa tentativa não de romper com esta condição devido a sua magnitude e cristalização, mas, talvez minimizá-la, no âmbito acadêmico estão sendo desenvolvidas investigações que almejam criar juntamente com os adolescentes, condições para que repensem o seu lugar na sociedade, visando a efetivação da sua condição de sujeito de direito, como prevê a legislação em vigor há duas décadas.

Neste sentido, para além de um trabalho de cunho acadêmico e científico, a pesquisa: A descoberta dos direitos, rumo à participação: uma investigação participativa com os adolescentes institucionalizados, teve um propósito social e configurou-se como uma possibilidade de novas descobertas, aprendizado mútuo, crescimento e participação.

Inicialmente os adolescentes referiram desconhecer os seus direitos, temática esta essencial para que eles compreendessem a situação que estavam vivendo, ou seja, o acolhimento institucional. Ao longo do percurso de trabalho foi possível sensibilizá-los e mobilizá-los frente a importância de conhecer os seus direitos e iniciar um movimento para despertar a consciência frente ao direito à participação.

Durante o desenvolvimento das atividades, houve a cooperação dos adolescentes, as suas vozes, expressões e produções foram ferramentas de grande valia para melhor compreender a realidade na qual estavam inseridos, bem como as questões que os afetavam. A escuta atenta por parte da investigadora, configurou-se como algo novo e surpreendente para os adolescentes, que não estavam acostumado com esta prática, mas sim, com o silenciamento imposto pelos adultos, por vezes de uma forma velada.

Alguns adolescentes não participaram de todos os encontros, embora a presença deles tenha feito muita falta, as ausências foram justificadas por questões maiores, como, problemas de saúde ou compromissos pessoais.

Apesar de inicialmente o silêncio ter sido uma constante durante os encontros, com o passar do tempo, por meio da criação de vínculo, do estreitamento dos laços e da familiaridade com a investigação, os adolescentes sentiram-se à vontade para se expressarem livremente e até mesmo partilhar informações de cunho pessoal.

Desde o aceite para o desenvolvimento da investigação até a finalização, a coordenação da instituição proporcionou as condições necessárias para o bom andamento do trabalho e atendeu prontamente as nossas solicitações.

Ao final dos cinco meses de investigação, houve uma movimentação muito interessante no interior do grupo, pois os adolescentes abandonaram uma postura defensiva e firmaram uma relação de partilha e confiança. No que tange a participação, a literatura aponta inúmeras formas de exercê-la, neste trabalho foi possível alcançar o que Soares (2005) denomina como patamar de mobilização, nele o processo é iniciado pelo adulto e a criança é convidada a participar, ela torna-se parceira, desta forma ela tem a possibilidade de fazer algumas escolhas no decorrer da investigação. Observa-se que esta iniciativa foi a primeira ação diante da questão da participação, almeja-se que futuramente os adolescentes alcancem o patamar de protagonistas.

Desta forma, por meio da elaboração coletiva de uma crítica social em forma de música, cujo pano de fundo eram os direitos, tanto os fundamentais quanto os de participação, os adolescentes fizeram que as suas vozes chegassem até os adultos.

Devido a relevância da social e pessoal da temática direitos das crianças e adolescentes, este assunto precisa ser trabalhado com eles desde a mais tenra idade no seio familiar, na escola e demais espaços que visem a democracia e a emancipação das pessoas, pois, somente a partir do momento em que se conhece os direitos, torna-se possível reivindicá-los enquanto sujeitos de direitos e cidadãos.

Referente a participação infantil, trata-se de uma temática emergente, ainda pouco investigada no Brasil. A sua relevância está pautada no fato das crianças e adolescentes brasileiras terem uma história de silenciamento, principalmente as provenientes das classes populares e isto precisa ser superado.

A participação é uma valiosa ferramenta para superação de relações pautadas no poder, ela promove o protagonismo e proporciona condições para o exercício da cidadania. Esta investigação foi apenas um começo, há ainda um longo caminho a ser percorrido até alcançarmos o protagonismo dos nossos adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIAS

- Abramowicz, A. (2011). A pesquisa com crianças em infâncias e a Sociologia da Infância. In: Faria, A. L. & Finco, D. (orgs.), *Sociologia da Infância no Brasil* (pp. 17–36). Campinas: Autores Associados.
- Abramowicz, A., & Oliveira, F. (2010). A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. *Educação*, 35, 39–52. Retrieved from <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/1602/897>
- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO.
- Adorno, R. C. (2001). *Os jovens e sua vulnerabilidade social*. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária.
- Aguiar, W. M., Bock, A. M., & Ozella, S. (2007). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3rd ed., pp. 163–178). São Paulo: Cortez.
- Alderson, P. (2005). Os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In: Christensen, P. & James, A. (orgs.), *Investigação com Crianças Perspectivas e Práticas* (pp. 261–280). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Alvarado, L., & García, M. (2008). Características más relevantes del paradigma socio-crítico: su aplicación en investigaciones de educación ambiental y de enseñanza de las ciencias realizadas en el Doctorado de Educación del Instituto Pedagógico de Caracas. *Revista Universitaria de Investigación*, 2, (pp.87–202). Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=41011837011>
- Alves, C. F., & Siqueira, A. C. (2014). Perspectiva de adolescentes sobre seus direitos e deveres. *Psicologia & Sociedade*, 26, 583–593.
- Andrade, L. B. (2010). Direitos da infância: da tutela e proteção à cidadania e educação. In *Direitos da infância: da tutela e proteção à cidadania e educação* (pp. 79–125).
- Apud, A. (2001). Participación infantil. *Colección Enrédate Con UNICEF Formación de Profesorado*, 13. Retrieved from <http://www.sename.cl/wsename/otros/unicef.pdf>
- Arantes, E. M. (2012). Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicologia Clínica*, 24, 45–56.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2nd ed.). Rio de Janeiro: LTC.

- Assis, S. G., & Farias, L. O. (orgs.). (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Baptista, M. V. (org.). (2006). Um olhar para a história. In: *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 25–37). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Becker, D. (2003). *O que é adolescência* (13th ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Bernardi, D. C. (2010). Abrigos pra quem? In: Bernardi, D.C. (org.), *Cada caso é um caso: a voz das crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (pp. 19–35). São Paulo: NECA.
- Bernardi, D. C. (2010a). A voz da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. In: Bernardi, D.C. (org.), *Cada caso é um caso: a voz das crianças e adolescentes em situação de abrigamento* (pp. 13–18). São Paulo: NECA.
- Bernardi, D.C. (2010b). A voz das crianças em situação de acolhimento. In: Bernardi, D.C. (org.), *Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento* (pp. 49–60). São Paulo: NECA.
- Bernardi, D.C. (2010c). Famílias em situação de vulnerabilidade. In: Bernardi, D.C. (org.) *Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento* (pp. 37–44). São Paulo: NECA.
- Carneiro, C., Ribeiro, L. M., & Ippolito, R. (2015). Adolescência, modernidade e a cultura dos direitos. *INTERthesis*, 12, 176–191.
- Carvalho, A. F., & Muller, F. (2010). Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária. In: Muller, F. (org.), *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições* (pp. 65–84). São Paulo: Cortez Editora.
- Casas, F. et al. (2008). *Informe sobre experiencias de participación social efectiva de niños, niñas y adolescentes*. Madrid: Ministerio de Educación, Política Social y Deporte. Retrieved from <http://www.observatoriodelainfancia.msssi.gob.es/documentos/2009-participacioninfantile.pdf>
- Cavalcanti, R. C. (1998). Adolescência. In: Vitiello, N., Conceição, I. S., Canella, P. R., & Cavalcanti R. C. (orgs.), *Adolescência Hoje* (pp. 5–27). São Paulo: Roca.
- Checchia, A.K. (2010) *Adolescência e escolarização numa Perspectiva Crítica em Psicologia Escolar*. Campinas: Editora Alínea. 155p.

- Chizzotti, A. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais* (4th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Constantino, P., Assis, S. G., & Mesquita, V. S. (2013). Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In: Assis, S. G & Farias, L. O. (orgs.), *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 161–220). São Paulo: Hucitec Editora.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2nd ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Cuneo, M. R. (2006). *Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam*. Retrieved from http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/7_Abrigamento.pdf
- Delgado, A.C.; Tomás, C.A. (2013). Sociologia da Infância e abordagens socioantropológicas na produção de países do hemisfério norte e Brasil. *Inter-Ação*, v. 38 (3), 555-571.
- Demo, P. (1985). *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Atlas.
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2, 6–7.
- Faria, A. L., & Finco, D. (2011). Apresentação. In: Faria, A. L & Finco, D. (orgs.), *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Ferreira, M., & Nelas, P. B. (n.d.). Adolescências...Adolescentes... *Educação, Ciência e Tecnologia*. Retrieved from <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/11.pdf>
- Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7, 147–160.
- Gaitán, L., & Liebel, M. (2011). *Ciudadanía y Derechos de Participación de Los Niños*.
- Gil, A. C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Goulart, A. (2013). Criança no exercício da cidadania. In: Beuque, F. N. & Pinheiro, M. K. (orgs.), *A criança e a sua participação na cidade* (pp. 16–19). Rio de Janeiro: CECIP.
- Graue, M. E., & Walsh, D. J. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gulassa, M. L. (org.). (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: NECA.

- Hart, R.A. (1993) La participación de los niños – De la participación simbólica a la participación autentica. *Ensayos Innocenti*, n.4. UNICEF.
- Lansdown, G. (2005). *¿Me haces caso? El derecho de los niños pequeños a participar en las decisiones que los afectan. Cuadernos sobre Desarrollo Infantil Temprano*. La Haya: Fundación Bernard van Leer.
- Levisky, D. L. (1998). *Adolescência: Reflexões Psicanalíticas* (2nd ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, A. L. (2013). *Direito de participação: um estudo com adolescentes em práticas restaurativas*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Loureiro, C. F. (2007). Pesquisa-ação participante e educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. In: Tozoni-Reis; M.F. (org.) (Ed.), *A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: Reflexões Teóricas* (pp. 13–56). São Paulo: Annablume.
- Malvasi, P. A. (2008). ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: Eficácia simbólica e dilemas. *Interface Comunicação, Saúde E Educação*, 12, 605–617.
- Marcílio, M. L. (2006). *História Social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Mariano, C. L. (2010). *Direitos da criança e do adolescente: marcos legais e mídia*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Martins, A. M. (1993). A problemática da juventude em Portugal e as funções da escola enquanto instituição. *Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação*, 6, 9–46.
- Mayall, B. (2005). Conversas com crianças: Trabalhando com problemas geracionais. In: Christensen, P.; & James. A. (orgs.), *Investigação com Crianças Perspectivas e Práticas* (pp. 123–141). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Mead, M. (1993). *Adolescencia, sexo y cultura en Samoa*. Barcelona: Printer indústria gráfica.
- Miceli, M. A. (2010). Por uma visão crítica do direito da criança e do adolescente. *Revista Estudos Jurídicos*. UNESP, 14, 275–288.
- Montandon, C. (2001). Sociologia da Infância: Balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, n.112, 33-60.
- Monteiro, S. R. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade Em Debate*, 17, 29–40.

- Moreira, M. I. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26, 28–37.
- Nascimento, M. L. (2011). Reconhecimento da Sociologia da Infância como área do conhecimento e campo de pesquisa. In: Faria, A. L. & Finco, D. (orgs.), *Sociologia da Infância no Brasil* (pp. 37–54). Campinas: Autores Associados.
- O’Kane, C. (2005). O desenvolvimento de Técnicas Participativas. Facilitando os Pontos de Vista das Crianças a cerca e Decisões que as Afectam. In: Christensen, P.& James, J. (orgs.), *Investigação com Crianças Perspectivas e Práticas* (pp. 143–169). Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Oliveira, F. (2015). “A criança e a sua relação com a sociedade: considerações sobre a participação infantil nos espaços públicos.” In: *37ª Reunião Nacional da ANPEd* (pp. 1–18).
- Oliveira, R. C. (2010). *Quero voltar para casa: O trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos* (2nd ed.). São Paulo: Abrigos em movimentos.
- Osório, L. C. (1992). *Adolescente Hoje*. Porto Alegre: Artmed.
- Outeiral, J. (2003). *Adolescer* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Reinventer.
- Papalia, D. E., & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Pinto, M. (1997). A infância como construção social. In: Pinto, M. & Sarmento, M. J. (orgs.). *As Crianças: Contextos e Identidades* (pp.31-74). Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança.
- Pinto, L. W., Oliveira, Q. B., Ribeiro, F. M., & Melo, A. A. (2013). Características dos serviços de acolhimento institucional. In: Assis, S.G. & Farias, L.O. (orgs.), *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 82–110). São Paulo: Hucitec Editora.
- Princeswal, M. (2013). O direito à convivência familiar e comunitária sob o paradigma de proteção integral. In: Assis, S.G. & Faria, L.O. (orgs.), *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento* (pp. 23–62). São Paulo.
- Quinteiro, J. (2002). Sobre a emergência de uma Sociologia da infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, nº. especial, 137- 162.
- Renaut, A. (2002). *A libertação das crianças: a era da criança cidadão*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (2nd ed.). São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- Rocha, E. A. (2011). Prefácio. In: Faria, A. L. & Finco, D. (orgs.), *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Rosemberg, F., & Mariano, C. L. (2010). A Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças: Debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 40, 693–728.
- Santrock, J. W. (2014). *Adolescência* (14th ed.). Porto Alegre: McGrawHill.
- Sarmiento, M. J. (2005). Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Revista Educação E Sociedade*, 26, 361–378.
- Sarmiento, M. J. (2014). Metodologias visuais em ciências sociais. In L. L. Torres & J. A. Palhares (Eds.), *Metodologia de investigação em Ciências Sociais da Educação* (pp. 198–218). Braga: Universidade do Minho.
- Sarmiento, M.J. (2006) Visibilidade social e estudo da infância. In: Vasconcellos, V.; Sarmiento, M.J. (*In*) *visibilidade da infância*. Rio de Janeiro: Vozes (no prelo).
- Sarmiento, M.J.; Marchi, R.C. (2008). Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica. *Revista Configurações*, v.4, 91-113.
- Sarmiento, M. J., & Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto & M. J. Sarmiento (orgs.), *As Crianças: Contextos e Identidades* (pp. 9–30). Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 175–190.
- Silva, A. C., Silva, M. C., & Nascimento, C. M. (2014). O adolescente resignificando seu lugar na sociedade contemporânea: O teatro do oprimido como ferramenta psicoeducativa. *Educação, Artes E Inclusão*, 9, 123–146.
- Silva, E. R. (org.). (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA.
- Soares, N. F. (2005). *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes*. Universidade do Minho. Retrieved from http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6978/5/Doutoramento - Vers%C3%A3o Final 14_06_2005.pdf

- Soares, N. F. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo Sem Fronteiras*, 6, 25–40. Retrieved from <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/soares.pdf>
- Soares, N. F., Sarmiento, M. J., & Tomás, C. (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: Metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, 12, 49–64. Retrieved from <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/1678/1593>
- Souza, A. P. (2008). *A visão de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Thiollent, M. (1992). *Metodologia da pesquisa-ação* (5th ed.). São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Tomás, C. (2007). “Participação não tem idade” Participação das crianças e cidadania da infância. *Contexto & Educação*, 45–68.
- Tomás, C.; Fernandes, N. (2011). A participação infantil: discussões teóricas e metodológicas. In: Mager, M. et al. *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: Pensamentos Decantados*. Maringá: Eduem, 251-272.
- Tomás, C.; Fernandes, N. (2013) Participação e acção pedagógica: A valorização da(s) competência(s) e acção social das crianças. *Educativa*, v.16, n.2, 201-216.
- Tomás, C.; Gama, A. (2011). Cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar. *II Encontro de Sociologia da Educação – Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Retrieved from: [http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1116/1/Cultura%20de%20\(n%C3%A3o\)%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20crian%C3%A7as%20em%20contexto%20escolar.pdf](http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1116/1/Cultura%20de%20(n%C3%A3o)%20participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20crian%C3%A7as%20em%20contexto%20escolar.pdf)
- Tonucci, F.(2005). *Quando as crianças dizem: Agora chega!* Trad. Alba Olmi, Porto Alegre: Artmed.
- Torres, L. H. (2006). *A casa da roda dos expostos na cidade do Rio Grande*. Biblos, 20, 103–116.
- Trilla, J.; Novella, A. (2001). *Educación y participación social de la infancia*. Revista Ibero Americana, n.º26, 137-164.

Documentos

- ANCED. (2004). *Relatório sobre a situação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil*. Retrieved from http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/relatorio_situacao_direitos_crianca_adolescente_Brasil
- ANCED. (2014). *II Relatório Alternativo sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC) - Resumo Executivo*.
- Busso, G. (2001). *Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI*. In *Seminario Internacional Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile.
- BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- BRASIL. (1990). *Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- BRASIL. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência Familiar e comunitária*. Retrieved from <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-pdf>
- BRASIL. (2009). *Lei nº 12.010 de 3 de Agosto de 2009*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
- BRASIL. (2009a). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília.
- BRASIL. (2016). *Lei nº 13.257 de 8 de Março de 2016*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm#art25
- CONANDA (2010). *Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011-2020 – CONANDA*. Retrieved from: <http://www.institutopersonalservice.org.br/UI/arquivos/CONANDA.pdf>
- Filgueira, C. H. (2001). *Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes*. In *Seminario internacional “Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe.”* Santiago de Chile.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (2011). *Situação Mundial da Infância 2011 - Adolescência: Uma fase de oportunidade*. Retrieved from [http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf)

Fundo das Nações Unidas para a Infância. (1959). *Declaração dos Direitos da Criança*. Retrieved from <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>

Fundo das Nações Unidas para a Infância. (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Retrieved from https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2001). *Adolescencia en América Latina y el Caribe: Orientaciones para la formulación de políticas*. Bogotá.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Retrieved From: <http://7a12.ibge.gov.br/pt/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao>

IPEA. (2003). *Levantamento Nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC*.

ANEXOS

Anexo I – Carta de Apresentação à Instituição



CARTA DE APRESENTAÇÃO A INSTITUIÇÃO

À Instituição.....

Prezados senhores (as)

Eu me chamo Simone Martoni Brina, sou aluna do Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária pela Universidade de Aveiro e sob a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Bento Gonçalves estou desenvolvendo um projeto de investigação. O referido projeto tem como título provisório ***“A participação dos adolescentes em seus contextos de vida: Possibilidades e Desafios”*** e pretende compreender a participação dos adolescentes em seu cotidiano, bem como dar voz e valorizar as tomadas de decisões acerca das suas atividades.

A abordagem metodológica da investigação que se pretende desenvolver é baseada na investigação ação-participativa e para a recolha dos dados serão utilizados os seguintes procedimentos: observação participante, grupo de discussão focalizado, conversas informais, notas de campo, entrevistas entre outros. Neste sentido, convidamos os adolescentes desta instituição a participarem desta investigação.

Cabe ressaltar que, a qualquer momento, os envolvidos no processo serão livres para tomar a decisão de desistirem da participação, sem qualquer prejuízo. É também garantida a confidencialidade e a proteção do anonimato dos participantes, como também da instituição, durante todo o processo da investigação, assim como dos resultados que serão veiculados através do projeto de mestrado.

Sinto-me honrada e agradeço pela colaboração, bem como pela oferta das condições necessárias para que este importante trabalho de investigação seja realizado. Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Simone Martoni Brina
Telefone: (19) 9.9132.26.02
E-mail: simone_martoni@yahoo.com.br

Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Dirigente da Instituição



À Direção da Instituição “Nosso Lar”

Senhores responsáveis

Eu Simone Martoni Brina, aluna do Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Educação Social e intervenção Comunitária da Universidade de Aveiro, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Manuela Bento Gonçalves, venho através deste solicitar a permissão para que o/a adolescente _____ participe da investigação intitulada provisoriamente como **“A participação dos adolescentes em seus contextos de vida: Possibilidades e Desafios”**.

Cabe salientar que apesar do seu consentimento é importante que o/a adolescente queira participar da investigação. Ressalta-se que a participação é voluntária e a qualquer momento da investigação o/a adolescente será livre para desistir da participação, sem qualquer prejuízo. É garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes e da instituição durante a investigação bem como na divulgação dos dados.

Coloco-me a disposição para sanar possíveis dúvidas ou prestar esclarecimentos.

Simone Martoni Brina
Celular: (19) 9.9132-26-02
E-Mail: simone_martoni@yahoo.com.br

Concordo com a participação do (a) adolescente nesta investigação

Assinatura do responsável

Local: _____ Data ____/____/____

Anexo III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes



universidade de aveiro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

Gostaria de convidá-lo (a) a participar voluntariamente da investigação intitulada provisoriamente como **“A participação dos adolescentes em seus contextos de vida: Possibilidades e Desafios”** que pretende criar um espaço no qual os adolescentes possam se expressar livremente, possibilitando assim a compreensão sobre as dificuldades e os problemas vivenciados no cotidiano relacionados ao direito a participação, assim sendo almeja-se a construção coletiva de dispositivos que possibilitem a garantia deste direito. Acredito que seja importante a realização desta investigação pela necessidade de ampliar e fortalecer os espaços de participação dos adolescentes, permitindo assim que as suas vozes sejam ouvidas visando à construção da cidadania voltada para os adolescentes.

Esta pesquisa será de cunho qualitativo, a metodologia será inspirada na investigação ação participativa, as técnicas de investigação utilizadas serão as conversas informais, os grupos focais, a observação participante, e a entrevista.

Trata-se de um Trabalho de Projeto de Mestrado, desenvolvido por Simone Martoni Brina e orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Manuela Bento Gonçalves, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação – Linhade pesquisa Educação Social e Intervenção Comunitária da Universidade de Aveiro - Portugal.

RISCOS E DESCONFORTOS

A participação nesta pesquisa não trará complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde brasileiro. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

BENEFÍCIOS

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros adolescentes.

CONFIDENCIALIDADE

Garanto que a qualquer momento da realização desse estudo qualquer participante poderá receber esclarecimentos adicionais que julgar necessários. Qualquer participante

poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo aos mesmos. O sigilo das informações será preservado, ou seja, nenhum nome, identificação de pessoas ou instituição serão divulgados. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação científica serão usados para fins acadêmico-científicos e inutilizados após a apresentação dos resultados finais na forma de um Trabalho de Projeto/Dissertação.

NATUREZA VOLUNTÁRIA DA PARTICIPAÇÃO

A participação nesta investigação é voluntária, mesmo você concordando em participar, poderá abandonar o estudo a qualquer momento sem nem um tipo de penalização, devendo apenas comunicar a pesquisadora.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicito que assine este no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração.

Simone Martoni Brina
Pesquisadora
Programa de Mestrado em Ciências da Educação
Universidade de Aveiro

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa **“A participação dos adolescentes em seus contextos de vida: Possibilidades e Desafios”** do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem a menção dos nomes dos participantes. Assim, aceito voluntariamente participar neste estudo. Foi-me dada uma cópia deste documento.

Leme, _____ de _____ de 2.016.

Assinatura do Participante

Assinatura do Responsável

Qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos, entrar em contato com a responsável pelo estudo: **e-mail:** simone_martoni@yahoo.com.br / **Telefone:** (19) 9.9132.2602.

Anexo IV – Diários De Campos

DIÁRIO DE CAMPO Nº 1

Data: 08/12/2015

Horário: 16:00 às 17:00

Temática: 1º Contato com a equipe técnica da instituição de acolhimento

Reunião com a equipe técnica da instituição de acolhimento, entrega da Carta de Apresentação e conversa sobre a proposta de trabalho.

Após um contato telefônico com a psicóloga da instituição de acolhimento, foi agendada uma reunião para esta tarde, na ocasião estavam presentes a coordenadora e a psicóloga. Inicialmente eu retomei o que havia dito brevemente na ligação telefônica, me apresentei como aluna do mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, agradei pela oportunidade e na sequência entreguei a elas a carta de apresentação para formalizar os meus dizeres. Posteriormente expliquei que eu almejava desenvolver uma investigação sobre o direito a participação e gostaria de convidar os adolescentes que lá residiam, para que junto comigo pudessemos realizar uma pesquisa, ressaltai que se tratava de uma metodologia diferenciada, que concedia ao participante o lugar de co-investigador, sendo assim, todas as atividades seriam acordadas e realizadas juntamente com eles.

Notei na face tanto da coordenadora quanto da psicóloga um semblante de contentamento misturado com dúvida, entendi perfeitamente o que estava acontecendo, visto que, não é habitual o desenvolvimento de investigações científicas nesta instituição, pois, as crianças e adolescentes que lá se encontram, foram encaminhadas por uma determinação judicial, ou seja, a coordenação, os técnicos e todos os colaboradores tem a obrigação de protege-los de toda e qualquer situação que os exponha de alguma forma.

Foi então que, frente ao meu convite, a coordenadora solicitou que eu apresentasse um projeto pormenorizado, para que ela pudesse avaliar e também informar ao diretor da instituição a este respeito. Eu prontamente assegurei que o quanto antes entregaria a ela o documento solicitado, agradei pela oportunidade e me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 2

Data: 28/12/2015

Horário: 16:00 às 17:00

Temática: Reunião coma equipe técnica da instituição de acolhimento e entrega do projeto

Passados vinte dias nos encontramos novamente, para agendar este encontro entrei em contato via telefone, conversei com a coordenadora e verifiquei qual a sua disponibilidade para me receber. Então nesta tarde, me dirigi a instituição de acolhimento, foi cordialmente recebida pela coordenadora e pela psicóloga, entreguei a elas o projeto, expliquei como ele estava estruturado e me coloquei a disposição para possíveis esclarecimentos, elas solicitaram um tempo para analisa-lo e disseram que assim que possível entrariam em contato. Agradei e me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 3

Data: 30/12/2015

Horário: 15:00

Temática: Contato telefônico – Aprovação do Projeto

Nesta tarde, a psicóloga da instituição de acolhimento entrou em contato comigo via telefone, me informou que tanto ela quanto a coordenadora haviam analisado cuidadosamente o projeto e que o parecer delas era favorável a realização da investigação, na ocasião ela questionou se eu teria disponibilidade para ir até lá no dia 08/01/2016 às 16:00 horas para conversamos, confirmei a minha presença, agradei o contato e nos despedimos.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 4

Data: 08/01/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala da Coordenação

Temática: Reunião com a equipe técnica da instituição de acolhimento, participação num treinamento destinado aos voluntários, cujo objetivo, era esclarecer as regras da instituição, bem como explicar a condição peculiar em que os adolescentes se encontravam.

Nesta tarde eu me dirigi a instituição de acolhimento, fui recebida pela psicóloga e posteriormente pela coordenadora, elas me informaram que analisaram atentamente o projeto, apresentaram o mesmo ao diretor da instituição que após avaliar o seu conteúdo, concedeu a permissão para a minha entrada em campo. Feito os apontamentos iniciais a coordenadora iniciou um breve treinamento que geralmente é destinado aos voluntários, mas acabou tornando-se uma prática usual, sempre que uma nova pessoa chega a instituição disposta a desenvolver algum tipo de trabalho.

Inicialmente assisti um vídeo chamado *“Que casa é essa?”* com duração de 21 minutos e 8 segundos, era uma animação que retratava o dia-a-dia das crianças numa instituição de acolhimento, ao longo da história profissionais e pesquisadores renomados que trabalham na área iam falando sobre. A coordenadora sugeriu que eu lesse dois livros: *A história de Pedro e Agora não, Bernardo* e assistisse o vídeo: *Em família: Crianças Institucionalizadas*, para que eu melhor compreendesse como é para eles o processo de institucionalização.

Após estas orientações a coordenadora me entregou alguns documentos destinados aos voluntários, foram eles: Contrato de voluntariado, Termo de voluntário e para finalizar elas leram as regras para voluntariados, dentre elas cabe destacar:

“É vedada a utilização de máquinas fotográficas” e

“Não conversar com as crianças e funcionários sobre o motivo do acolhimento, assim como se estão para adoção ou não”;

Em seguida combinamos que no dia 11/01/2016 às 16:00hs, eu me dirigia a instituição para conhecer os adolescentes, conversar com eles sobre o projeto e convidá-los a participar. A coordenadora ressaltou que se eles manifestassem interesse, os encontros seriam todas as segundas-feiras até o início do ano letivo, depois se necessário seriam remanejados. Agradei e me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 5

Data: 11/01/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala de Projetos

Temática: Entrada no campo, primeiro contato com os adolescentes, apresentação do trabalho a eles, apresentação pessoal e convite para participarem da investigação

Cheguei a instituição por volta das 15:55 horas, fui recebida pela psicóloga e pela coordenadora, na ocasião os adolescentes estavam participando de atividades recreativas juntamente com alguns colaboradores. A coordenadora me conduziu a sala de projetos (uma pequena sala que também funciona como uma minibiblioteca, ela está equipada com uma mesa ao centro, algumas cadeiras em volta, um tapete com algumas almofadas, um armário e uma estante contendo livros infantis) que está localizada na área administrativa, próxima a sala da coordenação.

Enquanto lá estávamos, a coordenadora solicitou a um dos adolescentes que fosse chamar os demais, passados alguns minutos, todos lá estavam, alguns sentaram nas cadeiras, outros nas almofadas que estavam sobre o tapete, neste momento a coordenadora me apresentou, disse que eu me chamava Simone, era aluna de mestrado em educação e gostaria de desenvolver uma investigação sobre direitos, acrescentou que eu estava lá para conversar com eles, explicar um pouco sobre a minha proposta de trabalho, bem como verificar se alguém teria interesse em participar. Após encerrar a sua fala, ela me deixou a sós com eles, o silêncio pairava no ar, todos se entre olhavam, por se tratar de uma sala muito pequena e uma quantidade grande de pessoas, o calor proveniente de um tarde de verão estava excessivo, então eu questionei o que o grupo preferia se era ficar todos sentados em volta da mesa ou no chão, a maioria respondeu que se sentiria mais a vontade no chão, então com o auxílio de quatro adolescentes retiramos a mesa e a colocamos do lado de fora da sala, eu me sentei no chão juntamente com eles, formamos uma roda.

Inicialmente eu retomei as palavras iniciais da coordenadora e brevemente me apresentei, falei o meu nome e a minha idade, agradei pela oportunidade de estar com eles naquela tarde, na sequência solicitei que eles se apresentassem, na ocasião estavam presentes nove adolescentes, eles foram falando os nomes e as idades, eram três meninos e seis meninas, com idade entre 13 e 17 anos. Este grupo apresenta uma peculiaridade, visto que, para além de ter irmãos participando, há também dois adolescentes que tem um comprometimento cognitivo.

Na sequência, perguntei quem estudava e a maioria ergueu o braço, neste momento disse que eu também era estudante e estava lá para convidá-los a participarem de um trabalho que eu desejava desenvolver, acrescentei que se tratava de uma investigação sobre o direito a participação, neste momento fui interrompida por uma adolescente (no grupo ela passou a ser Beatriz) que pontuou:

- Eu não vou falar nada sobre a minha vida!

Expliquei a eles que eu não estava lá para saber sobre a história de vida de cada um, nem tão pouco sobre o motivo do acolhimento, mas, sim para propor uma parceira na qual eles seriam os co-investigadores e trabalharíamos voltados para a questão da participação. Senti que neste primeiro momento eles não estavam muito confortáveis, talvez não estivessem entendendo muito bem o que estava acontecendo, nem tão pouco no que consistia a minha proposta, então tentei aproximar a realidade deles e indaguei:

- Quando vocês estão na escola e acontecesse alguma briga, como as professoras se portam?

Eles responderam praticamente em uma só voz:

- Ela não aceita explicações, diz que não quer saber o que aconteceu e manda cada aluno ir para o seu lugar.

Neste momento eu salientei o quão importante é ouvir os adolescentes, entender o que eles pensam para compreender a situação vivenciada. Na sequência expliquei que a investigação consistiria em conversas, reflexões, desenvolvimento de atividades que possibilitasse que eles se expressassem livremente, salientei que eu estaria lá para ouvi-

los. Pontuei que se eles aceitassem participar, poderíamos nos encontrar uma vez por semana, no dia e horário que eles achassem melhor.

Informei que se nós iniciássemos um trabalho investigativo, seria de grande valia que durante os nossos encontros eu pudesse gravar as nossas conversas e interações para que na hora que eu fosse fazer as minhas anotações, eu não perdesse nenhuma informação, nem as falas.

Disse que poderíamos fazer uso de máquina fotográfica durante o desenvolvimento da investigação, para que registrassem situações que fossem importantes para eles, bem como os trabalhos produzidos, assegurei que a identidade de cada um seria preservada, então fui novamente interrompida por uma adolescente (Beatriz):

- Eu tô achando muito estranha esta história, gravar a nossa voz, tirar foto, pra que tudo isso?, Não estou entendendo bem!

Neste momento percebi certa desconfiança, desconforto e resistência por parte de alguns adolescentes, mas ao longo do encontro esta postura foi mudando.

Retomei novamente no que consistia o trabalho, disse que antes da realização daquele encontro eu havia entregue um projeto a coordenação, que avaliou cuidadosamente antes de aceitar, ressaltai que numa pesquisa este tipo de recurso é utilizado para valorizar o trabalho, e que se lançássemos mão destes recursos, as identidades seriam mantidas em sigilo tanto a deles quanto da instituição, salientei que todas as ações seriam acordadas e negociadas em grupo. Nesta hora todos os adolescentes indagaram que não gostariam que eu levasse o gravador, porém concordaram que eu levasse um caderno e anotasse alguns pontos chave para lembrar na hora da transcrição.

Eu disse que as dúvidas que estavam surgindo eram muito pertinentes e totalmente compreensíveis, visto que, eles não tem familiaridade com investigações científicas, porque nunca participaram de uma, garanti que não ofereceria risco de nenhum tipo a qualquer um deles.

A adolescente Beatriz (este nome fictício foi escolhido por ela posteriormente) foi a porta voz do grupo, ela é muito articulada e a todo o momento demonstrava a sua

preocupação em proteger o irmão. Feito todos os esclarecimentos, perguntei individualmente a todos os adolescentes quem tinha interesse em participar, todos responderam afirmativamente, então uma adolescente (posteriormente denominada Fran) indagou:

- Podemos conversar sobre os nossos sonhos?

E a adolescente (Beatriz) acrescentou:

- E sobre o que queremos ser quando crescermos?

Respondi que poderíamos conversar sobre tudo o que eles achassem importante, porém, ressaltai que seria importante conversarmos também sobre o direito a participação. Visando assegurar o anonimato e tranquilizar os adolescentes a este respeito, foi acordado que eles escolheriam nomes fictícios, também foram elaboradas algumas regras visando o bom andamento do grupo, forma elas:

- ❖ Obedecer;
- ❖ Respeitar a vez do outro de falar;
- ❖ Escutar com atenção;
- ❖ Erguer a mão para falar;
- ❖ Ajudar um ao outro;
- ❖ Não falar mal dos amigos;
- ❖ Falar baixo e
- ❖ Respeitar a investigadora.

Ao término do encontro todos os adolescentes se dirigiram a sala da coordenação para contar com riqueza de detalhes o que tinha acontecido ao longo do encontro. Esta atitude inicialmente me surpreendeu, mas, depois me dei conta que deve ser uma prática corriqueira, ou seja, todo contato que os adolescentes tem com pessoas que não pertencem a instituição eles devem partilhar com a coordenadora, psicóloga ou assistente social, pois, a instituição já teve inúmeros problemas com pessoas que se dirigem até lá, manifestam a vontade de desenvolver algum tipo de atividade, mas, no fundo o desejo é

adotar uma criança, eles veem nesta aproximação da instituição uma possibilidade de auxiliá-los neste processo, trata-se de uma concepção equivocada.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 6

Data: 18/01/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala de Projetos

Temática: Consentimento informado, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos adolescentes, assinatura do mesmo documento pela coordenadora enquanto responsável pelos adolescentes.

Cheguei à instituição de acolhimento por volta das 15:40hs, fui recebida pela coordenadora, expliquei a ela que na semana anterior os adolescentes aceitaram participar da investigação e que assim sendo era necessário formalizarmos a participação deles, ela entendeu e concordou, então me dirigi a sala de projeto. A sala já estava organizada, neste dia não foi necessário retirar a mesa, pois, haviam colocado ela num canto da sala e desta forma não atrapalharia.

Estavam presentes oito adolescentes, um dos adolescentes (posteriormente denominado Mc Menor) estava na instituição, mas referiu que não estava se sentindo bem e por este motivo não participou do grupo; ele faz uso de medicação controlada, a dias em que ele não está bem-disposto. Uma das adolescentes (posteriormente denominada de Ana) está grávida, neste dia ela referiu a coordenadora que estava com muita dor na região lombar, mas, decidiu que participaria do encontro.

Após os cumprimentos iniciais, confirmei com os adolescentes se eles ainda estavam dispostos a desenvolverem a investigação comigo e a resposta foi afirmativa, assim sendo, expliquei a eles sobre a necessidade de formalizarmos esta situação, ressalttei que a coordenadora já estava ciente e havia permitido. Então, entreguei a eles um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – este documento está anexo), perguntei se alguém gostaria de ler, eles pediram que eu fizesse a leitura, então de maneira cuidadosa, pausadamente e em voz alta li o documento, esclareci que poderiam me interromper a qualquer momento e que toda e qualquer dúvida seria bem-vinda e sanada, ao término da leitura questionei se alguém tinha alguma dúvida, então a adolescente (Beatriz) se manifestou:

- Se não somos obrigados a participar, eu posso sair do grupo quando eu quiser?

Respondi que sim, porém, ressaltei que a sua participação, bem como a dos demais era muito importante, no caso dela, pontuei que ela era uma líder nata, muito articulada e fazia apontamentos muito enriquecedores. Após este esclarecimento iniciamos o preenchimento do termo, expliquei a eles onde deviam preencher, alguns adolescentes solicitaram a minha ajuda, eu preenchi o termo do adolescente (posteriormente MC Guimê), (Beatriz) preencheu e assinou o seu, e solicitou:

- Posso ir falar com o meu irmão? Vou levar o papel dele

Passado alguns minutos ela voltou, disse que conversou com ele (posteriormente MC Menor), explicou sobre o que se tratava o documento e após o seu consentimento, assinou por ele.

Neste momento pude verificar que a maioria dos adolescentes tinham dificuldade na leitura e escrita. Assim que terminaram o preenchimento do termo, a adolescente Ana questionou:

- Posso sair? não me sinto bem!

Eu atendi prontamente a sua solicitação, pois, ela estava grávida, fazia muito calor no dia e no início ela já havia se queixado de dor.

Na sequência iniciamos, perguntei a eles se já haviam escolhido os nomes que usariam durante os encontros, esta condição havia sido acordada anteriormente para garantir o anonimato, todos responderam que sim. Então coloquei sobre a mesa folhas de cartolina nas cores rosa, amarelo, azul e branco e disponibilizei canetas piloto, tesoura, furador e barbante, solicitei que ficassem à vontade para fazer os crachás, após a elaboração dos mesmos a composição do grupo ficou da seguinte forma:

Participante	Gênero	Idade
Doutor	Masculino	15
Júlia	Feminino	15
Fran	Feminino	17
Ludimila	Feminino	14
MC Guimê	Masculino	13
MC Menor	Masculino	14
Maria Eduarda	Feminino	13
Beatriz	Feminino	16

Foi uma atividade de muita interação e descontração do grupo, ao término dos crachás, retomei uma questão que achei muito importante, a questão das regras trazidas por eles no encontro anterior, pois, geralmente os adolescentes sabem muito bem quais são os seus deveres, mas, os direitos não são enfatizados da mesma forma.

Então falei para o grupo, pessoal, na semana passada, vocês elencaram vários deveres que deveriam ser respeitados para o bom andamento do grupo, e perguntei: Vocês gostariam de acrescentar mais algum?

Então Ludimila disse:

- Eu quero, não pode ficar entrando e saindo da sala a todo o momento como o MC Guimê.

Todos balançaram a cabeça de maneira afirmativa, manifestando apoio a colega, na sequência eu questionei o grupo sobre quais eram os nossos direitos enquanto grupo e para que poderíamos utilizar aquele espaço, por alguns segundos o silêncio imperou, percebi que eles nunca haviam parado para refletir sobre isto, estavam condicionados as regras, mas não a direitos.

Após estimulá-los a responder Fran disse:

- Podemos brincar, ler poesias, falar sobre os sonhos.

Ludimila concordou e pontuou:

- É vai ser legal falar de sonhos

Como estávamos num momento de criação de vínculo e a questão do sonho configurou-se como algo importante aos adolescentes, acordamos que esta temática seria trabalhada sim.

Observei que há uma divisão no grupo, pois quando as adolescentes sugeriram que fosse trabalhada a questão dos sonhos, Beatriz verbalizou em voz baixa:

- Que menina tonta, acha falar sobre sonhos!?

Eu perguntei a ela qual mal teria em falarmos sobre isso? E Beatriz prontamente respondeu:

- Isso é assunto de criança.

Beatriz e Maria Eduarda são muito próximas, mas não mantem contato com as demais adolescentes do grupo, sentam em lugares opostos na sala. Ao término do encontro, me dirigi a sala da coordenação, conversei com ela, expliquei que os adolescente haviam assinados o TCLE, entreguei a ela um outro TCLE e solicitei que ela lesse e se concordasse, assinasse enquanto responsável pelos adolescentes, e isso foi feito, agradei pela atenção e me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 7

Data: 25/01/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala de Projetos

Temática: Firmamos o acordo de investigação, refletimos sobre a pesquisa e iniciamos o projeto.

Na semana anterior realizamos o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), trata-se de uma formalidade necessária na investigação com seres humanos, neste encontro a proposta era construir com os adolescentes o próprio acordo de investigação, pois, eles também eram investigadores e precisavam participar de todas as etapas.

Nesta tarde cheguei instituição, cumprimentei a coordenadora e me dirigi a sala de projetos, organizei as cadeiras ao redor da mesa e aguardei a chegada dos adolescentes, neste encontro estavam presentes: Doutor, Ludimila, Maria Eduarda, Ana, Beatriz e Fran, Larissa.

Expliquei a eles que na semana anterior havíamos preenchido um termo de consentimento que havia sido elaborado por mim, mas, que ia propor que todos elaborassem um acordo de investigação e Beatriz prontamente respondeu:

- E como faz isso?

Eu disse que eles escolheriam a forma que deveria ser feito, bem como os dizeres que deveria conter, expliquei que num acordo de investigação deveria conter algumas informações essenciais sobre a investigação, num primeiro momento eles ficaram receosos, afinal, nunca haviam elaborado nada parecido, então juntos começamos a pensar sobre a forma de elaborar este documento, e Ludimila sugeriu:

- E se fizéssemos tipo um caderno?

Todos concordaram, e por meio de muita reflexão, discussão, o documento elaboração por várias mãos ficou organizado da seguinte forma:

Capa: *Acordo de Investigação;*

Página 1: *Durante 10 sessões estaremos juntos nas manhãs de 6ª feira para participarmos do Projeto de Investigação sobre: O direito à participação;*

Página 2: *Somos uma equipe de investigadores e temos o direito de conhecer o trabalho que realizamos;*

Página 3: *Os adolescentes podem decidir se querem participar da investigação ou não.*

Página 4: *Todos os adolescentes podem participar, não deixaremos ninguém de fora;*

Esta questão foi devidamente pensada e discutida em grupo, pois dois dos participantes MC Menor e MC Guimê apresentam um comprometimento cognitivo e as vezes entravam e saiam da sala e não se comportavam. Neste quesito Ludimila pontuou:

-Ah eles dão muito trabalho, atrapalham o nosso encontro.

Questionei o que os demais integrantes achavam, todos partilhavam da mesma opinião, então disse a eles:

Como vocês se sentiriam se não permitissem que vocês participassem?

Prontamente Doutor respondeu:

- Não seria legal, eu ficaria triste.

Então refleti com eles:

-Será que temos o direito de excluí-los? E se ao invés disso nós os ajudássemos?

Eles refletiram por um momento e depois concordaram.

Página 5: *Conhecemos este acordo e concordamos em participar desta investigação. Investigadores.....*

Após definirmos o que seria escrito elaboramos o acordo em folhas de papel sulfite como se fosse um livro e os adolescentes assinaram.

Após a finalização do acordo de investigação, passamos a refletir um pouco sobre o que era pesquisar, eu levei algumas frases escrita em pedaços de papeis, a pergunta

disparadora era Investigar é.... e eles deveriam dizer se concordavam ou não com os dizeres, apresentei a eles de maneira aleatória as seguintes frases:

- Descobrir coisas novas;
- Observar;
- Solicitar o consentimento dos participantes;
- Apresentar os resultados;
- Solucionar problemas;
- Compreender o que as pessoas pensam sobre um assunto;
- Ter ética;
- Fornecer as informações aos participantes;
- Aumentar o conhecimento sobre um assunto;
- Respeitar as pessoas;
- Refletir.

Dentre todas as frases apresentadas eles ficaram apenas em dúvida em relação a: Compreender o que as pessoas pensam sobre um assunto, num primeiro momento Doutor achou que isso não era investigar, mas depois refletimos sobre estes dizeres e ele mudou de opinião. Eu parabeneizei os adolescentes, visto que, todas as frases traduziam o que era investigar e finalizamos o encontro.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 8

Data: 01/02/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala de Projetos

Temática: Conversas informais com o grupo e atividade de livre expressão sobre os seus sonhos, objetivando conhecer melhor o contexto de investigação, os adolescentes, bem como criar vínculo

Tendo em conta que a temática sonhos configurou-se como algo importante para os adolescentes, visto que, eles pediram para falar sobre isto, neste encontro começamos a conversar a este respeito.

Hoje estavam presentes todos os adolescentes, a coordenadora conversou com MC Guimê e MC Menor antes de iniciarmos o grupo e orientou que eles deviam se portar e pontou que não seria permitido entrar e sair da sala ao longo da atividade. Beatriz adentrou a sala carregando alguns cadernos e um estojo, os colegas estavam sentados em roda, ela se posicionou de costa para eles, colocou o material sobre a mesa, então questionei:

- *Beatriz, você tem tarefa de casa para fazer?* E ela prontamente respondeu:

- *Vou escrever uma música*

Indaguei, *você faz aula de música? Toca algum instrumento?* E segundo Beatriz:

- *Não faço aula, eu só escrevo música*

Neste momento, ela me mostrou o seu caderno, lá tinham inúmeras letras de músicas, todas de própria autoria, a adolescente sentiu-se a vontade para me mostrar uma que ela havia escrito para a sua mãe, na letra havia pedidos de desculpa pelas suas atitudes, manifestei interesse em ler ao final do encontro.

Inicialmente conversei com os adolescente e disse que naquele dia falaríamos sobre o sonhos, pois, era um desenho da maioria conversar sobre isto, e com o auxílio de um

computador assistimos um vídeo no qual era narrado o poema de Clarice Lispector denominado O Sonho.

O sonho

*Sonhe com aquilo que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida
e nela só se tem uma chance
de fazer aquilo que quer.*

*Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.*

*As pessoas mais felizes não tem as melhores coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.*

*A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passaram por suas vidas.*

Durante a exibição do vídeo, todos assistiram atentamente, questionei ao grupo:

- Vocês conheciam este poema?

E todos disseram que não, então perguntei:

- O que vocês acharam?

Fran respondeu:

- *Eu achei lindo!*

E Ludimila acrescentou:

- *Me emocionei*

Na sequência, questionei o grupo:

- Pra vocês, o que são sonhos?

Os adolescentes começaram a se entre olhar, Beatriz disse:

- Eu sei mas, não vou falar!

Instiguei os demais e Fran disse:

- Sonho é algo que a gente quer

Neste momento Beatriz acrescentou:

- É algo que a gente luta pra ter.

E Júlia pontuou:

- É aquilo que a gente quer conquistar.

Os demais se mantiveram em silêncio, então sugeri

- O que vocês acham de escrevermos os nossos sonhos?

Percebi que eles ficaram meio receosos, afinal, os adultos geralmente não conversam com eles a este respeito, então ressaltei.

- Não é necessário se identificar,.

Então Maria Eduarda disse:

- Ah se for assim eu quero!

Neste momento Beatriz que estava na mesa entretida com os seus cadernos disse:

-Ah eu não vou participar.

Então eu disse a ela:

- Beatriz sinta-se a vontade para participar da atividade, não quer ao menos tentar? Pode ser que você sinta-se bem ao escrever os seus sonhos.

Então ela respondeu:

-Posso escrever por outra pessoa?

E a minha resposta foi :

- *Claro que sim, fique a vontade*

Diante desta fala de Beatriz, os demais integrantes do grupo também se empolgaram, então distribui folhas de papel branco e caneta e os deixei a vontade

Auxiliei os adolescentes MC Guimê e MC Menor na realização desta atividade, pois eles apresentam dificuldade na linguagem escrita. Durante a atividade Beatriz questionou:

- *Você vai ler em voz alta?*

Então respondi fazendo uma outra pergunta:

- *Pessoal, vocês gostariam de partilhar os seus sonhos com o grupo?*

E Ludimila, mais que depressa respondeu:

- *Eu não!*

E Maria Eduarda disse:

- *Só vou escrever se não tiver que ler depois.*

Então esclareci para o grupo que, por se tratar de uma decisão coletiva, somente eu teria acesso ao conteúdo escrito e na sequência iniciamos a atividade. Notei que eles se surpreenderam com a minha colocação.

Eles passaram longos minutos refletindo e escrevendo sobre os seus sonhos, aos poucos eles foram terminando e me entregando, recolhi todos os papéis e deposite numa caixinha que eu havia levado.

Embora a adolescente Ana estive no grupo ela não quis participar da atividade, segundo ela:

- *Eu não me lembro dos sonhos*

Estou muito preocupada com esta adolescente, percebo que a cada encontro ela está mais apática, ela está grávida, é recém-chegada a instituição e está com muita dificuldade em adaptar-se a esta nova condição.

Na sequência, propus aos adolescentes uma nova atividade:

- *Pessoal, o que vocês acham de continuarmos esta atividade usando imagens?*

Eu mal acabei de falar e fui interrompida por Beatriz que disse:

- *Mas, como vamos fazer isso?*

Eu eu continuei a explicação:

- Temos aqui várias revistas, podemos procurar imagens que representem os nossos sonhos, o que acham?

E Ludimila disse:

- *Posso recortar o que eu quiser?*

Eu respondi prontamente que sim.

E Júlia questionou:

- *É pra fazer sozinho ou em grupo?*

Eu disse que eles poderiam se organizar da forma que achasse melhor, então Maria Eduarda falou:

- *Ah, vamos fazer sozinhos!*

E o grupo concordou, então distribui as revistas, folhas de papel em branco, cola e tesoura e eles começaram a explorar o material. Eu auxiliei MC Menor, ele selecionava as figuras e eu recortava, num determinado momento da atividade ele virou para a irmã Beatriz e disse:

- *Ou me ajuda aqui!*

E ela prontamente respondeu:

- *Eu não posso, tô ocupada fazendo o meu!*

MC Guimê selecionou as gravuras e recordou, mas como ele não tem a coordenação motora fina bem desenvolvida, a Ludimila se aproximou e disse:

- *Quer ajuda?*

Ele abriu um largo sorriso e disse:

- *Eu quero*

Assim que todos terminaram eu recolhi as folhas e devido ao horário, perguntei se eles se importariam de continuarmos no próximo encontro e todos concordaram. Os adolescentes me auxiliaram na organização da sala, pedi a adolescente Ana que aguardasse pois, eu gostaria de falar com ela. Então perguntei:

- *Ana está acontecendo alguma coisa? `Posso ajuda-la de alguma forma?*

E a adolescente respondeu:

- *Ah, eu não achei nenhuma figura.*

Neste momento ela abaixou a cabeça e na sequência pontuou:

- *Eu fico assim por causa do remédio que eu tomo, eu quero ir embora daqui.*

Passado um mês da sua chegada a instituição, ela ainda tem muita dificuldade em adaptar-se, para além disso a condição de estar grávida também a deixa mais sensível frente a todas as mudanças que tem vivenciado.

Ao chegar em casa, li todos os papéis e a partir da pergunta disparadora, Quais são os meus sonhos? As respostas foram:

*"Ter uma casa própria, Dar uma vida melhor para o meu filho;
Ter um emprego
Dar de tudo para a minha mãe,
Sair daqui logo,
Ter uma amizade verdadeira
Notebook
Celular
Uma família
Um homem fiel"*

"Eu quero ser um oftalmologista porque meu sonho é devolver as visão para as pessoas que quer ver o mundo. Ou ser um jogador de futebol e ser famoso e conhecido pelo mundo todo. Pelos 2 sonhos que sonhei pelo menos 1 quero conquistalo".

"Meu maior sonho sair daqui com minha mãe eu acredito que vou embora daqui com minha mãe algum dia Pq tenho fé em Deus que vou embora. É meu outro sonho é ficar com meu namorado do lado dele é quando eu sair daqui quero arrumar um serviço pra mim trabalhar tudo que eu mais quero todo dia rezo pra que de tudo certo na minha vida"

*"Os meus sonhos são: Ganhar uma casa,
Ter a família de volta,
Passear no Limeira Shopping,
Comer o Mc Lanche Feliz, Ir a Analândia, Ter uma mulher,
Construir uma casa,
Sair logo do abrigo,
Ser advogado e trabalhar na área para ajudar as pessoas que moram nas ruas, os pobres e os idosos,
Andar de avião e
Ficar perto da tia Fábia"*

"Meus sonhos é em ter minha mãe de volta e minhas irmãs pequenas, e ter a família que eu tinha antes. Só quero ser feliz iguais as outras pessoas".

*"Meu sonho é volta a morar com minha avó,
Sonho em ter uma Família completa,
Sonho em meus Pais volta a fica juntos,
Sonho em ser Feliz,
Sonho em ter uma Filha com uma pessoa muito especial,
Sonho em ser uma advogada,
Sonho em muda de vida".*

"Meus sonhos são Um carro e uma bicicleta".

*"1 Eu queria que a minha melhor a mega vai embora do lar com o namorado dela,
2 Que eu seja muito feliz com a minha família, que a minha cunhada vai com a mãe dela que elas sejam muitos felizes E que cada um vai embora com sua família esse são os meus sonhos"*

A partir desta atividade ficou claro a dificuldade que a maioria dos adolescentes tem na escrita.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 9

Data: 16/02/2016

Horário: 16:00 às 17:00

Local: Sala de Projetos

Temática: Continuação e finalização do encontro anterior, exibição de dois vídeos um sobre a realidade de algumas crianças brasileiras e o outro sobre os direitos.

Devido a um feriado nacional, passamos 15 dias sem nos encontrar, nesta tarde quente de verão todos os adolescentes estavam presentes, exceto a adolescente Ana, então eu questionei o grupo:

- Pessoal cadê a Ana?

E o seu irmão, o adolescente Doutor respondeu:

- Ela tá passando mal, hoje não vem

Neste dia, para a minha surpresa a adolescente Beatriz não estava escrevendo as suas músicas e embora não tenha sentado na roda juntamente com os demais, participou do grupo.

Inicialmente questionei sobre como eles tinham passado a semana, disseram que tinha sido tudo bem, na sequência pontuei:

- Vamos terminar a atividade conforme combinamos no último encontro?

Eles balançaram com a cabeça de forma afirmativa, então entreguei o crachá e as figuras para cada adolescente e perguntei:

- Quem gostaria de falar sobre as figuras que selecionou?

O silêncio pairou na sala, então o adolescente Doutor disse:

- Eu começo, mas não vou falar, vou só mostrar as figuras

Eu disse:

- Não tem problema, faz da forma que for melhor pra você

Então ele começou a mostrar as figuras para os demais membros do grupo, as imagens foram apresentadas na seguinte ordem:

1. Um peão montado em um cavalo;
2. Um médico;
3. O carro Civic da Honda;
4. O Carro FOCUS da Ford;
5. O carro Stada Trekking da Fiat;
6. O pé de um atleta usando uma chuteira apoiada em uma bola de futebol;
7. O jogador Neymar;
8. Um Helicóptero;
9. O jogador Neymar durante uma partida;
10. Um peão montando um touro durante um rodeio;
11. O jogador Neymar e outros jogadores durante o recebimento do troféu após a conquista de um campeonato de futebol.

Na sequência MC Menor se prontificou a partilhar com o grupo as suas figuras e disse:

- Agora eu!

E mostrou a todos as seguintes figuras:

1. Um avião;
2. Um caminhão;
3. Dois carros;

Todos ficaram em silêncio e prestaram atenção enquanto ele mostrava as suas figuras, depois foi a vez de MC Guimê que disse:

- Agora é minha vez

Ele apresentou as suas figuras:

1. Uma mulher e
2. Um carro da marca BMW

Na sequência, Beatriz apresentou voluntariamente as suas figuras e explicou qual o sentido atribuiu a elas, a primeira continha três modelos que foram coroadas no Concurso Miss Universo, e segundo ela:

- Eu escolhi essa imagem porque já fiz balé e fui baliza na fanfarra.

A segunda figura era de dois médicos durante uma operação e Beatriz explicou:

- Eu escolhi essa daqui, porque quero arrumar um emprego numa cidade bem longe

Então eu perguntei:

- Em qual cidade você gostaria de arrumar um emprego?

E Beatriz disse:

- Eu não posso falar.

Então apresentou a sua última figura, era uma ampla e bela casa, e segundo ela:

- Vou trabalhar muito pra ter uma casa igual a essa

Já Fran, quis apresentar as suas figuras para o grupo, mas, não quis falar e se dirigiu a mim e disse:

- Você apresenta pra mim?

Eu prontamente respondi:

- Claro que sim

Ao todo eram oito figuras, foram elas:

9. Um jovem e belo rapaz;
10. Um bebê;
11. Um notebook;
12. Um moderno celular;
13. Uma casa;
14. Outro belo rapaz;
15. Uma família composta por um casal e dois filhos pequenos, um menino e uma menina e
16. Uma bela mulher

As adolescentes Júlia, Maria Eduarda e Ludimila não quiseram partilhar com o grupo as suas gravuras. Então ao término das apresentações, eu questionei o grupo:

- Pessoal, vocês acham que todas as crianças e adolescente tem o direito de sonhar?

E eles sem pensar sobre a pergunta, rapidamente responderam em uma só voz que sim. Então lancei outra pergunta:

- Todas as crianças e adolescentes tem as mesmas condições de vida?

E Ludimila respondeu:

- Não, tem crianças e adolescentes que precisam trabalhar.

E Júlia acrescentou:

- Tem criança e adolescente que não tem o que comer.

Fran ressaltou:

- Nem todo mundo tem as condições que nós temos.

Então perguntei a Fran:

- Mas, quais seriam essas as diferenças?

E Fran respondeu:

- Ah, temos um lugar para morar, temos comida, vamos a escola.

Aproveitei a sua fala e disse ao grupo que embora todas as crianças e adolescente tenham o direito a sonhar, muitos teriam dificuldade para concretizá-los devido as suas condições de vida, neste momento convidei o grupo a assistir um vídeo denominado **UNICEF e você: Juntos pelas crianças**, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M9v-6nl9Xcc&list=PL3E623595C1607E08>, para, elucidar o que estávamos conversando.

O vídeo retratava a realidade de algumas crianças e adolescentes brasileiras. Nele continha fotos de crianças trabalhando em lixões, carregando caixas e trabalhando com uma enxada numa terra seca. Durante a exibição do pequeno vídeo o semblante dos adolescentes era de surpresa e tristeza, quando terminou eu perguntei a eles:

- *O que vocês acharam do vídeo?*

Então Fran respondeu:

- *Muito triste*

Júlia pontuou

- *Nossa eu não sabia que tinha criança que vivia assim*

Então refleti com eles, sobre a situação das crianças e adolescentes brasileiros, disse que o país é muito grande e desta forma, nem todos possuem as mesmas condições de vida nem tão pouco oportunidades. Neste momento lancei uma pergunta, eu tinha convicção de que todos já sabiam a resposta:

- Vocês sabiam que existem leis que protegem as crianças e os adolescentes?

Neste momento todos olharam para mim com uma expressão de surpresa, ficaram em silêncio por um momento e em seguida Beatriz perguntou:

- *Tem uma lei que protege a gente?*

Taís ressaltou:

- *Eu nunca ouvi falar disso!*

Então eu perguntei:

- Vocês já ouviram falar da Convenção sobre os Direitos da Criança ou Estatuto da Criança e do Adolescente? E como resposta eu ouvi um sonoro

- *Não*

Neste momento eu estava muito surpresa e frente ao desconhecimento de todos sobre a legislação fiz uma breve introdução sobre o assunto, expliquei a eles que a CDC é uma lei seguida quase em todo o mundo, que ela foi criada em 1989, brinquei dizendo que a lei era bem mais velha que eles, que quando nasceram a lei já estava em vigor, salientei que tratava-se de um documento que visa a proteção das crianças e adolescentes, ressalttei que inspirada nesta lei maior, em 1990 o Brasil criou o ECA, neste momento entreguei a

eles um exemplar da CDC e do ECA, estes documentos foram passando de mão e todos tiveram a oportunidade de olharem e folhearam, fizeram isso com muita atenção e curiosidade.

Aproveitando o momento, eu os convidei a assistir outro vídeo, denominado **5 Direitos da Criança e do Adolescente**, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-h3XQQWtI_I, ele abordava o direito a vida e a saúde, falava sobre o acompanhamento médico durante a gravidez e a amamentação, neste momento eu referi se eles sabiam que o leite materno é o melhor e mais importante até o bebê completar seis meses de vida, neste momento fui interrompida por Beatriz que disse:

-Ah eu acho que o leite é muito fraco e não sustenta, eu mesma tive que dar um complemento.

Neste momento eu soube que a adolescente já era mãe, embora desde o primeiro encontro ela tenha demonstrado resistência para falar sobre a sua vida, ao longo dos encontros ela ia se soltando e trazendo novas informações. Na sequência foi abordado o Direito à liberdade, ao respeito e a dignidade – falava sobre a importância das crianças e os adolescentes opinarem e serem respeitadas, neste momento o adolescente Doutor exclamou:

- O que adianta, quando queremos falar ninguém quer nos ouvir.

Respondi a ele que um dos propósitos dos nossos encontros era justamente este, criar um espaço de livre expressão e participação.

Na sequência foi o Direito à Convivência familiar e comunitária, seguido do Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Então lancei uma pergunta ao grupo:

- Alguém participa de atividades de lazer, cultura e esporte fora daqui?

E Fran respondeu:

- Vamos ao CRJ

Ludimila acrescentou

- Vamos também ao CRA

Ambos são equipamentos públicos destinados aos jovens e adolescentes, o primeiro que eles fizeram menção é o Centro de Referência da Juventude e o outro o Centro de Referência do Adolescente. A maioria dos adolescentes participam das atividades desenvolvidas nestes projetos, o CRA atende adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses e o CRJ de 15 a 21 anos.

Na sequência foi o Direito à profissionalização e a proteção no trabalho – neste momento eu perguntei ao grupo:

- Vocês acham que as crianças e adolescentes podem trabalhar?

E todos responderam afirmativamente

Devido ao desconhecimento sobre a legislação, expliquei a eles que pela legislação brasileira o adolescente pode trabalhar a partir dos 16 anos como jovem aprendiz e somente após os 18 anos pode ter vínculo empregatício formal, neste momento a adolescente Fran questionou:

- O jovem aprendiz recebe todos os meses?

Eu respondi que sim e ressalttei que todo o trabalho executado é digno de remuneração, referente a condição de jovem aprendiz exemplifiquei falando sobre a Guarda Mirim, uma instituição local que capacita e encaminha os adolescentes para o mercado de trabalho por meio de parcerias com as empresas. Acrescentei que no Centro de Referência da Juventude eles teriam a possibilidade de profissionalizar-se por meio da realização dos cursos oferecidos.

Ao término do vídeo, finalizamos o encontro com uma música que eles gostam muito, entreguei a cada um a cópia da letra e com o auxílio do computador exibi o clipe da canção **Sonhar** de **MC Guimê**.

Eles ficaram eufóricos e cantaram com muita empolgação.

Sonhar - Mc Gui

*Não nasci na rua
Mas me joguei nela
Sou mero aprendiz
Na vida de favela*

*Onde eu tenho certeza
Que a fé nunca morre
E a vida real não parece novela*

*Se hoje eu tenho, eu quero dividir
Ostentar pra esperança levar
Pras crianças nunca desistir
Um sonho que leve a gente a acreditar*

*Eu peço pra Deus o caminho iluminar
Que a luta que eu travo não me traga dor
Eu faço o possível pra gente ganhar
A guerra de miséria que a gente criou*

*Cê tá ligado o quanto é difícil
Quando lá em cima querem derrubar
Mas quando embaixo se pede ajuda
Ninguém dá a mão se é pra te levantar*

*Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é, nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho eu quero dividir
Ostentar pra esperança levar*

*Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho quero dividir
Ostentar pra esperança levar e o mundo sorrir*

*Criança quer ser jogador
Pra dar pra família um futuro melhor
Acende essa luz aí no fim do túnel
Que é pra esse menor no futuro enxergar*

*Se hoje eu tenho, eu quero dividir
Ostentar pra esperança levar
Pras crianças nunca desistir
Um sonho que leve a gente a acreditar*

*Acredito e tenho o pé no chão vou fazer
Um som me jogar no mundão
Quero ser do bem não importa o
Estilo com tanto que tenha tudo que eu preciso*

*Minha família tá sempre aumentando
Meus amigos só vem pra somar
Quando eu sinto que tá me atrasando
Eu já chuto pra longe pra não mais voltar*

*Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é, nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho, quero dividir
Ostentar pra esperança levar*

*Sonhar, nunca desistir
Ter fé, pois fácil não é nem vai ser
Tentar até se esgotar suas forças
Se hoje eu tenho eu quero dividir
Ostentar pra esperança levar e o mundo sorrir*

(Fonte: <https://www.letras.mus.br/mc-gui/ostentar-esperanca/>)

Após a organização da sala que contou com o auxílio dos adolescentes Doutor, MC Guimê, Beatriz e Maria Eduarda eu me dirigi a sala da coordenação e enquanto estávamos conversando, a adolescente Beatriz entrou, pediu licença para a coordenadora para me mostrar algo e referiu:

- *Olha essas duas fotos*

Eu olhei atentamente e ela de maneira tímida me disse:

- *Nesta foto sou eu e a minha filha (a foto continha um moldura em forma de coração)*

Perguntei sobre a outra foto e ela falou:

- *Este é o S..... pai da minha filha, ele é feio (na foto estavam a adolescente, a filha, o pai da filha, o irmão e outro familiar).*

Eu disse a Beatriz:

- *Poxa que família bonita você tem.*

Ela abriu um largo sorriso e saiu da sala.

Eu estava saindo da instituição quando encontrei a adolescente Ana, ela caminhou ao meu encontro e disse timidamente:

- Eu não fui pro grupo hoje porque eu não tava bem.

Então eu disse a ela:

- Ana nós sentimos a sua falta, entendo que se trata de uma questão de saúde, você já conversou com a coordenadora ou com a psicóloga sobre isso?

E ela prontamente respondeu:

-Eu não, quero sair daqui.

Por se tratar de uma situação complexa que envolver questões maiores, eu me coloquei a disposição para auxiliá-la no que fosse possível, exceto no que dissesse respeito a sua saída da instituição. Me despedi e fui embora.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 10

Data: 04/03/2016

Horário: 09:00 às 10:00horas

Local: Sala de Projeto

Conteúdo: A descoberta dos direitos, discussão e reflexão grupal sobre os direitos dos adolescentes e leitura de um livro sobre o assunto.

Por questões de ordem institucionais desconhecidas por mim inicialmente, passamos quinze dias sem nos encontrarmos, mediante contato telefônico a psicóloga solicitou que devido ao início das aulas, que os encontros passassem a ser nas sextas-feiras no período da manhã, eu prontamente atendi a sua solicitação.

Nesta manhã cheguei a instituição por volta das 08:30hs, encontrei com a psicóloga e ela me informou a coordenadora havia sido trocada, ou seja, a anterior foi desligada e haviam contratado uma outra pessoa para assumir o seu lugar, frente a esta surpreende notícia, eu me dirigi a sala da coordenação para me apresentar. Fui cordialmente recebida, ela quis entender mais sobre a minha proposta de trabalho, então expliquei que tratava-se de uma investigação na área da ciências da educação cujo tema era a participação dos adolescentes, ela solicitou que eu reenviasse o projeto, pois devido a troca de coordenadora ela não estava encontrado.

Informei que havia sido combinado com a psicóloga que a partir daquela semana os encontros aconteceriam às sextas-feiras a partir das 09:00hs. Ela não apresentou objeções, se colocou a disposição para auxiliar no que fosse necessário.

Ao chegar próximo da sala encontrei a adolescente Ana, a cumprimentei e logo perguntei:

- *Como você está? Passou bem a semana?*

E ela respondeu:

- *Hoje eu tô mió (melhor)*

Me dirigi até sala de projetos, arrumei as cadeiras em volta da mesa e aguardei a chegada dos adolescentes, neste encontro estavam presentes: Doutor, Ludimila, Maria

Eduarda, Mc Guimê, MC Menor, Ana e um novo adolescente, que no grupo passou a chamar-se Jeff, ele tem 14 anos. Este encontrou configurou-se praticamente como um recomeço visto que, inicialmente eu estava criando vínculo e devido às mudanças de horário, bem como a troca de coordenadora houve uma espécie de ruptura no desenvolvimento do trabalho.

Retomei com eles no que consistia o nosso trabalho enquanto grupo e o motivo pelo qual eu estava lá, principalmente em respeito ao novo integrante. Então solicitei ao grupo, quem poderia falar um pouquinho do nosso trabalho para o Jeff, e Ludimila se prontificou:

- Ah, nós estamos fazendo uma pesquisa, conversamos aqui sobre os nossos direitos

O adolescente Doutor pontuou:

- Aprendemos coisas novas

Eu agradei pela ajuda, na sequência lancei um desafio:

- O que vocês acham de refletirmos sobre o que é investigar, já que todos aqui somos investigadores? Desta forma podemos ajudar o Jeff a entender melhor a dinâmica do nosso trabalho.

Então Maria Eduarda disse:

- Boa ideia, pode ser legal

Perguntei ao grupo:

- De que forma faremos isso? Individualmente, em duplas ou grupo?

Eles optaram por ser individualmente

Então, para iniciar a atividade, lancei mão de um pedaço de papel que continha a pergunta disparadora: Investigar é.....? Então peguei outras frases que eu havia levado pronta, a atividade consistia em, assim que eu apresentasse a eles, deveriam dizer se concordavam ou discordavam.

As frases foram apresentadas ao grupo de maneira aleatória, a primeira era:

Investigar é: Descobrir coisas novas?

Neste momento os adolescentes escreviam num papel se eles concordavam ou discordavam e no final abríamos para discussão.

Na sequência foram apresentadas as seguintes frases aos adolescentes: Investigar é.....

- ❖ Observar;
- ❖ Solicitar o consentimento dos participantes;
- ❖ Apresentar os resultados;
- ❖ Solucionar problemas;
- ❖ Compreender o que as pessoas pensam sobre um assunto;
- ❖ Ter ética;
- ❖ Fornecer as informações aos participantes;
- ❖ Aumentar o conhecimento sobre um assunto;
- ❖ Respeitar as pessoas;
- ❖ Refletir.

Após a apresentação de todas as frases, abrimos para discussão, então questionei:

-Alguém ficou em dúvida em relação a alguma das frases?

O adolescente Doutor prontamente respondeu:

- *Sim, aquela que falava sobre compreender o que as pessoas acham*

Na sequência eu perguntei:

- Mais alguém teve dúvida?

E todos balançaram a cabeça, indicando que não.

Então me dirigi ao Jeff e perguntei e você?

Ele timidamente respondeu:

- Eu olhei no da minha colega (ele estava ao lado de Ludimila)

Todos deram risada da situação.

Então li todas as frases em voz alta e na sequência eu perguntava se eles concordavam ou discordavam, a maioria concordou com todas as afirmativas. Eu parabeneizei o grupo e disse que estavam corretos, pois, todas as frases definiam o que era investigar.

Na sequência, retomamos o assunto sobre os direitos e a legislação de proteção às crianças e adolescentes. Novamente entreguei a eles um exemplar da CDC e um do ECA para que pudessem manusear, como Ana não participou do encontro anterior perguntei a ela:

- Você sabia que existem leis de proteção integral às crianças e adolescentes?

E ela disse:

- Não

Eu levei um livro chamado **Uma Aventura na Terra dos Direitos** da autora Portuguesa Paula Guimarães, apresentei a eles e perguntei:

- Alguém conhece esse livro?

E a resposta foi

- Não

Expliquei que era um livro que falava sobre os direitos das crianças, perguntei:

- O que vocês acham de lermos ele?

E Ludimila respondeu:

- Pode ser

E os demais concordaram, então questionei:

- Alguém gostaria de ler para o grupo?

E Maria Eduarda disse:

- *Você pode ler*

Ao longo da leitura eu parava e questionava sobre a compreensão do que havia sido lido, todos prestaram atenção ao conteúdo apresentado, ao final perguntei,

- *O que vocês entenderam sobre o que foi lido?*

E a adolescente Ludimila respondeu:

- *Que tem uma lei que nos protege e temos direitos e deveres.*

Ressaltei que após a promulgação da C.D.C. foi elaborado o E.C.A. e que todas as decisões envolvendo as crianças e os adolescentes são pautadas nesta legislação. Neste momento Ludimila pontuou:

- *Eu tenho o direito a estar com a minha família, lá é muito melhor!*

Expliquei que elas estavam na instituição de acolhimento como uma medida protetiva, que possivelmente era uma situação provisória. Embora os adolescentes tivessem deixado claro desde o primeiro encontro que não fariam sobre as questões pessoais e familiares, como este assunto surgiu no grupo eu me senti a vontade para perguntar:

- Explicaram a vocês o motivo pelo qual estão aqui?

E a resposta foi coletiva:

- *Não.*

Então eu disse a eles:

- *Pessoal, se vocês quiserem conversar a este respeito, podemos usar os nossos encontros.*

Eles balançaram a cabeça de maneira afirmativa, demonstrando que haviam entendido. Devido ao avançar do horário e dos outros compromissos dos adolescentes encerramos o encontro.

Notei que neste encontro os adolescentes estavam muito agitados, tal mudança de comportamento se justifica pela troca repentina de coordenadora, pois eles tinham um forte vínculo com a coordenadora anterior, ela trabalhou por muito tempo lá.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 11

Data: 11/03/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Conteúdo: Continuação do encontro anterior

Ao chegar à instituição eu me dirigi a sala da coordenação, cumprimentei a coordenadora e a assistente social e fui para a sala de projetos, neste encontro estavam presentes: Beatriz, Ludimila, Jeff, Ana, Doutor e Fran.

A nossa conversa teve início com uma brincadeira para quebrar o gelo e com o auxílio de uma bola cantávamos “Batata quente, quente, quente, quente e queimou” e quem estivesse com a bola neste momento deveria responder o que era direito e quais eram os inerentes as crianças e adolescentes, na primeira rodada a bola ficou com Ludimila e ela meio sem saber bem o que dizer exclamou:

- *Direito a fazer as coisas, direito a sonhar.*

Beatriz ressaltou:

- *Ah direito é tudo*

Neste momento Ludimila acrescentou:

- *Os nossos direitos são: ter um atendimento bom, ser respeitado e estar na escola.*

Fizemos mais uma rodada da brincadeira e desta vez a bola caiu com o Doutor e segundo ele:

- *Todos temos direitos iguais*

Beatriz novamente ressaltou:

- *A gente tem o direito a visitar a nossa família.*

Na última rodada a bola ficou com Jeff e segundo ele:

- *A gente tem o direito de sair.*

Neste momento a adolescente Fran pontuou:

- *A gente tem o direito de voltar para a nossa família e ter a guarda dos nossos filhos.*

Neste momento salientei que todas as contribuições eram muito significativas, e questionei:

- *Onde estão escritos os direitos das crianças e adolescentes?*

Neste momento o silêncio imperou na sala, passados alguns segundos Ludimila disse:

- *Ah está naqueles livrinhos que você mostrou*

Então perguntei ao grupo:

- *E que livros são estes?*

Os adolescente não lembraram os nomes (CDC e ECA)

Então novamente apresentei ao grupo a Convenção sobre os Direitos da Criança bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, todos tiveram a oportunidade de manusear e folhear. Perguntei se eles já haviam conversado sobre os direitos ou tinham ouvido falar sobre estas leis na escola ou em algum outro espaço que eles frequentavam e a resposta foi negativa.

Ressaltei sobre a importância de terem acesso a este tipo de lei, bem como conhecer os direitos que dizem respeito a eles. Neste momento perguntei:

- *Vocês sabem diferenciar a partir da idade quem é criança e quem é adolescente?*

Novamente o silêncio imperou, mas, passados alguns segundos os adolescentes arriscaram um palpite.

Segundo Beatriz:

- *Eu acho que até os 14 anos a gente é criança,*

Na sequência Ludmilla ressaltou:

- *Pra mim a gente é criança até completar 15 anos.*

Em seguida, Jeff disse:

- *A partir dos 16 anos a gente é adolescente.*

Os demais não arriscaram um palpite. Expliquei que para a CDC criança é dos 0 aos 18 anos, já de acordo com o ECA de 0 a 11 anos e 11 meses a pessoa é considerada criança e dos 12 aos 17 anos e 11 meses adolescente, a maioria dos adolescentes se espantou com esta informação e Ludimila ressaltou:

- *Sai fora, nos outros países eles não têm adolescência, são crianças e depois adultos.*

Expliquei a eles que todos os adolescentes passam pelas alterações biológicas, ou seja, se é adolescente em qualquer lugar do mundo, porém a CDC não está dividida como o ECA. Na sequência questionei:

- Vocês sabem quem são os responsáveis por garantir os direitos das crianças e adolescentes?

Neste momento eles se entre olharam, mas não responderam, então expliquei que é papel da família, da sociedade e do estado garantir e assegurar todos os direitos. Lancei uma nova pergunta:

- A quem vocês devem recorrer quando os seus direitos não forem respeitados?

Os adolescentes ficaram em silêncio, então eu expliquei que no Brasil o Conselho Tutelar era o responsável por isso, neste momento Ludimila pontuou:

- Eu não gosto do Conselho Tutelar, não posso nem ouvir falar desse nome.

Então eu perguntei a ela:

- Por que você não gosta do Conselho Tutelar?

E segundo Ludimila:

- Eu já fui várias vezes ao Conselho Tutelar, eu não quis ir a escola fui lá, desobedecia a minha avó me levaram para lá, eu brigava e lá estava novamente.

Propus uma reflexão a partir da fala de Ludimila, e questionei:

- Pessoal quais são mesmo os direitos das crianças e adolescentes?

Eles começaram a elencar e Doutor disse:

- A gente tem o direito de estudar

Neste momento eu fiz uma intervenção,

- Vocês disseram que tem o direito a estudar e por que será que a Ludimila foi parar no Conselho Tutelar?

E a adolescente Beatriz respondeu:

- Ah porque ela não quis ir na escola.

Eu parabeneizei a adolescente e expliquei que o papel do Conselho Tutelar é a garantia dos direitos, no caso da Ludimila foi necessário recorrer a este órgão pois o direito a educação estava sendo violado e que isso se estendia a todos os outros direitos. Finalizamos o encontro e eu me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 12

Data: 18/03/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Elaboração da Árvore dos Direitos

Nesta manhã eu me dirigi a instituição, lá cheguei por volta das 08:45 horas, fui recebida pela coordenadora, ela me disse que havia lido o projeto e achado a proposta muito interessante, ressaltou a importância de trabalhar a questão da autonomia dos adolescentes, segundo ela embora estivesse lá há pouco tempo, tinha a percepção de que a incerteza do que acontecerá com eles após completarem 18 anos causa uma certa ansiedade. Pontuou que pretendia desenvolver um trabalho que não tivesse um cunho assistencialista, que as suas ações seriam voltadas a preparação dos adolescentes para a vida em sociedade.

Diante destes apontamentos indaguei que os objetivos dela estavam alinhados com o propósito do trabalho que eu estava desenvolvendo juntamente com os adolescentes, ressaltai que a questão dos direitos é um assunto de extrema importância e o momento atual configurava-se como ideal para trabalhar esta temática, visto que, os adolescentes encontravam numa instituição cujo principal objetivo era assegurar os seus direitos deles. Na sequência fui para a sala de projetos, neste encontro estavam presentes apenas três adolescentes, Beatriz, Doutor e Ludimila, então perguntei:

- *Onde estão os outros adolescentes?*

E Ludimila respondeu:

- *Eles foram ao médico, estão com gripe.*

Hoje a proposta era fazer algo diferenciado, que auxiliasse os adolescentes a guardar na memória os direitos, sendo assim perguntei:

- *Pessoal há um tempo estamos conversando e refletindo sobre os direitos das crianças e adolescentes, afinal quais são eles mesmos?*

Ludimila respondeu:

- *Direito à vida,*

Em seguida Doutor disse:

- *A comida,*

E Beatriz acrescentou:

- *A sermos respeitados*

Na sequência perguntei:

- *São somente estes os direitos?*

E os adolescentes responderam a uma só voz:

- *Não*

Então questionei:

- *O que poderíamos fazer para ter os nossos direitos sempre a mão? Para lembrarmos deles sempre que preciso?*

Neste momento, o adolescente Doutor disse:

- *E se a gente escrever eles?*

Eu disse que seria uma boa estratégia, e perguntei:

- *De que forma poderíamos fazer isso?*

O silêncio pairou no grupo, de repente Ludimila perguntou:

- *Como você acha que a gente podia fazer?*

Refleti por um momento e sugeri, e se fizéssemos uma árvore dos direitos, na qual as folhas seriam uma cópia da mão de vocês e cada um escolheria um direito e escreveria nela?. Os adolescentes gostaram da sugestão, então começaram a confecção, para isso utilizaram folha de papel na cor verde e na cor marrom, tesoura e caneta.

Durante o desenvolvimento da atividade eu auxiliei segurando a folha para que eles pudessem desenhar as mãos, o tronco foi elaborado utilizando o braço de Doutor.

Após recortada todas as folhas, perguntei quem gostaria de escrever, Beatriz e Doutor manifestaram interesse. Foi então que Beatriz separou seis folhas e escreveu nelas:

Vida, Respeito, Saúde, Dignidade, Esporte e Profissionalização e Doutor escreveu as seguintes palavras: Alimentação, Educação, Liberdade, Cultura, Lazer e Proteção ao Trabalho.

Feito isto, com o auxílio dos adolescentes, montamos a árvore na parede da sala, Beatriz escreveu numa folha de papel “Árvore dos Direitos”. Inesperadamente ao término da atividade recebi de Beatriz uma folha de papel contendo alguns desenhos e no centro havia um coração escrito te adoro.

Penso que isso foi um ganho e um grande avanço, pois desde o primeiro encontro esta adolescente demonstrou resistência e criou inúmeros obstáculos para a realização dos encontros, acredito que a minha presença na instituição está sendo positiva de alguma forma.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 13

Data: 01/04/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Introdução, Discussão e Reflexão sobre o Artigo 12º da CDC

Na semana anterior eu não me encontrei com os adolescentes por ter sido a sexta-feira Santa. Hoje cheguei a instituição por volta das 08:50 horas e para a minha surpresa novamente vários adolescentes haviam ido ao médico e a outros compromissos, sendo assim me programei para no final do encontro conversar com a coordenadora, visto que esta situação persistia pela segunda semana e acabava prejudicando o andamento do grupo.

Estavam presentes os adolescentes Ana, Doutor, Beatriz, Fran e Jeff. Perguntei aos adolescentes como havia sido a semana, segundo Ana:

- Ah foi muito boa, no final de semana fui para a casa da minha tia, ajudei a cuidar da minha avó que é doente.

Beatriz ressaltou:

- Eu fui pra casa da minha mãe e fiquei com a minha filha, eu sinto muita saudade dela.

Para dar início ao encontro questioneei:

- Pessoal, sobre o que nós conversamos no último encontro?

E Beatriz prontamente respondeu:

- Sobre os nossos direitos.

Disse a ela que estava correta, pontuei que até então havíamos feito a descoberta dos direitos de proteção, mas que para além deles havia um direito que era muito importante que eles conhecessem, fiquei um minuto em silêncio e a minha atitude aguçou a curiosidade dos adolescentes:

Então Beatriz perguntou:

- Que direito é esse?

Ana acrescentou:

- Conta logo

Neste momento fiz um convite ao grupo, o que vocês acham de irmos em busca, de desvendarmos juntos qual é esse direito? Prontamente todos aceitaram, informei que para a realização deste feito eu entregaria a eles um folheto informativo confeccionado pela UNICEF, ressaltando que lá estavam expressos os principais direitos das crianças e adolescentes, entreguei um folheto a cada um.

E novamente lancei uma pergunta:

- *Como poderíamos fazer para ter em mãos este folheto sempre que precisarmos?*

E Doutor sugeriu:

- *Vamos colar na parede ao lado da árvore dos direitos?*

Os demais integrantes do grupo concordaram, então Ana e Beatriz se encarregaram de fixá-lo.

Em seguida, convidei o grupo a analisar o folheto e identificarem quais direitos estavam ali expressos, que ainda não havíamos conversado a respeito. Eles analisaram atentamente, uma expressão de dúvida marcava o rosto de todos, foi quando Doutor falou:

- *Ah, dá uma dica, são muitos.*

Então vamos lá, fica entre o 1º e o 12º artigo.

Então Beatriz exclamou:

- *Agora ficou mais fácil.*

Eu prontamente perguntei, então vocês já identificaram qual é?

Eles riram e pediram a minha ajuda.

Visando introduzir o tema participação a partir do artigo 12 da CDC, li em voz alta os dizeres do folheto a respeito deste artigo e segundo ele: *“Quando os adultos tomam qualquer decisão que possa afectar a sua vida, tens direito a dar a sua opinião e os adultos devem ouvir seriamente o que tens a dizer”*.

Neste momento todos ficaram em silêncio, notei que o que eu acabara de ler havia despertado tanto a curiosidade, quanto causado estranheza, pois, trata-se de algo bem distante da realidade por eles vividas, assim como, as decisões tomadas pelos adultos com os quais convivem. Então expliquei a eles que o 12º artigo da CDC refere-se ao direito da criança e adolescente opinar e ser ouvido nas questões que lhe dizem respeito.

Perguntei a eles o que achavam sobre tudo o que eu havia lido e Beatriz pontuou:

- *Eu não entendi muito bem.*

Então tentei trazer esta questão para a realidade vivenciada por eles com o objetivo de facilitar a compreensão e perguntei:

- *Quando vocês estão na escola e ocorre uma briga entre duas colegas da classe, qual a postura da professora frente a esta situação?*

Beatriz disse:

- *Ah ela manda parar e depois manda todo mundo pra diretoria.*

Então questionei:

-Mas em algum momento perguntam as meninas o que houve? E se uma delas quisesse explicar?

Neste momento Ana timidamente diz:

- *Ah ninguém deixa falar, manda direto pra diretoria.*

Perguntei a eles o que achavam da situação, eles ficaram quietos e se entre olharam, acrescentei:

- *Será que se a professora tivesse ouvido as alunas a situação não teria se resolvido de uma maneira mais fácil?*

Então Beatriz se posicionou:

- *É ninguém ouve o que temos a falar.*

Frente a esta fala, perguntei por que ela estava dizendo aquilo, então ela respondeu:

- *É igual quando viemos pra cá.*

A partir desta fala, questionei o grupo se mais alguém gostaria de partilhar alguma situação na qual sentiram que a sua opinião não havia sido levada em consideração. Então Doutor se posicionou:

- *No dia que eu vim pra cá, eu estava no sítio brincando, o Conselho Tutelar chegou, conversou com a mãe, leu um papel e me trouxe.*

Perguntei a ele se em algum momento lhe foi explicado o que estava acontecendo, e que ele pensava a respeito, e o adolescente prontamente respondeu:

- *Não!*

Ana e Doutor são irmãos e na ocasião do acolhimento ela não estava no sítio, mas sim na casa de um tio, porém o procedimento foi muito parecido.

Beatriz, também sentiu-se à vontade para falar sobre a sua experiência.

- Eu estava na casa da minha mãe, ela bebia, mas a casa era limpinha e só me falaram que eu tava vindo pra cá por causa da cachaça. Eu não gosto de ficar aqui, quero morar com a minha filha.

Expliquei a eles que foram para a instituição de acolhimento pois a rede de serviços e o Juiz haviam entendido que naquele momento alguns dos seus direitos estavam sendo violados e eles estavam numa possível situação de risco, neste momento Ana me interrompeu e disse:

- Nós estamos aqui porque o Juiz é ruim.

Eu ressaltei que o lugar mais adequado para uma criança ou adolescente estar é juntamente com a sua família, que possivelmente algo sério devido ter acontecido para o juiz ter tomado tal decisão.

Perguntei a eles:

- Como é pra vocês morarem aqui?

E Beatriz pontou:

- Aqui é ruim, eu queria estar em casa, não gosto de ir para escola.

Ana acrescentou:

- Em casa é muito miô, eu disse que ia fugir, mas as tias falaram que eu ia pra Fundação Casa, não vejo a hora de fazer 18 anos, falta só sete meses.

Doutor pontou:

- Aqui a gente não pode ficar no celular, tem hora pra entrar e sair, não pode fazer um monte de coisa.

Questionei se eles haviam levado estas questões para a coordenação e psicóloga, disseram que sim e que elas explicaram que não foram elas que tiraram eles de suas famílias e que a saída deles dependia da decisão judicial. Neste momento eu perguntei sobre as audiências e segundo Ana:

- Eu não participei de nenhuma.

Já Beatriz:

- Eu fui à audiência e falei tudo pra juíza, mas ainda tô aqui.

Notei que os adolescentes se sentem injustiçados por estarem na instituição de acolhimento, não entendem o real motivo e o que mais almejam é voltar para a casa dos pais ou responsáveis. Há um desconhecimento geral no que tange aos direitos.

Perguntei a eles:

- Como é o contato com a família de vocês?

E Doutor respondeu:

- A maioria de nós vai pra casa nos finais de semana

Devido ao horário encerramos o encontro por aqui. Após deixaram a sala a coordenadora me procurou e disse que gostaria de conversar, eu ressaltei que iria a procura dela. Inicialmente pedi que gentilmente tentasse organizar a agenda dos adolescentes para que as sextas-feiras pela manhã eles estivessem lá, ela se comprometeu a ajudar.

Na sequência ela me disse que Beatriz havia a procurado para dizer que não queria participar mais do grupo e quando ela questionou o motivo, a adolescente disse que as vezes não entende o conteúdo; neste momento a coordenadora ressaltou que entende e apoia o projeto e que embora ela esteja há muito pouco tempo na instituição tem notado um desinteresse e uma falta de motivação geral dos adolescente em relação a qualquer tipo de atividade, deu como exemplo uma situação em que um dos adolescentes pediu insistentemente para ser matriculado nas aulas de Kung-Fu (artes marciais) e após a primeira aula não quis mais ir.

Segundo a coordenadora, os adolescentes vão à escola, pois são obrigados, ressaltou que durante as conversas com eles, muitos dizem que não se interessam nem por concluir o ensino médio. Disse que tem refletido muito sobre as questões que tem vivenciado na instituição de acolhimento, pois tem realizado visitas domiciliares e encontrado situações inimagináveis, mesmo assim os adolescentes preferem estar nas suas casas.

Neste momento falei para ela que geralmente quando não temos parâmetros de comparação, a situação em que estamos é ótima, então ela pontuou que isso é o que tem chamado a sua atenção, pois as crianças e os adolescentes que estão acolhidos, estão numa

condição diferenciada da maioria da população, visto que são sete refeições ao dia, eles participam gratuitamente de cursos profissionalizantes, vão a aula de futebol, natação entre tantas outras coisas, vivem num ambiente limpo em que são respeitados e mesmo assim sentem-se injustiçados e querem voltar pra casa dos pais ou familiares. Deu o exemplo de uma adolescente de 17 anos que se refere a instituição de acolhimento como uma “prisão”, em visita domiciliar notou que o portão da casa dos familiares fica aberto o dia todo e entra e sai qualquer pessoa.

A coordenadora acredita que eles se sintam pouco confortáveis e talvez não tenham muito interesse em falar sobre os seus direitos, pois eles terão que pensar sobre a sua situação e isso os assusta, acrescentou que eles não se interessam nem por leitura e referem que é frescura, luxo, a o ato de ler também exige reflexão. Agradei pela partilha e me despedi.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 14

Data: 08/04/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Conteúdo: Desenho e Jogo sobre os direitos

Como de costume, eu cheguei a instituição, me dirigi a sala da coordenação para os devidos cumprimentos e na sequência me dirigi a sala de projeto. Neste dia estavam presente os adolescentes: Ana, Beatriz, Fran, Jeff, Ludimila, Doutor e Maria Eduarda.

Com o intuito de tornar a descoberta pelos direitos algo significativo e prazeroso para os adolescentes, questionei sobre que tipo de atividades eles gostavam, Beatriz respondeu:

- *Eu gosto de escrever,*

Já Ludimila

- *Eu gosto de jogar*

Visando ir ao encontro das atividades que despertam o interesse dos adolescentes elaborei um “*Jogo da memória ECA e CDC*” sobre os direitos das crianças e adolescentes e os convidei a brincar.

Eles ficaram muito animados, então perguntei:

- Alguém já brincou de jogo da memória?

A resposta foi afirmativa, como todos conheciam a brincadeira, não foi necessárias maiores explicações.

Distribuímos todas as cartas sobre a mesa, ao todo eram 12 pares, contendo os seguintes direitos: à vida, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, direito ao respeito e à dignidade, à profissionalização, à liberdade de pensamento, ao lazer, à liberdade, à alimentação e a saúde. Para além disto, continham duas cartas, uma com a definição de criança e a outra de adolescente baseada no ECA.

Nos pares uma carta continha um desenho e na outra estava escrito o direito ao qual ela se referia, cada adolescente escolhia duas cartas, se fosse o par ela jogaria mais uma vez, se não fosse ela passaria a vez para o colega.

Para iniciar o jogo eu gostei ao grupo:

- *Como vamos decidir a ordem dos jogadores?*

E o adolescente Doutor, prontamente respondeu:

- *E se a gente tirar na sorte?*

Eu perguntei a ele:

- *E como faríamos isso?*

E segundo ele:

- *É só jogar um dado, cada um memoriza o número que tirou, daí quem tirar o número um é o primeiro e assim vai.*

Questionei os demais membros do grupo sobre o que eles achavam da proposta e todos concordaram. Foi uma atividade de muita interação entre todos, jogamos várias vezes, Fran disse:

- *Tô com sorte, já ganhei duas rodadas*

Ludimila estava zangada e ressaltou:

- *Ah esse jogo não tá com nada, eu não ganho nenhuma*

Por meio desta brincadeira aparentemente simples, os adolescentes tiveram a consciência do quão estavam sabendo a respeito, quando um colega estava jogando, tirava uma determinada carta que os demais sabiam qual era o par, eles não se aguentavam e queriam falar para ajudar, mesmo não sendo a vez de jogar.

Finalizamos esta atividade, e Doutor questionou:

- *O que faremos agora?*

E Fran sugeriu:

- *Vamos escrever?*

E Beatriz propôs:

- *Vamos desenhar?*

O grupo decidiu pela segunda opção, então entreguei folhas de papel branco e lápis de cor a eles e Ludimila perguntou:

- *Mas a gente vai desenhar o que?*

E prontamente Beatriz respondeu:

- *E se a gente desenhar os nossos direitos?*

E Doutor falou:

- *Ah legal, pode ser.*

Então eles começaram a elaboração dos desenhos, assim que terminaram foram me entregando e eu perguntei:

- *Podemos partilhar com o grupo os desenhos?*

A resposta foi afirmativa e os desenhos foram passando de mão em mão para que todos pudessem observar. Este foi um movimento diferente, pois, nos primeiros encontros os adolescentes não se sentiam muito à vontade para falar nem para mostrar para os demais as suas produções. Finalizamos o encontro e nos despedimos.

Dentre todos os desenhos, um despertou a minha atenção, foi o elaborado pelo adolescente Doutor, pois, num primeiro momento eu não havia entendido muito bem o que ele tinha desenhando, achei que era uma espécie de animal com o livro no lugar da cabeça, enquanto eu refletia sobre, o meu olhar se cruzou com um quadro que havia na parede da sala, era o símbolo do Projeto Fazendo a Minha História, foi em tão que entendi o que estava em causa, aquele desenho expressava que a investigação que estávamos desenvolvendo, de alguma forma estava o auxiliando a escrever a sua história.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 15

Data: 15/04/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Grupo de Discussão sobre Atividade Quem decide isso?

Nesta manhã cheguei a instituição de acolhimento por volta das 08:50, fui gentilmente recebida por alguns adolescentes e me dirigi a sala. Neste encontro estavam presentes: Doutor, Ludimila, Beatriz, Jeff, Fran e Maria Eduarda, a adolescente Ana não participou, pois estava indisposta devido a gravidez.

No início do encontro, Beatriz perguntou:

- *O que faremos hoje?*

E eu devolvi a pergunta:

- *O que você gostaria de fazer?*

Ela pensou por alguns instantes e disse:

- *Podemos escrever?*

Prontamente respondi que sim, aproveitei para convidá-los a continuar trabalhando o direito a participação, porém, de uma maneira diferente. E eles se interessaram rapidamente, então disse que teríamos a oportunidade de discutir e refletir sobre questões que nos dizem respeito e que dificilmente paramos para pensar sobre, os adolescentes me olhavam atentamente.

Inicialmente lancei uma pergunta disparadora:

- *Pessoal o que é participar?*

E Beatriz disse:

- *Nossa que pergunta difícil*

E Ludimila pontuou:

- *É o que a gente tá fazendo aqui*

Na sequência Fran disse:

- *É quando a gente vai a algum curso*

Eu estava com um dicionário da Língua Portuguesa em mãos e sugeri:

- *O que vocês achavam de descobrirmos juntos o que é participar?*

Todos ficaram se entre olhando, então eu perguntei:

- *Alguém gostaria de procurar no dicionário o significado desta palavra?*

Fran se prontificou, pegou o dicionário, abriu, começou a folhear e falou:

- *Achei, participar é comunicar, fazer saber, informar*

E Doutor ressaltou:

- *É tudo o que a gente faz aqui.*

Neste momento eu disse a eles que participar, para além de ser um direito de todos os seres humanos, é uma valiosa ferramenta para exercermos a nossa cidadania, todos prestaram a atenção na minha fala e fizeram sinal com a cabeça de forma afirmativa, como se estivessem concordando com as minhas palavras.

Na sequência, distribui uma folha de papel para cada um, nela continha uma tabela com quatro colunas, em cada uma tinha um título: Cuidadora, Professora, Família e Você. Referi que eu faria a leitura de algumas frases e daria um tempo para eles refletirem a respeito, quando chegasse a uma decisão deveriam preencher a tabela, então iniciamos a atividade:

Eu li pausadamente as questões e sempre introduzia com a seguinte pergunta: --
Quem você acha que decide isso?

Os adolescentes acharam graça, começaram a rir, então perguntei:

- *Pessoal, tem alguma dúvida?*

E a resposta foi negativa, então prossegui com a leitura das frases, foram elas:

1. Quem decide sobre a hora de ir dormir?
2. Quem decide que roupa eu vou usar?
3. Quem decide o que eu vou comer?
4. Quem decide a hora de sair e voltar para casa?
5. Quem decide onde devo ir? (Quais lugares devo frequentar?)
6. Quem decide quem serão os meus amigos?
7. Quem decide que eu tenho que frequentar a escola? (estar matriculado e ir diariamente?)
8. Quem decide a religião que eu vou seguir?

9. Quem decide o time de futebol que eu vou torcer?
10. Quem decide com quem e quando eu vou namorar?
11. Quem decide quais cursos eu vou fazer?
12. Quem decide quais esportes eu vou praticar?
13. Quem decide a que horas eu devo estudar? (quando estou em casa)
14. Quem decide quando posso faltar da escola?
15. Quem decide as atividades domésticas que eu devo fazer?
16. Quem decide a hora que posso opinar e me expressar livremente?
17. Quem decide quando eu devo ir ao médico e/ou ao dentista?
18. Quem decide em que candidato eu devo votar?
19. Quem decide sobre as minhas crenças? (O que devo acreditar e quais os meus valores?)
20. Durante uma briga na escola quem decide se eu posso explicar o que aconteceu?
21. Quem decide sobre o acesso as informações que eu devo ter? Qual programa devo assistir?
22. Quem decide quais músicas eu devo ouvir?

Eles levaram a sério a atividade e enquanto eu lia as frases todos permaneciam em silêncio e depois anotavam as respostas

Ao logo da atividade Jeff e Beatriz se perderam no preenchimento da panilha, então eles aguardaram e assim que os demais acabaram eu me dirigi até Jeff e retomei do ponto em que ele havia parado, visivelmente ele não tinha clareza de muitas das respostas, talvez por isso tenha se perdido na atividade. Na sequência fui até Beatriz me sentei ao seu lado, repeti algumas das questões e refleti com ela as respostas.

Finalizamos o encontro. Ao chegar em casa li as folhas nas quais continham as respostas das atividades, e para facilitar a minha visualização as distribuí num quadro:

Quadro 8 - Atividade Quem decide isso?

Quem decide sobre a hora de ir dormir?

Apenas um adolescente referiu que era ela quem decidia a hora que deveria dormir, os demais disseram que esta decisão fica a cargo da cuidadora.

<p>Quem decide que roupa eu vou usar?</p> <p>Todos os adolescente disseram que são eles quem escolhem as roupas que vão usar</p>
<p>Quem decide o que eu vou comer?</p> <p>Apenas um adolescente disse que era a cuidadora quem decidia o que ele deveria comer</p>
<p>Quem decide a hora de sair e voltar para casa?</p> <p>Apenas um adolescente disse que era ela quem decidia a este respeito, os demais referiram que tal decisão fica a cargo da cuidadora.</p>
<p>Quem decide onde devo ir?</p> <p>Três adolescentes referiram que são eles quem decidem onde vão, já outros três disseram que é a cuidadora quem decide.</p>
<p>Quem decide quem serão os meus amigos?</p> <p>A maioria respondeu que são eles que escolhem os seus amigos, porém, um adolescente disse que é a cuidadora quem decide por ele.</p>
<p>Quem decide que eu tenho que frequentar a escola?</p> <p>Apenas um adolescente disse que era a cuidadora quem decidia a este respeito, os demais referiram que é uma decisão da família.</p>
<p>Quem decide a religião que eu vou seguir?</p> <p>Os adolescentes foram unânimes, disseram que cabe a eles a escolha da religião.</p>
<p>Quem decide o time de futebol que eu vou torcer?</p> <p>Todos disseram que esta é uma escolha que compete a eles</p>
<p>Quem decide com quem e quando eu vou namorar?</p> <p>A maioria respondeu que eles decidiam quando namorar, mas um adolescente referiu que esta é uma decisão que compete a sua família.</p>
<p>Quem decide quais cursos eu vou fazer?</p> <p>Três adolescentes referiram que eles escolhem os cursos que devem fazer, dois referiram que era uma decisão tomada pela família e um mencionou a cuidadora como responsável por isso.</p>
<p>Quem decide quais esportes eu vou praticar?</p>

A maioria disse que são eles quem decidem, porém um adolescente referiu que é a cuidadora quem decide.
<p>Quem decide a que horas eu devo estudar?</p> <p>A maioria disse que a cuidadora é quem determina a hora de estudar, um adolescente mencionou que esta decisão fica a cargo da professora.</p>
<p>Quem decide quando posso faltar da escola?</p> <p>Apenas um adolescente disse que era ele quem decidia quanto ia faltar da escola, os demais referiram que esta decisão cabe a cuidadora.</p>
<p>Quem decide as atividades domésticas que eu devo fazer?</p> <p>Apenas um adolescente referiu que era ele quem decidia, os demais mencionaram a cuidadora como responsável por atribuir as tarefas domésticas.</p>
<p>Quem decide a hora que posso opinar e me expressar livremente?</p> <p>A maioria referiu que eles decidiam a hora de se expressar, mas, um adolescente disse que era a cuidadora quem determinava.</p>
<p>Quem decide quando eu devo ir ao médico e/ou ao dentista?</p> <p>Todos os adolescentes mencionaram que era a cuidadora quem decidia quando ir ao médico ou ao dentista.</p>
<p>Quem decide em que candidato eu devo votar?</p> <p>Todos os adolescentes disseram que eles eram os responsáveis por decidir em qual candidato votar.</p>
<p>Quem decide sobre as minhas crenças?</p> <p>Referente a esta questão eles responderam unanimemente que é uma decisão que compete somente a eles.</p>
<p>Durante uma briga na escola quem decide se eu posso explicar o que aconteceu?</p> <p>Quatro adolescentes disseram que em meio a uma briga eles decidem, porém, dois adolescentes disseram que é a professora quem decide.</p>
<p>Quem decide sobre o acesso as informações que eu devo ter? Qual programa devo assistir?</p>

Dois adolescentes disseram que são eles quem escolhem as informações que devem ter acesso, dois referiram que é a família quem decide sobre isso e outros dois que fica a cargo da cuidadora esta decisão.

Quem decide quais músicas eu devo ouvir?

A maioria dos adolesces disse que eles é quem escolhem as músicas que querem ouvir, mas, um referiu que esta decisão compete a sua família.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 16

Data: 29/04/2016

Horário: 09:00 às 09:30 horas

Local: Sala de Projetos

Temática: Continuação do encontro anterior, finalização da atividade Quem decide isso?

Nesta manhã assim que eu cheguei a instituição a coordenadora veio ao meu encontro e disse que precisava muito falar comigo, relatou duas situações:

- A primeira diz respeito a adolescente Maria Eduarda que seria transferida para a Casa-Lar, frente a esta notícia eu questionei sobre a reação da adolescente diante desta situação e segundo a coordenadora, num primeiro momento Maria Eduarda se revoltou, ficou muito triste, mas quando se acalmou ela permitiu que a coordenação explicasse os benefícios, então a adolescente aceitou a sua nova condição. Na sequência a coordenadora mencionou um episódio que ocorreu com Beatriz e ela relacionou com a importância da participação no grupo, pois a adolescente estava fazendo cocadas para vender, se dirigiu a um supermercado e comprou coco fresco, ao chegar a instituição notou que a fruta estava podre, assim sendo se dirigiu ao mercado e trocou o produto, pela segunda vez ele estava estragado.

Segundo a coordenadora, a adolescente ficou desapontada, ela foi orientada a voltar no mercado e pedir o dinheiro de volta, lá chegando foi informada que não poderiam devolver o dinheiro, que ela teria que pegar outro produto, a adolescente esbravejou, mas não foi ouvida. Voltando a instituição, após relatar o ocorrido, a coordenação imprimiu o código de defesa do consumidor, explicou a adolescente que por lei ela tinha o direito de reaver o seu dinheiro e a levou até o mercado, assim que a questão foi solucionada a coordenadora pontuou sobre a importância de conhecermos os nossos direitos e fez uma ponte com o grupo.

Ao ouvir esta história eu agradei imensamente pela parceria, ela também pontuou que Júlia não estava participando, pois, estava indo a um curso e não teria como remanejar este compromisso. Devido ao avançar da hora nos despedimos e me dirigi a sala de projetos, estavam presentes: MC Menor, Beatriz, Ludimila, Maria Eduarda, Ana e Doutor,

o adolescente Jeff estava na instituição, mas, não participou o encontro, pois, estava recebendo a visita dos seus pais.

Os adolescentes estavam muito agitados em função da saída da amiga Maria Eduarda, estavam preparando uma despedida surpresa para ela. A proposta inicial era fazer um fechamento sobre a atividade: Quem decide isso?

Então inicialmente eu perguntei:

- Pessoal o que vocês acharam da atividade que desenvolvemos no último encontro:

Doutor respondeu:

- *Foi legal*

Beatriz acrescentou:

- *Eu achei meio difícil, é estranho ficar pensando sobre a vida da gente.*

Jeff também deu a sua contribuição:

- *Fiquei meio perdido, as vezes eu não sabia o que responder.*

Aproveitei a fala dos adolescentes para refletir com eles sobre a importância de pensarmos sobre as coisas que nos dizem respeito e ressaltei que geralmente não temos este hábito, pois, seguimos ordens, dificilmente negociamos situações com os adultos. Eles concordaram com os meus apontamentos.

Ressaltei que nisso também consistia a questão da participação, pois por meio da expressão das opiniões, nas ações cotidianas ampliavam-se as chances dos adultos ouvirem e levarem em consideração os pontos de vista dos adolescentes.

Neste momento Beatriz perguntou:

- *Podemos terminar mais cedo hoje?*

Eu respondi com outra pergunta:

- Todos concordam com a proposta da Beatriz?

Doutor ressaltou:

- *Nós temos umas atividades para fazer, é pra hoje*

Como eu já sabia que eles estavam preparando uma surpresa para Maria Eduarda e como terminar mais cedo foi uma decisão do grupo não me opus. Antes de sair eu me despedi de Maria Eduarda e desejei a ela muita sorte e sabedoria neste novo momento de sua vida.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 17

Data: 06/05/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Grupo de Discussão sobre a situação da escola, da cidade e da instituição de acolhimento

Cheguei a instituição, me dirigi a sala da coordenação, fiz os cumprimentos iniciais e fui para a sala de projetos, neste encontro estavam presentes: Ludimila, Jeff, Fran, MC Guimê, MC Menor e Doutor. Hoje fizemos uma ponte com a atividade: Quem decide isso?

Inicialmente perguntei aos adolescentes:

- *Pessoal como é a escola na qual vocês estudam?*

E Ludimila prontamente respondeu:

-Muito chata

Na sequência perguntei aos demais:

- Vocês concordam com a Ludimila?

E Fran respondeu:

- Não, a minha escola é diferente.

Então perguntei ao grupo:

- O que vocês acham de discutirmos sobre a escola que vocês frequentam?

E Jeff questionou:

- Falar sobre a escola? Nossa que diferente

Todos aceitaram, então entreguei uma folha de papel em branco com o título: A escola que temos, e perguntei:

- Alguém gostaria de ser o redator e anotar as respostas do grupo?

Doutor prontamente se ofereceu para tal atividade, os demais adolescentes não se opuseram. Inicialmente refletimos sobre a situação educacional, os adolescentes elencaram todas as dificuldades encontradas na escola e posteriormente as formas de superação. Na sequência refletimos sobre a instituição de acolhimento e formas de tornar o abrigo um lugar com características mais familiares, e para finalizar pensamos sobre a

atual situação da cidade, os adolescentes elencaram os problemas vivenciados e depois sugeriram alternativas para que a cidade se torna-se um lugar melhor para viver, os apontamentos dos adolescentes foram os seguintes:

Quadro 9 - Atividade o que temos e o que queremos

A ESCOLA QUE TEMOS	A ESCOLA QUE QUEREMOS
<ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Uma prisão - Ludimila ;</i> ❖ <i>Ruim; Jeff</i> ❖ <i>Oportunidade boa; Fran</i> ❖ <i>Bom; Doutor</i> ❖ <i>Os professores são bom; Fran</i> ❖ <i>Pegam no pé; Jeff</i> ❖ <i>As parede da escola são pixado; Ludimila</i> ❖ <i>Não como por que tenho nojo - Ludimila (alimentação fornecida pela escola);</i> ❖ <i>A sala é um lixo, jogamos papel na sala; Ludimila</i> ❖ <i>As lições são fáceis; MC Menor</i> ❖ <i>Inforamos aula por que temos preguiça de fazer lição. Ludimila</i> ❖ <i>Alguns professor não paciência para explicar; MC Menor</i> ❖ <i>Profª de mat explica uma vez em cada 2 minuto passa resposta. Doutor</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Mais aula de informática, mais de inglês e ed. Física; Doutor</i> ❖ <i>Melhorar a merende; Ludimila</i> ❖ <i>Pintar parede da escola pq é pixada; Fran</i> ❖ <i>Os profº precisa ter paciência; MC Menor</i> ❖ <i>Coordenação ter que se mais calma; MC Menor</i> ❖ <i>Escola precisa ter passeios e atividades; Jeff</i> ❖ <i>Ter uma cantina; Ludimila</i> ❖ <i>Ter educação física noite. Doutor</i>

<p>A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO QUE TEMOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Ruim não podem sair; Ludimila</i> ❖ <i>Não pode ficar família; Jeff</i> ❖ <i>Sem liberdade; Fran</i> ❖ <i>Falta dos antigos funcionários; MC Menor</i> ❖ <i>Uso de celular; Doutor</i> ❖ <i>Mais computador. MC Guimê</i> 	<p>A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO QUE QUEREMOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Mais confiança; Ludimila</i> ❖ <i>Conviver em harmonia com os colegas; Doutor</i> ❖ <i>Poder sair sozinho (a); MC Menor</i> ❖ <i>Jogos de futebol; Doutor</i> ❖ <i>Ter momentos a sós; Fran</i> ❖ <i>Ir só à escola. Jeff</i>
<p>A CIDADE QUE TEMOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Cidade poluída; Ludimila</i> ❖ <i>Lixo nas ruas; Doutor</i> ❖ <i>Falta emprego; Fran</i> ❖ <i>Tráfico de drogas; Ludimila</i> ❖ <i>Aumento de roubo; Jeff</i> ❖ <i>Mãe abandona filho; MC Menor</i> ❖ <i>Espancamento; MC Guimê</i> ❖ <i>Política ruim; Ludimila</i> ❖ <i>Prefeito não cuida da cidade; Doutor</i> ❖ <i>Não tem trabalho para jovem aprendiz. Fran</i> 	<p>A CIDADE QUE QUEREMOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ <i>Limpar a cidade; Ludimila</i> ❖ <i>Prefeito cuidar cidade; Doutor</i> ❖ <i>Educação de qualidade; Jeff</i> ❖ <i>Tirar tráfico e roubo; Ludimila</i> ❖ <i>Precisamos de emprego, jovem aprendiz. Fran</i>

Esta atividade possibilitou que os adolescentes refletissem sobre as situações vivenciadas no dia a dia em relação à escola, a cidade e a instituição e expressar livremente a opinião a este respeito. Como estávamos caminhando para o final da investigação, visto que, havíamos acordado dez encontros, questionei os adolescentes:

- *O que faremos para o fechamento desta investigação?*

Neste momento os adolescentes ficaram pensativos, então Doutor disse:

- Podemos pensar durante a semana?

Os demais adolescentes concordaram com a sugestão, eu disse que sim e na sequência nos despedimos.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 18

Data: 13/05/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Elaboração de uma crítica social em forma de música

Nesta manhã ao chegar a instituição fui cumprimentar a coordenadora, na ocasião ela me disse que durante a semana tinha acontecido uma audiência concentrada e o adolescente Jeff sairia naquela tarde, ele iria morar com um familiar.

Na sequência, me dirigi a sala de projetos, neste encontro estavam presentes os adolescentes: Fran, Ludimila, Beatriz, Doutor, Ana e Jeff. Após os cumprimentos iniciais, perguntei ao grupo:

- Vocês pensaram sobre o que faremos no encerramento?

E mais que depressa Beatriz respondeu:

- *Uma música*

Embora ela não estivesse no encontro anterior, os adolescente haviam comentado com ela.

A ideia agradou os adolescentes, então perguntei:

- *Como faremos isso?*

E Ludimila respondeu:

- *A gente pode fazer um funk*

A maioria gostou da sugestão, menos Doutor que gosta de música sertaneja, mas, mesmo assim ele concordou com o grupo. Então os adolescentes começaram a conversar e pensar qual seria a melodia da música, a partir da batida da música de funk que eles conhecem, inicialmente eles elegeram uma, neste momento eu perguntei a eles:

- *E como vai chamar a música?*

Sem pensar, Ludimila respondeu:

- *Funk dos adolescentes*

Frente a esta resposta tão segura, eu disse:

- *Bom já que vocês encontraram um ritmo, o que acham de iniciarmos a elaboração da letra?*

E eles prontamente se organizaram, pegaram uma folha de papel, inicialmente todos lançaram ideia, mas, por fim cada um acabou elaborando um parágrafo. Ao término do encontro, Beatriz sugeriu:

- *Vamos fazer uma festa?*

E o adolescente Doutor pontuou:

- *Precisa ter comida, bebida, música, tem que ser bem alegre.*

Os adolescentes se entre olharam e abriram um sorriso de aprovação. Neste momento Ludimila fez uma sugestão:

- *Podemos montar uma coreografia e dançar ao som da música*

E Fran fez uma intervenção

- *Ah eu não vou dançar, tenho vergonha.*

Os adolescentes estavam muito empolgados com a ideia, exceto Jeff, que embora almejasse muito retornar a sua casa, estava triste pois, sairia da instituição naquele dia e lá deixaria os seus amigos.

Ao final deste encontro a letra estava quase pronta, acordamos que ao longo da semana eles finalizariam e que na próxima semana faríamos a gravação do áudio.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 19

Data: 20/05/2016

Horário: 09:00 às 10:15

Local: Sala de Projetos

Temática: Gravação da crítica social em forma de música

Neste dia cheguei na instituição e fui a sala da coordenadora para falar com ela, expliquei que aquele seria o nosso último encontro, que os adolescentes estavam preparando uma crítica social em forma de música e uma coreografia para embalar e a proposta era reunir todos da instituição para essa apresentação. Como sempre a coordenadora foi muito solícita e atendeu prontamente o meu pedido, ressaltai que os adolescentes haviam sugerido que tivesse comida e bebida e que se não houvesse problema eu me comprometeria em levar, na sequência solicitei que ela verificasse qual o melhor dia e horário para fazermos o fechamento da investigação, ela falou que verificaria e que no final do encontro daria a resposta.

Neste encontro estavam presentes Ludimila, Doutor, Fran, MC Guimê, MC Menor, na ocasião Beatriz não estava, pois, havia arrumado um emprego e começou a trabalhar naquela semana, mas, os adolescentes asseguraram que ela estaria presente no encerramento.

Então com a letra da música na mão e com o auxílio do computador e de um programa que grava a voz, iniciamos a gravação. Tentamos duas vezes a partir da melodia que havia escrito inicialmente, foi quando Doutor falou:

- Isso não tá legal, a música não combina com a batida.

Então perguntei:

- E o que vamos fazer?

Após pensarem por alguns minutos, Ludimila disse:

- Vamos tentar com outra música?

E eu novamente perguntei

- Vocês conhecem outra música que a batida combinasse com a letra?

E Ludimila sugeriu:

- *Sim, a Beijinho no ombro*

Com o auxílio da internet, baixamos esta música e para a nossa surpresa casou direitinho com a letra elaborada por eles. Então começaram a ensaiar novamente, foi um momento de muita descontração e diversão, eles começaram e pararam inúmeras vezes até conseguirem gravar a música toda.

Antes de terminar o encontro, a coordenadora se dirigiu a sala, conversou conosco e sugeriu que a finalização fosse na noite do dia 25 de Maio, pois, no dia seguinte seria feriado nacional, aceitamos prontamente a sua sugestão, em seguida eu me despedi dos adolescentes.

DIÁRIO DE CAMPO Nº 20

Data: 25/05/2016

Horário: 19:00 às 20:15

Local: Área comum e refeitório

Conteúdo: Encerramento da investigação

Nesta noite com o propósito de finalizar a investigação, bem como apresentar a todos a crítica social em forma de música elaborada pelos adolescentes, com a finalidade de que as outras pessoas conhecessem o ponto de vista deles, foi organizado um grande evento nas imediações na instituição, estavam presentes a coordenadora, todos os colaboradores, as crianças e os adolescentes. O local reservado para o desenvolvimento desta atividade foi a área comum e o refeitório, todos estavam sentados, inicialmente por sugestão dos adolescentes, eu fui a porta voz do grupo, agradei a presença de todos e expliquei o motivo pelo qual estávamos reunidos, esclareci que para além da finalização de um trabalho seria a apresentação de uma música que os adolescentes haviam elaborado para transmitir uma importante mensagem.

Com o auxílio de uma televisão contendo a letra da música e a gravação do áudio da mesma iniciamos a apresentação, as adolescentes Ludimila, Beatriz e o adolescente Doutor dançaram enquanto os demais cantavam. Foi muito emocionante, ao término da apresentação a coordenadora se dirigiu a mim e disse:

- Estou impressionada com a desenvoltura dos adolescentes.

Esta fala da coordenadora foi muito importante, percebi que houve uma mudança na atitude deles e isso é muito positivo. Na sequência nos dirigimos até o refeitório, eu havia ficado responsável pelo lanche, foram eles que escolheram o cardápio, tinha cachorro quente, bolo e refrigerante.

Foi um momento de confraternização e diversão, rimos, conversamos, tiramos fotos (infelizmente não foi possível coloca-las como anexo no trabalho).

E como devolutiva do trabalho realizado, antes de me despedir dos adolescentes ouvi de alguns:

Beatriz: *Você continuará vindo no abrigo?*

Doutor: *Quando nos encontraremos novamente?*

Ludimila: *Que pena que acabou!*

Infelizmente o adolescente Jeff não estava presente, pois, ele havia sido desacolhido, embora tenha sido convidado, possivelmente não foi pelo fato dos seus familiares não poderem ter ido leva-lo. A adolescente Maria Eduarda também não participou pois, foi transferida para a Casa-Lar na semana anterior.

Agradei pela oportunidade de estar com eles e afetivamente nos despedimos.

Anexo V - Caracterização dos Participantes

<p>Nome: Ana</p> <p>Idade: 17 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência</p> <p>Tempo que está acolhida: 5 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 2º ano na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (vespertino)</p> <p>Atividades extras: não realiza</p> <p>Informações adicionais: estava no 5º mês de gestação, é irmã do adolescente Doutor e prima de Beatriz e Mc Menor.</p>
<p>Nome: Fran</p> <p>Idade: 17 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Determinação Judicial</p> <p>Tempo que está acolhida: 9 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 6º ano na Educação de Jovens e Adultos (noturno)</p> <p>Atividades extras: Durante o dia frequenta a academia, participa das oficinas de Orientação Sexual e Culinária realizadas no Centro de Referência da Juventude (CRJ) e faz aulas de informática.</p> <p>Informações adicionais: É mãe de um bebê de oito meses que reside com ela na instituição de acolhimento.</p>
<p>Nome: Beatriz</p> <p>Idade: 16 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência/Abandono</p> <p>Tempo que está acolhida: 3 anos e 3 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 6º ano na Educação de Jovens e Adultos (noturno)</p> <p>Atividades extras: Não realiza</p> <p>Informações adicionais: É irmã de MC Guimê, prima dos adolescentes Ana e Doutor e cunhada de Fran, tem uma filha de 1 ano e meio que estava sob os cuidados dos familiares.</p>

<p>Nome: Júlia</p> <p>Idade: 15 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Determinação Judicial</p> <p>Tempo que está acolhida: 10 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 1º ano do Ensino Médio</p> <p>Atividades extras: Participa das atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência da Juventude (CRJ).</p>
<p>Nome: Doutor</p> <p>Idade: 15 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência</p> <p>Tempo que está acolhido: 5 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 5º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA)</p> <p>Atividades extras: Participa de aulas de futebol aos sábados</p> <p>Informações Adicionais: É irmão de Ana e primo de Beatriz e MC Menor</p>
<p>Nome: MC Menor</p> <p>Idade: 14 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência/Abandono</p> <p>Tempo que está acolhido: 3 anos e 3 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 7º ano do Ensino Fundamental, ele é um aluno de inclusão.</p> <p>Atividades extras: Faz aula de box, natação, participa das atividades oferecidas pelo Centro de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD) e realiza acompanhamento psicológico no Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPS i)</p> <p>Informações adicionais: é irmão de Beatriz e primo dos adolescentes Ana e Doutor</p>
<p>Nome: Ludimila</p> <p>Idade: 13 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Vulnerabilidade social</p> <p>Tempo que está acolhida: 5 meses</p> <p>Escolaridade: cursando o 7º ano do Ensino Fundamental</p> <p>Atividades extras: não realiza</p>

<p>Nome: MC Guimê</p> <p>Idade: 13 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento:</p> <p>Tempo que está acolhido: 4 anos e 5 meses</p> <p>Escolaridade: Estuda na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)</p> <p>Atividades extras: Faz aula de natação e box e acompanhamento psicológico no CAPS i</p>
<p>Nome: Maria Eduarda</p> <p>Idade: 14 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência</p> <p>Tempo que está acolhida: 1 ano e 6 meses</p> <p>Escolaridade: Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental</p> <p>Atividades extras: Faz academia</p> <p>Informações adicionais: No mês de Maio ela foi transferida para a Casa-Lar</p>
<p>Nome: Jeff</p> <p>Idade: 14 anos</p> <p>Motivo do Acolhimento: Negligência</p> <p>Tempo que está acolhida: 3 meses</p> <p>Escolaridade: Cursando o 7º ano do Ensino Fundamental</p> <p>Atividades extras: Não realizava</p> <p>Informações adicionais: Este adolescente chegou na instituição durante o desenvolvimento da investigação, permaneceu por três meses e foi desacolhido no mês de Maio.</p>

Quadro 10 - Caracterização dos participantes

Anexo VI – Acordo de Investigação

<p style="text-align: center;">ACORDO DE INVESTIGAÇÃO</p> 	<p>Durante 10 sessões estaremos juntos nas Manhãs de 6:ª feira, para participarmos do Projeto de Investigação Sobre:</p> <p style="color: red;">O direito à participação</p>	<p style="color: red;">Somos uma equipa de investigadores e temos o direito de conhecer o trabalho que realizamos.</p>
<p>Os adolescentes podem decidir se querem participar ou não da investigação.</p>	<p>Todos os adolescentes podem participar, não deixaremos ninguém fora deste trabalho</p>	<p>Conhecemos este acordo e concordamos em participar desta investigação.</p> <p style="color: red;">Investigadores:</p>

Figura 25- Acordo de investigação

Anexo VII – Crachás



Figura 26 - Crachás confeccionados pelos adolescentes

Cabe ressaltar que a adolescente Ana não estava na ocasião da elaboração dos crachás e o adolescente Jeff chegou a instituição após o início da investigação.

Anexo VIII - Oficina dos Sonhos

Sonhos dos Adolescentes

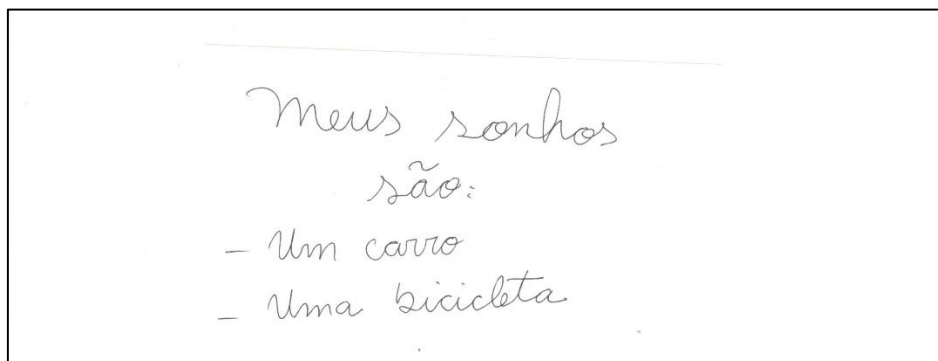


Figura 27 - Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 3

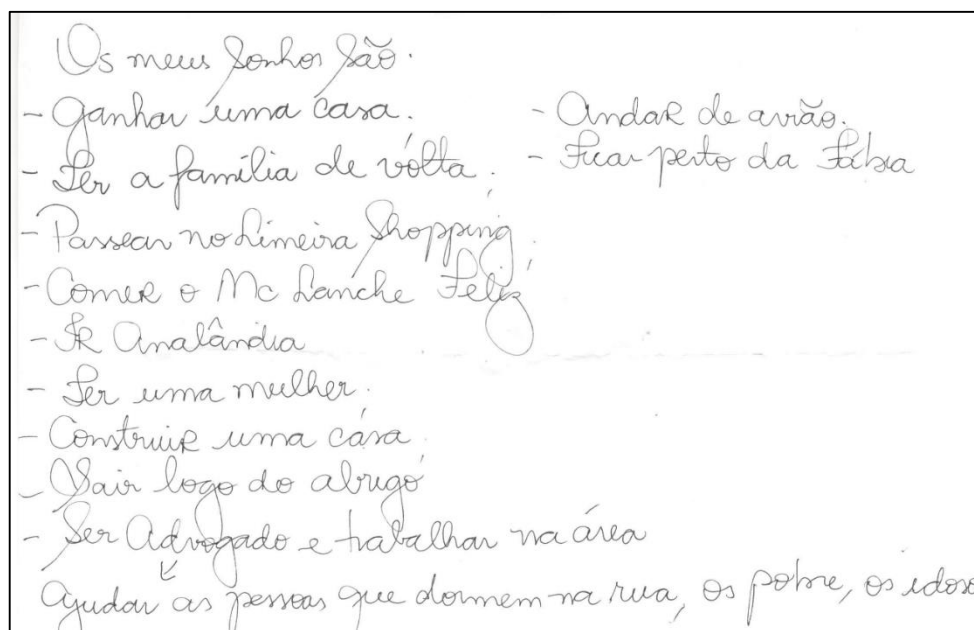


Figura 28- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 4

Eu quero ser um ofthalmologista porque
 meu sonho é deroliver as visão para as
 pessoas que quer ver o mundo.

Eu ser um jogador de futebol e ser famoso
 e conhecido pelo mundo todo.

Pelas 2 sonhos que sonhei pelo me-
 mes 1 quero conquistalo.

Figura 29- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 5

OS MEUS SONHO SÃO?

TER UM CASA PROPIA

DAR UMA VIDA MELHOR PARA O MEU FILHO

TER UM EMPREGO

DAR DE TUDO PARA ~~MINHA~~ MINHA MAE

SAIR DAQUI LOGO

TER UMA AMIZADE VERDAIRA

NOTEBOOK

CELULAR

UMA FAMILHA

UM HOMEM FIEL

Figura 30- Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 6

MEU MAIOR SONHO SAIR DAQUI
COM MINHA MÃE EU ACREDITO
QUE VOU ENBORA DAQUI COM
MINHA MÃE, ALGUM DIA
PQ TENHO FE EM DECS, QUE VOU
ENBORA
É MEU OUTRO SONHO É FICAR
COM MEU NAMORADO DO LAGO
DEZE É QUANDO EU SAIR DAQUI
QUERO ARRUMAR UM SERVIÇO
PRA MIM TRABALHAR TUDO QUE
EU MAIS QUERO TODO DIA
EU REZO PRA QUE DE TUDO
SETO NA MINHA VIDA

Figura 31 - expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 7

¹ Eu queria que a minha melhor amiga
vai embora do lar com o namorado dela
² Que eu seja muito feliz com minha
família
Que a minha avó vá com a
mãe dela que elas sejam muito felizes
E que cada um vá embora com
sua família esse são os meus
sonhos

Figura 32 - Expressão dos sonhos por meio da escrita adolescente 8

Anexo IX - Figuras seleccionadas pelos adolescentes que representam os seus sonhos

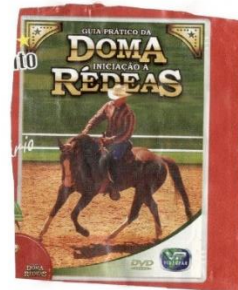
Figura 33 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Doutor



Dante



(Cabine Estendida)



Ford Focus Hatch

Dante



2013 Gente

Dante

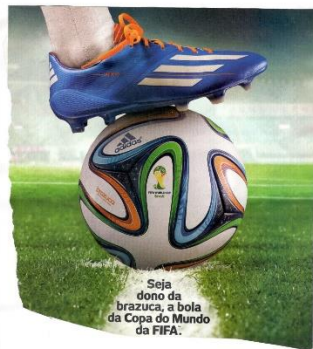


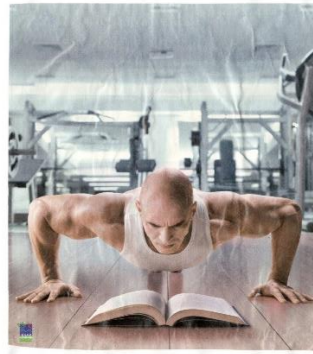
Figura 34 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente MC Menor



Mr. Menor



Mr. Menor



Mr. Menor



Mr. Menor



Figura 35 - Expressão dos sonhos por meio de figuras MC Guimê



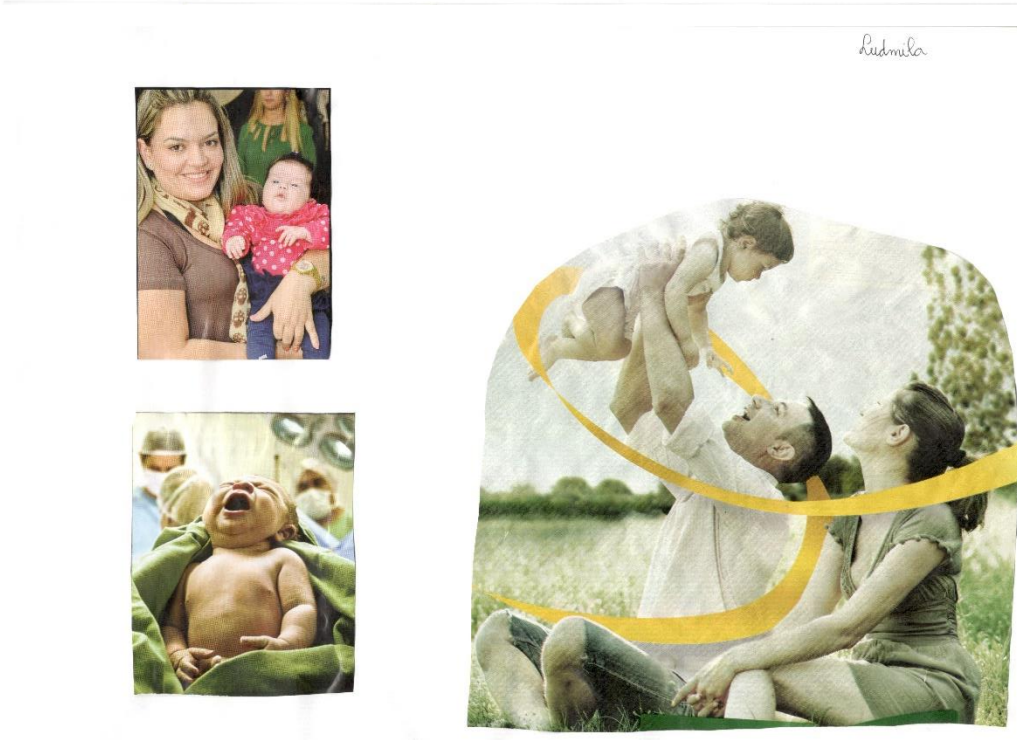
Figura 36 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Beatriz



Figura 37 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Maria Eduarda



Figura 38 - Expressão dos sonhos por meio de figuras adolescente Ludimila



Anexo X - A Arvore dos Direitos



Figura 39 - A Árvore dos Direitos

Anexo XI – Desdobrável Conhece os teus direitos

Sabias que tens direitos? Sabias que as Nações Unidas aprovaram uma lei chamada *Convenção sobre os Direitos da Criança*?

Os teus direitos dizem respeito ao que podes fazer, e ao que as pessoas responsáveis por ti devem fazer para que sejas feliz, saudável e te sintas seguro. Mas, claro que tu também tens responsabilidades para com as outras crianças e para com os adultos para que também eles gozem dos seus direitos.

Uma convenção é um acordo assinado entre países, para obedecerem à mesma lei. Quando o governo de um país ratifica uma convenção, quer dizer que se compromete a cumprir o que está escrito nessa convenção.

Portugal ratificou a *Convenção sobre os Direitos da Criança* em 21 de Setembro de 1990.

Isto significa que o nosso governo deve tomar as medidas necessárias para que todas as crianças gozem dos direitos definidos nessa Convenção.

A Convenção tem 54 artigos que explicam cada um dos teus direitos.

A *Convenção sobre os Direitos da Criança* foi escrita por juristas, por isso não é fácil de compreender até mesmo pelos adultos.

O artigo 42 da Convenção diz que tens o direito de conhecer os teus direitos, por isso, decidimos escolher os que julgamos mais importantes e explicá-los numa linguagem mais simples.

Artigo 1 Todas as pessoas com menos de 18 anos têm todos os direitos escritos nesta Convenção.

Artigo 2 Tens todos esses direitos seja qual for a tua raça, sexo, língua ou religião. Não importa o país onde nasceste, se tens alguma deficiência, se és rico ou pobre.

Artigo 3 Quando um adulto tem qualquer laço familiar, ou responsabilidade sobre uma criança, deverá fazer o que for melhor para ela.

Artigo 6 Toda a gente deve reconhecer que tens direito à vida.

Artigo 7 Tens direito a um nome e a ser registado, quer dizer, o teu nome, o dos teus pais e a data em que nasceste devem ser registados. Tens direito a uma nacionalidade e o direito de conheceres e seres educado pelos teus pais.

Artigo 9 Não debes ser separado dos teus pais, excepto se for para o teu próprio bem, como por exemplo, no caso dos teus pais te maltratarem ou não cuidarem de ti. Se decidirem separar-se, tens de ficar a viver com um deles, mas tens o direito de contactar facilmente com os dois.

Artigo 10 Se tu e os teus pais viverem em países diferentes, tens direito a regressar e viver junto deles.

Artigo 11 Não debes ser raptado mas, se tal acontecer, o governo deve fazer tudo o que for possível para te libertar.

Artigo 12 Quando os adultos tomam qualquer decisão que possa afectar a tua vida, tens direito a dar a tua opinião e os adultos devem ouvir seriamente o que tens a dizer.

Artigo 13 Tens direito a descobrir coisas e dizer o que pensas através da fala, da escrita, da expressão artística, etc., excepto se, ao fazê-lo, estiveres a interferir com os direitos dos outros.

Artigo 14 Tens direito à liberdade de pensamento e a praticar a religião que quiseres. Os teus pais devem ajudar-te a compreender o que está certo e o que está errado.

Artigo 15 Tens direito a reunir-te com outras pessoas e a criar grupos ou associações, desde que não violes os direitos dos outros.

Artigo 16 Tens direito à privacidade. Podes ter coisas como, por exemplo, um diário que mais ninguém tem licença para ler.

Artigo 17 Tens direito a ser informado sobre o que se passa no mundo através da rádio, dos jornais, da televisão, de livros, etc. Os adultos devem ter a preocupação de que compreendes a informação que recebes.

Artigo 18 Os teus pais devem educar-te, procurando fazer o que é melhor para ti.

Artigo 19 Ninguém deve exercer sobre ti qualquer espécie de maus tratos. Os adultos devem proteger-te contra abusos, violência e negligência. Mesmo os teus pais, não têm direito de te maltratar.

Artigo 20 Se não tiveres pais, ou se não for seguro que vivas com eles, tens direito a protecção e ajuda especial.

Artigo 21 Caso tenhas de ser adoptado, os adultos devem procurar ter o máximo de garantias de que tudo é feito da melhor maneira para ti.

Artigo 22 Se fores refugiado (se tiveres de abandonar o teu país por razões de segurança), tens direito a protecção e ajuda especial.

Artigo 23 No caso de seres deficiente, tens direito a cuidados e educação especiais, que te ajudem a crescer do mesmo modo que as outras crianças.

Artigo 24 Tens direito à saúde. Quer dizer que, se estiveres doente, debes ter acesso a cuidados médicos e medicamentos. Os adultos devem fazer tudo para evitar que as crianças adoçam, dando-lhes uma alimentação conveniente e cuidando bem delas.

Artigo 27 Tens direito a um nível de vida digno. Quer dizer que os teus pais devem procurar que as crianças tenham comida, roupa, casa, etc. Se os pais não tiverem meios suficientes para estas despesas, o governo deve ajudar.

Artigo 28 Tens direito à educação. O ensino básico deve ser gratuito e não debes deixar de ir à escola. Também debes ter possibilidade de frequentar o ensino secundário.

Artigo 29 A educação tem como objectivo desenvolver a tua personalidade, talentos e aptidões mentais e físicas. A educação deve, também, preparar-te

para seres um cidadão informado, autónomo, responsável, tolerante e respeitador dos direitos dos outros.

Artigo 30 Se pertences a uma minoria, tens o direito de viver de acordo com a tua cultura, praticar a tua religião e falar a tua própria língua.

Artigo 31 Tens direito a brincar.

Artigo 32 Tens direito a protecção contra a exploração económica, ou seja, não debes trabalhar em condições ou locais que ponham em risco a tua saúde ou a tua educação. A lei portuguesa diz que nenhuma criança com menos de 16 anos deve estar empregada.

Artigo 33 Tens direito a ser protegido contra o consumo e tráfico de droga.

Artigo 34 Tens o direito de ser protegido contra abusos sexuais. Quer dizer que ninguém pode fazer nada ao teu corpo como, por exemplo, tocar-te, tirar-te fotografias contra a tua vontade ou obrigá-te a dizer ou fazer coisas que não queres.

Artigo 35 Ninguém te pode raptar ou vender.

Artigo 37 Não deverás ser preso, excepto como medida de último recurso, e, nesse caso, tens direito a cuidados próprios para a tua idade e visitas regulares da tua família.

Artigo 38 Tens direito a protecção em situação de guerra.

Artigo 39 Uma criança vítima de maus tratos ou negligência, numa guerra ou em qualquer outra circunstância, tem direito a protecção e cuidados especiais.

Artigo 40 Se fores acusado de ter cometido algum crime, tens direito a defender-te. No tribunal, a polícia, os advogados e os juizes devem tratar-te com respeito e procurar que compreendas o que se está a passar contigo.

Artigo 42 Todos os adultos e crianças devem conhecer esta Convenção. Tens direito a compreender os teus direitos e os adultos também.

A *Convenção sobre os Direitos da Criança* tem 54 artigos. Os que não referimos aqui dizem, sobretudo, respeito à forma como os adultos e os governos devem trabalhar em conjunto para que todas as crianças gozem dos seus direitos.

A maioria das pessoas sabe que as crianças têm direitos, mas muitas delas gostariam de os conhecer melhor. Por isso, é bom que fales no assunto com os teus amigos, com os teus pais e professores. Assim estás, também, a ajudar outras crianças.

Para mais informações, podes contactar:

info@unicef.pt
ou visitar a página da Internet
www.unicef.pt

A UNICEF inicialmente conhecida como *Fundo Internacional de Emergência para as Crianças*, foi criada em Dezembro de 1946 para ajudar as crianças da Europa, vítimas da II Grande Guerra. Quando os países europeus estavam em condições de tomar conta das suas crianças, passa a ocupar-se especialmente das crianças dos países mais pobres da África, Ásia, América Latina e Médio Oriente. Em 1952, torna-se uma agência permanente das Nações Unidas, passando a chamar-se *Fundo das Nações Unidas para a Infância*, mas mantendo a sigla que a tornara conhecida em todo o mundo – UNICEF.

Hoje em dia, a UNICEF trabalha em mais de 150 países em desenvolvimento em programas de saúde, educação, nutrição, água e saneamento que procuram melhorar as vidas de muitas crianças e, quando há guerras ou catástrofes, vai em auxílio das vítimas.

Tudo o dinheiro que a UNICEF utiliza vem de contribuições dadas pelos governos, organizações muito diversas e do público. O Comité Português para a UNICEF recolhe fundos para aqueles programas mas, também, procura informar e sensibilizar as pessoas para as necessidades e direitos de todas as crianças, onde quer que vivam.

Comité Português para a UNICEF
Av. Alca. Ant. Aguiar, 21, 2.º E.
1600-113 Lisboa

Tel.: 21 317 75 00
Fax: 21 354 79 13
www.unicef.pt

OS DIREITOS DA CRIANÇA

juntos pelas crianças

unicef

Figura 40 - Desdobrável Conhece os teus direitos

(Fonte: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/desdobravel_conhece_teus_direitos.pdf)

Anexo XII – Jogo lúdico sobre os direitos



Figura 41 - Jogo da Memória sobre os direitos - Frente



DIREITO AO LAZER



DIREITO A
PROFISSIONALIZAÇÃO



DIREITO À SAUDE



LIBERDADE DE PENSAMENTO



ADOLESCENTE É A PESSOA QUE
TEM ENTRE 12 E 18 ANOS



DIREITO A CONVIVÊNCIA
FAMILIAR E COMUNITÁRIA

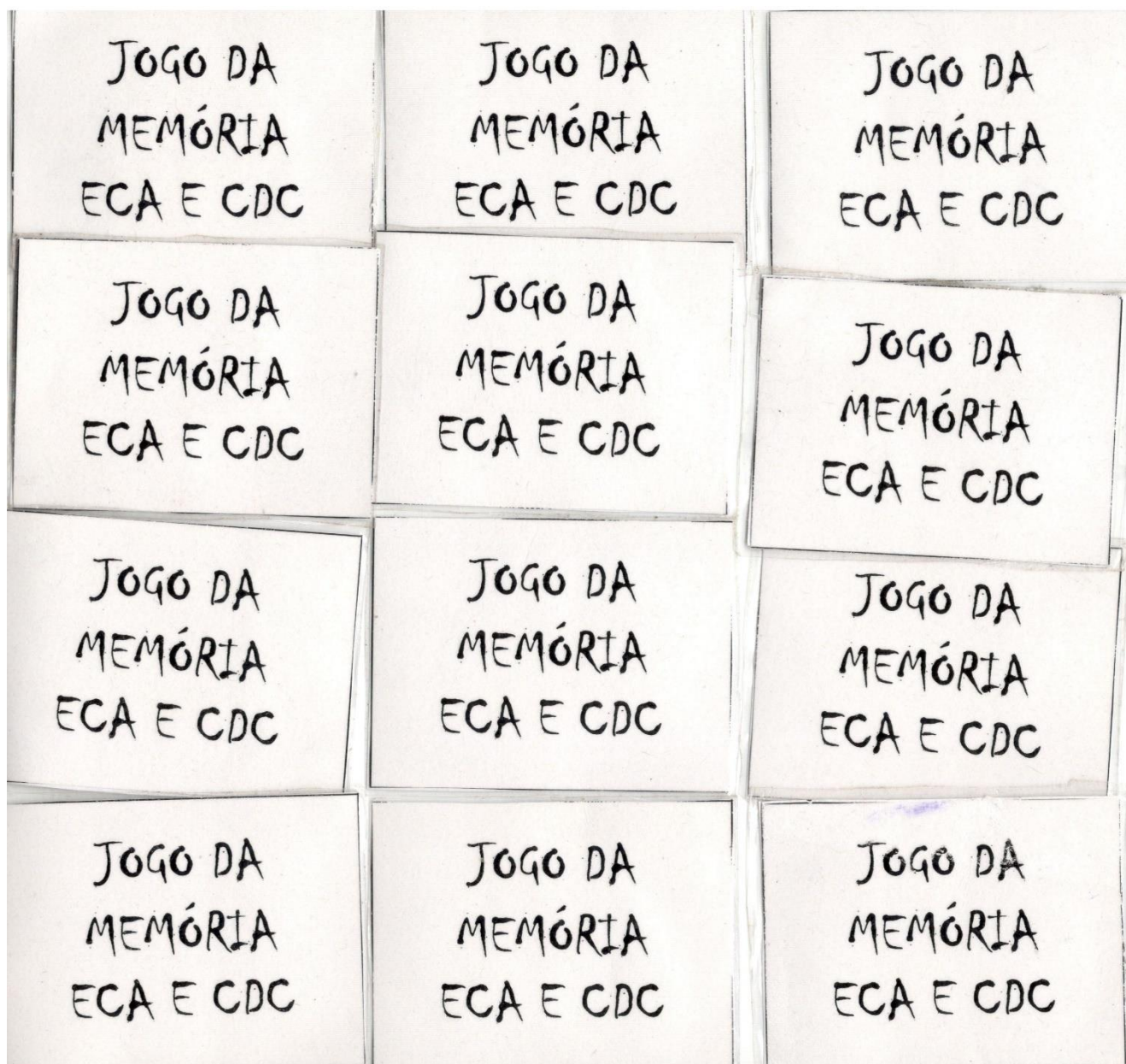
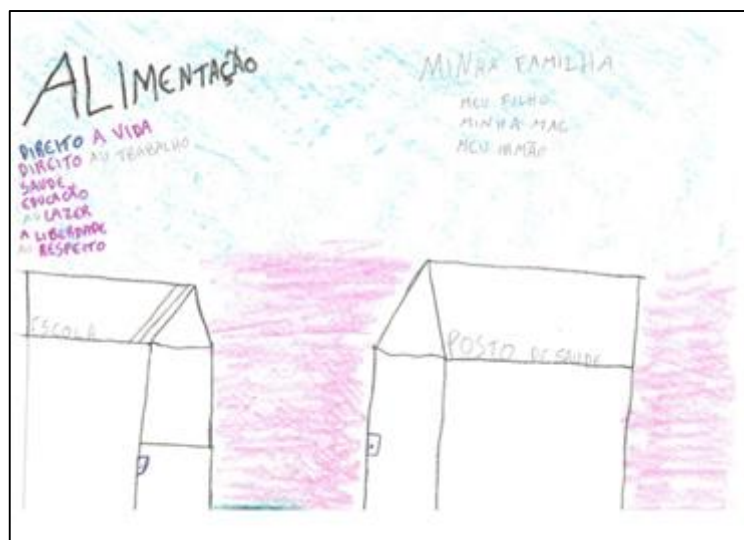


Figura 42 - Jogo da Memória sobre os direitos - Verso

Anexo XIII- Desenhos sobre os direitos



Desenho 1- Sobre os direitos elaborado pela Fran



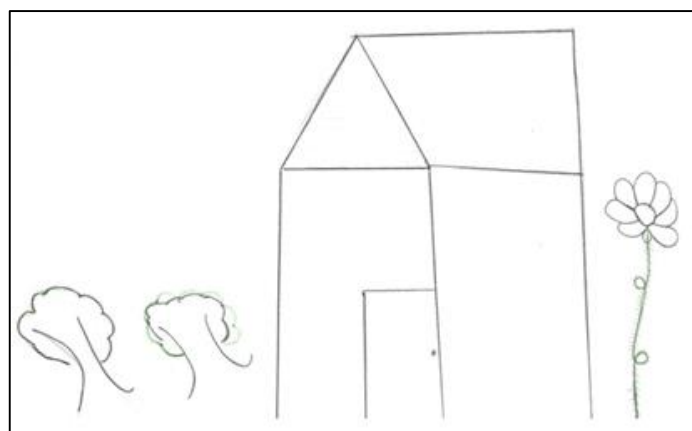
Desenho 2- Sobre os Direitos elaborado por Ludimila



Desenho 3- Sobre os direitos elaborado por Beatriz



Desenho 4- Dizeres sobre os direitos elaborado por Ana



Desenho 5 - Sobre os direitos elaborado por Jeff

Anexo XIV – O que temos e o que queremos

<h3>A ESCOLA QUE TEMOS</h3> <ul style="list-style-type: none">- Uma pressão- Ruim- Oportunidade boa- Bom- Os professores são bom- pegam no pé- Os paredes da escola são fixado- Não como porque tendo nojo...- A sala é um lixo jogamos papel na sala.- As lições são fáceis- infernamos aulas por que temos preguiça de fazer lição	<ul style="list-style-type: none">- alguns professor não paciência para explicar,- prof de mat explica uma vez em cada 2 minuto para resposta.
--	---

Figura 43- A escola que temos

A ESCOLA QUE QUEREMOS

- mais aula de informática, mais de inglês e ed. física.
- melhorar a merenda.
- pintar paredes da escola pq é pintada.
- Os profes precisam ter paciência.
- coordenação ter que ser mais calma.
- escola precisa ter passeios e atividades
- ter uma cantina.
- ter educação física mais

Figura 44- A escola que queremos

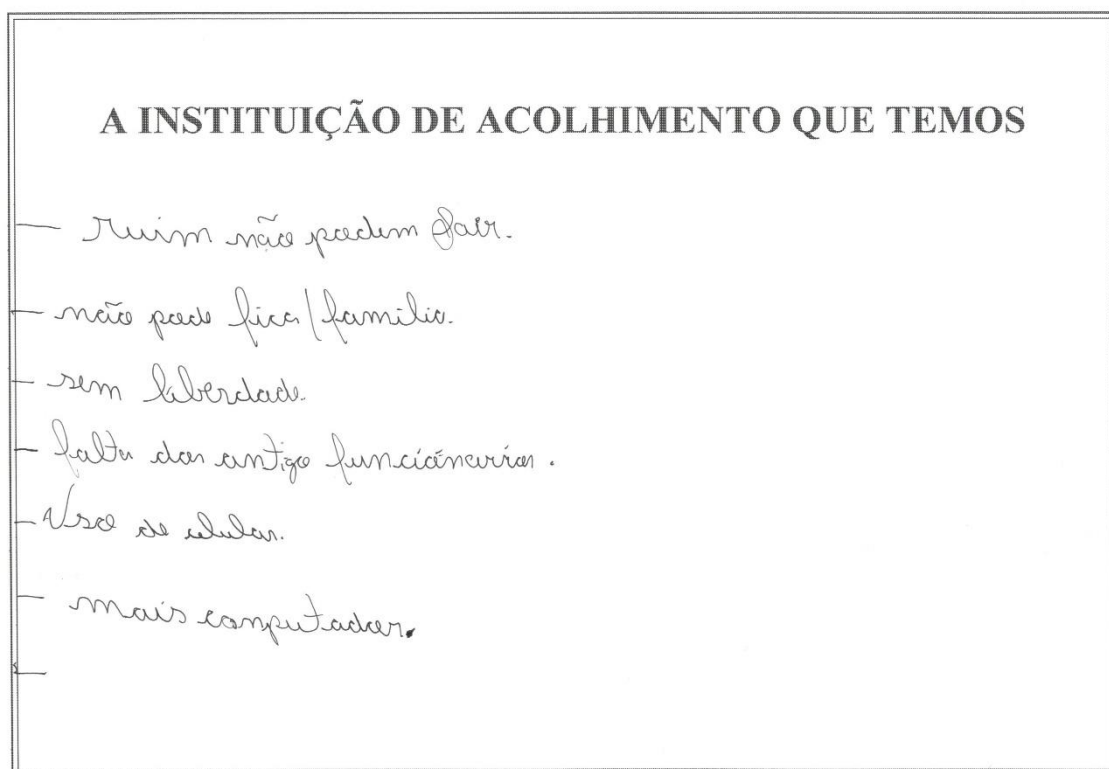


Figura 45 - A instituição de acolhimento que temos

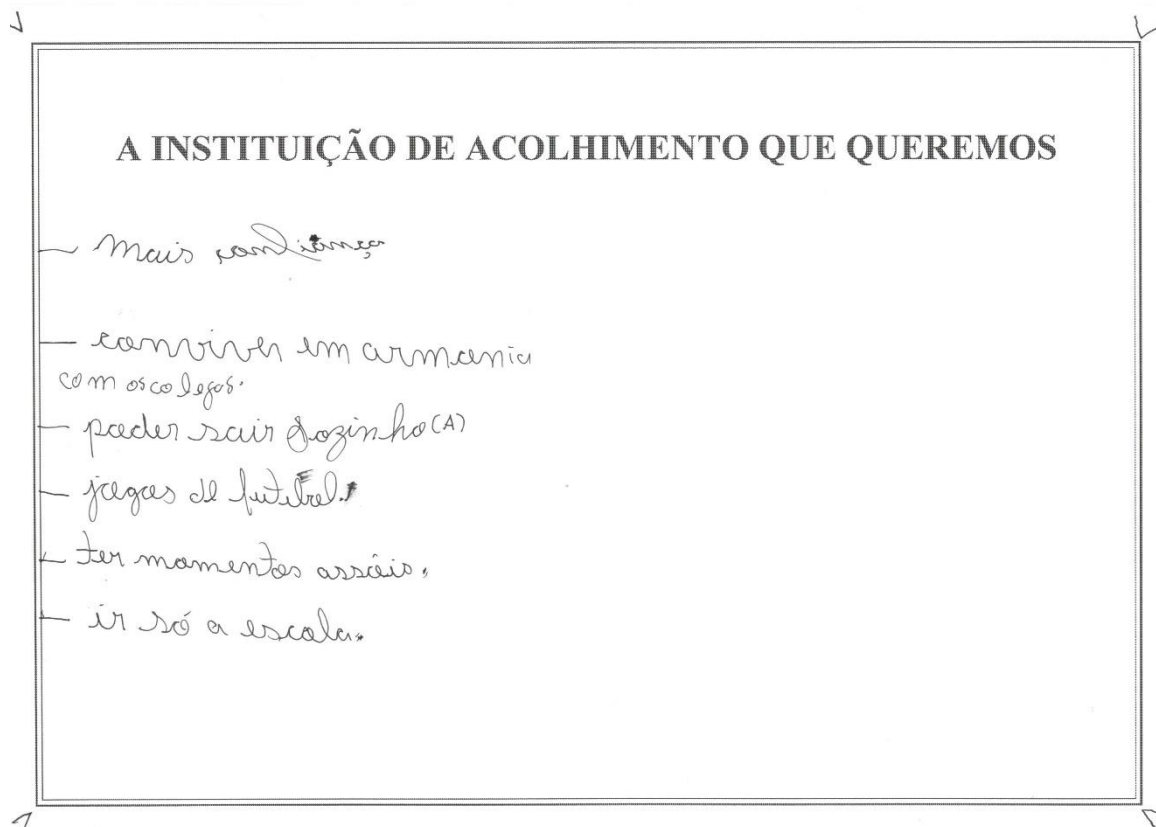


Figura 46 - A instituição de acolhimento que queremos

A CIDADE QUE TEMOS

- cidade poluindo.
- lixo nas ruas.
- falta emprego
- Tráfico de drogas.
- Aumento de roubo
- mãe abandona filho.
- espionamento
- política ruim
- prefeito não cuida da cidade
- não tem trabalho pra jovem aprendiz.
-

Figura 47 - A cidade que temos

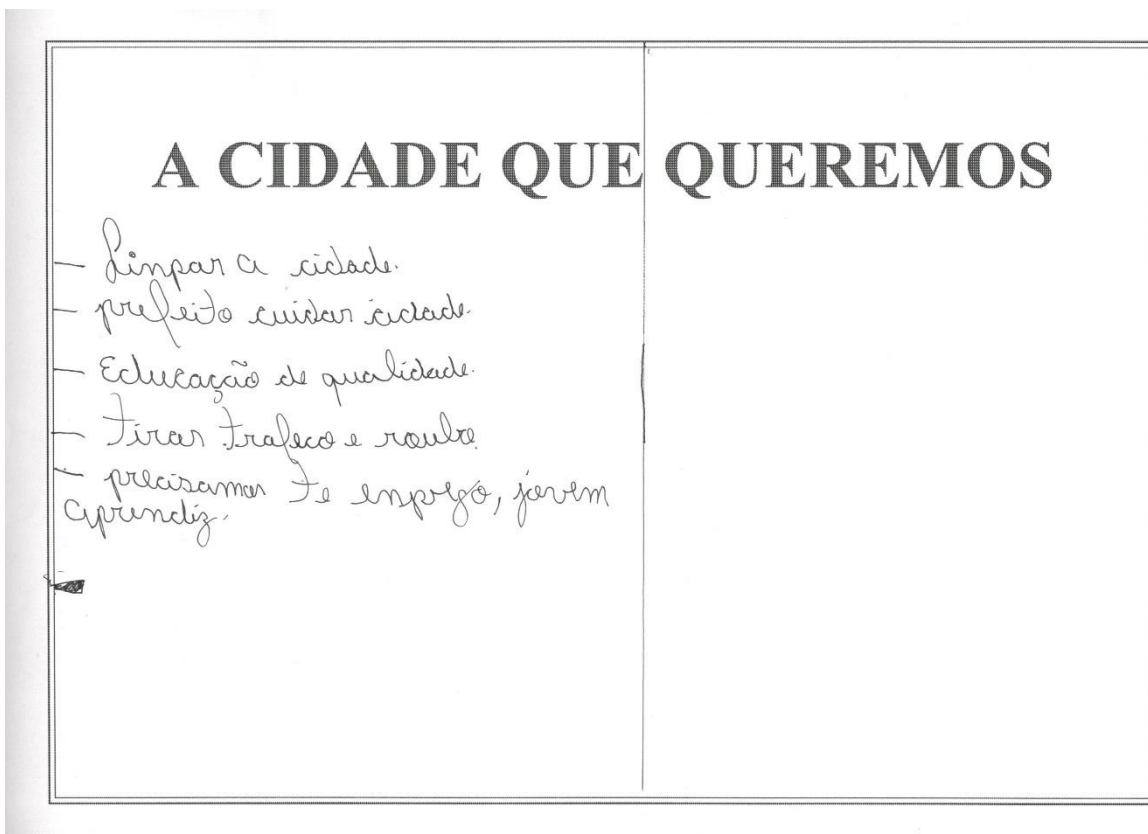


Figura 48 - A cidade que queremos

Anexo XV – Funk dos adolescentes

Funk dos adolescentes

Eu tô morcando / e não sabe de nada /
Galante: E aí mano quais são os seus direitos / se ligo na parada.
você conhece o seu e a cde então se ligo no que vou dizer
E escuta o latidão na escutidão / pra saber nossos direitos na
Educação / das crianças do nosso mundo.

toda criança e a dolente tem direito a educação
toda criança e a dolente tem direito a alimentação
mais isso não rola não
Galante: todos temos direitos a ficar próximos a familiares e amigos.

temos direitos a nascer e ter saúde paz justiça e liberdade em
toda sociedade.

parado na estrada fico pensando pra onde este país tá caminhando

todos nós temos o direito a falar e ser escutado temos direitos
a ser respeitados e a ter dignidade participar da vida familiar
da comunidade e sociedade

Escute o que vamos dizer então respeta a nossa opinião
E curta o latidão pra terminar essa canção
Escuta o nosso direito e espalhe pra nossos amigos
o que a prendemos nessa reunião.

Figura 49 - Letra da crítica social em forma de música "Funk dos adolescentes"